Universidade de São Paulo

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

María Sabina Uribarren

A atuação da 'Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos' da Argentina entre 1938 e 1946:

sua intervenção no Conjunto Jesuítico da Igreja da Companhia de Jesus e da Residência dos Padres na Cidade de Córdoba

São Paulo

2008

María Sabina Uribarren

A atuação da 'Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos' da Argentina entre 1938 e 1946:

sua intervenção no Conjunto Jesuítico da Igreja da Companhia de Jesus e da Residência dos Padres na Cidade de Córdoba

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo

Orientadora: Maria Lúcia Bressan Pinheiro

São Paulo, 2008

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, COM EXCEPÇÃO DAS IMAGENS DE OUTROS AUTORES, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL: msuribarren@gmail.com

Uribarren, María Sabina
U76a A atuação da 'Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos' da Argentina entre 1938 e 1946: sua intervenção no Conjunto Jesuítico da Igreja da Companhia de Jesus e da Residência dos Padres na Cidade de Córdoba / Maria Sabina Uribarren. –São Paulo, 2008.
228 p. : il.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) - FAUUSP.
Orientadora: Maria Lúcia Bressan Pinheiro

1.Patrimônio cultural – Preservação - Argentina 2.Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos. I.Título

CDU 7.025.3(82)

À minha família

Agradecimentos

Quero agradecer em primeiro lugar à minha orientadora, Professora Doutora Maria Lúcia Bressan Pinheiro, que confiou em mim, me apoiou afetuosamente nos momentos difíceis e me deu o espaço necessário para desenvolver este trabalho com prazer e liberdade, por sua valiosa orientação.

À Professora Doutora Maria Lígia Coelho Prado, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, por seu precioso apoio e esclarecimento nos momentos de dúvidas, pelas indicações bibliográficas acertadas.

Ao Professor Doutor José Tavares Correia de Lira, pelas sugestões e críticas instigantes feitas no decorrer de seu curso e durante o Exame de Qualificação.

À Professora Doutora Beatriz Kühl, que me ajudou com precisão em questões específicas sobre teoria da preservação do patrimônio cultural.

Às queridas Professora Doutora Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno e Doutora Maria Elisa Manetti que sempre me motivaram e alentaram.

Ao Arquiteto Carlos Page, mestre generoso, cuja indicação das melhores fontes foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao Professor Doutor Adrián Gorelik por afastar profunda e respeitosamente minhas dúvidas e ao Arquiteto Doutor Alberto de Paula que me fez criticar e revisar meu próprio trabalho.

Devo destacar a ajuda das seguintes pessoas, na Argentina, Engenheiro Civil José Luis Nores, Professor Engenheiro Civil José Luis Gómez, Padre Carlos Cravena (S. J.), Federico Sartori, Arquiteta Patricia Méndez, profissionais da *Agencia Córdoba Ciencia*, María e Laura Onetto, Arquiteta María Ana Ceccareli, Professora Arquiteta Berta de la Rua, Professor Arquiteto Horacio Gnemmi, e, no Brasil, Arquiteto Doutor Ricardo Medrano, Arquiteta Sylvia Dobry, Denise Puertas Araújo, Marcelo Monte Mor, Cláudia Abdala, Regina Oliveira, Regina Ishimoto, Neusa Monteferrante, Natalia Sarmiento, Lícia Mara Alves de Oliveira, Rita de Cássia Francisco e José Hermes Martins, ao pessoal da Secretaria da Pós-graduação e da Biblioteca da FAU-Maranhão.

A Edsel, Sabinita e Virginia pela paciência, compreensão e carinho que sempre me deram pelos quais me mantive em caminho.

A minha família, na Argentina: Julia, María Julia, María Eugenia, Olga e Ruby, pelas conversas temperadas com inteligência e ternura.

A meus pais, Professor Consultor Engenheiro Civil Alberto Julio Uribarren e Professora Sabina Solá, de quem herdei o prazer pelos estudos, e sem os quais este trabalho teria sido mais que difícil: foram minhas mãos e meus olhos na distância, sempre providenciando fotografias e estabelecendo contatos fundamentais.

Resumo

Esta pesquisa visou estudar um período da História da Preservação do Patrimônio Cultural na Argentina, entre 1938-1946, anos durante os quais Ricardo Levene foi presidente da *"Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos"* (CNMMyLH). Procedeu-se da concepção de que a preservação do patrimônio é uma ação cultural, ou seja, produto de um tempo e espaço determinado, e de que existiu a pretensão de resgatar, através do patrimônio tombado pela Comissão, uma memória específica para contribuir para a construção de uma idéia de Nação Argentina. Para isso se objetivou estudar o contexto no qual se inseriu a ação da Comissão, os agentes que nela atuaram, as idéias orientadoras do grupo, os valores que resgataram, as particularidades da gestão, o patrimônio que estabeleceram, as características da intervenção física no patrimônio. Para tanto, articularam-se várias pesquisas: a realizada nos Boletins da CNMMyLH (1938-1946), a análise dos Decretos de Tombamento dos Bens definidos como Patrimônio, os textos elaborados pelos personagens vinculados ao trabalho da Comissão, e a desenvolvida nos arquivos da *Dirección General de Arquitectura* (DGA) em Córdoba. Esta abordagem permitiu tomar, como ponto de partida, o entendimento geral da ação da CN, de suas palavras, de seus ritos e procedimentos, para chegar ao estudo de um exemplo concreto de intervenção: aquela realizada durante a década de 1940 no Conjunto Jesuítico da Igreja da Companhia de Jesus e da Residência dos Padres, em Córdoba, Argentina.

Palavras-Chave: Patrimônio Cultural, preservação, Argentina, Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos. Conjunto Jesuítico da Igreja da Companhia de Jesus e da Residência dos Padres em Córdoba.

Abstract

This paper studied a period of the History of the Cultural Heritage Preservation in Argentina, between 1938 and 1946, the years when Ricardo Levene was the president of the *"Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Historicos"* (CNMMyLH). The work started with the concept that the heritage preservation is a cultural action, in other words, product of a specific time and space, and that there was the intent to rescue, through the definition of the preserved heritage, a specific memory to contribute to the construction of a concept of Argentinean Nation. The context in which the commission action was inserted, the people who acted in it, the advising ideas of the group, the values which have been rescued, the peculiarities of the management, the established heritage and the characteristics of the physical intervention on the heritage have all been studied in order to achieve this. Some research has been done in order to complete these objectives: The one performed on the CNMMyLH bulletins (1938-1946), analysis of the Decree-Laws that defined the heritage, the texts created by the characters related to the work of the Commission, and the one developed in the files of the *Dirección General de Arquitectura* (DGA) in Córdoba. This approach has allowed the general understanding of the action of the CN, their words, their rites and procedures, to be taken as a ground zero, in order to study a concrete case of intervention in the heritage: The one done during the 1940's in the Church and Residence buildings of the Jesuit fathers in Córdoba City, Argentina.

Key-Words: Cultural Heritage, preservation, Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos. Conjunto Jesuítico da Igreja da Companhia de Jesus e da Residência dos Padres em Córdoba.

Lista de siglas

ACA – Automóvil Club Argentino

ANH – Academia Nacional de la Historia, República Argentina

CNMMyLH – Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos

CN - Comisión Nacional (de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos)

DGA – Dirección General de Arquitectura, República Argentina

DNV – Dirección Nacional de Vialidad, República Argentina

GOU – Grupo de Oficiales Unidos

FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

JHNA– Junta de Historia y Numismática Americana, República Argentina

JHC – Junta de Historia de Córdoba, Córdoba, Argentina

MOP – Ministerio de Obras Públicas de la Nación

MP – Museu Paulista da Universidade de São Paulo

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Brasil

Sumário

Introdução **10**

1 O contexto de criação da *"Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos"* (CNMMyLH): a definição do *"ser nacional"* **17**

1.1 A história e a educação patriótica do povo argentino **17**

1.2 A valorização do nacional na cultura material argentina **26**

1.3 Reflexões pan-americanas na preservação do Patrimônio Cultural **33**

1.4 A criação da CNMMyLH **36**

1.4.1 A conformação da Comissão original e as incorporações de novos membros até 1946 **36**

1.4.2 Ramón J. Cárcano, o historiador da CNMMyLH mais comprometido com Córdoba **42**

1.4.3 Além de historiadores, museólogo e arquitetos **46**

2 A *CNMMyLH* entre 1938 e 1946 **51**

2.1 A lei 12.665 sobre Patrimônio e os procedimentos para o tombamento **51**

2.2 Especificidades da ação da CNMMyLH **59**

2.2.1 Tradição e progresso: o patrimônio, o turismo e as rodovias **59**

2.2.2 O patrimônio e a educação patriótica e cultural do povo **68**

2.3 Os meios utilizados para fixar a memória **73**

3 O patrimônio tombado e restaurado pela CNMMyLH entre 1938 e 1946 **78**

3.1 O patrimônio tombado **78**

3.1.1 Lugares, Monumentos e Sepulcros **78**

3.1.2 Valores atribuídos ao patrimônio tombado **84**

3.1.2.1 Acontecimentos e personagens históricos lembrados com o patrimônio tombado **85**

3.1.2.2 Valores artísticos e arquitetônicos destacados nos Monumentos **97**

3.2 O patrimônio restaurado **102**

3.2.1 Conceitos aplicados nas intervenções da CNMMyLH no patrimônio argentino **103**

3.2.2 Os procedimentos para a definição dos projetos de intervenção **109**

4 A intervenção da CNMMyLH no Conjunto Jesuítico da Igreja da Companhia de Jesus e da Residência dos Padres na Cidade de Córdoba, entre 1941 e 1949 **115**

4.1 O patrimônio tombado e restaurado em Córdoba **115**

4.2 Características do Conjunto da Igreja da Companhia de Jesus e da Residência dos Padres em Córdoba **119**

4.3 A intervenção da CNMMyLH no Conjunto **133**

4.3.1 Os projetos da CNMMyLH para a restauração **133**

4.3.2 Histórico da obra no Conjunto da Igreja da Companhia de Jesus e da Residência dos Padres em Córdoba **149**

Considerações Finais **159**

Fontes e Bibliografia **165**

Lista de Figuras **181**

Anexos (A, B, C) **188**

Introdução

Evocar a Argentina implica lembrar uma série de Monumentos e Lugares que se encontram instalados na memória coletiva de seus habitantes, sendo que alguns deles identificam o país ante o mundo, pelo fato de terem sido definidos como Patrimônio da Humanidade. Os *cabildos* de Buenos Aires e Salta, a Casa da Independência, em Tucumán, a missão jesuítica de San Ignacio Miní, em Misiones, as estâncias jesuíticas da província de Córdoba, a Igreja e Residência dos Padres Jesuítas na capital dessa última província, são ícones da identidade argentina resgatados, valorizados e restaurados na década de 1940 pela *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos* (CNMMyLH), órgão que centralizou as questões vinculadas ao patrimônio cultural do país e desenvolveu sua ação a partir de uma idéia de Nação Argentina que norteou suas estratégias, projetos e ações de trabalho.

A presente dissertação pretendeu contribuir para o estudo da história da preservação do patrimônio cultural na Argentina, relacionada ao trabalho da CNMMyLH entre 1938 e 1946, entendendo-o como uma ação cultural destinada à constituição de uma ordem simbólica, através da qual seus membros atribuíam valores a coisas e a acontecimentos como forma de resgatar um passado que se considerava útil para o presente. Assim, neste trabalho, cabe compreender como o patrimônio definido pela Comissão Nacional (CN) se transformou em um sistema capaz de promover a mediação entre o presente e o passado, entre uma Nação Argentina real e outra desejada, ganhando sentido, tanto para o grupo que o definiu, como para a coletividade nacional.

Ao percorrer esta dissertação, o leitor pode ter várias desconfianças: o que se pretende com esta pesquisa elaborada no Brasil sobre o patrimônio argentino?, o que pode ter de valioso para os brasileiros este trabalho?, e para os argentinos?, já não se escreveu o suficiente sobre a preservação cultural no contexto da construção discursiva das nações em ambos os países?.

Com o propósito de responder a tais questões, vale explicar que, no decorrer da pesquisa e do programa de pós-graduação, considerando a riqueza e a quantidade do material pesquisado (não só na Argentina, mas também no Brasil) e através do contato com diversos estudiosos que se preocupam em entender a América Latina como uma realidade, ganhou forma uma certeza que considero importante expor.

Trata-se da necessidade de ir além dos universos de referência apenas nacionais, através dos quais são analisados muitas vezes os objetos de estudo. A uma valiosa série de trabalhos sobre a história da preservação do patrimônio no Brasil, esta dissertação oferece a possibilidade de contemplar novos problemas, ou temas de estudo, que surgem ao se considerar que a preocupação com a preservação do patrimônio cultural na época de nosso interesse não se limitou ao contexto do país, permitindo enxergar referenciais no próprio continente, além dos europeus freqüentemente citados.

Vários países americanos já tinham, no começo da década de 1940, leis de preservação do patrimônio e órgãos dedicados a esse fim[1]. Pode-se, então, compreender o valor que adquire o trabalho no caso de se pretender abordar como objeto de estudo essa inquietação pan-americana pelo patrimônio cultural. A importância do conhecimento de cada uma das partes envolvidas é inquestionável. Neste sentido a dissertação pretende contribuir com o estudo de um caso particular: a análise do processo de construção do patrimônio cultural argentino entre 1938 e 1946, já que não se encontraram trabalhos que se aprofundassem na ação cultural da CNMMyLH durante esse período, considerando não apenas o conjunto de bens efetivamente tombados, mas também os discursos, as práticas e ações pelos quais determinados agentes atribuíram valores específicos ao patrimônio, a partir de sua própria formação profissional e cultural e visando à criação de uma ordem simbólica que permitiria não apenas explicar o presente, mas também influenciá-lo através da recuperação de valores reconhecidos no passado.

Por um conjunto de circunstâncias contingenciais, o trabalho foi realizado no Brasil, valendo-se da existência da série completa dos boletins da CNMMyLH dos anos de nosso interesse – como parte do acervo das bibliotecas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) e do Museu Paulista (MP) da Universidade de São Paulo. Foi igualmente fundamental para sua elaboração o estudo de textos de pesquisadores do Brasil sobre a história da historiografia argentina, tais como Stella Maris Scatena Franco e José Bendicho Beired, de autores comprometidos com a história do patrimônio brasileiro, como José Reginaldo Santos Gonçalves e Maria Cecília Londres Fonseca, e de teóricos, como Ulpiano Bezerra de Meneses, que estudam a memória como elemento para a reelaboração da identidade.

---

[1] Mario Buschiazzo comentava, no seu texto *"La Conservación de monumentos históricos y artísticos en América"*, de 1940, que tinha conhecimento da existência de serviços para a conservação do patrimônio em Cuba, no México, no Peru, no Brasil, no Uruguai e na Argentina, sendo que, segundo o arquiteto, apenas o México, o Brasil e a Argentina contavam com leis destinadas à proteção do patrimônio cultural (BUSCHIAZZO, 1940, p. 437- 439). Estes dados não foram aprofundados na presente pesquisa por fugir ao escopo da mesma.

Os dois primeiros autores mencionados permitiram contextualizar o pensamento dos principais historiadores pertencentes à CN e identificar quais os eventos históricos que estes valorizavam para construir uma narrativa nacional que podia orientar a definição do patrimônio. Considera-se aqui a idéia de Benedict Anderson, de que "Nação" é um artefato culturalmente "imaginado" produto de ações, idéias e valores humanos que projetam nessa construção o desejo de uma nação específica. Santos Gonçalves e Londres Fonseca levam ao campo concreto do patrimônio os conceitos elaborados por Anderson, aliando-os a outros vertidos por Richard Handler, em relação à "objetivação cultural", por François Choay, "patrimônio como alegoria", e por Alois Riegl sobre os valores atribuídos ao patrimônio, sendo que, para Santos Gonçalves, a Nação como *"comunidade imaginada"* pode vir a ser construída discursivamente, como uma literatura, uma língua nacional, uma raça, um folclore, uma religião, um patrimônio (GONÇALVES, 2002, p.14).

O estudo de Santos Gonçalves permitiu também compreender que determinadas entidades socioculturais como Nação, e mesmo a CNMMyLH como grupo, não são *"coisas no mundo natural"* mas a *"materialização imaginária de realidades humanas nos termos de um discurso teórico baseado no conceito de cultura"* (HANDLER, 1984 apud GONÇALVES, 2002, p. 15). O autor brasileiro também considera possível entender os patrimônios culturais como *"alegorias mediante as quais idéias e valores classificados como 'nacionais' vêm a ser visualmente ilustrados na forma de objetos, coleções, monumentos, cidades históricas e estruturas similares"* (2002, p. 28).

Em relação aos valores atribuídos, Londres Fonseca estipula que a definição de patrimônio como *"riqueza moral de toda nação"* (CHASTEL & BABELON, 1980 apud FONSECA, 2005, p. 59) surge da consideração de que sua definição está inserida em um projeto mais amplo, o de contribuir para a reelaboração da identidade nacional, sendo que os seus teóricos lhe atribuem a capacidade de reforçar a noção de cidadania (por se referir a bens que são propriedade de todos), e a de representar a Nação (por objetivar essa entidade). Assim o patrimônio, ele mesmo, se torna um documento ou prova material das versões oficiais da história nacional (FONSECA, 2005, p. 59).

A partir da análise do trabalho dos dois autores brasileiros chegou-se à compreensão das características da ação do "outro", neste caso o *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (SPHAN) do Brasil no período contemporâneo ao nosso estudo, o que possibilitou perceber com mais clareza a especificidade do caso argentino. Surgiu assim, pode-se dizer, a percepção de uma *"identidade preservacionista argentina"* entre 1938 e

1946, a qual tentou compreender-se em um processo fronteiriço: não apenas pela definição do que ela foi e fez, mas também do que deixou de fazer se comparada com o vizinho.

No decorrer da pesquisa detectou-se uma *"Idéia de Nação"* construída através de símbolos e representações, capazes de produzir sentidos sobre o que era "a Nação", sentidos com os quais o povo argentino podia identificar-se. Entre o final do século XIX e o começo do XX, produziu-se no país uma alteração na composição sócio-cultural do povo argentino, derivada da chegada de milhões de imigrantes, o que determinou mudanças nos costumes e uma ameaça aos esquemas de poder da sociedade tradicional. Estado Nacional e intelectuais tentaram atribuir legitimidade à ordem social preestabelecida e a principal ferramenta escolhida foi a educação, e dentro dela o ensino da história nacional.

Procurou-se então transmitir um relato histórico nas escolas que permitisse "argentinizar" o imigrante – principalmente europeu –, integrando-o na sociedade. Porém, o caráter educativo não esteve apenas vinculado à história[2]. A arquitetura, do mesmo modo, se converteu em ferramenta de integração através da construção de um passado arquitetônico grandioso e inventado, com o estilo Neocolonial, que foi apresentado para legitimar uma imagem de Nação já constituída no passado. O movimento Neocolonial também promoveu a busca de um estilo de arquitetura nacional, estimulada por inquietudes (surgidas depois da queda do modelo europeu de civilização como conseqüência da Primeira Guerra Mundial) que pretendiam definir as particularidades latino-americanas recorrendo ao passado.

Já na década de 1930 e nos primeiros anos da década de 1940, o Estado Argentino continuava buscando consolidar a nacionalidade e também se preocupava em definir o papel que a Argentina devia representar no contexto mundial entre guerras, assim a construção discursiva da Nação apoiou-se em várias modalidades.

As chaves para ler a Nação, no período, passaram por aspectos que destacavam diversas atitudes, tais como o incentivo à produção de bens diversificados nas diferentes regiões do país, à promoção do conhecimento do mesmo através do turismo, à exploração de recursos naturais (como o petróleo), à construção de enclaves modernizadores nas regiões de fronteira, ao ensino da história e da geografia nacional, à valorização da arquitetura nacional.

Do ponto de vista da valorização da arquitetura, tentou-se definir "o argentino" através do estudo sistemático da história da arquitetura nacional, da preservação do patrimônio arquitetônico do país e pela definição de um estilo próprio que acompanhasse as obras promovidas pelo Estado.

---

[2] O *"Serviço Militar Obrigatório"*, instituído na Argentina em 1901 foi outra forma de fomentar o sentimento patriótico e de "argentinizar" os filhos dos imigrantes e os argentinos com menos educação.

No marco da valorização e preservação da arquitetura nacional, este trabalho teve o intuito de analisar a atividade desenvolvida pela CNMMyLH na Argentina entre 1938 e 1946, começando por entendê-la como uma obra resultante de ações humanas, que podem ser localizadas tanto histórica quanto sócio-culturalmente. Esta ação foi conduzida por determinados agentes sociais, os membros da Comissão – principalmente historiadores, mas também advogados[3] arquitetos e um museólogo – os quais promoveram a criação de uma ordem simbólica que permitiu contrapor um desejo à realidade do momento: o de uma Nação definida no passado, que representava todos os valores requeridos para o presente.

Assim, o trabalho teve por objetivo entender a atuação da CN desde seus aspectos mais amplos – seus discursos, visando identificar quais foram os valores atribuídos pela Comissão, quem os atribuiu, a que elementos, com que procedimentos, com quais objetivos –, até os mais específicos – a ação concreta no patrimônio arquitetônico, apontando para o estudo da intervenção que o órgão realizou no Conjunto da Igreja da Companhia de Jesus e da Residência dos Padres em Córdoba.

A justificativa da última análise proposta, embora tenha um componente afetivo e prático (a mestranda é originária da cidade de Córdoba, o que facilitou o acesso aos arquivos que alojam o material da pesquisa e a estudiosos qualificados), consiste em acreditar que este estudo possa dar sua contribuição para uma compreensão mais completa da ação da CN.

A intervenção realizada na Igreja da Companhia de Jesus e na Residência dos Padres em Córdoba deve ser entendida não apenas por suas características físicas, que materializam as idéias que a Comissão tinha sobre o patrimônio e sua preservação, mas como resultante de forças encontradas, que eram produto do ambiente sócio-cultural e dos limites impostos pela realidade econômica e humana.

Essa intervenção apresenta características destacáveis no contexto dos outros trabalhos realizados pelo órgão no período de nosso interesse, pela importância das obras propostas, do montante investido e da alta inventividade para solucionar os problemas que se apresentavam.

O estudo da intervenção da CN no Conjunto Jesuítico da cidade de Córdoba também é necessário porque, enquanto outros trabalhos realizados pela Comissão entre 1938 e 1946, como os feitos em San Ignacio Miní, nos *cabildos* de Buenos Aires e Salta, na Casa Histórica de Tucumán, foram apresentados por Mario Buschizzo, arquiteto adstrito à CN, como

[3] Na presente Dissertação não foi estudada a formação jurídica dos membros da Comissão. Esta questão, consideramos, demandaria um aprofundamento que requer o apoio de especialistas na História Jurídica da Argentina.

modelos de intervenção e foram motivo de análises aprofundadas por parte de outros pesquisadores, não foram localizados estudos completos sobre essa intervenção cordovesa.

Esta lacuna detectada é incompreensível, ao se considerar que outros aspetos de sua história (história colonial, do século XIX e das primeiras décadas do século XX) foram devidamente estudados e que este Conjunto tem um papel importante nos debates sobre a preservação do patrimônio nacional ainda hoje[4].

O Capítulo 1 da dissertação, *"O contexto de criação da 'Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos' (CNMMyLH): a definição do 'ser nacional'"*, embasou-se em vários trabalhos que permitiram localizar a ação cultural dos membros da Comissão em um contexto maior, que se preocupava em definir o que significava ser *'nacional'* na Argentina. Textos como os dos argentinos Cristian Buchruker, María Teresa Gramuglio e Oscar Terán permitiram determinar o contexto sócio-cultural. Os trabalhos de María Stella Svampa, José Bendicho Beired e Stella Maris Scatena Franco contribuíram para compreender o pensamento dos historiadores envolvidos na Comissão. E os de Adrián Gorelik, Anahí Ballent e Carlos Page esclareceram questões vinculadas ao âmbito da história da arquitetura e da preservação do patrimônio.

Este capítulo pretendeu ainda, considerando o exame de fontes relacionadas aos Congressos Pan-americanos de Arquitetos, compreender a dimensão pan-americana do assunto, desvelando a existência de um âmbito supranacional no qual se discutiu o patrimônio cultural e se tentou consolidar redes de intercâmbio vinculadas ao tema.

O capítulo visou também incluir a criação da CNMMyLH nesse contexto, especificando sua composição e o pensamento de figuras relevantes que nela atuaram, como Ricardo Levene, o ex- governador de Córdoba, Ramón J. Cárcano, o museólogo Enrique Udaondo e os arquitetos Mario Buschiazzo e Carlos Onetto.

Do levantamento das fontes primárias surgiu a possibilidade de análise dos Boletins da Comissão[5] no período de nosso interesse para assim perceber as especificidades da ação da

---

[4] Em 2004 diagnosticou-se o estado grave em que se encontrava o teto da *Capilla Doméstica*, local pertencente ao conjunto, infestado por cupins, o que provocou o pedido de ajuda dos padres jesuítas, donos do prédio, ao Estado Provincial. Esta intervenção, realizada pela Agência Córdoba Ciência com a colaboração dos Patologistas de Monumentos Históricos da *Universidad Nacional de Córdoba*, denota uma característica que têm assumido as mais importantes intervenções no patrimônio da província nos últimos anos: ante a falta de rápida ação dos órgãos que deveriam tutelar o patrimônio produz-se a intervenção do governo provincial, que financia trabalhos de recuperação e conservação, no melhor dos casos, ou de "re-funcionalização" com critérios bastante discutíveis. Cabe destacar aqui que a intervenção contemporânea no conjunto jesuítico foi aberta à consideração de diversas comunidades acadêmicas, por iniciativa dos jesuítas e especialmente do Padre Cravena, permitindo a manifestação de entendidos no assunto, sempre com a intenção de se avaliar a melhor forma de intervir.

[5] Material básico para este trabalho, os Boletins da CNMMyLH da Argentina (1938-1946), localizados em bibliotecas da USP, foram uma prova a mais do mencionado intercâmbio latino-americano.

CN. O exame deste material possibilitou a elaboração do Capítulo 2, *"A CNMMyLH entre 1938 e 1946"*, no qual foram consideradas as particularidades da ação do órgão, através do exame da legislação que ordenava seu trabalho, do estudo de aspectos peculiares – como a aliança que existiu entre projetos do Estado Nacional e os desenvolvidos pela instituição – e a importância que tinha a educação patriótica do povo para o órgão. Neste capítulo levaram-se em consideração os diversos meios pelos qual o órgão divulgou suas ações e fixou a memória.

No Capítulo 3, *"O patrimônio tombado e restaurado pela CNMMyLH entre 1938 e 1946"*, aprofundou-se nas categorias definidas pela Comissão (Lugares, Monumentos e Sepulcros). Analisaram-se os decretos de tombamento entre 1938 e 1946 promovidos pela CN, com o objetivo de ponderar quais foram os critérios que regeram a seleção dos bens e justificaram sua proteção, bem como quais os valores atribuídos pelos seus membros ao patrimônio. Visou-se captar inclusive os princípios de restauro utilizados, resgatando os conceitos e teorias que possivelmente os influenciaram e os procedimentos seguidos para definir os projetos de intervenção no patrimônio.

Finalmente no Capítulo 4, *"A intervenção da CNMMyLH no Conjunto Jesuítico da Igreja da Companhia de Jesus e da Residência dos Padres na Cidade de Córdoba entre 1941 e 1949"*, almejou-se entender o projeto de patrimônio que tinha a CN para a província de Córdoba, concentrando o exame em um caso particular: a intervenção na Igreja da Companhia de Jesus e na Residência dos Padres. O escopo do último capítulo foi, não só analisar os valores conferidos ao patrimônio de Córdoba e concretamente ao Conjunto Jesuítico da Igreja e da Residência, mas também, contribuir para o complemento da história deste último no século XX, e, assim, para a sua preservação ao se considerarem as possíveis intervenções futuras que necessitem consultar um registro e uma avaliação sobre os trabalhos realizados na década de 1940. Para tanto, examinaram-se as características específicas do conjunto que promoveram um juízo de valor sobre *que* e *como* deveria ser realizada a intervenção da CN. Posteriormente, estudaram-se os projetos desenvolvidos entre os anos 1941 e 1949 pela Comissão para a igreja e a residência, tentando detectar os princípios metodológicos e conceitos que os nortearam, e descrevendo as características históricas e tecnológicas da intervenção.

Capítulo 1

O contexto de criação da "Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos" (CNMMyLH): a definição do "ser nacional"

1.1 A história e a educação patriótica do povo argentino

A fé no mito do "progresso indefinido" e a idéia de um "destino nacional de grandeza" foram valores presentes na Argentina a partir do fim do século XIX. O progresso adquiriu no país o duplo caráter de acumulação material e melhoria social e expressou-se de distintas formas no decorrer do tempo, de acordo com os programas desenvolvidos pelos governos vigentes.

A Argentina havia conseguido, nas últimas décadas do século XIX, posicionar-se como país agro-exportador, sendo responsável por 50% das exportações da América Latina. O país chegou à Celebração do Centenário da Revolução de Maio com vontade de mostrar ao mundo os avanços alcançados em tão pouco tempo e com poder econômico para essa demonstração.

Por volta do Centenário da Revolução de Maio[6], em 1910, o progresso material manifestava-se na modernização das principais cidades (Buenos Aires, Rosário e Córdoba), através de uma série de obras destinadas a transformá-las em *cidades européias na América*.

Assim o governo quis dotar as principais cidades de espaços representativos do Estado Moderno – tribunais e edifícios governamentais – e de locais destinados à alta burguesia – passeios, museus, teatros etc. Através dessas obras conseguiu-se uma resolução cenográfica do espaço público monumental e o progresso fez-se visível nas cidades.

[6] Em 25 de Maio de 1810 se produz a *Revolución de Mayo*, passo para a Independência Argentina declarada em 9 de julho de 1816 na cidade de Tucumán.

Para o quadro positivo do começo de século XX, contribuíram os milhões de imigrantes vindos principalmente da Europa[7] (como parte de um projeto de governo destinado a promover a modernização do país), que conferiram às cidades um caráter cosmopolita e provocaram mudanças profundas na ordem social.

Apesar do entusiasmo do governo, os intelectuais da época vislumbraram problemas em tal situação. Estes perceberam, no começo do século XX, a necessidade de colaborar para a formação de uma consciência nacional, considerando que a identidade nacional estava em processo de "reelaboração"[8] em um país onde os imigrantes europeus compunham mais de 50% da população de várias cidades.

À situação de heterogeneidade social deve-se somar a ação de grupos anarquistas que dirigiram os movimentos operários na Argentina do final do século XIX e começo do século XX. O conjunto dessas forças produziu um ambiente de conflito social que se constituía em um contraponto à imagem de otimismo oficial.

A preocupação com a questão da imigração aliada ao problema social generalizou-se a partir do início do século XX. O Estado encarregou, então, diversos intelectuais de realizar uma série de trabalhos, com o objetivo de estabelecer as bases para o debate sobre o papel da educação na formação da nacionalidade. Assim, em 1908, o governo enviou o escritor Ricardo Rojas à Europa com a missão de avaliar o processo de ensino da História Nacional em diversos países. Esta pesquisa resultou no livro *A Restauração Nacionalista*, escrito em 1909, cujo objetivo era a definição de um processo no qual a educação, e dentro dela o aprendizado da história e da língua, era essencial para a formação da nacionalidade argentina (SVAMPA, 1994, p. 97-98).

Scatena Franco explica que

> [à] época do Centenário da Revolução de Maio em 1910**, o ensino da História Nacional tinha se transformado em um instrumento** por meio do qual as elites intelectuais, sobretudo o setor ligado à educação, buscavam forjar uma **consciência nacional**, debelando as conseqüências da imigração e amenizando as tensões sociais (FRANCO, 2000, p. 54, grifo nosso).

---

[7] Explica Lobato que entre 1870 e 1914 ingressaram na Argentina quase oito milhões de pessoas, das quais um pouco mais da metade voltou a seus países de origem (2000c, p. 470).

[8] Considera María Teresa Gramuglio que as identidades não são monolíticas nem essenciais, e sim que se re-constroem, reconhecendo os sujeitos espaços múltiplos de pertença (GRAMUGLIO, 1994, p. 26). Ulpiano Bezerra de Meneses especifica que, embora o conceito de identidade implique "semelhança a si próprio", ela é atribuída, mantida e transformada socialmente (1984, p.33). Este processo, considerado por este historiador como de "auto-referência", é fronteiriço, já que o fato de se auto-identificar faz-se também por exclusão, considerando não apenas "quem eu sou", mas "quem eu não sou" (MENESES, 2007).

Nesse contexto de preocupação com a formação da nacionalidade, a participação ativa de Ricardo Levene, presidente da *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos* (CNMMyLH) entre 1938 e 1946, foi crucial. Professor de História do Colégio Nacional de Buenos Aires, Levene teve uma ampla participação na vida intelectual do país, ele atuou como presidente da *Junta de Historia y Numismática Americana* (JHNA)[9] e posteriormente da *Academia Nacional de la Historia* (ANH), contribuindo para a construção da idéia de "Nação Argentina" (FRANCO, 2000, p. 57). A publicação, em 1912, de seu manual *Lecciones de Historia Argentina*, destinado a alunos do ensino secundário, exerceu papel fundamental nesse processo. Em relação ao ensino da História Nacional, Levene expressava, em 1908, a necessidade de *"dar carácter eminentemente patriótico a la enseñanza"*, com o objetivo de transformar o ambiente de cosmopolitismo presente até nas escolas (FRANCO, 2000, p. 54).

Cabe destacar que a História que se pretendia transmitir na época da celebração da Independência era aquela considerada "oficial"[10]. A versão oficial ou liberal aparece como uma confirmação de um sistema institucional que aceitava o sufrágio universal e as instituições republicanas, que estimulava o contato com a cultura francesa e que se converteu em provedor de matérias-primas para as indústrias inglesas[11]. Svampa escreve que, para os autores da História Liberal, o momento mais elevado *"de la historia argentina era el de la fundación de la nacionalidad por obra de grupos liberales y la consolidación de la independencia por los esfuerzos del General San Martín"* (1994, p. 173).

Para estes historiadores, o período da Independência, e concretamente a *Revolución de Mayo*, era considerado como *"ponto culminante da história argentina, quando a nação se materializa, adquirindo uma personalidade própria"* (FRANCO, 2000, p. 80).

A versão oficial da História Argentina também tendeu a legitimar o processo de consolidação do Estado levado a cabo pelos governos liberais, tanto os da primeira como os

---

[9] A JHNA foi fundada por Bartolomé Mitre em 1893 (de GANDIA, 1961, p. XLVIII) e vários de seus membros viriam compor a futura CNMMyLH entre 1938 e 1946, por exemplo Enrique Udaondo, Ramón J. Cárcano, Luis Mitre, Rômulo Zabala, Benjamín Villegas Basavilbaso, Emilio Ravignani e Ricardo Levene.

[10] A versão oficial tinha tido origem na obra de Bartolomé Mitre e Vicente Fidel López e estabelecia que os pais da nação (membros das classes liberais, consideradas ilustradas e superiores ao resto da população) tinham introduzido na Argentina as formas institucionais próprias das nações civilizadas da época.

[11] Como explica Lobato, nesse sistema as decisões eram tomadas por homens habilitados pela riqueza, a educação e o prestígio e, ao estarem essas características muitas vezes estreitamente vinculadas ao poder político, definiu-se a coincidência como *oligarquia* (2000b, p. 190). Ao se falar em oligarquia liberal na Argentina do final do século XIX e começo do XX, faz-se referência à capacidade de governar derivada do controle e do poder econômico de um grupo que se considerava superior (governo dos notáveis).

da segunda metade do século XIX, realçando seus feitos. A partir da atuação dos governos liberais do final do século XIX,

> Argentina adquirió los rasgos más perdurables que la colocaron entre las naciones más modernas entre los países latino americanos […] El territorio que hoy consideramos como el de la Nación fue ocupado militarmente y las poblaciones indígenas (Patagonia – Chaco) derrotadas por las armas; solo así sus tierras fueron expropiadas definitivamente y la población fue confinada en reducciones y obligada a insertarse en un mundo que se definía como moderno. La aceleración de las transformaciones económicas significó una incorporación desigual de las diferentes regiones, sectores y clases sociales (LOBATO, 2000a, p. 11).

Mas o contexto no qual se formaram os historiadores liberais mudou no decorrer das primeiras décadas do século XX. Os governos conservadores de 1880 a 1916 exerceram uma hegemonia sustentada a partir do controle das sucessões presidenciais. Não existia uma democracia real, uma vez que os próprios governantes escolhiam seus sucessores. No entanto a preponderância deste grupo começou a sofrer os embates dos movimentos trabalhistas, inclusive com a realização de greves. Com a criação do partido político *Unión Cívica* em 1890, começou-se a perceber a possibilidade de que as classes menos abastadas ascendessem ao poder. Efetivamente, em 1916, Hipólito Yrigoyen, candidato deste grupo, transformado na *Unión Cívica Radical* (UCR), ganhou a primeira eleição presidencial democrática do país[12]. Seus dirigentes consideravam que a mobilidade social própria da Argentina, com a possibilidade de progresso material pessoal, era um fator de dissolução dos conflitos sociais. Assim, promoveram um governo que associou a democracia aos princípios progressistas da república liberal. Ao caracterizar os liberais e os membros da UCR, Buchrucker explica que

> En lo fundamental ambos constituían variaciones de una estructura mental e institucional común. Los conservadores encarnaban lo que en Europa solía entenderse como liberalismo de derecha, siendo los radicales [miembros da UCR] liberales plenamente democráticos (BUCHRUCKER, 1987, p. 28, grifo nosso).

Nesse contexto de rupturas e continuidade das idéias do velho regime, existiu na década de 20 a preocupação com a formação de historiadores profissionais, promovida pelo Estado. Surgiram diversos institutos dedicados às pesquisas históricas, como os da Faculdade

[12] Foi com a Lei 8.871, ou Lei Sáenz Pena, que se estipulou o sufrágio universal masculino, secreto e obrigatório na Argentina. Paula Alonso especifica que a UCR começou a participar de eleições no princípio de 1912, pouco antes que a reforma eleitoral promovida pela lei antes citada fosse aprovada. O partido político ganhou nesse ano as eleições para governador e legisladores na província de Santa Fé, encorajando seus dirigentes a concorrer pelas eleições presidenciais em 1916 (2000, p. 257-58).

de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, fundado por Emilio Ravignani, e o estabelecido por Ricardo Levene na Universidade de La Plata. Nessa década também se fundaram os Arquivos Históricos da Província de Buenos Aires e oficializou-se a JHNA. Estas iniciativas respondiam, segundo Beired a

> [...] uma necessidade estadual de construir uma nova consciência histórica que desse conta das transformações da sociedade argentina [...] [Estas instituições tentaram] reconsiderar a história nacional de modo a superar o maniqueísmo tanto dos liberais como dos que reivindicavam a tradição federal (BEIRED, 1999, p. 236-237, grifo nosso).

Ravignani e Levene, membros da CNMMyLH a partir de 1938, mantiveram o intuito do começo do século de difundir a história nacional para o fortalecimento do sentimento patriótico da população, formando a chamada Nova Escola Argentina de História.

Tanto Scatena Franco quanto Beired consideram que os historiadores da Nova Escola (entre os quais este trabalho destaca principalmente Ricardo Levene, por se entender seu papel relevante na definição do patrimônio cultural no seio da CNMMyLH entre 1938 e 1946) não chegaram a construir uma interpretação significativamente diferente da liberal (BEIRED, 1999, p. 237; FRANCO, 2000, p. 74). No entanto, Scatena Franco reconhece, no estudo que faz da obra de Levene (*Lecciones de Historia Argentina*), algumas valorizações feitas pelo primeiro presidente da CNMMyLH, e não pela historiografia liberal.

Destaca a historiadora o resgate da História Colonial. Sobre o assunto comenta:

> Novas preocupações com o fazer histórico iriam ser a marca da diferenciação desta corrente historiográfica com relação ao trabalho desenvolvido desde a segunda metade do século XIX até então: a História Colonial começava a despertar interesse por parte desses historiadores [...] (FRANCO, 2000, p. 74).

Levene entendia que o período colonial na Argentina tinha sido de preparação para o momento do nascimento efetivo da nação: a Revolução de Maio, e reconhecia nele traços peculiares que teriam contribuído para a formação da nacionalidade argentina, caracterizada por um espírito rebelde e simpático à emancipação (FRANCO, 2000, p. 97). Dessa forma, o historiador concluía:

> Así la Revolución de 1810 reconoce un origen popular y la soberanía y fuerza de esta entidad pueblo no es una improvisación, sino una resultante histórica. Desde los primeros tiempos de la colonización y conquista se producen movimientos democráticos, explosiones revolucionarias durante los

> tres siglos coloniales, que van preparando y formando esta entidad anónima, la gran masa popular que no gobernaba a través de la ley, pero que sentía en si impulsos y fuerzas suficientes para el gobierno propio y para la emancipación. Fue tan democrática la Revolución que no tuvo caudillos, sino inspiradores y directores de la voluntad popular (LEVENE, 1937 apud FRANCO, 2000, p. 98- 99).

A importância do período espanhol na Argentina pode observar-se, segundo Scatena Franco, na valorização que fez Levene do *cabildo*[13], instituição que permitiu desenvolver uma tipologia arquitetônica específica, e que teria contribuído para o desejo de independência dos argentinos. Para a autora:

> No manual de Ricardo Levene [...] o autor também defende que, no tocante aos hábitos e instituições, os espanhóis teriam tido uma grande parcela de contribuição, legando à colônia do Prata a índole guerreira e a formação municipal [...] Ao referir-se à formação municipal, Levene está aludindo à existência dos cabildos na América, que foram instituições trazidas da Espanha. Para este autor, ao lado das dificuldades de comunicação e da dispersão do território argentino durante a maior parte do período, os cabildos teriam influenciado na população o desenvolvimento de um espírito localista (FRANCO, 2000, p. 94 - 95).

Apóia esta observação Cattaruzza, quando escreve que *"os vínculos da história argentina com a espanhola e a consideração favorável da ação espanhola na América eram expressos por Levene"* (2001, p. 463).

Levene também apreciava a participação dos sacerdotes católicos na Revolução de Maio. Em seu manual escrevia:

> Desde mediados del siglo XVIII comenzaron a difundirse por América los principios liberales de economistas y aun de teólogos y juristas. El Clero fue impregnándose lentamente de ese espíritu nuevo. El hecho es tanto más evidente cuanto que producida la revolución de 1810 su inmensa mayoría abrazó la causa de la revolución. En el cabildo abierto del 22 de mayo, de los 246 vecinos presentes figuraban 26 sacerdotes. (LEVENE, 1937, p. 318).

Embora haja algumas diferenças, percebe-se que o discurso histórico de Levene teve importantes vínculos com a historiografia liberal. Nesse sentido cabe mencionar o mérito atribuído à Revolução de Maio e ao Republicanismo. E, entre as figuras que o historiador destacou, está o general San Martín, personagem admirável para a historiografia liberal, de

---

[13] Instituição que, na época da colônia, administrava as questões legais, jurídicas e militares das vilas, também é o nome que recebe sua correspondente tipologia arquitetônica.

qualidades morais e habilidades militares que deveriam ser consideradas exemplares para a formação patriótica do povo: *"Si el patriotismo consiste en hacer obra generosa y grande para los demás, con el olvido de si propio, San Martín puede citarse como un singular ejemplo de patriota"* (LEVENE, 1937 apud FRANCO, 2000, p. 117), cuja participação na luta militar de libertação dos países vizinhos, Chile e Peru[14], era enfatizada.

Segundo Beired, a historiografia liberal considerava os caudilhos[15], e principalmente Juan Manuel de Rosas[16], *"o símbolo maior dos aspectos negativos da herança espanhola para a América independente"* (1999, p. 245). Como se verá adiante (p. 91-93), a CNMMyLH não considerou positiva a figura de Rosas, mas sim sua derrota frente a Justo J. de Urquiza[17]. Outros caudilhos, como Facundo Quiroga, Juan Bautista Bustos[18] e Estanislao López[19], foram lembrados, direta ou indiretamente nos tombamentos realizados pela Comissão, mas não necessariamente de forma positiva.

---

[14] José de San Martín (1778-1850), militar argentino, é conhecido como o Libertador da América. Apoiou a causa da independência americana do domínio espanhol, deixando de lado as lutas para a formação de um Estado nos territórios do ex-Vice-reinado do Rio da Prata. Com esse objetivo formou um exército na província argentina de Mendoza, de onde avançou até o Chile, proclamando sua independência em fevereiro de 1818. Comandou também a expedição ao Peru, a qual terminaria com a independência desse país em 1821 (GOLDMAN, 2005, p. 56).

[15] Sobre o caudilhismo, explica Noemi Goldman que, na maioria dos estudos sobre o assunto na América, no século XIX, predominou a idéia de que o caudilho era um chefe local que conduzia grupos rurais, em uma luta contra o governo e as elites urbanas. Conceito que foi associado, segundo a mesma autora, à idéia apresentada por Domingo Faustino Sarmiento, no seu livro *Facundo*, sobre o caudilho Juan Facundo Quiroga (1788-1835), onde se afirma que os caudilhos teriam impedido o estabelecimento dos poderes legais e as instituições republicanas (GOLDMAN, 2005, p. 118). Para explicar outras posições, que sobre o caudilho Quiroga tiveram historiadores posteriores, recorremos a um texto do brasileiro Rodrigo Otavio publicado originalmente no jornal *"La Nación"*, em 1935: *"Al respecto del famoso caudilho de los llanos [Facundo Quiroga] mucho se ha escrito en la Argentina y el tumulto de su vida atrajo realmente la pluma del historiador y del novelista. En esa producción sobre la figura extraña se destacan en la literatura argentina tres grandes libros. Primero el 'Facundo', de Sarmiento en el que el caudillo es representado como el genio del mal, ensangrentado, inhumano y temible. Gracias al prestigio del autor y a lo incisivo de su narración heroica fue en el 'Facundo' de Sarmiento donde, por mucho tiempo, sin impugnación o discordancia, se incorporó el sombrío personaje. Un día, años pasados, sin embargo, surgió una obra de un joven profesor, que se transformó en un nombre destacado de su tierra, el 'Juan Facundo Quiroga' de David Peña. Era un ensayo de rehabilitación de la memoria del general Quiroga, basada en documentos desconocidos por Sarmiento y en nuevos elementos de apreciación. En las páginas de ese libro el caudillo aparece más humano y aliviado de algunas de las tremendas cargas con que lo cubrió el libro anterior. Llegó más tarde a la luz el tercero de los grandes libros sobre Quiroga [el 'Facundo Quiroga' de Ramón J. Cárcano][…]"* (OTAVIO, 1999, p. 87, grifo nosso).

[16] Juan Manuel de Rosas: (1793-1877), general e político argentino. Governador de Buenos Aires entre 1829 e 1832, foi re-eleito no cargo em 1835, conseguindo se manter no poder até 1852, ano em que foi vencido por Urquiza na batalha de Caseros. A tradição liberal apresentou a experiência rosista como um exemplo de um regime despótico, anti-republicano e desviado dos princípios da Revolução de Maio (SALVATORE, 2005, p. 333).

[17] Justo José de Urquiza (1801-1870), militar e político argentino, foi governador da província argentina de Entre Ríos, e derrotou o ditador Juan Manuel de Rosas (na batalha de Caseros em 1852), sendo proclamado Diretor Provisional da Confederação Argentina, assumiu depois o cargo como presidente do país conforme a Constituição de 1853.

[18] Juan Bautista Bustos (1779-1830), governador da província de Córdoba (1820-1825).

[19] Estanislao López (1786 - 1838), governador da província de Santa Fé (1818- 1838) promulgou em 1819 um texto constitucional destinado a essa província argentina.

Ricardo Levene ampliou a capacidade educativa da história ao continente latino-americano. Como prova disso, tem-se sua participação em vários projetos e comissões dirigidos à redação de uma história comum para a América e à revisão de textos sobre história dos diferentes países deste continente. Em relação ao assunto, escreve Carlos Heras:

> Consagrado durante toda su vida a la docencia en materias históricas, Levene tuvo claro concepto de lo que una adecuada orientación en la enseñanza de esta asignatura podría contribuir a la formación del espíritu nacional y al crecimiento de la solidaridad entre los países americanos […] Se trataba de dar cauce en la enseñanza de la historia a un sano nacionalismo, sin adulterar ni ocultar hechos que pertenecen a la tradición de los pueblos, bastaba exponerlos con un criterio objetivo sin intención agresiva, inspirando sólo en el propósito de abarcar integralmente el pasado, sin hacer de los textos alegatos destinados a deformar el pasado y crear en la masa odios y prevenciones contra otros países. (HERAS, [sem dados da publicação], p. 79).

A preocupação de Levene em contribuir para a formação da consciência histórica do povo argentino e para fortalecer os vínculos entre os países latino-americanos continuou na década de 1930, em um quadro político e cultural que mudou.

Grupos nacionalistas, aliados aos liberais, promoveram um golpe de estado durante a segunda presidência de Hipólito Yrigoyen, da *Unión Cívica Radical*, já que consideravam a transição do governo democrático à instalação de um governo de esquerda como uma certeza. O golpe de setembro de 1930 estabeleceu a presidência do general José F. Uriburu[20], mas este foi substituído em 1932 por uma coalizão encabeçada pelo general Agustín P. Justo que, com o intuito de controlar a sucessão presidencial em 1937, promoveu eleições fraudulentas[21].

---

[20] Com o golpe começou a presidência de Uriburu, a qual durou até 1932, período em que se consolidaram os denominados movimentos Nacionalistas. A expressão Nacionalismo tende a englobar um "*multicolor conjunto de grupos políticos, publicaciones y escritores que aparecieron a fines de la década de 1920"* (BUCHRUKER, 1987, p. 13) e na Argentina caracterizou-se por uma oposição aos liberais e aos socialistas. Alguns nacionalistas evidenciaram um espírito antidemocrático e essa expressão não deve ser confundida com outras utilizadas neste trabalho tais como "atitudes nacionalistas", "defesa dos interesses nacionais", "identidade nacional", "consciência nacional", "substrato ideológico nacionalista", expressões que salientam a preocupação pela definição do que era "ser nacional" ou "ser argentino" e pela defesa dos valores que podiam contribuir para a formação da nacionalidade argentina, atitude que permeou todo o período analisado e foi compartilhada por intelectuais de diferentes orientações.

[21] Explica Luciano de Privitellio que o general Justo foi um candidato que utilizou diversos discursos e habilidades para ganhar as eleições presidenciais de novembro de 1931, foi "*continuador o crítico de la Revolución, radical, masón o católico, conservador, nacionalista o liberal, general o ingeniero, todo a medida de la ocasión"* (2001, p. 120). Justo movimentou suas influências no governo para evitar a apresentação de candidatos da UCR na eleição de 1931, assim a ganhou com tranqüilidade apoiado pelos partidos políticos conservadores do interior, pelo Partido Socialista Independente e pela Igreja Católica. Justo confiava em uma rápida normalização do sistema político e não via uma razão para abandonar o sistema republicano, guardando a ilusão de se transformar no futuro em líder da UCR e novamente presidente da Argentina, desta vez como candidato democrático. Mas nas eleições de 1937 a UCR se aglutinou em torno da figura do candidato Alvear, e se percebeu que nenhuma manobra pública poderia garantir a Justo o controle da sucessão presidencial. Assim

Como resultado de tais manobras, verificou-se o triunfo de Roberto M. Ortiz nesse mesmo ano.

Nesse complexo contexto, historiadores de todas as orientações ideológicas continuavam entendendo que através do conhecimento da História se poderia compreender o que era a *"Alma da Nação"* e que seu ensino tinha poder para garantir o sentimento patriótico. Assim como eles, o Estado, os responsáveis pela educação e os partidos políticos, ao que parece, também acharam que o estudo do passado poderia ter um efeito positivo no presente.

As diferenças e polêmicas entre diversos grupos de historiadores, principalmente entre os historiadores "oficiais" e os "revisionistas"[22], não impediram que alguns trabalhassem em projetos conjuntos, com o objetivo de fortalecer o sentimento patriótico do povo. Explica Cattaruzza que

> […] la imagen de un mundo político y cultural dividido en dos bloques uniformes y autoconcientes de las tradiciones que los sostenían, enfrentados en un combate claro y central- "liberales" enfrentados a "nacionalistas", "democráticos" a "autoritarios", historiadores "oficiales" a "revisionistas", "fraudulentos" a "populares", no parece sostenerse ya. El cuadro fue mucho más complejo y menos ordenado; en él la identificación de propios y ajenos se realizaba un poco a tientas, y los límites de los diversos grupos se reconstruían con frecuencia (CATTARUZZA, 2001, p. 13).

Nesse contexto de alinhamentos múltiplos, surgiu em 1938 a *Comisión Nacional de Museos y Lugares Históricos*, primeiro nome que teve a CNMMyLH, órgão que centralizou as questões de definição e preservação do patrimônio nacional. Formada por membros da antiga JHNA, como Benjamin Villegas Basavilbaso, Rómulo Zabala, Luís Mitre, Enrique Udaondo, Ramón J. Cárcano, Emilio Ravignai e Ricardo Levene, que não compartilhavam necessariamente as mesmas idéias (por exemplo, Udaondo foi descrito como *"pontífice máximo do nacionalismo"* – CATTARUZZA, 2001, p. 465 –, Cárcano como *"benjamín de la generación del ochenta"* – BOSCH, 1996, p. 197 –, e Levene e Ravignani formavam parte da Nueva Escuela de Historia), contou ainda com a colaboração do secretário Ismael Bucich

---

segundo de Privitellio *"surgió su decidido compromiso con el fraude electoral"*, promovendo a alteração e a manipulação dos resultados eleitorais.

[22] O *Revisionismo* propôs uma inversão na interpretação da história argentina, opondo-se à visão oficial ou liberal. Explica M. Svampa (1994, p. 173) que, embora os principais mentores do Revisionismo Histórico se concentrassem na década de 1930, *"se reconoce en general la emergencia de un "primer revisionismo" entre 1880 y 1914, caracterizado tanto […] por el interés de presentar explicaciones más racionales de las guerras civiles como por el cuestionamiento de la dicotomía sarmientina Civilización y Barbarie […] Entre estas primeras lecturas heterodoxas se destacan la obra de Saldías, publicada entre 1881 y 1816,* ***La Historia de Rosas y su época****; la de Ernesto Quesada****, La época de Rosas, su verdadero carácter histórico (1898)****, el* ***Estudio de las guerras civiles*** *de Juan Álvarez (1912), a las que se le agregan una serie de conferencias realizadas en 1922 por Carlos Ibarguren sobre Rosas"*.

Escobar, que participou da *"Comisión de Repatriación de los Restos de Rosas"*, figura histórica repudiada pelos liberais e resgatada pelos revisionistas.

A Comissão definiu um patrimônio que ajudou a estabelecer uma consciência e uma memória nacional. Assim, a história foi considerada *"Mestra da Vida"*[23], explicando Scatena Franco que *"neste sentido o passado deveria servir de exemplo e de lição, guiando os indivíduos e orientando suas ações no presente"* (FRANCO, 2000, p. 115), e o patrimônio assumiu seu papel como *"Mestre da História"*.

1.2 A valorização do nacional na cultura material argentina

A maioria dos países americanos que haviam adquirido sua independência do domínio europeu no século XIX ingressou no século XX em um contexto de renovação e transformações, conseqüência da queda do modelo cultural e econômico da Europa durante a Primeira Guerra Mundial e das mudanças que implicavam a imigração e o progresso.

A busca de parâmetros que orientassem a produção arquitetônica nesse contexto recorreu às próprias raízes, o que se traduziu na valorização da Arquitetura Colonial.

Tal valorização promoveu o surgimento do "Renascimento Colonial" ou movimento "Neocolonial", uma tentativa de dar resposta à necessidade de definir um Estilo Nacional na arquitetura.

Ao se caracterizar o Neocolonial, às vezes, se consideram as palavras "forma", "volume" e "linguagem", o que permitiria entender tratar-se de um movimento sem maiores pretensões, salvo o da composição eclética a partir de formas americanas. Nesse sentido, afirma-se: *"El movimiento Neocolonial fracasó en el plano de la arquitectura porque [...] se reduce a historicismo formal"* (GUTIÉRREZ, 1983, p. 550), podendo-se concluir esses comentários, segundo Margarita Gutman, *"com um epitáfio de chumbo: o neocolonial teve boas intenções e resultados fracos"* (1987, p. 48). Essas afirmações de fracasso baseiam-se no fato de que o movimento resgatava às vezes apenas valores formais e de que, muitas vezes,

[23] Definição do orador romano Cícero para a função pedagógica da história: *"A história é testemunha do passado, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, anunciadora dos tempos antigos"* (*"Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae; magistra vitae, nuntia vetustatis"*, De oratore, 2, 9, 36).

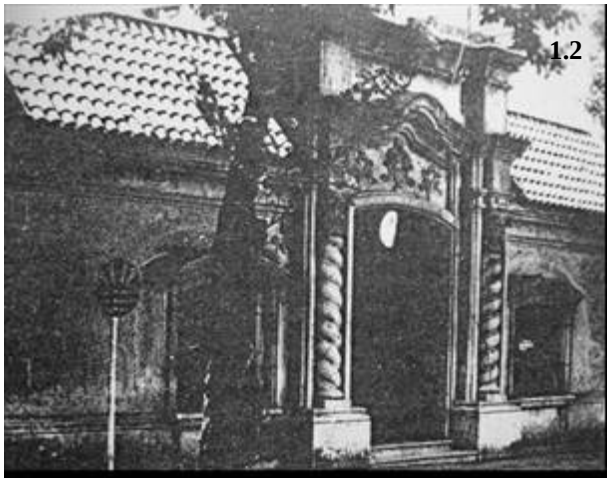
foram demolidos edifícios originais para serem substituídos por outros que preenchiam todos os requisitos estéticos e simbólicos determinados pelos intelectuais para a definição de um Estilo Nacional. Não obstante o movimento mostrou-se totalmente conseqüente com os objetivos dos intelectuais que o incentivaram.

Ricardo Rojas, mentor ideológico do movimento na Argentina, concebeu a arquitetura, e dentro dela os monumentos, como uma forma de integração e redenção (GORELIK, 2004a, p. 213-214): integrar a sociedade heterogênea, fruto da imigração, e redimir a cidade, vítima das transformações urbanas. Para alcançar estes objetivos requeriam-se imagens arquitetônicas claras, reproduzíveis, mesmo que não representativas (GORELIK, 2004a, p. 217), para a construção de um imaginário que vinculasse o presente à grandeza de um passado inventado.

Nesse contexto, a arquitetura foi enriquecida, melhorada, completada em sua linguagem original, no caso da herdada da época da colônia, ou criada, no caso da nova, com uma linguagem que nunca existiu na arquitetura colonial argentina. Havia nostalgia de um passado de grandeza arquitetônica que nunca tinha havido de fato e, por esta razão, construiu-se um, através do Neocolonial, com todos os valores estéticos requeridos para impressionar. Exemplo dessa atitude foi a casa de Ricardo Rojas, construída por Angel Guido, com uma fachada que reproduzia as colunas da Casa de Tucumán, solar no qual se declarou a Independência Argentina em 1816. Margarita Gutman definiu essa vivenda como paradigma do Neocolonial, por seu caráter icônico.

Com relação à idéia de redenção da cidade, os monumentos históricos deviam constituir-se, para Rojas, em uma presença redentora, que *"superponiéndose a la ciudad homogénea organice y cualifique su armonía mercantil"* (GORELIK, 2004a, p. 214), de maneira a atualizar os valores arquitetônico-nacionais que os imigrantes e o progresso ameaçavam. Portanto, para Gorelik, Rojas apresentava um programa de preservação patrimonial no qual

> […] los monumentos son pensados como una intrusión de la memoria civilizadora en un territorio bárbaro. No importa la autenticidad de la memoria, ni su localización original: su objetivo es transformar el espacio público de la ciudad, turbar la fiesta de su mercantilismo cosmopolita (GORELIK, 2004a, p. 217).



A **Fig 1.1** apresenta a Casa da Independência, em Tucumán, previamente a sua demolição. Ela serviu de modelo para a construção da Casa de Ricardo Rojas em Buenos Aires (**Fig. 1.2**), realizada por Angel Guido, recriando os principais elementos da casa pátria. Fonte: **Fig. 1.1** Buschiazzo, 1959; **Fig. 1.2** Nicolini, 1994.

Outra conseqüência da valorização da arquitetura nacional, além da busca de um Estilo Nacional, foi a preocupação com a proteção do patrimônio construído. Na Argentina a destruição do patrimônio, pelo ambiente progressista ou pelo simples descuido, adquiriu diferentes características. Podemos citar os “embelezamentos” de muitos prédios coloniais, transformados nas últimas décadas do século XIX e começo do XX para aproximá-los das expectativas estéticas do Ecletismo e do Neocolonial, e a destruição completa ou parcial de outros edifícios.

Caso característico que combina destruição e embelezamento foi o Cabildo de Buenos Aires, modificado externa e internamente, entre 1879 e 1881, por Pedro Benoit, que ocultou o telhado com uma platibanda, alterou a ordem da fachada e coroou a torre com um terceiro corpo e um capitel em forma de sino. A essa transformação devem-se acrescentar duas demolições das arcadas do *cabildo*, conseqüência a primeira da abertura da *Avenida de Mayo* (que provocou a destruição de um terço do edifício e da torre feita por Benoit) e a segunda da abertura da *Avenida Diagonal Sur*.

Na parte superior, duas imagens que permitem perceber as sucessivas mutilações que sofreu o Cabildo de Buenos Aires. Na **Fig. 1.3** foto aproximadamente de 1910, na que se observa a arcada direita do *cabildo* com apenas dois arcos, os três faltantes foram destruídos com a abertura da Av. de Maio. Na figura **Fig. 1.4**, da década de 1930, aparece seccionado o outro lado do mesmo edifício pela abertura da Av. Diagonal Sur. Fonte: **Fig. 1.3** Gorelik, 2004a; **Fig. 1.4** Buschiazzo, 1959.

Contudo, a destruição não se deveu apenas ao ímpeto do progresso. Algumas vezes o patrimônio sofreu por simples abandono, caso da capela de Los Reartes, na província de Córdoba, que desabou, em 1938, por falta de manutenção. Em outras situações existiu uma valorização equivocada do patrimônio, aparecendo, como exemplo mais representativo, a intervenção na Casa de Tucumán. O edifício original foi destruído quase completamente na década de 1870, mantendo-se apenas o quarto onde ocorreu a declaração da Independência Argentina, o qual foi emoldurado por um outro edifício estilo *"renascimento italiano"* que o protegia como uma redoma (de PAULA, 1984, p. 75). Como explica de Paula, existiu no começo da ação preservativa

> […] un fluctuante interés por la conservación de sus obras. **En general no existía un espacio real y notorio para los valores estéticos** de éstas, y las acciones concretas que aisladamente se intentaron estuvieron orientadas hacia una consideración asociativa con el recuerdo de ciertos hechos históricos (de PAULA, 1984, p. 74, grifo nosso).

No entanto, cedo começaram os debates vinculados aos critérios que deveriam orientar a recuperação do patrimônio. Em 1905 fez-se a proposta de reconstruir o Cabildo de Buenos Aires para convertê-lo em museu[24], e em 1913 se deu um dos passos fundamentais para o

[24] A proposta gerou as mais diversas reações entre os arquitetos de renome, opiniões que foram recolhidas em uma pesquisa feita pela *Revista Técnica* no seu suplemento de Arquitetura. Evidenciou-se dois tipos de respostas a esta pesquisa, a daqueles que consideravam que o *cabildo* deveria ser demolido e substituído por um edifício novo que "comemorasse" a história, e a segunda, mais lúcida, que considerava a valia do edifício não por sua imagem, mas por reconhecer a sensatez com que tinha sido construído com materiais autóctones, apresentando

reconhecimento oficial do valor que tinham os monumentos históricos e artísticos na Argentina: a sanção da lei nacional 9.080, para a proteção de ruínas e jazidas arqueológicas e paleontológicas. Esta lei, regulamentada em 1921, decretava os elementos arqueológicos e paleontológicos propriedade da Nação, ficando os mesmos sob a tutela dos museus *Nacional de Historia Natural* (depois *Museo de Ciencias Naturales*) e *Etnográfico* da *Universidad de Buenos Aires*. Explica Silvestri que começaram então trabalhos de recuperação em lugares como o *Pucará de Tilcara*, ruínas incaicas descobertas por Ambrosetti e Debenedetti em 1908 (SILVESTRI, 2004, p. 53).

A **Fig 1.5** mostra o único cômodo da Casa de Tucumán que datava, na época da restauração da CNMMyLH, da época da Independência Argentina. O mesmo foi protegido com um edifício "redoma" erigido em estilo "renascimento italiano" como mostra a **Fig. 1.6**. Fonte: **Fig. 1.5** Boletín de la CNMMyLH, 1940; **Fig. 1.6** Buschiazzo, 1959.

Já na década de 1930, o deputado Carlos Pueyrredón apresentava um projeto de lei, em junho de 1935, que estabelecia a proibição do comércio de documentos e objetos históricos, salvo autorização oficial e desde que tivessem sido oferecidos previamente ao

---

boa adaptação ao clima e ao ambiente. Esta última leitura, feita por Alejandro Christophersen, reconhecido arquiteto acadêmico, tirava a discussão da linguagem ou dos estilos para levá-la ao resgate de outros valores fundamentais da arquitetura do país (GORELIK, 2004a, p. 223). Todavia, embora se tenha feito uma lei para a reconstrução do *cabildo* as obras só se iniciaram em 1939, como trabalho pioneiro da CNMMyLH.

Estado Nacional (BOLETÍN DE LA CNMMYLH, n.3, 1940, p. 231), e, na mesma década, os *cabildos* de Buenos Aires[25] e de Salta foram tombados, em 1933 e 1937 respectivamente.

Outro marco importante para a preservação do patrimônio na Argentina foi a realização em Buenos Aires do *"Segundo Congresso Internacional de História de América"*, 1937, evento no qual um grupo de americanistas expôs a necessidade de os governos se dedicarem à proteção dos monumentos artísticos e históricos. No mesmo ano, o governo argentino criou a *Superintendencia de Museos y Lugares Históricos*, transformada, por decreto de 28 de abril de 1938, em *Comisión Nacional de Museos y Lugares Históricos*, antecessora da CNMMyLH.

A apreciação dos valores estéticos e arquitetônicos dos monumentos também teve um avanço significativo como conseqüência da ampliação das pesquisas historiográficas sobre o assunto, dando ensejo a uma profícua produção de textos significativos. A arquitetura do país havia sido escassamente comentada em textos de história até as primeiras décadas do século XX. Como textos mais representativos dessa primeira etapa podem-se nomear os artigos publicados por Vicente G. Quesada na *Revista de Buenos Aires* e os trabalhos dos sacerdotes Cattaneo y Gervasoni (textos com orientação mais histórica que estética e com referências vagas e não muito exatas).

A falta de método na pesquisa era reconhecida por Johannes Kronfuss[26], quando lecionava:

> [...] los que hablan en general del arte colonial, nada pueden conocer del arte colonial argentino por falta de publicaciones y, en consecuencia llegan a conclusiones extremadamente falsas [...] Estudiando sus escritos se ve que no tienen ningún conocimiento sólido del arte en la Argentina y en su perplejidad mezclan los estilos coloniales del Perú, de Chile y de Bolivia con el de Argentina. Por otra parte no conociendo todos los escritos coloniales que hay publicados en la Argentina, su juicio carece del valor científico necesario (KRONFUSS, 1998, p. 10).

Já em meados da década de 1930 os estudiosos da história da arquitetura começaram a se preocupar com a aplicação de um método nas pesquisas como garantia de cientificidade. Em 1946, Mario Buschiazzo, um dos pioneiros desse tipo de estudos, descrito por Ricardo J.

---

[25] Segundo Graciela Silvestri (2004, p. 54), as iniciativas para a restauração do Cabildo de Buenos Aires e da Casa de Tucumán teriam surgido no Congresso Nacional e apenas o projeto e a materialização das obras foram realizados pela CNMMyLH durante a gestão de Levene, o que indica que os valores que a Comissão defendeu a partir de 1938 eram também compartilhados por outros setores do País.

[26] Johannes Kronfuss (1872-1944). Arquiteto húngaro pioneiro na valorização da arquitetura colonial argentina. É oportuno destacar seus registros gráficos da arquitetura colonial, várias obras neocoloniais e os trabalhos de arquitetura desenvolvidos para o Estado cordovês.

Alexander (1996-1997, p. 84) como *"inflexible defensor de la impecabilidad expresiva y la probidad metodológica"*, afirmava que a situação da História da Arquitetura na Argentina tinha mudado,

> de tal modo que rápidamente se ha llegado a la especialización dentro del tema, enfocando unos la investigación en archivos y repositorios, otros el estudio de las diversas artes por separado, la apreciación formal y estilística, o la recopilación gráfica, tan importante en esta clase de estudios (BUSCHIAZZO, 1946, p. VII).

Buschiazzo, que foi arquiteto adstrito à CNMMyLH, desde sua criação até 24 de junho de 1947 (de PAULA, 1997, p. 67), e responsável por obras pioneiras de restauração do órgão, preocupou-se com a realização da pesquisa em arquivos para não deixar dúvidas sobre a autenticidade dos fatos descritos, apontando falhas em relação ao método investigativo, caso as detectasse nas obras pioneiras ou até contemporâneas. Exemplo disso foi a dura crítica feita por ele ao trabalho de Martín Noel, outro pioneiro em *"el estudio del arte virreinal"*, atribuindo-lhe a elaboração de um discurso grandioso mas esvaziado de conteúdos precisos. Buschiazzo questionava concretamente a historiografia da primeira geração que se importou com a história da arquitetura da Argentina exigindo *"ahora hay que ir a los archivos, a investigar, documentarse [...] o por lo menos visitar el edificio acerca del cual se ha de escribir"* (BUSCHIAZZO apud GUTIÉRREZ, 1995, p. 239).

No entanto, Noel deve ser estimado um dos primeiros arquitetos preocupados com a preservação do patrimônio no País: participou da restauração do Cabildo de Luján, apresentou um projeto de criação de um órgão similar ao Serviço de Monumentos Históricos da França na Argentina[27], apoiou, nos debates do Congresso Nacional, a lei que regulamentava as funções da CNMMyLH (Lei 12.665) e, conquanto dela nunca tivesse sido membro, participou como assessor de suas subcomissões técnicas, artísticas e históricas que estiveram encarregadas dos projetos de restauração da Casa Histórica de Tucumán e do Cabildo de Buenos Aires (entre 1938 e 1942), além de ter sido um dos arquitetos neo-coloniais mais destacados na Argentina, considerado como um dos protagonistas da busca de um Estilo Nacional.

---

[27] Esta afirmação de Buschiazzo (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 2, 1939, p. 47) não pôde ser confirmada na presente pesquisa, embora se tenha consultado material relacionado à obra de Martín Noel como o livro *El arquitecto Martín Noel, su tiempo, su obra.*

Depois da proteção oficial do *cabildo* e da Real Renta de Tabacos y Naipes da cidade de Luján, em 1917 (de PAULA, 1984, p. 77), Martín Noel restaurou estes edifícios entre 1917 e 1923, ano em que foram inaugurados como museus.
Vê-se na **Fig. 1.7** uma foto da cerimônia de inauguração das obras de restauração do Cabildo de Luján, na província de Buenos Aires. Esta intervenção realizada pelo arquiteto Martín Noel incorporou ao edifício diversos elementos decorativos neo-coloniais. Fonte: Gutman, 1994.

1.3 Reflexões pan-americanas na preservação do Patrimônio Cultural

Convém destacar que, no nível pan-americano, se realizaram contemporaneamente debates sobre o valor e a preservação do patrimônio cultural das nações americanas. O reconhecimento de tal debate permite alargar nossos horizontes ao ponto de *"ultrapassar e questionar os universos de referencia estritamente nacionais com os quais construímos pelo geral, e não só na Argentina, nossos objetos de estudo"* (GORELIK, 2004b).

Os debates tiveram lugar nos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos de 1920, em Montevidéu; de 1923, em Santiago do Chile; de 1927, em Buenos Aires; de 1930, no Rio de Janeiro e de 1940, em Montevidéu[28].

Estes congressos começaram por iniciativa da Sociedade de Arquitetos Uruguaia e, analisando-os, pode-se perceber que tanto o intuito progressista que marcou a época (a partir de uma perspectiva dos anseios americanos), quanto o objetivo de buscar os valores nacionais em arquitetura estiveram presentes em tais eventos.

[28] Foram realizados, posteriormente, outros Congressos Pan-Americanos, mas por fugirem ao escopo da pesquisa na foram analisados. No Congresso de 1940 fazia-se relação ao intuito de diferenciar-se da Europa: *"[los países americanos] han sido hasta ahora tributarios del espíritu europeo, si todavía lo son por simpatía y afinidad, es ya con el firme propósito de preparar la posibilidad de una integral independencia en todas las manifestaciones de la vida"* (V CONGRESO PANAMERICANO DE ARQUITECTOS, 1940, p. 651, grifo nosso).

A discussão sobre o patrimônio esteve relacionada nos primeiros congressos, sobretudo ao estudo das arquiteturas nacionais, aparecendo paulatinamente uma preocupação pela defesa e preservação das mesmas.

A intenção de se aprofundar no conhecimento da História da Arquitetura aparecia nos congressos como necessidade primordial. Nas conclusões do primeiro congresso, expressava-se que:

> […] cada Universidad, o cada facultad de arquitectura del continente, desarrollaría con especial interés la Arquitectura y el Arte propia del país y las regiones que abarca, construyéndose por complementación la gran obra de Historia de la Arquitectura de América (V CONGRESO PANAMERICANO DE ARQUITECTOS, 1940, p. 657).

Essa referência à *arte própria de cada país* fazia parte da discussão sobre Estilo Nacional que existiu nas três primeiras décadas do século XX.

Em relação à preservação do Patrimônio, já no Congresso de Santiago do Chile, 1923, se pedia:

> 1. Que en todos los países americanos donde aún no existe, se sancione cuanto antes una ley especial de protección y conservación de los monumentos que tengan valor histórico, arquitectónico o arqueológico.
> 2. Que de acuerdo a un plan de trabajo se estudien metódicamente los monumentos históricos o los restos arqueológicos de cada país.
> 3. Que el resultado de estos estudios sea ampliamente difundido en las naciones del continente para que todos participen recíprocamente de los frutos de esta labor tan importante para la cultura y para el acercamiento fraternal de los pueblos americanos (V CONGRESO PANAMERICANO DE ARQUITECTOS, 1940, p. 660).

Apesar da recomendação de Santiago, no Congresso do Rio de 1930 continuava-se a perceber que ainda havia muito que se fazer em relação à guarda do patrimônio, conforme se pode constatar na reiteração do pedido de sanção de leis que proibissem a exportação de objetos de arte tradicional e na solicitação aos governos federais da criação urgente de Inspetorias de Monumentos Públicos de Arte, para fazer o tombamento de todos os monumentos públicos e privados e estudar os meios de preservá-los de destruição ou deformações artísticas (V CONGRESO PANAMERICANO DE ARQUITECTOS, 1940, p. 681-682).

No mesmo congresso apresentaram-se como pioneiras as experiências brasileiras, da Bahia e de Pernambuco, em relação à preservação do patrimônio. Em comunicação realizada pelo delegado do estado da Bahia, Jayme de Gama e Abreu, informava-se:

> A Bahia tem acompanhado na dianteira o movimento em prol da mantença e valorização do patrimônio artístico nacional.
>
> Sua lei de 12 de agosto de 1927, votada no governo do sr. Góes Calmon, veio atender as necessidades prementes daquele serviço, criando a forma fundamental da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais, que subtende a posterior criação pela legislação federal da Inspetoria Federal dos Monumentos Nacionais [...] o Estado de Pernambuco foi o primeiro a acompanhar neste passo avançado o nosso estado (GAMA E ABREU, 1930, p. 30-31, grifo nosso).

Já no V Congresso Pan-americano de Arquitetos, que teve lugar em Montevidéu entre 4 e 9 de março de 1940, avaliaram-se ações específicas para a preservação e valorização do patrimônio. Além de se destacar a existência de órgãos responsáveis pelo patrimônio e de leis vinculadas à sua proteção (no Brasil, no México e na Argentina), apresentaram-se trabalhos especiais relacionados a experiências de preservação. Entre eles, esteve o do argentino Mario Buschiazzo, enviado pela CNMMyLH, sobre a *"Restauração do Cabildo da Cidade de Buenos Aires"*, cuja maquete fez parte da V Exposição Pan-americana. Também se expôs uma experiência boliviana no texto *"Reconstruções Arquitetônicas de Monumentos Pré-históricos"*. O Congresso de Montevidéu incentivou a formação de Institutos de História da Arquitetura cujo objetivo, além do estudo das manifestações artísticas de todos os ramos da arte, era a formação de arquivos de documentos, de fotografias e de levantamentos relacionados aos bens patrimoniais. Estes institutos estariam vinculados a um Instituto Pan-americano de História da Arquitetura, cuja concretização não se conseguiu verificar nesta dissertação, que estimularia o intercâmbio e a ligação permanente entre os estudiosos da história americana.

Os Congressos Pan-americanos permitiram estreitar vínculos entre os arquitetos da América, promovendo, na área do patrimônio cultural, o aprendizado através das experiências alheias. Por exemplo, Mario Buschiazzo, em seu informe sobre o V Congresso apresentado à CNMMyLH, comentava:

> [...] não devo passar por alto algumas das iniciativas de comissões ou organismos conservadores de monumentos de outros países, que tive oportunidade de conhecer no congresso, cuja aplicação em nosso país resultaria muito benéfica. Em primeiro lugar, a colaboração apresentada pelo SPHAN, que em uma das reuniões exibiu um filme interessantíssimo

> mostrando a obra de restauração realizada nos últimos anos nas missões jesuíticas do Rio Grande do Sul e nas igrejas e edifícios artísticos do Rio de Janeiro e de Minas Gerais (BOLETÍN DE LA CNMMyLH n. 2, 1939, p. 367).

1.4 A criação da CNMMyLH

1.4.1 A conformação da Comissão original e as incorporações de novos membros até 1946

A criação da CNMMyLH derivou do encontro das seguintes coordenadas e interesses: educação patriótica do povo por meio da história, promoção para a formação de uma "consciência nacional", valorização da arquitetura nacional, definição do patrimônio cultural, atitudes nacionalistas que se exteriorizaram em uma articulação entre tradição e progresso (promovida através de projetos de Estado). Todas as características anteriormente mencionadas estão relacionadas ao clima de época descrito por Gorelik:

> […] en la segunda mitad de la década de 1930 [se da] un campo común de objetivos, intereses y solidaridades entre todos los que de diferentes maneras buscan defender "lo nuestro", a través de la preservación, de las políticas de modernización, del turismo, de la defensa de la soberanía, de la puesta en valor de los territorios alejados de la estatalidad, etc. (GORELIK, 2006, grifo nosso).

Esse âmbito, *"que excede las decisiones y las voluntades individuales, y las individuales adhesiones políticas o partidarias"* (GORELIK, 2006), esteve relacionado tanto à composição quanto as ações da CNMMyLH.

No dia 21 de janeiro de 1938, um decreto presidencial transformava a *Junta de Historia y Numismática Argentina* (JHNA) em *Academia Nacional de la Historia* (ANH). No ato inaugural Ricardo Levene, primeiro presidente da Academia, e anteriormente da JHNA, expressava:

> Me atrevo a afirmar que el surgimiento de la Academia Nacional de la Historia inicia un momento de superación en los estudios históricos. En el estatuto dictado se organiza y se orienta la labor histórica actual dándole sentido científico y cultural, pedagógico y social. En el artículo tercero se especifica esta acción alentando las investigaciones originales […] estableciendo además la intervención que corresponde a la Academia en la reforma de la enseñanza de la historia americana y argentina, en la reunión de los Congresos de Historia Nacionales y Regionales y en la **colaboración que pueda prestar en los hechos de gran valor moral como la conservación de los lugares y restos históricos y la erección de monumentos conmemorativos** (de GANDIA, 1961, p. 71, grifo nosso).

Após três meses da criação da ANH, em 28 de abril, o presidente da República Argentina, Roberto M. Ortiz[29], assinou o decreto da aprovação da *Comisión Nacional de Museos y Lugares Históricos* e designou Levene como seu presidente. Esse decreto estabelecia as funções técnicas da Comissão, que passava a substituir a *Superintendencia de Monumentos y Lugares Históricos*, criada pelo decreto presidencial número 118.588 em 1937, determinando as normas sob as quais deveria desenvolver suas atividades.

O referido documento consignava não só a importância de centralizar a ação em prol do patrimônio em apenas um órgão, mas ainda a urgência de se elaborar uma legislação a esse respeito.

Na **Fig. 1.8** tem-se uma fotografia cujo motivo é o de uma cerimônia realizada no Museu Histórico Nacional, em Buenos Aires. Encontravam-se na mesma vários membros da CNMMyLH: Ricardo Levene (de pé), Emilio Ravignani (1), Ramón J. Cárcano (2) e o presidente da Republica Argentina Roberto M. Ortiz (3). Fonte: Cattaruzza, 2001.

[29] Roberto M. Ortiz assumiu a presidência argentina em fevereiro de 1938 como conseqüência das eleições presidenciais fraudulentas de novembro de 1937. A designação de Ortiz como substituto de Agustín P. Justo escondia segundo de Privitellio, uma estratégia que tinha como objetivo manter o poder pessoal de Justo, que tinha grande autoridade no Exército, mas pretendia concorrer a um novo mandato como candidato democrático da UCR em 1943. Ortiz afastou-se gradativamente da presidência, por graves problemas de saúde, e foi substituído por seu Vice-presidente, Ramón S. Castillo, que promoveu uma política autoritária, fortalecida por sua aliança com os setores nacionalistas do Exército (PRIVITELLIO, 2001, p. 99-142).

O decreto de criação exprimia a situação de multiplicidade de responsáveis[30] pelos bens que podiam ser considerados como patrimônio, até então,

> […] los lugares, museos, casas, iglesias, etcétera, donde se han desarrollado los episodios fundamentales de la historia argentina y de la organización nacional se hallan sometidos a las más diversas jurisdicciones, pues dependen de cuatro Ministerios, de municipalidades o gobiernos provinciales y aún de particulares o congregaciones religiosas (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 1, 1938, p. 5).

Esse decreto definia a atuação de dez vogais, com mandatos de 3 anos. No período de nosso estudo, a presidência manteve-se em mãos de Ricardo Levene, sendo seus primeiros membros Ramón J. Cárcano, Tomás Cullen, Luis Mitre, Enrique Udaondo, Emilio Ravignani, Rômulo Zabala, Benjamin Villegas Basavilbaso, Luís María Campos Urquiza, Alejo González Garaño, Felix Best e o secretário Ismael Bucich Escobar.

Em 30 de setembro de 1940, se sancionou a lei 12.665, que estabeleceu a Comissão com o nome que hoje a conhecemos, *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos* (CNMMyLH).

Vários dos participantes da Comissão original de 1938 se afastaram, dando lugar a outros estudiosos. Entre as mudanças cabe lembrar a passagem de Ismael Bucich Escobar para o cargo de diretor do Museu Sarmiento, cedendo sua função como secretário para José Luis Busaniche, e o afastamento de Tomás Cullen, Alejo González Garaño e Felix Best em 1940, substituídos por Nicolás A. Avellaneda, Bartolomé Ernesto Gallo e Héctor Quesada.

Em 1943, Enrique Udaondo pediu demissão da Comissão e seu cargo foi ocupado pelo padre Guillermo Furlong, jesuíta membro da ANH desde 1938, que se especializou no estudo da história de sua ordem religiosa principalmente na Argentina[31]. O padre Furlong, com uma prolífica produção de textos vinculados à história da ordem e também à história da arquitetura desenvolvida por padres ou irmãos jesuítas, contribuiu com os arquitetos da Comissão, especialmente com Carlos Onetto, provendo-lhe documentos vinculados aos monumentos em que se intervinha arquitetonicamente. Outra vacância produziu-se quando Ramón J. Cárcano se afastou das atividades da Comissão, por problemas de saúde, em 1945.

---

[30] Em relação a esta afirmação do decreto podemos pensar que fazia referência tanto a Comissões Especiais organizadas pelas JHNA para intervir no patrimônio, como a relacionada a San Ignacio Miní, quanto à tutela exercida pelos museus *Nacional de Historia Natural* (depois *Museo de Ciencias Naturales*) e *Etnográfico* da *Universidad de Buenos Aires* (ver p. 30), e à responsabilidade de particulares sobre coleções específicas pertencentes a indivíduos, estados provinciais ou ordens religiosas.

[31] Cabe destacar que em 1941, por causa do *Congreso Nacional de Historia*, celebrado em Córdoba, promoveu-se o estudo da história dos jesuítas e a criação de um *Instituto de Investigaciones Históricas Jesuíticas*.

Conquanto não se tenham obtido nos boletins maiores informações sobre os afastamentos e incorporações, uma inclusão à CN, a do coronel peronista Aníbal Imbert em 1945, pode ser analisada no contexto de forte controle da sociedade pelo Estado que começou na Argentina a partir de 1943.

Em 1943, o período inaugurado com o primeiro golpe de estado de 1930, denominado de *Restauración Conservadora*, terminou com outro golpe militar, *"en el cual el Ejército participó autónoma e institucionalmente, bajo el comando de sus más altas jerarquías"* (PRIVITELLIO, 2000, p. 138), chamado de *Revolução de Junho*.

A gestão cada vez mais autoritária do presidente Castillo (1940-1943), que sucedeu gradativamente a Ortiz, contava com adesão das Forças Armadas, mas seu apoio à candidatura de Robustiano Patrón Costas para substituí-lo na presidência provocou o repúdio conjunto dos militares, os quais pensaram liberar o país tanto da continuidade da fraude política quanto de uma mudança em relação à política exterior provocando um golpe de estado[32].

Assim, diferentes setores do exército contribuíram para o golpe que derrocou Castillo em junho de 1943. Iniciou-se uma ação do governo que limitou a atividade política, exercendo repressão ao comunismo e às organizações operárias. Em outubro do mesmo ano, produziu-se uma revolução dentro da revolução, e o poder passou às mãos de um grupo de coronéis e tenentes-coronéis (ao qual pertenceram Juan Domingo Perón e Aníbal Imbert), denominado *Grupo de Oficiales Unidos* (GOU).

Entre 1943 e 1946, sucederam-se na Argentina os governos dos generais Rawson, Ramírez e Farrel[33], e durante o governo do segundo:

> La represión policial de comunistas e izquierdistas fue intensificada, la enseñanza religiosa introducida en las escuelas […] la censura de la prensa escrita y radial legalizada, los profesores y estudiantes liberales perseguidos, las asociaciones israelitas acusadas de actividades masónicas y todos los partidos políticos disueltos. Mas tarde tuvieron idéntico fin las organizaciones nacionalistas (BUCHRUCKER, 1987, p. 281).

---

[32] Patrón Costas, importante terra-tenente e conhecido partidário da fraude política, era favorável a que a Argentina acabasse com a política de neutralidade em relação à Segunda Guerra Mundial (posição defendida pelo Exército) e passasse a apoiar os aliados.

[33] Arturo Rawson foi presidente apenas de 4 de junho a 7 de junho de 1943, sendo substituído pelo general Pedro Pablo Ramírez que esteve na presidência até março de 1944 quando assumiu Edelmiro J. Farrel, presidente até 1946. Durante esses governos, também existiram tensões em nível externo e houve preocupação com o déficit de poderio bélico do país em relação ao Brasil, o que desencadeou negociações secretas para a compra de armas de guerra.

No plano da cultura, depois da *Revolução de Junho*, concederam-se postos oficiais a membros do nacionalismo e do catolicismo, cumprindo vários deles funções como interventores das universidades.

Explica Silvia Sigal que *"debido a la disolución de los partidos políticos, los universitarios y el movimiento estudiantil se convirtieron muy rápidamente en la cabeza más visible da la autodenominada 'resistencia'"* (SIGAL, 2002, p. 487). Em 1943 vários professores foram suspensos, e foram designados representantes da direita católica para as universidades.

Durante os anos de 1945 e 1946 surgiram tensões entre os intelectuais e o governo evidenciadas em intervenções nas universidades, com demissão de docentes e alunos.

A ação da CNMMyLH parece não ter conseguido escapar desse ambiente de controle imposto pelo Estado Nacional. Segundo o que consta nos boletins, vários projetos de tombamento surgiram de âmbitos oficiais como no caso do forte San Carlos (Mendoza), local no qual o General San Martín manteve um encontro com os índios antes de cruzar a Cordillera de los Andes em direção ao Chile:

> Los miembros de la Subcomisión de Monumentos y Lugares Históricos que suscriben, **han considerado la nota del Jefe del Estado Mayor General del Ejército**, General de Brigada D. Juan Pierrestegui, **y el estudio adjunto** sobre el combate de san Carlos […] En el expediente […] se propone […] que se declare Lugar Histórico el sitio donde estuvo emplazado el fuerte de San Carlos […] por haberse desarrollado allí el combate y se erija un monolito conmemorativo del mismo (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 6, 1943, p. 434-435, grifo nosso).

A intervenção do Estado em decisões que envolviam o tombamento parece confirmada pelo fato de os informes sobre os valores dos bens terem sido confeccionados várias vezes pelo *Archivo General del Ejército*. Como exemplo do anterior, pode-se citar um comentário sobre bens localizados em La Pampa: *"Esta lista ha sido confeccionada de acuerdo al dictamen de la Subcomisión de Monumentos y Lugares Históricos e* ***informes suministrados por el Archivo General del Ejército*** *(División Historia)"* (BOLETÍN DE LA CNMMYLH, n. 6, 1943, p. 442-443, grifo nosso), como também ocorreu no caso dos bens a serem tombados em Neuquén (BOLETÍN DE LA CNMMYLH, n. 6, 1943, p. 599-600)[34].

Entretanto, algumas vezes os pedidos de tombamento do governo militar foram negados pela Comissão, como o que aconteceu ante o pedido do governador da província de

[34] Os Lugares Históricos cujo tombamento se solicitava, tanto na província de La Pampa quanto na de Neuquén, estavam vinculados à conquista do território durante o século XIX e à luta contra os índios.

Santa Cruz, o militar Juan Gregores, que pretendia ampliar a lista de monumentos desse estado, ao qual a Comissão respondeu *"carecen de las condiciones necesarias para que se los considere lugares históricos"* (BOLETÍN DE LA CNMMYLH, n. 6, 1943, p. 618).

Em julho de 1946 Ricardo Levene, Luís Mitre, Héctor Quesada, Guillermo Furlong, Luís María Campos Urquiza, Rómulo Zabala, e Emilio Ravignani apresentaram sua renúncia, sendo designado diretor da Comissão, até que o governo estabelecesse a nova direção, Benjamín Villegas Basavilbaso[35]. Cabe destacar aqui que a partir do Boletim número 6 as atas da Comissão deixaram de ser publicadas, perdendo-se esse importante material que nos serviria para entender melhor os últimos meses de trabalho de Levene.

Poucos dados obtiveram-se desse acontecimento, no entanto Graciela Silvestri explicita que se originou das divergências com o governo, podendo-se deduzir a mágoa de Levene pelo que foi comentado por Carlos Heras sobre a renúncia do presidente. Este membro da ANH expressava:

> Esta enorme tarea cumplida honorárimente en forma orgánica, honra de la cultura del país, se vio interrumpida en julio de 1946 por la renuncia al cargo de presidente de la Comisión presentada por Levene. Después de haber dado vida a un organismo modelo, amparada la protección de los restos materiales dentro de un régimen legal, cumplida a lo largo de años una magnífica obra elogiada sin reservas por la prensa, gobernantes y pueblo de todo el país e instituciones y especialistas del extranjero, el Ministerio de Justicia e Instrucción Pública aceptó la renuncia, no figurando en la nota de aceptación, debemos creer que por involuntaria omisión, la consagrada frase de rutina de darle gracias por los servicios prestados (HERAS, [sem dados da publicação], p. 95).

[35] No período de governos sob o comando dos militares do GOU, foi adquirindo importância a figura de Juan Domingo Perón, presidente da Argentina durante os anos 1946-1955 e 1973-1974. Perón participou como candidato oficial nas eleições de fevereiro de 1946, sendo que nesse processo, em que foi eleito como presidente, o *"sufragio volvería a adquirir un poderoso sentido social, recuperando su función de ritual identitario cada vez más efectivo a la hora de expresar una matriz totalizante y negadora del outro"* (PRIVITELLIO, 2000, p. 140). Embora os anos peronistas não fossem propícios para os intelectuais liberais ou de esquerda (por seu pessoal caráter anti-intelectual), o peronismo se limitou a uma gestão autoritária que se combinava às vezes com permissividade, censurando os intelectuais, mas não legislando sobre cultura. Vivia-se, segundo Sigal, uma relação peculiar entre política e cultura que *"convertía a la cultura letrada en un espacio disidente"* (SIGAL, 2002, p. 521) e que chegou a permitir a eleição de intelectuais de meios tradicionais, como Bioy Casares e Ricardo Levene, como autoridades das Academias de Letras e História, respectivamente, em 1948. Mas, as instituições culturais não saíram intactas da política do governo, sendo que na Academia de História, em 1950, com a adoção do projeto de *"reorganização das academias"*, segundo Diana Quatrocchi Woisson, *"el resultado no fue introducir una nueva concepción de la historiografia sino simplemente terminar con toda actividad: los académicos fueron hechados pero nadie vino a reemplazarlos"* (1995, apud SIGAL, 2002, p. 492).

1.4.2 Ramón J. Cárcano, o historiador da CNMMyLH mais comprometido com Córdoba

Considera-se conveniente destacar aqui a figura de Ramón J. Cárcano (1860-1946), membro da CNMMyLH no período estudado, por se tratar de um historiador com destacada participação nos debates da CNMMyLH, e particularmente naqueles vinculados ao patrimônio da província de Córdoba.

Cárcano começou sua carreira pública nessa província, como secretário do governador cordovês Del Viso em 1880, e foi eleito deputado nacional em 1884. Em 1887, o presidente argentino, Juarez Celman, o encarregou da Direção de Correios e Telégrafos, serviço que reorganizou e modernizou.

Eleito governador de Córdoba em duas ocasiões (1913-1916 e 1925-1928), sua gestão caracterizou-se pela implementação de diversas infra-estruturas na província, tais como a construção de escolas e rodovias, o investimento na saúde, na agricultura e na indústria e o estímulo às atividades artísticas e intelectuais. Durante sua gestão foi mentor de um projeto de proteção do patrimônio para a província[36].

Em 1932, durante a presidência do general Agustín P. Justo, recebeu o cargo de presidente do *Consejo Nacional de Educación*, posição que o incentivou a escrever a obra *"800.000 analfabetos"*, destacando Bosch que a Cárcano *"le abruma la existencia de seres que no sepan leer y escribir"*. O trabalho como escritor complementou-se com várias obras históricas das quais se destaca *"Juan Facundo Quiroga"*, a história do caudilho que foi morto nas proximidades da Posta de Sinsacate[37] e cujos restos foram velados na capela desse estabelecimento rural. Para entender o que Cárcano expressou sobre este caudilho, importante se considerarmos que o historiador o mencionou indiretamente em texto sobre a Posta de Sinsacate, publicado no Boletim da CN, recorremos às observações do escritor argentino Octavio Amadeo, citadas por Rodrigo Otavio:

> Cárcano no cree a Rosas cómplice en la muerte de Quiroga; diciente de Sarmiento y Peña. No acepta tampoco la rehabilitación del caudillo; se diría que para él Facundo es inferior al símbolo de Sarmiento. Es cruel,

[36] Na Ata de Constituição da CNMMyLH de dia 23 de Maio de 1938 menciona-se esse projeto, destacando que, embora não se tivesse conseguido sua sanção, Cárcano chegou a eximir de impostos os proprietários de lugares e monumentos históricos de Córdoba (cabe informar aqui que não se encontraram maiores informações sobre o referido projeto de lei durante a pesquisa realizada na biblioteca da Legislatura de Córdoba em julho de 2006. Também não foi possível localizá-lo através da consulta realizada na Junta de História de Córdoba).

[37] As *postas* foram estabelecimentos rurais destinados a prover apoio aos viajantes e ao correio, fornecendo alojamento, comida e cavalos, o que possibilitava continuar a viagem.

> ladrón, tramposo, sensual y taimado; no aspira a la reorganización del país y muere sin gloria como un mandadero de Rosas (AMADEO apud OTAVIO, 1999, p. 88).

Em relação a suas pesquisas históricas (Cárcano foi membro da JHNA desde 1901, ocupando o cargo de presidente entre 1919-1923 e 1931-1934), Bosch o considera como um dos primeiros argentinos a realizar pesquisas no *Archivo de Indias*, em Sevilla, propondo-se aplicar um método científico e crítico na pesquisa histórica. Vale lembrar o fato de que Cárcano foi encaminhado duas vezes para cumprir missões diplomáticas no Brasil, a primeira em 1910, devido à preocupação argentina com a construção de um navio de guerra brasileiro e a segunda como embaixador argentino no Rio de Janeiro entre 1933 e 1938.

No âmbito da preservação do patrimônio, Cárcano, como se verá no último capítulo desta dissertação, participou das primeiras discussões, prévias à constituição da CN, sobre a intervenção na Igreja da Companhia de Jesus em Córdoba. No seio da CN promoveu projetos relacionados com o patrimônio, registrados nas atas dos boletins, que aparecem como reflexo de seus interesses intelectuais e de algumas das características de sua gestão pública.

Vinculados a esses interesses pode lembrar-se o projeto de recuperação da Posta de Sinsacate, parte de um projeto maior por ele definido que propunha sinalizar o antigo traçado do caminho colonial de Humahuaca até Buenos Aires com marcos de pedra[38], colocados nas antigas *postas* destinadas a dar apoio aos viajantes. Para o traçado da rota, Cárcano propunha respeitar a estrada que Concolocorvo[39] seguiu em suas viagens, marcando as *postas* com elementos que continham dados sobre fatos históricos e geográficos vinculados a esses estabelecimentos rurais. Das *postas* mencionadas nos boletins, além da de Sinsacate, promoveu a intervenção na de Yatasto em Salta (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 3, 1940, p. 27). Lembrava Cárcano sobre o sistema de *postas*:

> […] en Sud América, antes de crearse los correos regulares, la población aprovecha los "chasques"[40] y viajeros para enviar correspondencia.
>
> El sistema de postas es una espina dorsal del inmenso territorio conquistado entre los Andes y el mar Atlántico, de Perú y Bolivia a Buenos Aires (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 8, 1945, p. 83).

---

[38] Cabe destacar que não se conseguiu identificar na Posta de Sinsacate esses marcos ou *"monolitos"* reiteradamente mencionados pela Comissão nos seus boletins. Ficando a dúvida se apenas ficaram no projeto.

[39] Concolorcorvo, pseudônimo utilizado pelo autor espanhol do século XVIII Alonso Carrio de Lavandera (Gijón, 1715-Lima, 1783), funcionário, comerciante, viajante e escritor. A principal obra de Concolorcorvo, que teria indicado o caminho das *postas*, foi *"Lazarillo de ciegos y caminantes desde Buenos Aires hasta Lima"*. Nela o autor descreve uma viagem desde a cidade de Buenos Aires até o Peru, passando pelas cidades argentinas de Córdoba, Santiago del Estero, San Miguel de Tucumán, Salta e Jujuy.

[40] *"Chasques"* eram os mensageiros a cavalo que percorriam as estradas entre as *postas*.

O projeto para a *posta* cordovesa tinha um alcance claramente educativo, que foi explicado em texto de Cárcano:

> En los terrenos adyacentes de la casa, favorecidos por el riego con agua de manantial se formará un pequeño parque de flora de la región.
>
> En la organización de las salas de exhibición y estudio se tendrá en cuenta una técnica científica. La etnología, la biología, y los métodos experimentales serán los consejeros. La clasificación y representación de las materias serán objetos de especial estudio de modo que sean un placer, una sugestión y una enseñanza. Se procura ofrecer un conjunto completo de los medios de vida de la conquista, la colonia y nuestros padres, que permita apreciar con evidencia el esfuerzo que ha exigido la siembra de civilización en el desierto, para luego constituir naciones que son orgullo y esperanza humana […] El museo rural de la Posta de Sinsacate es por su naturaleza y objeto una obra popular. La CNMMyLH ha resuelto dirigirse a varias entidades solicitando su concurso. Si no lo consiguiera sobradamente sería una decepción muy penosa. No se necesita mucho dinero, sino vocación y voluntad, amor por las cosas bellas […] **El Museo de Sinsacate instalado a la vista de Barranca Yaco, señala por contraste la inmensa distancia en un siglo por Argentina, desde la barbarie desnuda hasta la obra de arte educador dentro del campo** (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 8, 1945, p. 83-102, grifo nosso).

Os projetos para o patrimônio cordovês promovidos por Cárcano também resgataram propostas de governos anteriores como a vinculada a *"la catedral de Córdoba y a la necesidad de darle espacio y perspectiva a sus alrededores, aislándolos de los edificios que la circulan y le quitan vista"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 3, 1940, p. 613).

No seu livro, *"Mis primeros 80 años"*, o próprio Cárcano comentava esse projeto, publicado em várias oportunidades nos boletins da CN e finalmente concretizado na década de 1950[41]. O autor afirmava que o objetivo de *"aislar la Catedral como lo estuvo en sus orígenes, destacarla sola en su viejo solar, como la mejor construcción de arquitectura jesuítica en Argentina"* já havia sido considerado durante o governo de Rafael Núñez, que teve Cárcano como colaborador (1944, p. 381). A postura de "isolar" o conjunto tinha o propósito de ressaltar o caráter singular do monumento e foi uma proposta usual na ação da Comissão.

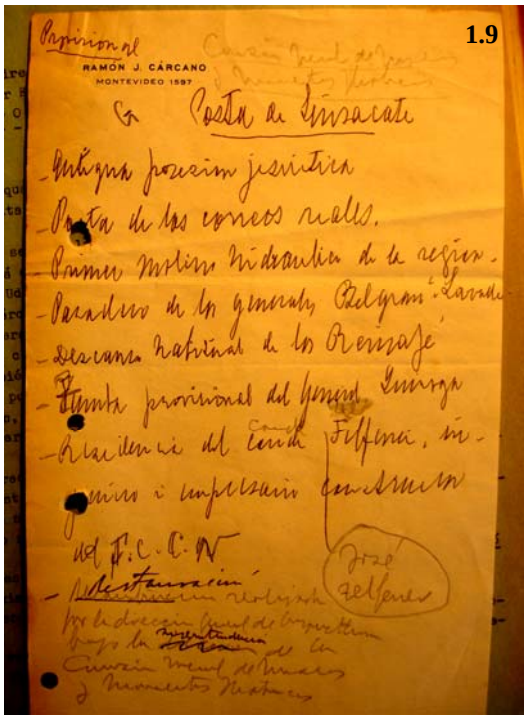
Na apresentação que fez Cárcano sobre este projeto, à CN, propunha soluções aos possíveis inconvenientes que podiam apresentar-se para sua realização:

---

[41] Explicam Carlos Page e Ramón Gutiérrez que este projeto foi finalmente solicitado por ordenança de 25 de novembro de 1953. Nela o prefeito de Córdoba, Manuel Martín Federico, resolvia a demolição das construções anexas ao prédio da Catedral, cuja licitação estava prevista para ser realizada no ano seguinte. A comissão assessora do assunto esteve composta por Jaime Roca, Rafael Rodriguez Brizuela, Arístides Saavedra Coria, Hugo Pelliza, Raul Carranza, o Padre Juan De Marchi e o historiador Carlos A. Luque Colombres (GUTIÉRREZ & PAGE, 1999, p. 10).

> Estos edificios consisten en casas de inquilinato, propiedad de la curia, que le proporcionan alguna renta […] asegurando al arzobispado una renta equivalente, podría lograrse despejar los alrededores de la catedral en forma que pueda apreciarse debidamente su conjunto arquitectónico. (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 3, 1940, p. 613).

Compreende-se também a amplitude da visão de Cárcano em relação ao que podia ser considerado patrimônio quando se analisa a solicitação que fez à CN de proteção de uma antiga sala do Hospital San Roque, de trezentos anos de existência, e que tinha a particularidade de que as camas estavam encaixadas nas paredes, onde existia um sistema de ventilação. Destacava o ex-governador que este tipo de disposição tinha sido adotado nos hospitais europeus "ultimamente", o que demonstrava o pioneirismo do caso cordovês. Junto a esse pedido reclamava também a proteção do primeiro armário que teve a botica do hospital, especificando que durante sua gestão governamental este havia sido protegido (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 3, 1940, p. 613-14).



Vemos nas figuras superiores, **Fig. 1.9** e a **Fig. 1.10,** o rascunho realizado pelo membro da CNMMyLH Ramón J. Cárcano para a confecção da placa comemorativa para a inauguração do Museu Rural da Posta de Sinsacate e a fachada da capela do estabelecimento rural. Note-se no rascunho a explicação "Tumba provisional del General Quiroga". Fonte: **Fig. 1.9** Arquivo da CNMMyLH, Buenos Aires; **Fig.1.10** M. S.Uribarren, 2006.

Podemos refletir que Cárcano parecia estar por dentro dos procedimentos usuais para destacar o patrimônio. A proposta de isolar a catedral, por exemplo, foi usual não apenas na Argentina, mais em outras intervenções contemporâneas latino-americanas. Já considerar

pioneira a sala do Hospital San Roque mostra falta de conhecimento das tipologias existentes, por exemplo, no sul da Espanha.

A **Fig. 1.11** apresenta a catedral de Córdoba com as construções laterais que Ramón J. Cárcano propunha demolir. Esse trabalho foi finalmente realizado na década de 1950. Fonte: Lascano, 1983.

1.4.3 Além de historiadores, museólogo e arquitetos

Apesar da evidente participação majoritária de historiadores no órgão de nossa análise[42], destaca-se a colaboração também de profissionais de outras áreas, tais como o museólogo Enrique Udaondo, e a de apenas um arquiteto adstrito à Comissão[43], cargo ocupado por Mario Buschiazzo, desde a criação do órgão até 1947.

Enrique Udaondo dirigiu o museu localizado no complexo formado pelo Cabildo e a Casa del Virrey da cidade de Luján, durante 39 anos, desde sua criação em 1923. Considera Cattaruzza que sua concepção dos museus como *"templo cívico da pátria"* orientou a ação da CN em relação a essas instituições (2000, p. 465). De presença constante nas discussões, registradas nas atas da Comissão nos anos de nosso estudo, sua participação esteve marcada várias vezes pela intransigência. Podemos ressaltar sua oposição à demolição proposta por Buschiazzo de parte do Cabildo de Buenos Aires, e o fato de negar reiteradamente a devolução, por parte do Museu de Luján, de uma biruta pertencente ao Cabildo de Salta na

[42] Basta lembrar sua composição em 1938, em sua maioria por membros da JHNA, e a prática de se designar como membros aqueles que se destacassem no conhecimento e estudo da história pátria (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 1, 1938, p. 5-9).

[43] Embora o cargo de arquiteto tenha sido apenas um, participaram dos trabalhos orientados pela Comissão outros arquitetos pertencentes à DGA e a suas filiais regionais.

ocasião de restauração do prédio. Udaondo afastou-se da Comissão ainda durante a presidência de Levene e retornou com o cargo de vogal em 1948.

Em relação aos arquitetos participantes, destaca-se a figura do arquiteto adstrito Mario Buschiazzo e de outros profissionais que participaram nos trabalhos da Comissão sendo empregados da *Dirección General de Arquitectura* DGA e de suas regionais. Destes últimos o presente trabalho considera Carlos L. Onetto por ser ele o responsável pela intervenção da Comissão, a partir de 1941, no Conjunto da Igreja e da Residência da Companhia de Jesus em Córdoba, e o sucessor de Buschiazzo no cargo de arquiteto adstrito à própria CNMMyLH.

Mario Buschiazzo, pode ser descrito como um dos pioneiros da introdução de métodos científicos no estudo da História da Arquitetura Argentina e Americana, havendo trabalhado entre 1928 e 1947 na DGA do *Ministerio de Obras Públicas* (MOP), direção encarregada dos projetos e das obras de restauração indicadas pela CNMMyLH nos monumentos nacionais, através de sua *Sección Monumentos Históricos*. Esta *Sección* era a encarregada das questões vinculadas aos monumentos e a suas restaurações.

Durante os anos de trabalho na CNMMyLH, Buschiazzo dirigiu e projetou as seguintes restaurações: *Cabildo* de Buenos Aires, *Casa Histórica* de Tucumán, *Cabildo* de Salta, *Convento de San Francisco* de Salta, *Misión Jesuítica de San Ignacio* em Misiones, *Posta de Sinsacate* em Córdoba, *Capilla de San Ignacio* em Tucumán, *Capilla de Purmamarca* em Jujuy, *Iglesia y Convento de San Bernardo* em Salta, *Casa Natal de Sarmiento* em San Juan, Casa onde morreu Sarmiento no Paraguay, *Quinta de Pueyrredón* em Buenos Aires, *Capilla del Mercadillo* em Córdoba, *Palacio San José* em Corrientes, *Reducción de Lules* em Tucumán, *Capilla del Senhor de los Milagros* em Catamarca, *Convento de Santo Domingo* em San Juan, *Estanzuela de los Echagüe* em Santa Fé, *Capilla de Chichigasta* em Tucumán.

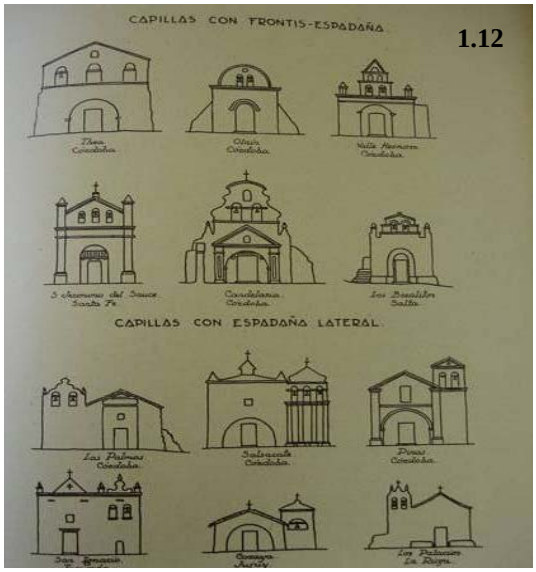
Previamente às intervenções, o arquiteto ocupava-se da elaboração de numerosos informes sobre as características dos prédios por ele visitados nas diferentes províncias argentinas. Nesses informes, que foram publicados nos boletins da CN, tentava fixar as bases de um conhecimento que permitisse confeccionar marcos referenciais para definir o que devia ser preservado e como tinham de ser feitas as restaurações. Assim, destacam-se textos como o relacionado às Capelas Rurais, publicado no Boletim n. 4, no qual estabelecia, desde a especificidade de sua formação, um procedimento de análise dos monumentos diferente de outros realizados até o momento por pioneiros do estudo da arquitetura argentina, como Martín Noel:

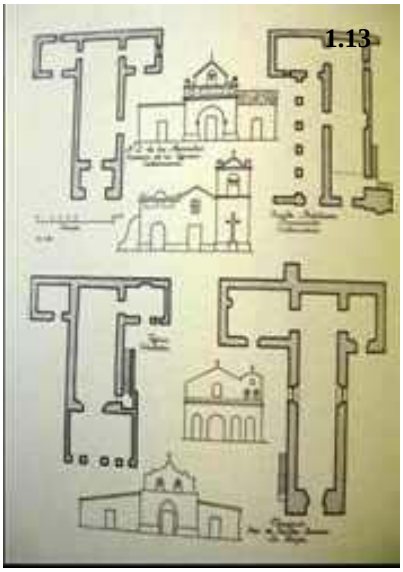
> […] El arquitecto Martín S. Noel ha intentado clasificarlas [las capillas rurales] siguiendo las dos rutas de penetración norteña, o sea el camino de los Incas y la de la Quebrada de Humahuaca, pero evidentemente ese sistema solo puede aplicarse a la parte norte y centro del país, limitándose también a aquellas capillas cuya cronología perfectamente documentada permite vincularlas como pertenecientes a una misma corriente artística.
>
> He preferido en cambio, guiarme por el aspecto exterior no solo porque me facilita abarcar todo el país sino también porque creo que en capillas pequeñas, el campanario es un elemento tan importante que su forma, y aun la ausencia de este justifican su clasificación (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 4, 1941, p. 229, grifo nosso).

Buschiazzo fundamentava a importância da participação dos arquitetos na recuperação dos bens tombados:

> […] la intromisión del aficionado, del historiador, del arqueólogo, del componente intuitivo puede ser una ayuda eficaz, pero nunca al extremo de podérsele confiar totalmente la difícil tarea que supone la restauración de un monumento arquitectónico […] La labor de restauración y conservación de monumentos artísticos e históricos debe estar a cargo de arquitectos por ser los únicos profesionales que en razón de sus estudios especializados están en condiciones de realizar dicha tarea (V Congreso Panamericano de Arquitectos, 1940, p. 440).

E o próprio arquiteto, foi quem introduziu nas discussões da Comissão, com muita ênfase, a consideração de valores artísticos e arquitetônicos dos monumentos e os critérios técnicos utilizados nas intervenções.





Os desenhos que vemos (**Fig.1.12** e **Fig.1.13**) são produto de um levantamento realizado por Mario Buschiazzo sobre capelas rurais. Estes edifícios foram catalogados pelo arquiteto em função de diferentes características arquitetônicas. Nas imagens aparecem as capelas segundo a localização das torres sineiras. Fonte: BOLETÍN DE LA CNMMyLH n. 4, 1941.

Apesar do controle atento de Mario Buschiazzo, ele realizou o primeiro projeto, bem como apresentou o primeiro orçamento para a intervenção no Conjunto da Igreja e da Residência dos Padres Jesuítas em Córdoba, inspecionado a obra e fiscalizado seus relatórios, a análise de vários documentos permitem considerar como principal responsável do trabalho da CN na Companhia, no período de nosso interesse, o arquiteto Carlos Luis Onetto, assistido no trabalho pelos engenheiros Federico Weiss e Ignácio P. Ferrer, da Zona Córdoba da DGA.

Carlos Luis Onetto foi arquiteto da seção projetos da *Dirección General de Arquitectura* do MOP a partir de 1932 e passou a cumprir funções como segundo chefe da *Sección Monumentos Históricos*, desse órgão, desde 1940 até 1947. Entre 1948 e 1949, foi chefe dessa seção e ao mesmo tempo arquiteto adstrito à CNMMyLH, depois da renúncia de Buschiazzo.

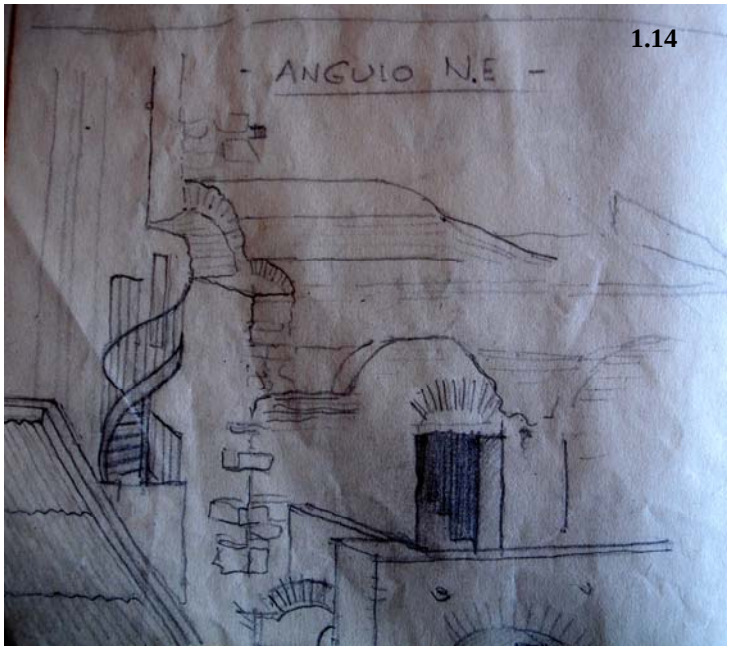
Onetto começou os trabalhos de levantamento da igreja e da residência dos jesuítas em Córdoba em 1941 e dirigiu a obra até seu afastamento da CN em 1949; foi responsável também, a partir de 1941, pelos trabalhos desenvolvidos pelo órgão e pela DGA em San Ignacio Miní e na estância de Jesús María, e pelo levantamento da Posta de Sinsacate (estas duas últimas obras na província de Córdoba). Também, durante o último ano como arquiteto da CN, participou do levantamento e projeto destinado à recuperação da *Santa Casa de Ejercicios Espirituales* de Buenos Aires e coordenou a pintura da fachada da Catedral de Córdoba.

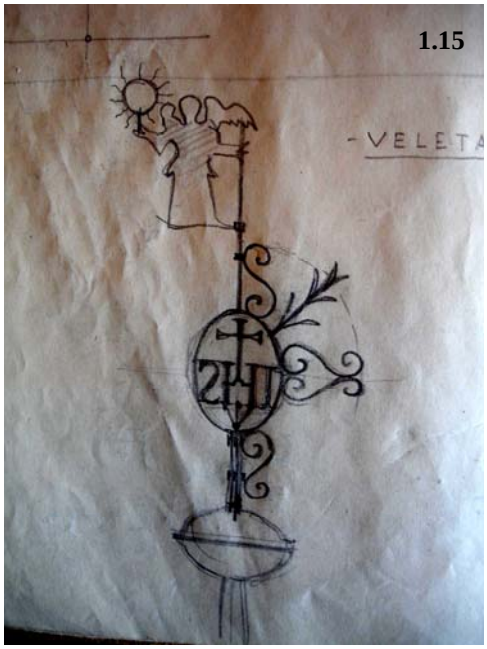
Em Jesús María, Onetto realizou o levantamento do prédio (trabalho que durou um mês) e um projeto de restauração. Ao mesmo tempo coordenou a execução dos trabalhos realizados nesse conjunto pela DGA, Zona Córdoba. Os trabalhos compreenderam a limpeza total do prédio, a demolição dos fechamentos de tijolo, que tapavam as galerias, a restauração destas últimas, e o acabamento com reboco e pintura de todo o edifício.

Nas ruínas de San Ignacio, em Misiones, Onetto substituiu o arquiteto Jorge Cordes, responsável pelos primeiros trabalhos de desmatamento e limpeza das ruínas. O projeto seguido para sua restauração compreendia o estudo e a proteção das mesmas – as ruínas eram desmanteladas pouco a pouco pela ação dos moradores das redondezas, pelos turistas e também pela destruição provocada pela natureza (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n.1, 1938, p. 135). Também se realizou a consolidação das partes em perigo de cair e a *anastilose*[44] de outras ainda recuperáveis.

---

[44] *Anastilose*: em ruínas, a recomposição de partes existentes, porém desmembradas ou deslocadas de sua posição original.





Alguns dos numerosos desenhos realizados por Carlos Onetto sobre a estância jesuíta de Jesús María, que foi restaurada pela DGA sob a direção da CNMMyLH (**Fig.1.14** e **Fig.1.15**). Fonte: Onetto, 1942.

Em relação aos trabalhos realizados na Catedral de Córdoba, já com a CNMMyLH sob a direção de Eduardo Azevedo Díaz, em 1948, houve duras críticas. Onetto decidiu refazer completamente o reboco da igreja matriz pelo mau estado em que este se encontrava e, ao realizar esse trabalho, advertiu que a camada de tinta identificada como a mais antiga apresentava uma tonalidade vermelha, decidindo, em conseqüência, restaurar essa cor no prédio. Para justificar esta decisão, Onetto apoiou-se no fato de que outras igrejas, como San Francisco, em Salta, tinham cores semelhantes.

Mas a Comissão considerou que não era suficiente estabelecer a autenticidade da pintura (o laudo pedido pela CN às Oficinas Químicas do Estado deu como resultado que a capa mais antiga era efetivamente vermelha) para decidir a restauração, sendo mais importante proteger a imagem que a população guardava da igreja, quer dizer a cor que o prédio tinha anteriormente à restauração começada por Onetto.

A **Fig. 1.16** apresenta a catedral de Córdoba durante a intervenção de Carlos Onetto em 1948. Fonte: Arquivo da Família Onetto.

Capítulo 2

A CNMMyLH entre 1938 e 1946

2.1 A Lei 12.665 sobre Patrimônio e os procedimentos para o tombamento

Esclarece Maria Cecília Londres Fonseca:

> No século XIX se consolidaram dois modelos de política de preservação: o modelo anglo-saxônico, com o apoio de associações civis, voltado para o culto ao passado e para a valoração ético-estética dos monumentos, e o modelo francês, estatal e centralizador, que se desenvolveu em torno da noção de patrimônio, de forma planificada e regulamentada, visando ao atendimento de interesses políticos do Estado [...] (FONSECA, 2005, p. 62).

A CN teve contato com os dois modelos, considerando de Paula que a experiência preservacionista de Williamsburg[45] parece ter influenciado, sobretudo tecnologicamente, os trabalhos da Comissão (de PAULA, 1984, p. 78), mas, foi a legislação francesa a principal fonte citada pela CNMMyLH para a redação da lei sobre patrimônio.

O decreto presidencial de criação da CN de 1938 autorizava um projeto de lei, que foi preparado por Levene e enviado ao Congresso Nacional, dando lugar, depois de discussão parlamentar, à lei 12.665[46] de setembro de 1940, e em 7 de fevereiro de 1941 assinou-se o decreto 84.005 que ajustava seu funcionamento.

Levene aceitava que havia considerado as legislações estrangeiras para a elaboração da legislação, reconhecendo em relação a estas que a mais interessante era a "*ley francesa de*

[45] Williamsburg, Estados Unidos da América, é uma das maiores restaurações de prédios históricos, já empreendidas. Foi patrocinada por John D. Rockefeller, Jr. Nela várias estruturas coloniais foram reconstruídas nos seus locais de origem na década de 1930, com a feição que se acreditava deviam ter no século XVIII. O principal objetivo da restauração de Williamsburg era a comemoração dos heróis nacionais e da história do país. Mario Buschiazzo realizou estudos nos Estados Unidos, durante os primeiros anos de sua participação na CN, e foi publicado, nos boletins do órgão, um artigo escrito por ele em relação à experiência de Williamsburg.

[46] A íntegra da Lei 12.665 pode ser consultada no Anexo B desta dissertação.

1914, que perfeccionó la de 1906, [la cual fue] a su vez elaborada con experiencia de otras leyes anteriores: la inglesa de 1882, con las modificaciones sucesivas de 1913 y 1931, la belga de 1931 y la italiana de 1902"[47] (LEVENE, 1942, p. 118, grifo nosso).

Contudo, o presidente da CN, nos seus escritos, fazia questão de destacar o caráter argentino da lei nacional:

> El espíritu de esta ley es eminentemente argentino. Se contemplan los problemas estrechamente unidos de los monumentos históricos y de los museos históricos y se procura armonizar la acción conjunta de la nación y de las provincias, para la conservación y custodia de sus lugares y recuerdos históricos. El principio superior que inspira estas prescripciones es el de la unidad de la conciencia histórica del país en el pasado y en el presente (LEVENE, 1942, p. 118).

As outras influências, reconhecidas pelos membros da CNMMyLH nos boletins, foram o projeto de lei apresentado por Carlos Pueyrredón em 1935[48] e as resoluções do *II Congreso Internacional de Historia de América*.

Esse congresso, realizado em julho de 1937, designou uma comissão para definir questões relativas à conservação e proteção de monumentos e obras de caráter Histórico-Artístico, a qual aprovou os seguintes pontos:

> 1. Recomendar a los gobiernos de América […] acerca de la cooperación internacional sobre conservación de monumentos históricos […]
> 2. […] someter al criterio y aprobación de los gobiernos de América los siguientes medios concretos para obtener la ejecución de dichos enunciados:
> a) Que procedan a realizar el inventario de su Patrimonio Histórico Artístico, y continuarlo aquellos que lo han iniciado, con el propósito de ordenarlo y clasificarlo, asegurándose así su custodia y conservación;
> b) Sugerir a los que aun no lo hayan hecho, la sanción de leyes protectoras de dicho patrimonio […];
> c) Proponer a la creación de Institutos o Laboratorios de Arte, o al fomento de los que ya existen, con un propósito docente de investigación y divulgación, vinculándolos entre si […]
> d) Estimular la creación de patronatos, juntas y sociedades de amigos de poblaciones, monumentos u obras histórico-artísticas como medio de educar al pueblo para que colabore en su defensa y conservación (BOLETÍN DE LA CNMMYLH, n.3, 1940, p.230-231).

---

[47] A lei francesa foi estudada por Mario Buschiazzo, que realizou informes sobre ela baseados em textos de Paul León. Buschiazzo publicou no Boletim n. 2 da Comissão o artigo *"La organización del servicio de monumentos históricos de Francia"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 2, 1939, p. 47).

[48] Ver Capítulo 1, p. 30.

As influências antes mencionadas contribuíram para a elaboração do projeto de lei, que observava as necessidades de *"conservar, defender y acrecentar el patrimonio histórico y artístico de la nación"* e explicava que *"los monumentos y los museos enriquecen la tradición de un pueblo y definen su personalidad moral"* (BOLETÍN DE LA CNMMYLH, n. 3, 1940, p. 236), suscitando a idéia principal que orientaria a ação da Comissão: o resgate do passado com o fim de recuperar elementos úteis para definir a nacionalidade argentina.

A lei sancionada estabelecia que a Comissão compartilhasse a responsabilidade sobre os bens com particulares ou outras jurisdições (provinciais, municipais, religiosas), o que a colocava em muitos casos apenas como órgão de controle e fiscalização, já que a propriedade dos bens se mantinha com os donos originais.

A lei previa, nos casos em que *"la conservación del lugar o monumento implicase una limitación al domínio"*, a indenização ao proprietário como meio para fazer cumprir os *"fins patrióticos"* da mesma (Artigo 3), mas esse procedimento provocava pesadas despesas ao governo e, assim, foram comuns os acordos entre proprietários e Comissão destinados à proteção dos bens tombados. No caso de vários prédios localizados na cidade de Alta Gracia, Córdoba, por exemplo, a Comissão declarava:

> En esta oportunidad se consideró que en vista de los inconvenientes aparejados a toda expropiación y a las ingentes sumas que demanda al erario la adquisición y conservación de los bienes expropiados resultaba más eficaz declarar lugar o monumento nacional y llegar a un convenio con los propietarios a fin de asegurar la integridad arquitectónica del edificio y su conservación (BOLETÍN DE LA CNMMYLH, n. 2, 1939, p. 23).

Uma situação similar aconteceu em relação ao Convento e Campo de Batalha de *San Lorenzo* em Santa Fé. Nesse caso, optou-se por um pacto com os proprietários, uma ordem religiosa, e a restauração do mesmo correu por conta da Comissão.

Um dos artigos da lei, o de número 4, foi, inumeráveis vezes, mencionado nos boletins como norma para limitar a ação dos particulares sobre os monumentos:

> Los inmuebles históricos no podrán ser sometidos a reparaciones o restauraciones, ni destruidos en todo o en parte, transferidos, gravados o enajenados sin aprobación o intervención de la Comisión Nacional. En el caso de que los inmuebles históricos sean propiedad de las provincias, municipalidades o instituciones públicas, la Comisión Nacional cooperará en los gastos que demande la conservación, reparación o restauración de los mismos (Artigo 4).

Também houve casos em que bens valiosos estavam sob a guarda de outras instituições, por exemplo, o Banco Hipotecário Nacional. Às vezes a Comissão chegou a efetuar a compra ou solicitar a posse dos mesmos quando o estado de deterioração era avançado e se requeria uma rápida intervenção, como aconteceu, por exemplo, com a Posta de Sinsacate e a estância de Jesús María, ambas em Córdoba**.**

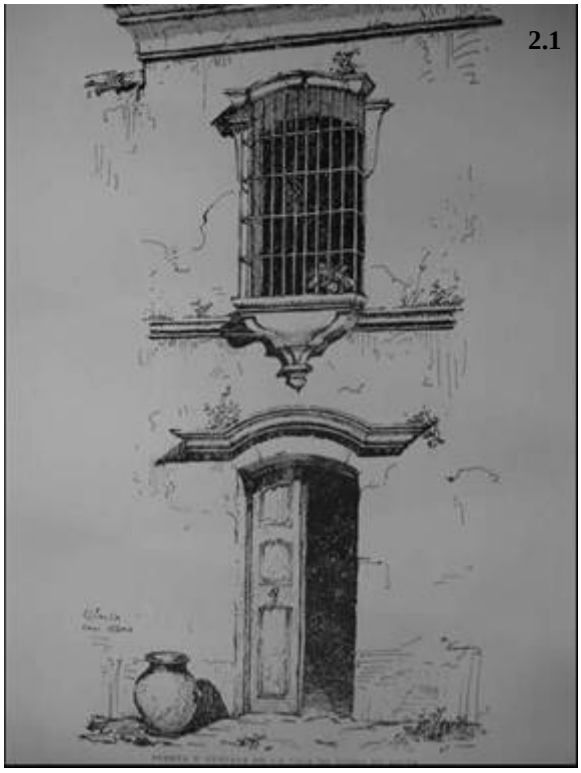
As limitações da legislação foram claramente comentadas no Boletim n. 9 da Comissão, correspondente a 1946. Nesse documento Aníbal Imbert descrevia alguns casos nos quais a lei 12.665 tinha mostrado *"la ineficacia de algunas de sus disposiciones"*. Os casos por ele citados foram os da Casa de los Otero, em Salta, e da Casa de Avellaneda, em Tucumán. Estes imóveis, embora houvessem sido declarados monumentos nacionais, não haviam sido desapropriados, fato pelo qual sua manutenção derivava do acordo entre o Estado e os proprietários. Esse pacto, porém, não limitava o direito de propriedade, garantido pela Constituição Nacional, e, quando os herdeiros da Casa de los Otero decidiram destruí-la para dar lugar a um novo edifício, o advogado Villegas Basavilvaso, membro da Comissão aclarou:

> […] la condición jurídica del inmueble declarado monumento histórico no limita el ejercicio del dominio por parte de su titular en lo que se refiere a su reedificación o demolición, el único medio legal para la conservación del monumento sería la de su expropiación mediante la declaración de utilidad pública por ley y en caso de no recurrirse a la expropiación debiera revocarse el decreto por el cual se declara monumento histórico la casa de Otero (BOLETÍN DE LA CNMMYLH, n. 9, 1946, p. 22).

Imbert advertia no mesmo boletim:

> Como son muchos los Monumentos Históricos que se encuentran en condiciones idénticas, señalo estos hechos al señor ministro, porque pueden sobrevenir situaciones de la misma naturaleza que hagan completamente ilusorias algunas disposiciones de la ley 12.665 que no pueden sobreponerse a declaraciones categóricas de la Constitución Nacional (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 9, 1946, p. 22).

No discurso de Mario Buschiazzo, na ocasião de sua incorporação à *Academia Nacional de la Historia*, em julho de 1965, este corroborava o temor expressado por Imbert ao comentar que várias foram as moradias de valor histórico-artístico que, apesar de terem sido declaradas monumentos nacionais, foram demolidas ou estavam por sê-lo, mencionando as de Zorrilla em Salta, a de Iriondo em Santa Fé e a de Allende em Córdoba (BUSCHIAZZO, 1965, p. 85).



Os desenhos superiores, do começo do século XX (**Figs**. **2.1** e **2.2**), foram feitos por J. Kronfuss e mostram parte das fachadas das casas coloniais conhecidas como De los Otero e De los Allende. Estas moradias, embora tenham sido definidas pela CNMMyLH como Monumentos Históricos, foram demolidas. Ambas se encontravam no grupo de bens que, a despeito de sua importância pública, continuavam a ser propriedade privada. Fonte: Kronfuss, 1998.

Explicava Buschiazzo, na mesma ocasião, que a lei estabelecia um conflito de autoridades, quando queria obrigar os governos municipais e provinciais a eximirem os bens patrimoniais de impostos (*"Los inmuebles comprendidos en la lista y clasificación oficial de la Comisión Nacional, estarán libres de toda carga impositiva"*, Artigo 6), sendo isto contestado por esses governos, os quais viam uma intromissão na sua autonomia, garantida pela Constituição Nacional. Finalmente a única via que Buschiazzo achava eficaz para a proteção do patrimônio era a compra pelo Estado dos bens privados de interesse histórico ou artístico[49], explicando de forma contundente *"La nómina de monumentos restaurados es bastante extensa, pero no es el caso repetirla aquí. Si lo hiciéramos veríamos* ***que no hay un solo caso de edificio privado que haya podido ser salvado por el Estado****"* (1965, p. 85, grifo nosso).

Os critérios para a seleção dos bens também foram definidos na lei, que em seu artigo 3 legislava:

[49] Convém ressaltar que, nesse discurso, Buschiazzo apoiava a defesa da desapropriação citando esta como método adotado pelo Brasil e pelos Estados Unidos da América – o que não corresponde à prática brasileira.

> El Poder Ejecutivo a propuesta de la Comisión Nacional declarará de utilidad pública los lugares, monumentos, inmuebles y documentos de propiedad de particulares que se consideren de **interés histórico o histórico - artístico** a los efectos de la expropiación [...] (Artigo 3, grifo nosso).

Vale a pena, lembrar a intervenção de Martín Noel, deputado no momento da discussão da lei 12.665 da CNMMyLH que defendeu a consideração dos valores estéticos, ausentes no projeto:

> Quiero dejar fundado, sin desear en absoluto modificar el artículo propuesto por la comisión, que en esta CNMMyLH debe existir un académico de bellas artes especializado en las cuestiones histórico-artísticas; y quiero dejar sentado este concepto porque más adelante voy a proponer un nuevo agregado para que esta ley abarque, no sólo los monumentos históricos, sino también a los monumentos y objetos artísticos, ya que no se concibe que una ley de esta naturaleza tenga un verdadero carácter integral en la acepción de los precedentes citados de las leyes extranjeras, sin que se incluya en ella a los monumentos artísticos […] Consecuente con lo que acabo de decir, **solicito que se incorpore al artículo 2 un agregado para que donde dice "los bienes históricos" diga también "y artísticos"** (BOLETÍN DE LA CNMMYLH, n. 3, 1940, p. 254, grifo nosso).

E no artigo 4 especificava-se o responsável por dita atribuição: *"La Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos, hará la clasificación y formulará la lista de monumentos históricos del país, ampliándola en las oportunidades convenientes con la aprobación del Poder Ejecutivo"*.

A ação dos órgãos dedicados à preservação do patrimônio na Argentina, que atuaram previamente à criação da CNMMyLH, foi descrita por Buschiazzo como *"una labor eficaz pero inconexa"*[50] (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 1, 1938, p. 47). Mas, logo após a criação da instituição, a situação parece ter sido revertida através da centralização do movimento em prol do patrimônio. Designaram-se delegados para as províncias, aos quais se requereu colaboração para *"levantar el censo general de restos, ruinas, edificios, lugares, objetos y monumentos […] previa averiguación de autenticidad y crítica histórica fundamentada"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 1, 1938, p. 17).

Tais delegados contribuíram com a redação de relatórios sobre os bens que podiam fazer parte do patrimônio histórico e artístico da Argentina, além de cumprirem funções como

---

[50] Em relação a essa afirmação, Buschiazzo não menciona quais foram essas outras instituições, mas podemos pensar que fazia referência tanto às Comissões Especiais organizadas pela JHNA (ver neste capítulo na página 61) para intervir no patrimônio, quanto à tutela exercida sobre alguns bens pelos museus *Nacional de Historia Natural* (depois *Museo de Ciencias Naturales*) e *Etnográfico* da *Universidad de Buenos Aires*, situação já mencionada no Capítulo 1, página 30.

inspetores dos monumentos, de forma a assegurar a integridade e a conservação dos mesmos. Solicitou-se também aos delegados que promovessem a difusão entre o público em geral do valor cultural e patriótico implícito na conservação (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 4, 1941, p. 631).

Para estabelecer os valores atribuídos ao patrimônio, a Comissão, além de analisar os informes dos delegados, considerava os relatórios elaborados por seus membros a partir de suas viagens de estudo às regiões histórico-artísticas do país.

Os relatórios submetidos, alguns deles publicados nos boletins da instituição, permitiram completar formulários "concretos e minuciosos" sobre os bens a tombar, cujos dados seriam incluídos, depois, em dois registros – o de bens imóveis e o de bens móveis –, contendo as listas dos monumentos, lugares, móveis e imóveis que pertenciam tanto à Nação, Províncias e Municípios, quanto a particulares e à Igreja Católica.

Os registros foram mencionados no Boletim n. 4, da Comissão:

> Propuso a continuación el señor presidente que se mandara imprimir el libro de Registro de Bienes Muebles Históricos, debiéndose solicitar al efecto, a las autoridades públicas nacionales, provinciales, municipales, eclesiásticas y a los particulares, la nómina, descripción y fotografía de los bienes muebles históricos o histórico-artísticos que poseen […] El doctor Levene agregó que para llevar a término el Registro de Bienes Inmuebles, que se estaba preparando, había pedido a los delegados en el interior los datos descriptivos de los monumentos históricos declarados como tales por el Poder Ejecutivo a pedido de esta CN, pero se trataba del registro de bienes muebles que requiere una larga dedicación y cuya organización exigirá una minuciosa clasificación de datos y antecedentes (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n.4, 1941, p.769).

No entanto, não se obtiveram mais dados em relação à existência destes registros, destacando-se aqui que a Lei 12.665 não contemplava o tombamento de bens moveis.

A legislação sim determinava que a definição do bem como patrimônio fosse conseqüência de decretos assinados pelo Poder Executivo da Nação, em função da análise que este fizesse dos pedidos da CN.

Assim, os decretos estabeleceram-se como instrumentos de tombamento, contendo breves explicações sobre os valores considerados para suas decisões, além de elucidar que os critérios que conferiam valor aos bens eram subministrados pela Comissão.

Cada decreto geralmente considerava o tombamento de vários Monumentos, Sepulcros ou Lugares Históricos, agrupando os bens correspondentes a uma mesma cidade, província ou região.

A estratégia de trabalho definida pela CN estabelecia o tombamento a partir de regiões: *"El plan de la CN consiste en proponer al Poder Executivo tales declaraciones por regiones histórico-artísticas del país, comenzando como corresponde con la provincia de Córdoba, que tiene monumentos de excepcional valor"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n.3, 1940, p. 16).

Em Córdoba o delegado designado pela CN foi Francisco Silva, membro da *Academia Nacional de la Historia de Córdoba*, de quem a Comissão recebeu, em agosto de 1939, o informe relacionado aos monumentos arquitetônicos da Província, cujo levantamento já havia começado antes mesmo de sua designação como representante do órgão de preservação[51] (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n.1, 1938, p. 223).

Como responsável da CN[52], o historiador esteve vinculado a trâmites administrativos (por exemplo, os destinados à compra e à tomada de posse de bens – como a Posta de Sinsacate e a estância de Jesús María – e o pedido de doações de objetos para o Museu Rural de Sinsacate), bem como participou de ações que facilitavam a posterior intervenção arquitetônica nas obras (como no desalojamento dos ocupantes da Posta de Sinsacate), analisando a viabilidade de projetos da CN (como quando deu seu parecer em relação à localização de uma escola no prédio de Sinsacate, projeto que Silva não considerava possível por existir nas imediações outro estabelecimento educativo – SILVA, 1944) e propondo diversas ações para proteger o patrimônio (quando *"indica la conveniencia de establecer zonas de protección para ciertos edificios y otras medidas de emergencia"* – BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n.3, 1940, p. 627).

[51] Sobre esse levantamento não foram encontrados maiores dados que o afirmado por Enrique Martínez Paz, presidente da Junta de História da Província de Córdoba, em relação a que, desde dezembro de 1937, Silva se encontrava trabalhando no Catálogo de Monumentos Arqueológicos, Artísticos e Históricos da Província (MARTÍNEZ PAZ, 1938).

[52] O trabalho de Silva na Comissão foi reconstruído, nesta dissertação, através das menções que sobre ele se fazem nos boletins e em outros poucos documentos encontrados durante a pesquisa.

2.2 Especificidades da ação da CNMMyLH

2.2.1 Tradição e progresso: o patrimônio, o turismo e as rodovias

Ao mudar o quadro econômico argentino, depois da crise econômica mundial de 1929, os governos posteriores ao golpe militar contra o governo da *Unión Cívica Radical*, e principalmente o de Agustín P. Justo, perceberam a necessidade de promover uma diversificação produtiva nas diferentes regiões do país[53]. Produziu-se, então, uma revisão do caráter econômico e cultural dessas áreas, aparecendo uma nova atitude nacionalista e protecionista: *"a promoção de uma integração territorial que permitisse a conquista do mercado nacional com regiões diversificadas, mas em contínuo contato para complementar a produção e o consumo"* (GORELIK & BALLENT, 2001, p. 146).

A década de 30 apresentou-se como um período de modernização radical do país e de seu território, liderado pelo Estado Nacional que, apoiando esta idéia, promoveu a *"homogenización de los hábitos sociales en el ámbito nacional"* (GORELIK & BALLENT, 2001, p. 147). Quis-se definir um território homogeneizado utilizando-se equipamento novo e infra-estrutura adequada às novas necessidades e procurou-se autonomia econômica através de obras vinculadas à produção industrial e energética ao tempo que se construiu uma impressionante malha viária. As estradas converteram-se no símbolo da vontade de crescimento econômico nacional – relacionado diretamente com a importância de explorar o petróleo como produto próprio extraído das profundezas da terra pátria, necessário para o transporte dos artigos produzidos pela indústria nacional.

Mas as novas rodovias serviram também como meios para o conhecimento do país, sendo que o turismo teve então um crescimento significativo na economia argentina, não só pela incorporação da classe média, mas também pelo retorno do turismo de elite, que não podia viajar ao estrangeiro, primeiro pela crise econômica e depois pelo clima bélico do pré-guerra. A promoção do turismo percebeu-se, no clima da época, como obra patriótico-social, que determinava que "*conocer la patria es un deber*".

---

[53] Predominava, até esse momento, um esquema de país exportador de produtos agropecuários (que vendia para a Europa matéria-prima para depois comprar-lhe os produtos já elaborados), que foi defendido pelos governos liberais e determinou um crescimento econômico importante do litoral frente a outras regiões do país que ficaram marginalizadas.

Nesse ambiente, em que novas rodovias, turismo e petróleo foram expressões de atitudes nacionalistas vinculadas ao crescimento do país, existiu, a partir da segunda metade da década de 1930, às vezes tensão e outras articulação entre o progresso e a preservação do patrimônio, num contexto que promoveu a busca de valores nacionais de diversas maneiras[54].

Em 1936, o órgão nacional construtor de rodovias, *Dirección Nacional de Vialidad* (DNV), o *Automóvil Club Argentino* (ACA) e a empresa nacional de petróleo *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF) convidaram a JHNA, presidida por Ricardo Levene, a colaborar na colocação de placas comemorativas nos lugares históricos que se encontravam à beira das rodovias que iam sendo abertas (convênio que foi ratificado durante a gestão do historiador na CNMMyLH a partir de 1938). Com essa sinalização poderia aparecer o desenho de um país moderno e ao mesmo tempo tradicional e legítimo[55], através da atualização das marcas do passado, à beira das rodovias que eram símbolos do crescimento.

Nas **Figs 2.3** e **2.4** vê-se como o turismo era incentivado por meios diferentes. A imagem da esquerda, de 1934, mostra uma propaganda de *Yacimientos Petrolíferos Fiscales*, empresa nacional de petróleo, a qual retrata uma nova rodovia em Salta. Já a outra figura é a capa da revista *El Hogar* que apresenta um número especial dedicado ao turismo, em 1937. Fonte: Gorelik & Ballent, 2001.

---

[54] Esta busca se deu também na arquitetura. Arquitetos "modernistas" receberam o encargo da construção de escolas e postos de gasolina em todo o país, acompanhando o ímpeto modernizador do Estado, mas alguns deles voltaram sensibilizados pelos problemas e pelas potencialidades do interior. Por exemplo, pode destacar-se a obra dos arquitetos José María Prins e Alberto Vilar, que, depois de uma rejeição total à tradição, começaram uma busca da articulação entre tradição e modernidade através do uso dos materiais regionais e das composições volumétricas, sendo que *"el viaje turístico que la arquitectura emprendió gracias a los encargos públicos modernizadores se convirtió en una novela de aprendizaje de la nacionalidad"* (Gorelik & Ballent, 2001, p. 193).

[55] Explica Paul Ricoeur que é possível "*atribuir legitimidade a uma ordem social em virtude de tradição, já que válido é o que sempre existiu"* (Ricoeur, 1991, p. 334).

Nesse mesmo ano, o ministro da Agricultura da Nação e membro da JHNA, Miguel Angel Cárcano (filho de Ramón J. Cárcano), apresentou o projeto de reconstruir as ruínas jesuíticas de San Ignacio Miní, na província de Misiones, e novamente a Junta colaborou com o projeto, constituindo uma *Comisión Protectora de Monumentos Históricos*. Esta comissão especial, além de se encarregar do projeto para San Ignacio, deveria desenvolver um plano geral de conservação e restauração histórica dos monumentos remanescentes do passado argentino.

O projeto do ministro Cárcano não só esteve vinculado ao intuito de valorizar e preservar o patrimônio cultural, mas também às ações definidas pelo governo para promover a indústria do turismo dentro do esquema de modernização do país. O Ministério da Agricultura encarregou-se da criação de parques nacionais, entre eles o de Iguaçu que fica perto das ruínas de San Ignacio Miní, relacionando o turismo tanto com as obras vinculadas ao crescimento do país (pavimentação, transporte e hotéis), como com a consolidação das zonas de fronteira, marcando a presença do Estado nos confins da Pátria (GORELIK & BALLENT, 2001, p. 168).

A partir de 1938 a CN engajou-se também nos projetos do Estado Nacional[56], e o valor atribuído pela Comissão ao turismo e ao progresso, representado pelas novas rodovias, esteve condicionado à forma em que a materialização dos mesmos se relacionava com o patrimônio.

Algumas vezes foram considerados positivos, como quando permitiam aos turistas "redescobrir" os bens esquecidos, através do acesso facilitado pelas novas rodovias, e, outras vezes, ocasionaram críticas ou reprimendas por parte da Comissão.

Como exemplos de tensão, podem-se citar a solicitação da Comissão à DNV para que não fossem utilizadas pedras do Forte Malargüe de Mendoza, parcialmente em ruínas, na construção da Rodovia Nacional N° 40 (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 6, 1943, p. 28). Em texto escrito por Buschiazzo pode-se observar também a preocupação do arquiteto ante os extremos provocados pela chegada de turistas às ruínas de San Ignacio Miní:

---

[56] Considera-se importante destacar aqui que a articulação que existiu entre história e turismo, como uma expressão concreta do vínculo entre tradição e progresso, foi um interesse que não ficou restrito à CN. Como exemplo, pode-se expor a publicação, na *Revista de Arquitectura* de um projeto premiado no *IV Salón Nacional de Arquitectura*. O trabalho, assinado pelos arquitetos Prats e Pastor, contemplava a construção de *"la expresión moderna de las antiguas postas de nuestras rutas históricas"* explicando na apresentação do projeto que a função da *posta* moderna *"es la misma através del tiempo, solo se han trocado las galeras, diligencias y carretas por el automóvil, el ómnibus y el camión"* (REVISTA DE ARQUITECTURA, feb. 1943, p. 45-48).

> […] actualmente no se cuidan las ruinas […] de modo que los pobladores y turistas entran a su antojo rompiendo y saqueando de tal modo que si no se pone coto inmediatamente a todo esto puedo afirmar que dentro de pocos años nada quedará de tan hermoso monumento […] (BOLETÍN DE LA CNMMYLH, n. 1, 1939, p. 135).

Embora preocupados com as conseqüências do turismo sobre o patrimônio, os membros da Comissão propuseram diversas ações que apoiavam essa atividade. Como exemplo, pode-se lembrar a insistência que mostrou a CN na construção de infra-estrutura para promover o turismo na vila onde nasceu o general San Martín (uma rodovia que unisse as vilas de Guaviravi a Yapeyú e o pedido de construção de um albergue para hospedar turistas que chegassem ao lugar – BOLETÍN DE LA CNMMYLH, n. 8, 1945, p. 8-9). E, o mesmo Buschiazzo, crítico ante os inconvenientes aparecidos com a chegada das novas rodovias a lugares antes isolados, ao mesmo tempo em que diagnosticava o conflito, propunha soluções que articulavam interesses diversos no caso de Molinos, em Salta:

> […] Es sabido que como consecuencia del ferrocarril a Salta y de otros factores que no son del caso analizar, los pueblos de los valles calchaquíes decayeron rápidamente, razón por la cual presentan hoy un aspecto de abandono reñido con la civilización, pero de altísimo interés turístico y documental. Esa circunstancia desfavorable para la vida de esos pueblos, acaso pueda constituir mañana la razón de su resurgimiento como poblaciones veraniegas y de atracción turística. Se encuentra en ejecución el camino de cornisa que pronto unirá la ciudad de Salta con los valles, ahora incomunicados durante los meses de aguas crecidas, de modo que antes de dos años el acceso a esos pueblos será fácil y cómodo en todas las épocas del año. Con ello la avalancha de turistas irrumpirá, llevando todos sus beneficios económicos, [y] los inconvenientes consabidos, a menos que una legislación adecuada prevea a tiempo los desmanes, alteraciones, modernizaciones mal entendidas y demás secuela de atropellos que atrae aparejada la divulgación de un sitio hermoso, escondido hasta ahora, y salvado gracias precisamente a esa circunstancia.
>
> […] Por todo lo expuesto me permito sugerir a la Comisión Nacional la posibilidad de encarar la salvación del pueblo de Molinos de modo de conservarle su típico aspecto, restaurando su edificio, legislando con miras a evitar atropellos y previendo con tiempo la manera de salvaguardar un rincón de nuestra patria de una belleza y un carácter como acaso no haya otro en todo el territorio. Tengo noticias que en la Dirección General de Arquitectura se están preparando los planos y dirigiendo la construcción de una vastísima red de hoteles y hosterías de turismo para todo el país. Con el arquitecto encargado de dichas obras, señor Ernesto Estrada, **he cambiado ideas acerca de la posibilidad de construir una hostería en Molinos, tal vez adaptando una de las típicas casas coloniales abandonadas**. De tal modo quedaría resuelto el problema de alojamiento, sin afectar la belleza arquitectónica de la villa, a la que debe conservarse intacta en todo lo posible (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n.5, 1942, p. 439-441, grifo nosso).

E, no mesmo texto, Buschiazzo acabava oferecendo uma solução que convocava a participação de todos os órgãos que podiam promover a articulação entre turismo e patrimônio:

> De tal modo, por la labor conjunta de la Dirección Nacional de Vialidad, que construye el camino, de la Dirección General de Arquitectura que construiría la hostería y de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos, que salvaría al pueblo en cuanto atañe a su valor histórico y artístico, se podría llegar a conservar en todo su carácter la población más típica de los hermosos valles calchaquíes, al propio tiempo que **se daría notable ejemplo de lo que pueden hacer las reparticiones nacionales cuando coordinan acertadamente sus respectivas funciones** […] (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n.5, 1942, p. 441-442 grifo nosso).

Outro exemplo da sintonia entre os projetos turísticos do Estado e a CN foi a participação de Levene no Congresso Nacional de Turismo, de agosto de 1942, no qual apresentou, junto a outros membros da Comissão, as seguintes palestras:

> Señalamiento de todos los lugares históricos con monolitos y letreros instructivos.
>
> Acordar con la Dirección Nacional de Vialidad y el Automóvil Club Argentino la colocación de letreros indicadores de lugares históricos próximos a las carreteras y caminos nacionales.
>
> Conveniencia de publicar el libro que contenga las ilustraciones sobre todos los monumentos y lugares históricos del país sobre los museos históricos.
>
> Publicación de las guías ilustradas de los Museos Históricos para ser distribuidas gratuitamente entre el público (BOLETÍN DE LA CNMMYLH, n. 5, 1942, p. 405-408).

Podemos salientar, também, as publicações feitas pela Comissão na revista do Automóvil Club Argentino[57], *Automovilismo*, que tinha como objetivo *"[...] facilitar las actividades turísticas de los asociados, suministrándoles una información precisa sobre las características y condiciones de diversas zonas del país"* (AUTOMOVILISMO, feb. 1940, grifo nosso).

No número de julho de 1940 foi publicada uma carta assinada por Levene, na qual o historiador informava sobre a intenção do órgão por ele presidido de difundir por esse meio as comemorações de eventos históricos acontecidos nas proximidades das rodovias,

[57] O ACA promoveu o turismo rodoviário na Argentina. Sabe-se da existência de um trabalho vinculado a este assunto, elaborado pela arquiteta Anahí Ballent da *Universidad de Quilmes*, Argentina. Não foi possível aceder a esse material e, como conseqüência, realizou-se uma pesquisa na biblioteca do ACA em Buenos Aires para consultar vários números da revista *Automovilismo*.

Monumentos e Lugares Históricos do norte do país, informando no mesmo texto a transferência da *Casa de la Independencia de Tucumán* à CNMMyLH.

No número de novembro desse mesmo ano, publicou-se o artigo *"En defensa del patrimonio histórico del país"*, com um comentário da cerimônia inaugural das obras de restauração do Cabildo de Buenos Aires e uma resenha sobre os antecedentes da lei 12.665, a qual foi publicada na íntegra.

O texto da **Fig 2.5** foi publicado na revista do ACA, *Automovilismo*. O conteúdo do mesmo explicava os trabalhos desenvolvidos pela CNMMyLH em prol da proteção do patrimônio cultural argentino e apresentava a lei 12.665, cujo texto estava na íntegra. Fonte: Automovilismo, nov. 1940.

A **Fig. 2.6** é a capa do *Guía de Viaje* elaborado pelo ACA com a colaboração da CNMMyLH. Neste guia, dedicado à região noroeste do país, Mario Buschiazzo publicava um texto relacionado ao Convento de San Bernardo, em Salta. Fonte: Guía de Viaje Región Noroeste, 1944.

As contribuições da CNMMyLH em meios vinculados ao ACA alargaram-se com a participação na elaboração de guias de viagem, redigidos por regiões geográficas, nos quais figuraram artigos sobre bens patrimoniais assinados por membros da CN. Elaboraram-se três guias, um correspondente à zona sul (1943), outro à zona noroeste do país (1944), e o terceiro à região central.

A articulação das ações da CN com a política estadual vinculada à promoção do turismo também foi observada no caso do patrimônio cordovês. Uma primeira menção em relação a esse vínculo foi encontrada no boletim número 3 da instituição:

> El convento de San Isidro en Jesús María, edificio histórico del siglo XVIII, pertenece al Banco Hipotecario Nacional, pero se iniciaron las gestiones para que el banco reconozca a la Comisión Nacional la tenencia del convento […] y esperamos lograr después la propiedad de dicho bien, para realizar […] los trabajos necesarios para conservar y restaurar ese monumento que podría destinarse a casa de descanso y vacaciones de profesores, artistas e historiadores (BOLETÍN DE LA CNMMYLH, n.3, 1940, p. 16).

No mesmo boletim, comunicava-se que o departamento de projetos da DNV planejava que a Rodovia Nacional Nº 9 (RN9) passasse, na província de Córdoba, pela estância de Jesús María, pela Posta de Sinsacate, por Barranca Yaco e próxima à nogueira de Sarmiento (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n.3, 1940, p. 536). Assim estes pontos de interesse histórico, que distavam poucos quilômetros entre si, poderiam apresentar-se como um núcleo de fácil acesso para os turistas.

Todavia, dois anos depois, mudou-se o projeto, e o órgão que construía as rodovias definiu o traçado da RN9 cinco quilômetros mais leste de onde se encontravam esses monumentos, lamentando Levene que, com esse desvio, se *"privaría a muchos turistas visitar lugares de evocación patriótica y religiosa"* (BOLETÍN DE LA CNMMYLH, n. 5, 1942, p. 392). O diretor do Ministério de Obras Públicas, Emilio Carmona, a quem foram dirigidas as queixas, tentou conciliar a situação esclarecendo que se estudariam, em compensação, as melhorias da rodovia interior que unia os lugares tombados pela Comissão (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 5, 1942, p. 394).

Outro caso que chama a atenção pela menção direta ao turismo refere-se à intervenção da Comissão na capela do Obispo Mercadillo na cidade de Córdoba.

Em 1944 o prédio, que pertencia à cúria, deixou de ser alugado como local comercial[58], por pedido expresso de Levene, e, no mesmo ano, a CN apoiou a sugestão feita pela *Dirección Provincial de Turismo de Córdoba* para colocar ali um escritório de informações turísticas (BOLETÍN DE LA CNMMYLH, n. 7, 1944, p. 362).

Em 1945, a DGA completou os últimos detalhes da restauração solicitada pela CN nesse prédio (da análise do montante destinado à mesma, entende-se que se tratava de

[58] Em 1941, cogitou-se de instalar na capela *"un salón de exposición de arte"* (Boletín de la CNMMyLH, n.4, 1941, p. 25).

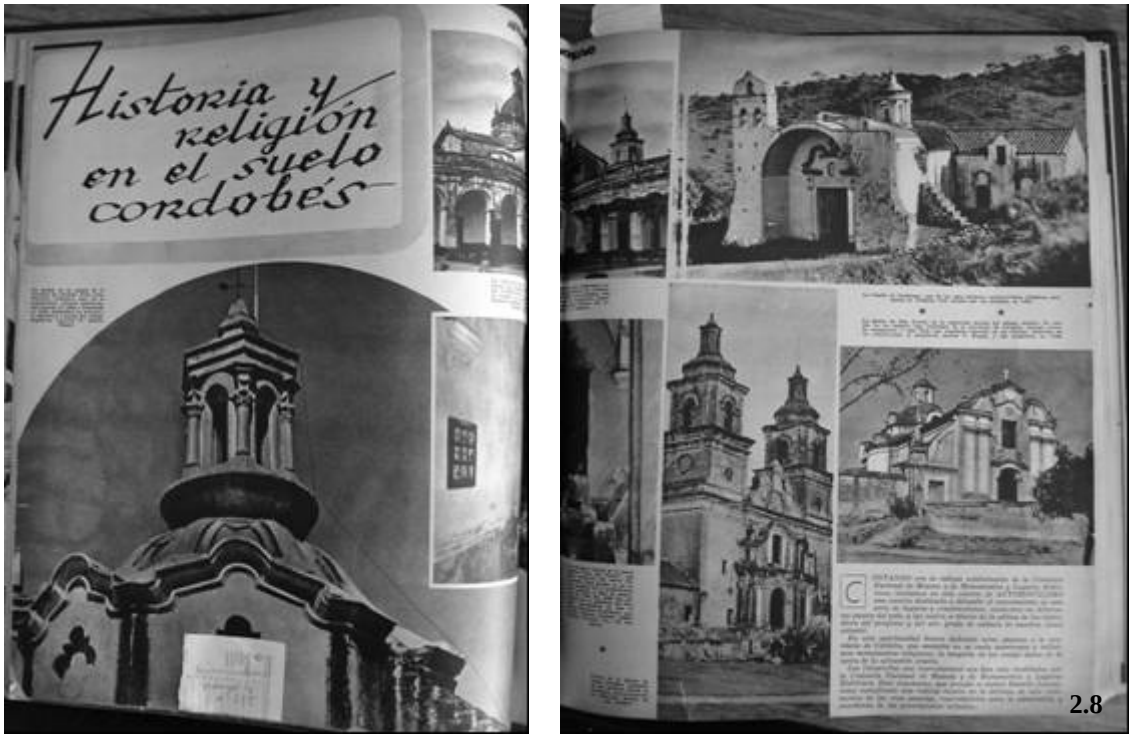
trabalhos simples), sendo que a *Dirección Provincial de Turismo* se comprometeu a colocar móveis e peças de *"estilo colonial"*, além de contribuir para a sua manutenção, com vistas à proximidade da temporada turística.

A importância de Córdoba para o turismo na Argentina pode se entender através de comentários da revista do ACA. Em 1940, a publicação citada informava:

[…] el Automóvil Club Argentino acaba de editar una serie de publicaciones afines, las cuales resultan de sumo interés para el automovilista. Entre ellas se encuentran tres cartas de turismo, dos de las cuales se refieren a la región serrana cordobesa, en sus zonas norte y sur, mientras la tercera corresponde a Mar del Plata y alrededores. Incluyen estas publicaciones, editadas en varios colores, precisos mapas de itinerario y a la vez un minucioso folleto descriptivo, que ilustran sobre las particularidades de cada una de estas regiones, con indicación sobre los lugares más interesantes a visitar, alojamientos, etc. (AUTOMOVILISMO, n. 242, feb. 1940).

Fig. 2.7, artigo publicado na revista *Automovilismo* do ACA. Nele se comentam as *Cartas de Turismo* elaboradas pelo órgão, entre elas uma destinada a Córdoba, Fonte: Automovilismo, n. 242, feb.1940.

É pertinente ressaltar que a relação do patrimônio cordovês com o turismo se fortaleceu através de um convênio da CN com o *Automóvil Club Argentino* em 1941. Nesse ano, a Comissão reconhecia que *"de acuerdo con lo convenido con el ACA, se ha publicado en doble página central de la revista de esa institución un artículo sobre los monumentos históricos de Córdoba, con fotografías artísticas y leyendas suministradas por esta Comisión Nacional"* (BOLETÍN DE LA CNMMYLH, n. 4, 1941, p. 675).



Páginas centrais da revista *Automovilismo* na **Fig 2.8**, possibilitam vislumbrar a importância que teve o patrimônio cordovês para o turismo que fomentava o ACA. Os monumentos destacados pelo artigo são as estâncias jesuíticas de Santa Catalina e Alta Gracia e a capela de Candonga. Fonte: Automovilismo, marzo 1941.

Essa divulgação, que se apresentou como *"Historia y religión en el suelo Cordobés"*, mostrava imagens da catedral da cidade de Córdoba, das estâncias de Alta Gracia e Santa Catalina e da Capela de Candonga explicando a revista que, com esse trabalho, e

> […] contando con la valiosa colaboración de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos, **iniciamos en esta edición de Automovilismo una sección destinada a difundir el conocimiento de una serie de lugares y construcciones, existente en diferentes puntos del país, y las cuales, a través de la pátina de los siglos, dicen del progreso y del alto grado de cultura de nuestra época colonial**.
>
> En esta oportunidad hemos dedicado estas páginas a la provincia de Córdoba, que encierra en su suelo numerosos y bellísimos monumentos religiosos, la mayoría de los cuales datan de la época de la actuación jesuítica.
>
> **Las fotografías que reproducimos nos han sido facilitadas por la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos**. Este organismo, que preside el doctor Ricardo Levene, viene cumpliendo una valiosa misión en la defensa de esos testimonios de las eras pasadas reservándolos para la admiración y enseñanza de las generaciones actuales (AUTOMOVILISMO, n. 255, marzo 1941, grifo nosso).

O *"Guía de Viaje"* del *Automóvil Club Argentino* dedicado à *"Zona Centro"*, a qual compreendia Córdoba, mereceu *"un pronunciamiento elogioso del Congreso Nacional de Turismo celebrado en la Ciudad de Buenos Aires, en Agosto de 1942"* (AUTOMÓVIL CLUB

ARGENTINO, 1943, p. 3), sendo que a conexão entre a Comissão e o turismo parece haver sido bastante evidente no caso cordovês se se considerarem as declarações publicadas no jornal *La Nación*, nas quais se expressava ironicamente que, na intervenção realizada pelo órgão na Igreja da Companhia em Córdoba tinha-se a intenção de *"invertir una fuerte suma de pesos para convertir el claustro en hotel o poco menos"* (PERDERÁ... , 1944, p. 5).

2.2.2 O Patrimônio e a educação patriótica e cultural do povo

Em vários textos da Comissão, faz-se referência à tarefa educativa que esta pretendia desenvolver através da definição do patrimônio cultural: *"Se trata de un basto* ***plan de educación social*** *de la juventud y el pueblo con el fin de hacer conocer y amar los restos materiales de nuestros grandes monumentos del pasado"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 4,1941, p. 25), e também: *"El señalamiento de los lugares históricos del país [se concibe]* ***como medio de enseñanza*** *a fin de despertar el respeto y el culto de nuestro pasado"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 6, 1943, p. 463, grifo nosso).

Na mesma lei 12.665 estava especificada a função docente e cultural da Comissão:

> El Poder Ejecutivo dictará el decreto reglamentario, estableciendo las funciones de la Comisión Nacional; la superintendencia de los museos históricos, de carácter cultural, docente y administrativo; mención de las publicaciones a su cargo; provisión de ilustraciones a los institutos secundarios para los gabinetes de historia argentina y americana; designación de delegados locales con residencia en los lugares respectivos, pertenecientes a los museos históricos u otras instituciones; formación de sociedades o patronatos para la cultura de conservación y restauración de los lugares y monumentos históricos (Artigo 9).

Entre as virtudes requeridas pela Comissão para o povo argentino destacavam-se o patriotismo e a cultura: *"La conciencia que posee el pueblo argentino, acerca de la necesidad de defender su patrimonio histórico y artístico es una expresión elevada de su cultura y patriotismo"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 9, 1946, p. 334).

Virtudes que podiam ser promovidas entre os cidadãos através da valorização dos monumentos: *"sería conveniente se dirigiese al público en general y a las instituciones […] invitándolos a velar por la buena conservación de los monumentos conmemorativos destacando su* ***significado cultural y patriótico****"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 4, 1941, p. 631, grifo nosso).

A CN considerava que o patrimônio possuía a faculdade de transmitir lições morais inerentes aos fatos lembrados através dele,

> Estos monumentos y lugares históricos que condensan eternidades, conservados y restaurados con veneración son **recuerdos imperecederos de profundas y renovadas influencias espirituales del pasado en el presente** (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 6, 1943, p. 306, grifo nosso).

Desse modo, destacava-lhe o valor como elemento formador da nacionalidade, seja por seus méritos artísticos, seja por sua vinculação com fatos memoráveis da história pátria.

Frequentemente foi empregada a expressão *"culto de la historia"*, a que transmitia o sentimento de reverência ao passado defendido pela Comissão, especificando o decreto de criação do órgão, no artigo 2, que a mesma devia *"fomentar por todos los medios a su alcance el culto de la historia patria"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 1, 1938, p. 5-9).

Associado a esse sentimento de reverência, Yapeyú, lugar no qual nasceu San Martín, foi considerado pela CN como propício para realizar anualmente uma *"peregrinação patriótica"*. Esta forma de reverenciar os lugares históricos foi observada por Buschiazzo em Williamsburg, vila que se tinha transformado em *"una especie de **lugar de peregrinación** donde concurren los americanos del norte en procura del ambiente en que vivieron sus antepasados"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 3, 1940, p. 220, grifo nosso). Nos jornais da época, o vocabulário utilizado para descrever as obras realizadas no Cabildo de Buenos Aires também denotava a veneração ao passado:

> Blanco de muros, rojo de tejas y celeste de azulejos será frente a la que fue plaza Mayor un **relicario patrio**. Lo otro era un adefesio impuro que se debía suprimir. Esto es lo repetimos un relicario, una ejecutoria de nuestra sencilla pero segura hidalguía (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 2, 1939, p. 395, grifo nosso).

Na função educativa empreendida, tiveram um papel fundamental os museus administrados pela Comissão, muitos dos quais ocuparam salas de prédios históricos restaurados. A estratégia de trabalho foi transformá-los em centros com vida externa e função docente para promover a "educação cívica" – formação destinada a fortalecer a coesão nacional e reforçar os sentimentos de nacionalidade.

As atividades desenvolvidas nos museus foram tão importantes que mereceram uma seção especial nos boletins da CN, na qual se descreveram os acervos e se publicaram as relações das reuniões, exposições e comemorações neles realizadas.

Levene alegando que *"el pueblo aprende historia en los museos"*, promoveu visitas guiadas aos mesmos, as quais se transformaram em verdadeiras aulas expositivas a cargo dos diretores dessas instituições. O presidente da Comissão solicitava, como método a ser aplicado nas conferências ditadas nos museus: *"no leer las disertaciones, porque las explicaciones deben ser directas para mantener el contacto con el público. Sugiere el uso de alto parlantes y la distribución de resúmenes escritos y que el palestrante se ubique en una tribuna en un lugar visible"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 2, 1939, p. 466).

Muitos foram os museus sob a custódia da CN, entre eles, o *Museo Histórico Nacional*, *Museo Mitre*, *Museo Histórico Sarmiento*, *Museo de la Casa del Acuerdo de San Nicolás*, *Casa de Sarmiento*, *Museo Regional Urquiza*. Mencionaram-se, porém, com maior freqüência nos boletins os museus relacionados às lutas pela independência, dos quais o principal foi aquele criado no Cabildo de Buenos Aires.

Também o Cabildo de Salta foi destinado a albergar os museus *Histórico Colonial y de Bellas Artes de la Provincia* e *Histórico Social Regional* e, na Casa de Tucumán, se projetou alojar o *Museo de la Independencia*.

Cabe salientar a proposta de formação de outros museus destinados a preservar a tradição argentina em um contexto de mudanças[59], como o *Museo Rural de la Posta de Sinsacate* e o *Museo Estancia Porteña*:

> La comisión consideró un proyecto […] sobre creación de un Museo Estancia Porteña […] Se resolvió informar que el proyecto es digno de atención y llenaría una finalidad despertando un gran interés en el pueblo de la Capital [Ciudad de Buenos Aires]. Los terrenos ofrecen una ventaja de su proximidad a la capital y las líneas del ferrocarril por las que podrían trasladarse fácilmente los visitantes. En cuanto a los fines que podría llenar este museo están expuestos en el proyecto y la CN adhiere a ellos en lo que se refiere a **conservación de usos y costumbres del campo argentino e industrias rurales**. Es indudable que las generaciones actuales experimentan un gran interés por ciertas formas de la vida argentina, hoy desaparecidas[60] […] (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 7, 1944, p. 29-30, grifo nosso).

[59] Segundo Adrián Gorelik e Anahi Ballent, no começo da década de 1940, a idéia de país era sinônimo de interior (2001, p. 197) e podemos agregar que o interior, que paulatinamente se foi comunicando com os centros urbanos, guardava diversos sinais de tradição e costumes que podiam contribuir para o fortalecimento do sentimento de nacionalidade.

[60] Os autores antes citados explicam que o crescimento de Buenos Aires na década de 1930 se baseava na migração interna, sendo que para 1940 a população dessa cidade passava os três milhões, o que equivalia quase o 100% da população rural. Seus habitantes eram os imigrantes do interior, interior esse que se conformava no imaginário dos intelectuais como o *"sitio de la 'auténtica' civilización"* (GORELIK & BALLENT, 2001, p. 179).

Em relação ao caso cordovês, tanto a estância de Jesús María quanto Sinsacate e a Igreja e Residência dos Padres Jesuítas estiveram destinadas a albergar museus. Sobre os mesmos, expressava Levene, salientando seu caráter formativo:

> Era necesario restaurar con el edificio, el espíritu de estos monumentos históricos, es decir los cuadros de vidas humanas en la plenitud de su riqueza que iluminaban la fisonomía de la época, asignándoles un doble destino digno de sus orígenes y de su ámbito especial (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n.9, 1946, p. 335).

Museu de Jesús María, **Fig 2.9**, que depois de muitos adiamentos albergou a coleção de arte do Padre Grenón. A outra figura, **Fig. 2.10**, ilustra o Museu Rural da Posta de Sinsacate. Fonte: M. S. Uribarren, 2006.

O projeto para o museu da Companhia, na cidade de Córdoba, não se concretizou, ao contrário dos destinados a Jesús María e Sinsacate, inaugurados ao final da restauração dos prédios realizada pela CN (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 9, 1946, p. 9). Descrevia o historiador Eduardo Luque no discurso de inauguração dos mesmos:

> Fundamos en este acto en el que tiene principio de ejecución, el Museo Jesuítico, en Jesús María, formado sobre base de las colecciones reunidas por el P. Pedro Grenón, que estaban depositadas en la Residencia de la Compañía en Córdoba; y el Museo Rural de la Región, en la Posta de Sinsacate, con objetos adquiridos u otros donados o depositados en custodia […].
>
> […] en el museo jesuítico se exhiben las muestras inequívocas de la civilización cristiana desplegada por la Compañía que introdujo la imprenta en la Argentina de principios del siglo XVII, la Orden Fundadora de las Universidades, estudios superiores y Bibliotecas en América y creadora de valores artísticos científicos y sociales en todas sus manifestaciones.
>
> […] La Posta de Sinsacate, adquirida por la CN, fue también primer molino hidráulico de la región, paradero de los federales Belgrano y Lavalle,

> y en su capilla se velaron los restos de Juan Facundo Quiroga, asesinado en Barranca Yaco.
>
> […] Según el plan del dr. Cárcano, en los terrenos adyacentes debe formarse un parque de la flora de la región y el museo comprenderá objetos de transporte, comunicaciones, alfarería, aplicaciones de cuero, maseras rústicas y labradas, tejidos de lona, utensilios domésticos, objetos de plata, cobre, hierro […] (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 9, 1946, p.334-336).

A importância que a educação teve para a CN pode-se considerar também pelo destaque que teve uma figura associada à educação argentina: Domingo Sarmiento. O educador e ex-presidente argentino foi recordado em diversos tombamentos tais como os dos Baños del Zonda (sítio no qual o prócer pronunciou a frase *"las ideas no se matan"*), da Escuela San Francisco del Monte de Oro e da Magnolia de Avellaneda, e sua casa foi restaurada pela CN em San Juan.

Outros tombamentos que se vincularam à educação foram os de prédios, em cujos decretos se faz relação à função educativa, assim podem destacar-se a igreja de San Ignacio e o Colegio Nacional, ambos em Buenos Aires, a igreja e convento de San Francisco de Catamarca e o Colégio Nacional de Entre Ríos.

A **Fig. 2.11**, do lado, apresenta a escola de San Francisco del Monte de Oro, na província de San Luis. Nesta escola, tombada pela CNMMyLH como Lugar Histórico, ensinou Domingo Faustino Sarmiento, ex-presidente da República, considerado um dos principais incentivadores da educação em diferentes níveis na Argentina. Fonte: Boletín de la CNMMyLH, n. 4, 1941.

2.3 Os meios utilizados para fixar a memória

Diversos autores (RICOEUR, 2004; BEZERRA DE MENESES, 1992) falam em trabalho da memória, para expressar o esforço que representa não só a relembrança, mas também o fato de conferir-lhe alguma estabilidade, fixando-a com elementos que sirvam de apoio para evitar o esquecimento e permitir o processo permanente de construção e reconstrução da memória, processo acorde ao seu próprio caráter, que é fluido e mutável.

Considera Paul Ricoeur que

> [...] las "cosas" recordadas están intrínsecamente asociadas a lugares [...] estos lugares de memoria funcionan principalmente a manera de "reminders", de los indicios de rememoración, que ofrecen sucesivamente un apoyo a la memoria que falla, una lucha en la lucha contra el olvido […]. Los lugares "permanecen" como inscripciones, monumentos, potencialmente documentos (RICOEUR, 2004, p. 62-63).

Em relação a quais foram os elementos definidos pela Comissão que possibilitaram o "trabalho da memória" entre 1938 e 1946, poderíamos distinguir a narração e a matéria como suportes principais da lembrança que se quis fixar: as narrações elaboradas pela Comissão, repetidas e transmitidas por diversos meios, e uma materialidade, a dos Monumentos, Lugares e Sepulcros tombados, que referendava os discursos. Estas categorias e os valores atribuídos pela CN serão analisadas no Capítulo 3.

Dos meios que transmitiam as palavras, os discursos, os conceitos, podem destacar-se as séries de cerimônias que periodicamente se repetiam nos âmbitos de influência da CN. Entre essas distinguiram-se as homenagens à memória de Urquiza, San Martín, Mitre, Sarmiento e Alberdi[61], celebradas nos museus históricos. Estas figuras representavam em si mesmas questões importantes para a Comissão: o primeiro presidente constitucional

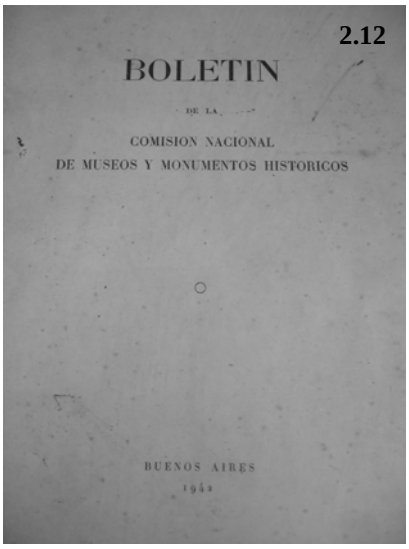
---

[61] Bartolomé Mitre (1821-1906), militar, homem de estado, escritor e historiador argentino. Abandonou o país durante a tirania de Rosas, formou depois parte do exército de Urquiza e participou da Batalha de Caseros (1852). Foi proclamado presidente constitucional de República em 1862 e fundou o Jornal *La Nación* e a JHNA.
Domingo Faustino Sarmiento, presidente da Argentina entre 1868 e 1874. Durante sua gestão promoveu a educação no país, começou a formação profissional de professores, fundou escolas primárias e institutos superiores de estudo. Em 1947, a *Conferencia Interamericana de Educación* definiu como *Día Panamericano del Maestro*, 11 de setembro, em menção a sua morte.
Juan Bautista Alberdi foi político, jurista e escritor. Sua obra teve grande influência na definição das Constituições Nacionais da Argentina e de vários países americanos, sobretudo seu livro *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina.*

argentino, a Independência, a história nacional, a educação nacional, as bases para a Constituição de 1853.

As palavras, pesquisas e conceitos vertidos pela CN também foram registrados: nos próprios boletins da CN, em cartões postais ou filmes, e foram difundidas pelo cinema e em revistas e jornais.

O boletim da CNMMyLH, de edição anual, foi o principal órgão de registro das atividades da instituição. Era formado por várias seções que contavam com contribuições de autoria variável: 1. Memória Anual, 2. Colaborações e Informações, 3. Seção Monumentos e Lugares Históricos, 4. Seção Museus, 5. Seção Bibliografia, e 6. Atas da Comissão. Nele, além das contribuições dos membros argentinos, apareceram as de personagens vinculados à preservação do patrimônio de outros países.



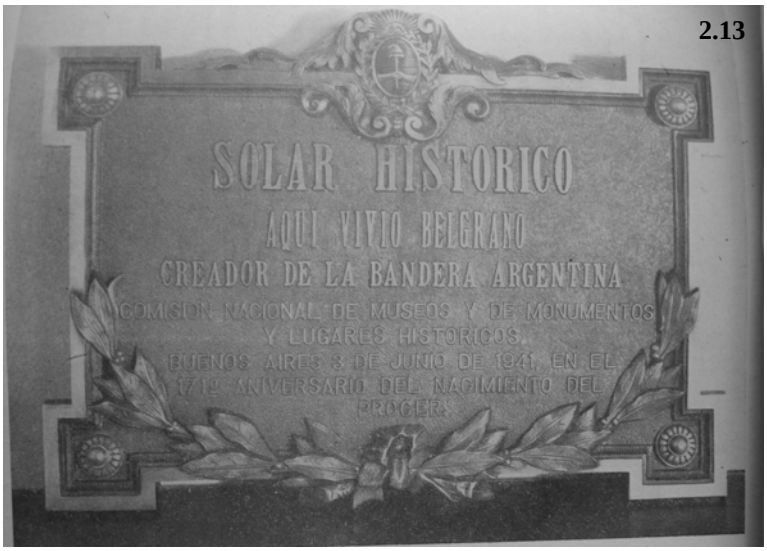


Fig. 2.12, capa do *Boletín de la CNMMyLH*. **Fig. 2.13**, placa de homenagem colocada na casa onde morou Manuel Belgrano, o criador da bandeira nacional. Fonte: **Fig. 2.12** Boletín de la CNMMyLH, 1942; **Fig. 2.13** Boletín de la CNMMyLH, 1941.

Nos primeiros boletins aparece a preocupação de apresentar as experiências latino-americanas nessa matéria, sendo interessante lembrar as participações de Paulo Duarte e Rodrigo Franco Mello de Andrade, do Brasil. Estas duas contribuições, intituladas *A proteção do patrimônio artístico e nacional*[62] e *O sistema de proteção do patrimônio de Arte e de História no Brasil*[63] respectivamente, faziam referência à experiência do SPHAN do Brasil e à necessidade da existência de uma lei federal que permitisse ao Estado intervir na defesa do

[62] DUARTE, Paulo. In: *Boletín de la CNMMyLH*. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad de Buenos Aires, n. 2, Memoria correspondiente al año 1939.
[63] FRANCO DE ANDRADE, Rodrigo Mello. In: *Boletín de la CNMMyLH*. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad de Buenos Aires, n. 4, Memoria correspondiente al año 1941.

patrimônio que pertencia a particulares[64]. Rodrigo Franco Mello de Andrade fazia uma exposição muito detalhada da ação do SPHAN, expondo as experiências e as metodologias utilizadas para o processo de tombamento.

Nos boletins de 1938 até 1946 aparecem várias referências aos trabalhos desenvolvidos pelo SPHAN, não ocultando Mario Buschiazzo sua admiração pelas tarefas realizadas por esse órgão. Buschiazzo teve contato com as atividades do Serviço do Patrimônio através de sua participação no *V Congresso Pan-americano de Arquitetos* e das leituras do material referente à preservação, proveniente do Brasil, leituras estas que ele condensava em resenhas bibliográficas publicadas nesse meio (entre essas leituras sobressaem *"Contra o vandalismo e o extermínio"* de Paulo Duarte, *"Guia de Ouro Preto"*, de Manoel Bandeira, e várias revistas do SPHAN).

Entre os comentários sobre o *V Congresso Pan-americano*, Buschiazzo mencionava o filme apresentado pelo SPHAN sobre as intervenções realizadas em Ouro Preto e sobre o sofisticado laboratório fotográfico e cinematográfico com que contava a instituição.

A CNMMyLH também desenvolveu vários filmes e levantamentos fotográficos em parceria com sociedades comerciais ou fotógrafos independentes. Dos filmes relativos aos museus e aos monumentos históricos, os primeiros foram sobre o Museu Histórico Sarmiento e sobre os monumentos de Salta, Jujuy e Córdoba, e tiveram Buschiazzo como assessor e música composta por Carlos Vega. Os filmes, produzidos com o apoio do Ministério de Educação e com colaboração técnica da *Argentina Sono Films*, foram exibidos nas salas dos cinemas comerciais de todo o país.

No uso de meios gráficos pode-se salientar a elaboração de séries de cartões postais com as imagens dos Museus Históricos para serem distribuídas nas visitas guiadas a essas instituições e os levantamentos fotográficos encomendados ao fotógrafo Hans Mann sobre os monumentos.

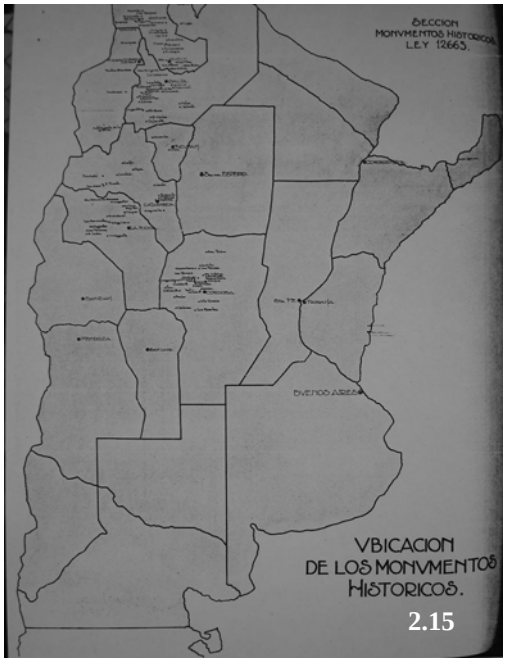
Já as publicações em revistas de arquitetura foram providenciadas pela *Sección Monumentos Históricos* da DGA, órgão executor das obras indicadas pela CN. Tornaram-se públicos, na *Revista de Arquitectura*, projetos, como o que ia ser feito na Companhia de Córdoba, pesquisas como a desenvolvida por Carlos Onetto em relação a San Ignacio Miní, e obras em andamento, como a restauração da Quinta de Pueyrredón na província de Buenos Aires. E em abril de 1943 publicaram-se, no mesmo meio, os mapas com a localização dos monumentos já tombados no país ou próximos a sê-lo.

---

[64] Em 1937 o Brasil já tinha elaborado e aprovado a lei sobre preservação, sendo que a Argentina aprovou a sua em 1940.

Fig. 2.14, reconstrução gráfica da residência dos padres em San Ignacio Miní, realizada por Carlos Onetto. A imagem foi publicada na *Revista de Arquitectura*, e acompanhava um artigo que explicava a pesquisa e a restauração feita pela CNMMyLH nessa missão jesuítica. Fonte: Revista de Arquitectura, jul. 1944.

Uma ação freqüente da Comissão foi o pedido de divulgação em jornais de artigos vinculados a suas intervenções no patrimônio. Devem-se mencionar os publicados por ocasião das intervenções no Cabildo de Buenos Aires, na Casa de Tucumán, e na Igreja da Companhia em Córdoba. Estes textos foram uma maneira de predispor a população a aceitar os trabalhos que viriam a ser realizados nos prédios. É conveniente destacar que esse tipo de preparo tinha sido solicitado por Levene quando pedia: *"Habrá que preparar el ambiente y formar la opinión pública procurando el auspicio del Poder Ejecutivo y la ley del Congreso en esta iniciativa que será una obra valiosísima desde los puntos de vista histórico y artístico"* (BOLETÍN DE LA CNMMYLH, n. 2, 1939, p. 88).



A **Fig. 2.15**, de 1943, mostra a localização dos bens tombados ou próximos a sê-lo na Argentina. Note-se a preponderância de bens da região noroeste do país, a concentração na província de Córdoba e o fato que a Patagônia não foi apresentada. Este material foi realizado pela *Sección Monumentos Históricos* da DGA. O artigo informava que o plano ir-se-ia completando em função do desenvolvimento das pesquisas pertinentes. O texto também comentava que era função da *Sección*, além de pesquisar e restaurar o patrimônio, divulgar sua existência e características. Fonte: Revista de Arquitectura, abril 1943.

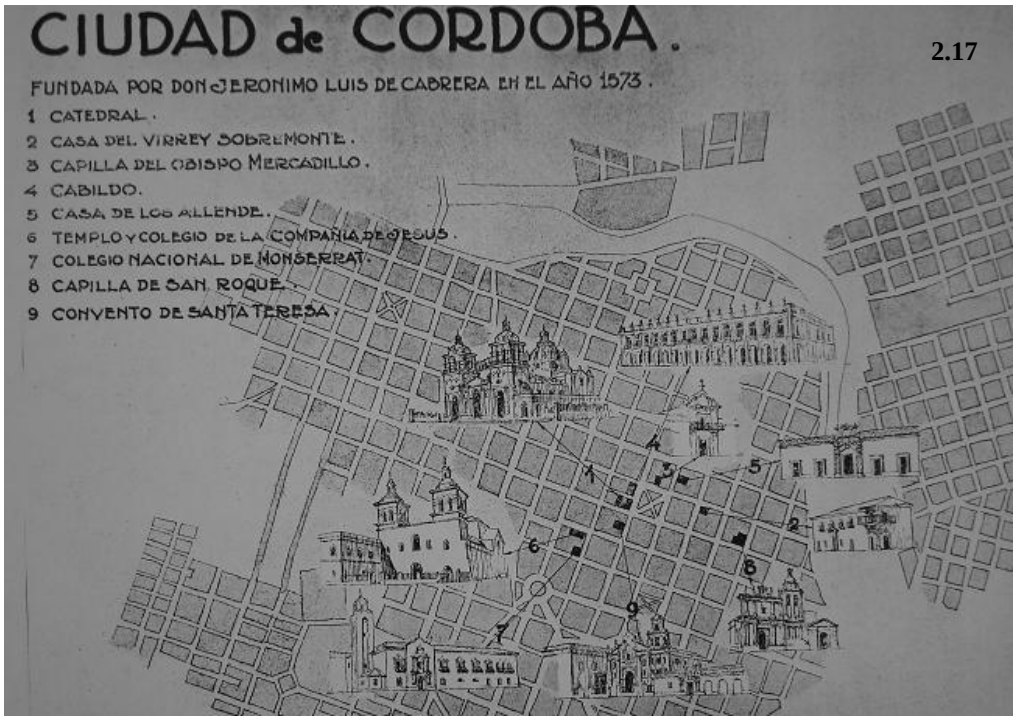


Fig. 2.16, **Fig. 2.17**, planos publicados pela *Sección Monumentos Históricos* da DGA, contendo os bens tombados nas cidades de Buenos Aires e Córdoba. Foram publicados na mesma fonte planos relacionados a Salta, Santa Fé, Tucumán e Jujuy. Notem-se os croquis com os que se descreve esquematicamente a arquitetura. Fonte: Revista de Arquitectura, abril 1943.

Capítulo 3

O patrimônio tombado e restaurado pela CNMMyLH entre 1938 e 1946

3.1 O patrimônio tombado

3.1.1 Lugares, Monumentos e Sepulcros

Como se explicou no capítulo anterior, o trabalho da memória foi promovido pela CN através de narrações históricas e da definição de categorias de bens nas quais se enquadram os 334[65] tombamentos realizados pelo órgão entre 1938 e 1946.

Deste número de bens, 97 foram Lugares Históricos, e 237 Monumentos. Entre os últimos existiu um subgrupo de 117 Sepulcros, cujo tombamento foi praticamente concentrado no ano de 1946 mencionando-se apenas as personagens históricas lembradas, não apresentando os decretos outras informações.

Os Lugares Históricos definidos pela Comissão – "*accidentes o elementos topográficos que han servido de escenario a hechos históricos no comprendidos en los monumentos, como ciudades, campos, ríos, montañas, quebradas, lomas, paisajes, puentes, cañones*" (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 1, 1938, p. 234) – , a maioria no meio rural, careciam muitas vezes de marcos construídos que os fizessem ser lembrados. Em decorrência

[65] Esta quantidade foi estabelecida cruzando-se os dados que aparecem no Catálogo de Monumentos do site da CNMMyLH: www.monumentosysitios.gov.ar (22/01/2007) com os dados dos decretos de tombamento. No Catálogo não aparecem 20 bens que, segundo os decretos, foram tombados pela comissão entre 1938 e 1946. Assim se considerou como número final 334 bens tombados entre Lugares, Monumentos e Sepulcros. Cabe ressaltar aqui que o aprofundamento em relação às figuras históricas consideradas nos decretos de tombamento dos Sepulcros não foi realizado no presente trabalho porque esse estudo foge do escopo desta pesquisa.

disso, planejou-se construir, em alguns casos, monumentos específicos para demarcá-los[66] ou, em outros, recorreu-se a elementos da natureza, aos quais se atribuiu valor simbólico.

Assim, na tarefa de marcar o território, foram utilizadas árvores que se destacavam na geografia[67]. A árvore, marco excepcional no vazio do pampa argentino, ocupou o lugar da construção ausente em muitas partes do país, promovendo o descanso ou refúgio dos viajantes sob sua copa. A seu caráter extraordinário, vincularam-se as atividades de personagens ilustres e exemplares para a formação da nacionalidade argentina. Entre 1938 e 1946, nove exemplares foram declarados como árvores históricas: a nogueira de Saldán, em Córdoba, a oliveira de Arauco, em La Rioja, o pinheiro de San Lorenzo, em Santa Fé, a magnólia de Avellaneda, o *pacará* de Segurola e o *aguaribay* do Perito Moreno, na Cidade de Buenos Aires, o *ombú* de Caseros e o *algarrobo* de Pueyrredón, na província de Buenos Aires, e o salgueiro do campo de adestramento do Plumerillo, em Mendoza.

As imagens fixadas através das árvores foram as de um país antigo que lutava pela sua independência e as de uma Nação que acreditava no progresso e na melhora social do povo. Além daquelas que foram vinculadas a figuras ou acontecimentos históricos (que serão analisadas mais adiante), foram valorizadas outras árvores, como a nogueira de Saldán e a oliveira de Arauco, que respondiam a um outro valor, o de antigüidade. Assim, no decreto de tombamento comentava-se que *"tanto el Nogal de Saldán cuanto el Olivo de Arauco son del siglo XVII y deben conservarse como expresiones del pasado"* (DECRETO 2.236).

Algumas das árvores tombadas encontravam-se na cidade de Buenos Aires, como o *pacará* (sob o qual o padre Segurola aplicou as primeiras vacinas antivariólicas no país) e o *aguaribay* relacionado ao perito Moreno (pioneiro da formação dos Parques Nacionais Argentinos). Estas figuras podem ser vinculadas ao progresso que representaram suas ações para o povo argentino.

O vínculo entre vegetação e progresso, ou mais precisamente entre arborização e civilização, foi interpretado por Graciela Silvestri na ação do presidente argentino Domingo F. Sarmiento que expressava *"la pampa es tabla rasa, hay que escribir en ella árboles"* (SARMIENTO apud SILVESTRI, 1999, p. 11). A Comissão ainda resgatou outra árvore vinculada a figuras progressistas: a magnólia do *Parque 3 de Febrero*, também em Buenos

---

[66] Segundo o boletim da CNMMyLH, até 23 de agosto de 1945 ainda não se tinham construído os *"monolitos"* ou monumentos específicos para demarcar os lugares históricos (BOLETIN DE LA CNMMyLH, n. 8, 1945, p. 498).

[67] Deve-se salientar que a utilização de vegetação para promover a nacionalidade deu-se também em outros âmbitos do Estado. Em dezembro de 1942 declarou-se *"flor nacional"* a flor da árvore denominada *"ceibo"* e se decretou o *"dia da flor nacional"*, 23 de novembro.

Aires, plantada por Nicolás Avellaneda, presidente da Argentina entre 1874 e 1880, a convite de Sarmiento.

Houve outros projetos não concretizados para tombar árvores, como a iniciativa para declarar como árvore histórica o primeiro *eucalipto* introduzido na Argentina pelo presidente Sarmiento, a nogueira vinculada a este prócer – exemplar localizado em Córdoba, muito deteriorado, que sofreu diversos "procedimentos" por parte da população para que perdurasse[68]–, e a macieira que se relacionava ao general San Martín, em Mendoza. Algumas vezes, até árvores mortas foram mencionadas para agregar valor aos bens que se queriam tombar, caso do tronco seco de uma laranjeira plantada por são Francisco Solano, no convento de mesmo nome, na província de La Rioja.

Para entender o papel da vegetação na formação do pretendido espírito de nacionalidade, convém destacar a importância que teve o ensino da geografia no período. A Comissão, embora com um foco notável na formação histórica do povo, promoveu a criação de meios de ensino vinculados a essa ciência. Sobressaem os projetos de gabinetes de geografia em alguns museus, como o de Sinsacate, e a criação de parques de árvores nas redondezas dos museus ou lugares históricos:

> La CN ha solicitado al Ministerio de Agricultura la formación de un gran parque que rodee el templete [de Yapeyú, lugar donde nació San Martín], con plantas y árboles de la región, utilizándose – de ser posible – retoños de árboles históricos como el Pino de San Lorenzo y el Nogal de Saldán (BOLETÍN DE LA CNMMYLH, n. 6, 1943, p. 47, grifo nosso).

Nesses projetos, que também existiram para o museu do campo de adestramento do Plumerillo e do campo de batalha de San Lorenzo, vinculados a San Martín, houve a preocupação tanto pelo ensino das características regionais, promovendo a utilização de espécies autóctones, quanto pelo destaque do vínculo entre árvore e história, através da disseminação por todo o país de mudas obtidas de árvores relacionadas a personagens exemplares da história Argentina.

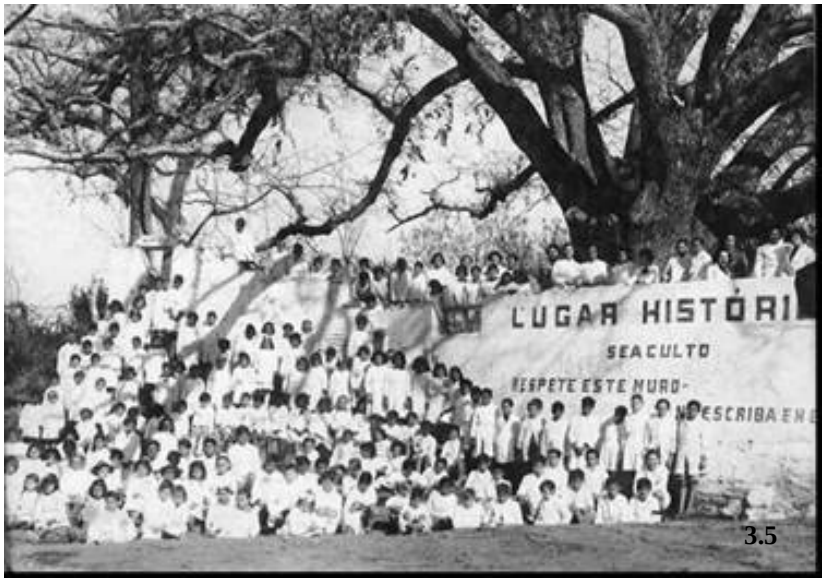
Assim, a Comissão atribuía às árvores capacidade para a transmissão de valores ao futuro. Exemplo disso pode ser observado no apoio do órgão ao evento do clube de Crianças Jardineiras, em que se plantariam, no Dia Internacional da Árvore, sementes da árvore *pacará* de Segurola (BOLETÍN DE LA CNMMYLH, n. 2, 1939, p. 461).

---

[68] Estes procedimentos consistiram basicamente em rechear o tronco da árvore com concreto.

Fig 3.1/2/3/4, árvores tombadas pela CNMMyLH. Em sentido horário: pinheiro de San Lorenzo, vinculado a San Martín, em Santa Fé; o *aguaribay* do Perito Moreno, em Buenos Aires; a magnólia de Avellaneda, árvore plantada nos parques de Palermo, em Buenos Aires; e o *pacará* que lembra o sacerdote Segurola, que aplicou a primeira vacina antivariólica na cidade de Buenos Aires. Fonte: **Fig. 3.1** Ierardo, [200-]; **Figs. 3.2/3/4** Gobierno de la ciudad de Bs.As., 2001.

Continuando com a análise das categorias, além dos Lugares Históricos, foram tombados Monumentos, os quais eram para a CNMMyLH *"todos los edificios en los que han ocurrido acontecimientos importantes y de trascendencia histórica como: casas, palacios, templos, etc. […] Además de la acepción corriente del vocablo monumento, es decir de su sentido conmemorativo"* (BOLETÍN DE LA CNMMYLH, n. 1, 1938, p. 234). Entre os Monumentos tombados destacaram-se os prédios religiosos, os vinculados aos jesuítas, as moradias coloniais, as fortificações defensivas, os edifícios governamentais e os Sepulcros.



Figs. 3.5/6/7, nogueira de Saldán, em Córdoba, a que devia se preservar como "expressão do passado". A **Fig. 3.5** mostra a árvore na década de 1940, durante a visita de alunos da Escola Nº 153; Fonte: <saldan-cordoba.com.ar>. A **Fig. 3.6** apresenta a nogueira, já morta, na década de 1990. Finalmente a **Fig. 3.7** é um pedaço da mesma árvore que está na prefeitura de Saldán. Fonte: **Fig. 3.6** Acervo Prefeitura de Saldán; **Fig. 3.7** M. S. Uribarren, 2007.

Foram realizados 66 tombamentos de Monumentos vinculados à religião católica, entre catedrais, igrejas, conventos, colégios, capelas rurais e residências. Desses tombamentos 21 correspondiam a prédios relacionados aos padres jesuítas.

Os tombamentos que concerniam a moradias coloniais foram 29, dos quais sete eram prédios rurais. Já as construções defensivas valorizadas foram seis (10 se são considerados também os Lugares) e, em relação aos prédios de governo, foram tombados oito edifícios, entre *cabildos* e sedes do Congresso e do Senado Nacional. Também foram definidos como patrimônio três Monumentos Comemorativos (a Coluna da Fundação de Corrientes, a Pirâmide de Maio e a Pirâmide dos Livres do Sul), duas ruínas pré-hispânicas (Incahuasi-Catamarca e Tolombón, a terceira ruína Tombada, Incahuasi-Salta, foi declarada Lugar Histórico), dois colégios (Colegio Pensionistas de Santa Rosa, em San Juan, e Colegio Nacional de Buenos Aires – cabe destacar que o tombamento do Colegio Nacional de

Monserrat foi considerado entre os bens vinculados aos jesuítas), duas *postas* (Sinsacate e Yatasto) e dois prédios utilitários (Palomar de Caseros e as Bóvedas de Uspallata).

Dentre os Monumentos Históricos, têm singular importância os Sepulcros. Entre 1945 e 1946, tombaram-se 117 Sepulcros Históricos (ver Anexo A) e esta medida era realizada segundo a Comissão porque *"es deber ineludible del pueblo argentino demostrar su agradecimiento a quienes por su actividad pública o privada hicieron posible la grandeza actual de la Nación"* (DECRETOS 2.236 e 12.806). Entre esses tombamentos destacamos os sepulcros de San Martín, Belgrano, Urquiza, Sarmiento e Mitre, personagens lembradas em outras situações pela CN. A Comissão promoveu vários projetos em relação a Sepulcros Históricos, por exemplo, o Panteão dos Canônicos e o Panteão Nacional, em Buenos Aires, e o Panteão dos Bispos em Córdoba. O primeiro consistia em devolver *"seu aspecto colonial"* ao setor dos sepulcros de religiosos albergados na Catedral Metropolitana, já o segundo estava destinado a *"guardar los restos y a perpetuar la memoria de los grandes servidores de la Patria"*. Previa-se que a comissão encarregada de avaliar os candidatos ao panteão estaria composta por membros da CN, um representante da ANH, e outros da Igreja Católica, do Ministério de Guerra, da Marinha, da Municipalidade de Buenos Aires, da DGA e do Ministério de Obras Públicas (BOLETÍN DE LA CNMMYLH, n. 6, 1943, p. 10-11). Em relação aos sepulcros de Córdoba, solicitou-se o traslado a essa cidade dos restos do General José María Paz, de Dalmacio Vélez Sarsfield, e do Dean Funes[69], que se encontravam localizados na cidade de Buenos Aires (BOLETÍN DE LA CNMMYLH n. 5, 1942, p. 10), e para o projeto do Panteão dos Bispos de Córdoba, previa-se destacar o sepulcro de Frei Mamerto Esquiú[70], destinando-se uma importante soma de dinheiro para sua realização.

Fig 3.8, placa do sepulcro de Frei Mamerto Esquiú na Catedral de Córdoba. Como conseqüência das observações feitas em 1942 pelo presidente da República Ramón Castillo, durante uma visita à catedral cordovesa, a Comissão determinou a construção de um mausoléu para os restos do frei franciscano. Fonte: A. Uribarren, 2007.

[69] José María Paz (1791-1854), militar nascido em Córdoba, derrotou Juan Bautista Bustos e Facundo Quiroga na batalha de La Tablada, em Córdoba. Organizou a luta contra os caudilhos federais, defendendo o Governo Central.
Dalmacio Vélez Sarsfield (1801-1875), advogado e político argentino, autor do Código Civil.
Dean Gregorio Funes (1749-1829), sacerdote e político argentino, reitor da Universidade Nacional de Córdoba, foi partidário da Revolução de Maio.
[70] Mamerto Esquiú, frei franciscano, nasceu e morreu na província de Catamarca (1826-1883). Foi designado bispo de Córdoba em 1880.

3.1.2 Valores atribuídos ao patrimônio tombado

A principal categorização que a CN realizava, ao falar de valores culturais nos bens patrimoniais, era dividi-los em históricos e estéticos[71], *"los monumentos arquitectónicos, en su doble valor artístico e histórico son los mudos testigos de las civilizaciones"* (BUSCHIAZZO, 1940, p. 436), sendo eles salientados pela Comissão, junto a outros como os de excepcionalidade e de antigüidade.

A atribuição de valor excepcional ou singular foi produto de uma avaliação subjetiva feita pela CN, que envolvia os interesses de quem examinava. Na instituição, historiadores e o arquiteto adstrito eram os que formulavam os critérios a partir dos valores próprios de suas disciplinas. Foi freqüente a menção do caráter único dos Monumentos nas justificativas de tombamento. Citavam-se os casos das ruínas de Incahuasi em Salta (*"único resto arquitectónico de segura filiación incaica"* – BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 9, 1946, p. 290) e da ermida do conjunto jesuítico da cidade de Córdoba[72] (*"acaso el único del siglo XVI que se conserva"* – BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 3, 1940, p. 451-454).

Também foi mencionado o caráter artístico excepcional de alguns dos bens: *"Pero si la arquitectura de Yavi no ofrece mayores méritos, la extraordinaria magnificencia de sus altares, tallas y pinturas, justifica sobradamente la fama que goza"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 5, 1942, p. 148).

Já o valor de antigüidade foi mencionado especificamente em 11 casos de tombamento, destacando-se, por exemplo, o da Iglesia de la Merced, em Santa Fé por ser o edifício mais antigo da cidade, reforçando o caráter do mesmo ao se lembrar que abrigava o mais antigo quadro colonial pintado no país (DECRETO 112.765).

Associado a este valor pode-se lembrar também o tombamento de ruínas pré-hispânicas[73] como as de Tolombóm, Incahuasi-Salta e Incahuasi-Tucumán. Sobre as primeiras, explicava o decreto de tombamento de 1944:

---

[71] Considerando as idéias de Riegl, reconhece-se que, embora os mesmos possam ter tanto dimensão estética quanto histórica, a noção de valor histórico é mais extensa, e inclui a outra, já que os monumentos artísticos podem ser compreendidos como monumentos da história da arte. Assim os valores históricos e artísticos podem ser considerados como de caráter cognitivo: já que permitem o domínio de uma determinada informação.

[72] Este edifício, conhecido como a ermida do Conjunto Jesuítico de Córdoba, foi considerado durante muito tempo como a primeira capela construída pelos padres no quarteirão jesuítico.

[73] Segundo o que explica Riegl, o valor de antigüidade pode ser visível para qualquer pessoa. Por meio do aspecto do prédio a pessoa percebe que ele é antigo (sem necessariamente ser uma estudiosa do assunto), por isso as ruínas são o exemplo maior do valor de antigüidade. A oposição ao presente é marcada por uma imperfeição, ausência de caráter acabado e esmaecimento da forma e da cor que seriam resultantes das forças destrutivas da natureza.

> […] constituyen el más importante descubrimiento arqueológico habido hasta el presente en nuestro país […] el lugar es además rico en sugestiones históricas, fue baluarte de don Juan de Calchaquí, prócer epónimo de nuestra región, a quien puede considerarse primer héroe de nuestro país (DECRETO 21.483).

Nos discursos dos membros da CN percebe-se que o patrimônio definido por ela devia ser representativo principalmente de valor moral, como símbolo de representação das faculdades morais ou condutas que deviam caracterizar o povo argentino. O reconhecimento de tal valor no patrimônio pode ser observado em vários textos nos quais a CN vincula a moral com os bens tombados, como quando explicava que *"existen creaciones humanas que parecen destinadas a supervivir, por su contenido moral [...]"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 9, 1946, p. 337-339).

Narração histórica e arquitetura se complementavam para resgatar o que a Comissão considerava como traços-modelo para o povo argentino. Esses traços foram procurados no passado e fizeram-se tangíveis com ajuda dos exemplos de patrimônio arquitetônico. Constituídos em *"símbolos de la personalidad de una nación"*, os Monumentos foram assim "re-significados" para criar com eles um *"sistema viviente"* que atualizava valores espirituais necessários para a sociedade argentina (BOLETÍN DE LA CNMMYLH n. 9, 1946, p. 334-336).

Os valores atribuídos aos Monumentos foram às vezes imanentes aos bens definidos, como no caso dos artísticos ou arquitetônicos, e outros propostos ou decretados pela CN e pelo Poder Executivo da Nação, como no caso dos históricos. Assim passaram a ser transmissores de significados, tanto por suas propriedades natas, quanto pela mobilização que das mesmas fizeram os membros da Comissão, que propiciaram assim uma objetivação dos bens patrimoniais.

3.1.2.1 Acontecimentos e personagens históricos lembrados com o patrimônio tombado

Um dado que evidencia a importância da associação dos bens tombados a acontecimentos ou figuras históricas foi o tombamento por parte da Comissão dos denominados Lugares Históricos. Durante o estudo dos decretos de tombamento, percebeu-se que em apenas cinco desses Lugares foram mencionados atributos arquitetônicos, geográficos ou ambientais, sendo que nos outros casos as questões históricas foram as únicas citadas como justificativa para o tombamento (ver Anexo A). O mesmo ocorreu com os Sepulcros.

Nos decretos que os estabeleciam como bens apenas foram mencionadas as personagens históricas que eram lembradas, especificando a Comissão que esses tombamentos tinham como objetivo contribuir para a conservação das lembranças relacionadas com *"personalidades que prestaron señalados servicios"* ao País (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 9, 1946, p. 11).

Os discursos históricos da CN permitiram aos argentinos lembrar determinados fatos e reconhecer a existência de Lugares e Monumentos vinculados a eles. A história apoiava-se em bens tombados que lhe atribuíam um caráter mais ou menos tangível, supondo-se que o contato com a realidade espacial ou material desses lugares permitiria afastar os acontecimentos do esquecimento, em virtude de sua visibilidade.

Na análise dos decretos de tombamento percebe-se a lembrança, com ajuda do patrimônio, de diversos temas historiográficos, heróis nacionais e conceitos históricos, cuja recordação poderia ter um efeito benéfico no presente, por considerar a Comissão que:

> La historia es, a un tiempo mismo, culto admirativo y escuela de patriotismo para orientar la acción social, principio y fundamento de nuestra nacionalidad, fuente perenne de creación de la nueva realidad, porque la realidad se transforma y engrandece al proyectarse el pasado en el presente, por el esfuerzo de las nuevas generaciones" (BOLETÍN DE LA CNMMyLH n. 3, 1940, p. 289-290).

O Patrimônio e a Independência Nacional

Destaca-se, em relação aos fatos históricos considerados pela CN para a definição do patrimônio, a importância da Independência Argentina. Segundo análise dos decretos de tombamento promovidos pela CN entre 1930 e 1946, os bens que estiveram relacionados com a Independência foram 26 (ver Anexo A). Incluem-se nesse número tanto aqueles cujos decretos de tombamento fazem referência a algum fato histórico ligado à luta pela independência do país (do domínio espanhol ou inglês, nas décadas de 1800, 1810 e 1820), quanto os que têm relação com os *cabildos*, instituições que, segundo o que entende Scatena Franco do pensamento de Levene, teriam contribuído, segundo o historiador, com o desejo de liberdade do povo argentino por terem ajudado a desenvolver o localismo.

Entre os bens tombados vinculados à Independencia descatam-se, em Buenos Aires, *"La quinta de Pueyrredón en San Isidro es de los valiosos edificios antiguos que poseemos […] lugar de episodios transcendentales de la guerra de la independencia* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH n. 3, 1940, p. 17), em Salta, a casa conhecida como o Carmen de Güemes,

considerada *"campamento del ejército que durante años guardó la frontera norte del país contra las fuerzas realistas del Alto Perú"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH n. 6, 1943, p. 437) e até árvores como a nogueira de Saldán, na província de Córdoba, por se encontrar *"en una finca donde se alojó el general San Martín en el año 1814 y donde mantuvo conferencias con José María Paz y otros oficiales de la independencia"* (BOLETÍN DE LA CNMMYLH n. 9, 1946, p. 13-15).

Três edifícios vinculados à Independência Argentina tiveram maior destaque nos discursos da CN. Eles foram descritos por Levene: *"**El Cabildo de Salta**, integrará con el **Cabildo de Buenos Aires** y **la Casa Histórica de Tucumán**, la serie de monumentos civiles de más alta jerarquía artística e histórica del país"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 9, 1946, p. 8, grifo nosso).

A situação edilícia dos *cabildos*, os quais haviam sido descaracterizados ou destruídos, após haver servido à realização de *"los primeros actos dramáticos de la emancipación nacional"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 2, 1939, p. 94), foi descrita por Buschiazzo: *"Pareciera que toda esta obra de destrucción se hubiera ensañado con los viejos cabildos, que son los edificios de más alto valor histórico, como sede de las autoridades civiles y cuna de las reacciones criollas y libertadoras"* (BUSCHIAZZO, 1996-97, p. 75). Durante a gestão de Levene foram tombados os de Córdoba, Jujuy e Luján, tendo sido os outros objeto de um minucioso estudo por parte de Buschiazzo, e os de Salta e Buenos Aires, tombados na década de 1930, restaurados pela CN.

Foi no Cabildo de Buenos Aires que a CNMMyLH instalou seu escritório e, nesse mesmo local, estabeleceram-se o *Museo de la Revolución de Mayo* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 1, 1938, p. 122) e o *Altar de Mayo*, no qual se guardariam documentos referentes à revolução (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 6, 1943, p. 11).

Ao mencionar o Cabildo de Salta, a CN expressava que esse era *"un gran edificio que fue escenario de hechos gloriosos de la emancipación de la patria y de la organización institucional de la Provincia"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 8, 1945, p. 15).

Já, sobre a Casa de Tucumán, destacou reiteradamente que nela *"se declaró y juró la Independencia de las Provincias Unidas de la América del Sud"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 2, 1939, p. 79).

Embora o valor do tema historiográfico da Independência tenha sido considerado importante já anteriormente, como mito fundador das origens das Nações, e não tenha sido uma exclusividade do pensamento dos historiadores da CNMMyLH, vale a pena resgatar o que foi dito por Carlos Heras, membro da ANH, em relação à intervenção que a Comissão fez

no Cabildo de Buenos Aires: *"Levene cuya preocupación central como historiador giró en torno a la Revolución de Mayo, sus hombres y su época, completó con esta restauración material su labor de investigador, legando a la posteridad un valioso instrumento de educación ciudadana"* (HERAS, [sem dados da publicação], p. 91).

Levene, nos seus escritos históricos, também estabelecia um vínculo entre catolicismo e independência, lembrando a participação dos sacerdotes na Revolução de Maio. Essa ligação aparece também nas declaratórias de monumentos pertencentes à igreja, aos quais se atribuiu valor precisamente por haverem albergado personagens ou fatos relacionados à Independência Argentina.

Podemos nomear entre estes edifícios: a capela de Chamical em Salta, que albergou o cadáver de Juan Martín de Güemes, as ruínas de San Agustín em Mendoza, na qual está enterrado Pascual Ruiz Huidobro (protagonista da reconquista de Buenos Aires nas invasões inglesas), e a igreja de San Ignacio, em Buenos Aires, onde se encontra o sepulcro de Juan José Castelli, partícipe da Revolução de Maio.

Como exemplo do vínculo estabelecido entre religião e independência pode-se citar também o decreto de tombamento da igreja de San Roque, em Córdoba, monumento que *"forma parte del Hospital de los Betlhemitas, donde se atendieron todos los soldados de la Independencia, de los combates de la Tablada y de Oncativo"* (DECRETO 104.179/41) e o da Capela de San Carlos em Salta, à qual se vinculam *"algunos episodios de la guerra de la independencia, como que en sus altares fueron celebrados oficios de acción de gracia por la victoria de Tucumán 1812 y de Salta en 1813"* (DECRETO 137.845/42).

Foram declarados 21 Lugares e Monumentos Históricos relacionados a San Martín e a sua campanha pela independência Latino-Americana (ver Anexo A). Desta forma, o Convento de San Carlos, em Santa Fé, os campos de adestramento do Plumerillo e da batalha de San Lorenzo, em Mendoza e Santa Fé respectivamente, Lugares e Monumentos relacionados à organização do exército *sanmartiniano* que permitiu a independência do Peru e do Chile, na região de Cuyo, assim como a vila de Yapeyú, na qual nasceu o prócer, foram declaradas Lugares Históricos:

> Considerando que el nombre de Yapeyú, capital de la antigua provincia de Misiones, ha sido asociado al de San Martín desde que fue difundida entre los argentinos la vida gloriosa del Gran Capitán;
>
> Que, por lo demás, la conciencia popular y el voto tácito de los ciudadanos han conferido a dicho lugar extraordinaria valoración histórica, adelantándose así a toda declaración oficial,

> Que corresponde como excepción y por tanto como máximo homenaje al prócer que nació en ella, declarar lugar histórico todo el pueblo de Yapeyú (DECRETO 24.455/45)

A **Fig. 3.9** é uma fotografia da capela de Chamical, em Salta. A justificativa para o tombamento solicitado pela CNMMyLH ao Poder Executivo da Nação foi o fato de ela ter alojado o cadáver de Juan Martín de Güemes, herói da independência. A fotografia foi realizada antes da restauração feita pela Comissão. Fonte: Buschiazzo, 1959.
A Fig. **3.10** apresenta o Panteão dos Heróis do Norte na Catedral de Salta, vinculados à guerra pela independência da Argentina. Este dado foi mencionado como comprovante para determinar o valor do edifício. Fonte: Automovilismo, set. 1941.

Definiram-se também projetos para recuperar a casa na qual morreu San Martin na França, para *"dar a dicha casa un destino adecuado a su alto significado histórico y promover la difusión de conocimientos argentinos en Francia"* (BOLETÍN DE LA CNMMYLH, n. 2, 1939, p. 356).

E podem citar-se as árvores tombadas vinculadas ao libertador San Martín: o pinheiro de San Lorenzo (por considerar o decreto de tombamento que *"a la sombra del pino existente en la huerta del Convento de San Lorenzo, el general San Martín escribió el parte del Combate*", DECRETO 3.038/46), o *algarrobo* de Pueyrredón (*"Al pie del árbol mantuvieron una histórica entrevista el Director supremo de las Provincias Unidas y el General San Martín"* - BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 9, 1946, p. 13-15), e o salgueiro do *Plumerillo* (*"En los terrenos que formaron el célebre campo del Plumerillo, donde San Martín organizó y adiestró el Ejército de los Andes, se conserva un sauce muy antiguo, donde, según la*

tradición, a su sombra se sentaban los generales San Martín y O´Higgins" – extraido da mesma fonte anterior).

Fig 3.11. Publicação na revista *Automovilismo* do ACA. Imagens de monumentos e lugares vinculados a San Martín tombados pela gestão de Levene junto a outras de lugares não tombados pela Comissão como "a maceira de San Martín" e a rodovia de "Villavicencio".
Fonte: Automovilismo, mayo 1940.
Monumentos e Lugares tombados pela CN que lembram a ação de San Martín para liberar outros países, as Bóvedas de Uspallata (**Fig. 3.12**) , o Paso Picheuta (**3.13**) e o campo de adestramento do Plumerillo (**3.14**), todos em Mendoza, e o Convento de San Carlos em Santa Fé (**3.15**) . Fontes: **Fig. 3.12/13/14**, M. S. Uribarren, 2006; **Fig. 3.15** Automovilismo, jul. 1940.

3.12

3.13

3.15

3.14

No caso da *macieira* de San Martín, em Mendoza, que acabou por não ser tombada, a Comissão explicava não apenas o vínculo da árvore com o "Libertador da América", mas também com cidadãos menos ilustres que colaboraram em suas proezas:

> […] un árbol centenario que llama la atención de los viajeros por su potente tronco y lo coposo de su ramaje lleno de vigor en la plenitud de su desarrollo. Se trata del árbol conocido como el manzano de San Martín en el que la voz corriente asegura era donde San Martín hacía alto, en los expresados viajes, para tomar el almuerzo al que seguían unos mates cebados por la mano experta de los asistentes (BOLETÍN DE LA CNMMYLH, n. 3, 1940, p. 139).

Bens patrimoniais vinculados à formação da República e ao Caudilhismo

Scatena Franco identifica no pensamento histórico de Ricardo Levene um sutil reconhecimento *"aos federalistas, aos setores populares, aos caudilhos e gaúchos"* como forma *"de afirmar a idéia de que a Argentina era um país marcado pelo destino republicano e de legitimar o pacto federal consumado com a Constituição de 1853"* (FRANCO, 2000, p. 168).

Tal afirmação parece confirmar-se na lista de bens tombados vinculados a diversos fatos históricos associados à instalação da República no País e à Constituição Republicana de 1853, mas os caudilhos, segundo a análise dos bens tombados durante a presidência de Levene, e de seus decretos, não foram lembrados positivamente pela CN.

Entre os 15 bens identificados (ver anexo A) que estariam associados à República podem-se mencionar o Recinto del Antiguo Congreso Nacional, o Senado de la Confederación Argentina e o Colegio de Pensionistas de Santa Rosa.

Também observam-se nos decretos de tombamento de vários monumentos religiosos a menção de personagens ou fatos vinculados à experiência republicana como forma de justificar o pedido. Assim, como exemplos, podem-se citar o tombamento da Catedral de San Juan, na qual se guardavam os restos de Frei Justo María de Oro, defensor do republicanismo, e o tombamento da igreja de San Francisco em Santa Fé justificado pelo fato de que *"en la sacristía se encuentra un Cristo ante el cual juraron los constituyentes de 1853"* (DECRETO 112.765/42).

O tombamento também ocorreu com bens vinculados a Justo José de Urquiza, primeiro presidente da Argentina segundo a Constituição republicana de 1853 e vencedor da Batalha de Caseros, que marcou a derrota de Juan Manuel de Rosas. Os bens tombados

relacionados a Urquiza somam 4, em Entre Ríos, o Colegio Nacional, a Basílica Menor de la Inmaculada Concepción, o Sepulcro e o Lugar Histórico de Punta Gorda. Outro exemplo a ser citado, embora seu tombamento seja de 1935, é o Palácio San José, residência de Urquiza, cuja remodelação foi realizada pela Comissão sob a presidência de Levene.

Fig.3.16 e **Fig. 3.17**, prédios tombados cujos decretos faziam menção a Justo J. de Urquiza, o primeiro presidente da República segundo a Constituição de 1853, e a esse regime de governo. À esquerda o Palácio de San José, em Entre Ríos, à direita o Honorável Senado da Nação na mesma província. Fonte: Boletín de la CNMMyLH, 1941.

Cabe consignar que em relação ao caudilhismo, as principais figuras que o representam: Estanislao López, Facundo Quiroga e Juan Manuel de Rosas foram lembrados em tombamentos feitos pela Comissão, mas não foram detectadas palavras positivas em relação a eles.

No caso de Estanislao López foram tombados a moradia onde o caudilho santafesino morou e morreu e também o Templo e Convento de San Francisco, no qual foi sepultado, ambos prédios em Santa Fé.

Vinculada a Facundo Quiroga foi tombada a Posta de Sinsacate, em Córdoba, em cuja capela foi velado seu corpo, mas cabe destacar aqui que esse dado não foi consignado no decreto de tombamento e sim mencionado por Levene durante a cerimônia de inauguração do Museu da Posta de Sinsacate (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 9, 1946, p. 334-336) e indiretamente por Ramón J. Cárcano em texto publicado no boletim da CN (ver p. 44).

Já os tombamentos que mencionam Rosas, o fazem para destacar a oposição ao seu governo e a batalha de Caseros, na qual foi derrotado, Assim pode-se identificar o tombamento da *Pirámide de los Libres del Sur*, monumento que comemora o levante dos

fazendeiros do sul da província de Buenos Aires contra Rosas em 1839, esse fato histórico foi o ponto de partida da mobilização da província contra a política econômica do governo rosista. Relacionado com a derrota de Rosas em 1852 pode-se ler no pedido de tombamento do *ombú* de Caseros, realizado pelo cidadão Abraham Cepeda e publicado no boletim da Comissão:

> […] llegué por casualidad al sitio en que se alza el viejo ombú simbólico de Caseros, que nos pinta la historia en las reproducciones que se hacen de la memorable batalla, como un signo revividor del panorama geográfico que tuvo por escenario la hazaña del héroe: el ínclito y valiente general Urquiza.
>
> Talvez protegido por la lejanía del lugar fue quedando allí como testigo de una gloria, respetado por las tempestades, como para seguir diciendo a los niños y a los viejos, que allí en aquel sitio se quebró una tiranía de 20 años y se libro la decisiva contienda que la libertad y el progreso reclamaban con ardor patriótico (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 8, 1945, p. 140-141).

No decreto de tombamento especificava-se *"que el ombú de Caseros puede observarse en los grabados litográficos que documentan la batalla"* (DECRETO 3.038 de 1946).

Comentários sobre a *"afrentosa tiranía rosista"* (que apoiariam a visão liberal sobre Rosas (ver p. 23) são publicados no Boletim n. 6 (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 6, 1943, p. 621), e sobre o assunto, Levene lamentava-se preocupado sobre o conteúdo do Museu Histórico Nacional Argentino: *"la época de la tiranía de Rosas, cuenta con dos salas amplísimas en cuanto la gesta revolucionaria de mayo está representada en una sala de reducidas dimensiones"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 1, 1938, p. 221).

Sobre o caudilho cordovês Bustos (ver p.23), embora não se tenham detectado menções diretamente a ele, sim foram tombados Lugares e Monumentos relacionados com sua derrota frente a José María Paz (sepultura de Paz e *Capilla de San Roque* em Córdoba).

Bens Patrimoniais vinculados a fatos históricos relacionados à Soberania Nacional

Dois territórios, historicamente reivindicados pelos argentinos e que geraram conflitos com os países vizinhos, estiveram presentes na ação da CN: a Patagônia e a fronteira com o Brasil. Nestas duas regiões definiram-se os dois primeiros sítios de valor natural da Argentina: os Parques Iguaçu e Nahuel Huapi, criados em 1934. A importância geopolítica destes parques foi explicada por Graciela Silvestre:

> Las tierras del parque de Iguazú, hasta su incorporación a la Administración de Parques en 1934, dependieron del Ministerio de Guerra, y la naturaleza "virgen" compartió su espacio con la colonia militar. En el caso de Nahuel Huapí, el problema no era solo de límites, sino del famoso tópico argentino de la "penetración chilena"; en efecto, la mayoría de los trabajadores del área eran chilotas, y de Chile venían los primeros emprendedores, muchos de ellos de origen norteamericano y alemán. En ambos casos, se imponía la misión de "argentinizar" (SILVESTRI, 1999, p. 13).

Na década de 1930 desenvolveram-se projetos estaduais vinculados à questão do turismo nestes parques. A Comissão, evidentemente admiradora das riquezas arquitetônicas do passado que a floresta do Iguaçu guardava e que podiam vincular-se ao sentimento de nacionalidade (patrimônio vinculado aos jesuítas localizado nos confins da pátria), expressou tal apreço em vários de seus boletins, mas fez considerações mais contidas em relação aos lugares e monumentos da região do Nahuel Huapi, cujas belezas naturais foram o destaque dos projetos do Estado Nacional na região.

Mario Buschiazzo descrevia a missão de San Ignacio Miní, perto de Iguaçu, como de *"mérito artístico extraordinario"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 1, 1938, p. 135), e Levene solicitou ao Ministério de Agricultura da Nação (sob cuja tutela se encontravam as ruínas) uma rápida intervenção para acabar com a deterioração que estas sofriam. Depois de diversas gestões esse Ministério fez entrega de San Ignacio à custódia da Comissão:

> Que en cumplimiento de lo dispuesto por el art. 1 del decreto n. 83.244, del 24 de enero de 1941 […] del ministerio de Agricultura de la Nación, que se tiene a la vista, procede en este acto ha hacer entrega al señor representante de la CNMMyLH […] de las ruinas Jesuíticas de San Ignacio y tierras que la circundan (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 6, 1943, p. 517).

A valorização da soberania nacional pode ser observada em outros decretos de tombamento envolvendo a *bandeira* argentina ou seu criador: Manuel Belgrano[74].

Em relação ao General Belgrano, tombaram-se sete bens: a *Finca de Castañares* e a *Posta de Yatasto*, *Curuzú Cuatiá*, *Loreto Viejo*, *Candelaria* e os Lugares Históricos das batalhas de Salta e Tucumán, lembrando que alguns destes bens também podem ser associados à Independência Argentina, da qual Belgrano foi protagonista.

---

[74] Manuel Belgrano, advogado e general argentino (1770-1820), foi um dos membros da Primeira Junta Governativa. Participou da Campanha de Paraguai e derrotou aos espanhóis nas batalhas de Salta e Tucumán. Foi o criador da bandeira nacional.

Vinculado à bandeira, no decreto 17.265/43, tombou-se o sítio no qual *"el Almirante Laserre izó por primera vez la bandera argentina, en el Territorio Nacional de Tierra del Fuego, en 1884"*, e a importância do emblema pátrio pode ler-se no pedido que fez a CN ao governo para a obtenção de cabos e mastros para colocar a bandeira nacional nos edifícios religiosos que eram monumentos tombados (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 6, 1943, p. 621). O fato de alçar a bandeira nacional adquiria um poder simbólico que expressava energicamente o caráter de possessão sobre um determinado bem ou lugar:

> En 1873 llegó a este puerto natural [Puerto de Santa Cruz] la goleta de Guerra "Chubut" al mando del Capitán Lawrence para ejercer el derecho de soberanía y establecer una capitanía, lo que se hizo en el lugar denominado "de los misioneros del Río Santa Cruz" donde se enarboló la bandera patria […] (DECRETO 12.466/43, grifo nosso)

Pode-se considerar, no mesmo decreto, uma referência ao mito das origens como momento de plenitude absoluta, de pureza não contaminada, e pode-se entender a força que adquiria essa idéia ao ser vinculada aos territórios mais afastados da Nação, como são os da Patagônia:

> El 31 de marzo de 1520 llegó Magallanes al puerto que él llamó San Julián. Allí permaneció hasta el 24 de agosto, fecha en que continuó su ruta hacia el sur. En este paraje se rezó la primera misa en el actual territorio argentino y se efectuó el primer bautismo dándosele el nombre de Juan a un indio patagón.

O Patrimônio e as Batalhas e Expedições Militares do Século XIX

Existe uma importante série de bens tombados produto da valorização de fatos históricos vinculados a ações militares. Além das lutas pela independência das décadas de 1800, 1810 e 1820, cabe desenvolver, pela quantidade de bens vinculados[75], os tombamentos relacionados às expedições militares realizadas com o objetivo de estender a fronteira interna do país e consolidar a soberania nacional em territórios índios. Estes, em sua maioria Lugares Históricos, lembravam as campanhas contra o índio no final do século XIX, desenvolvidas

[75] Também foram tombados Lugares Históricos vinculados às batalhas ligadas à Guerra contra o Brasil, formalmente declarada em 1826 e que foi conseqüência de o Uruguai ter sido anexado ao país vizinho (como a *Batalla de los Pozos* e a *Expedición de los 33 Orientales*) e as vinculadas à Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870) na qual Brasil, Argentina e o Uruguai se aliaram para lutar contra o Paraguai (ver Anexo A).

principalmente na Patagônia[76], embora também se considerassem episódios dessa luta desde a época da colônia.

Os tombamentos vinculados a essas campanhas militares provocaram uma observação de Villegas Basavilbaso, na qual lembrava que a CN tinha resolvido incluir nas declarações apenas as batalhas associadas à Guerra de Independência e as que culminaram na batalha de Caseros[77]. No entanto, continuou-se com o tombamento e, da lista de bens tombados entre 1938 e 1946, relacionavam-se a essas ações 29, entre Lugares e Monumentos, atingindo-se o auge no tombamento desse tipo de bens em 1943[78].

Os comentários que aparecem nos decretos de tombamento sobre esses episódios apresentam a história da luta entre índios e brancos: *"Fortín Guanacos: [...] lugar de frecuentes encuentros con los indios. La noche del 19 al 20 de enero de 1861 fue atacado por indios moluchos que dieron muerte al Jefe del Fortín […] con toda su guarnición"* (DECRETO 8.729/43). E fazendo outra citação no mesmo sentido: *"La expedición a la Pampa Central a órdenes del teniente Coronel Clodomiro Villar, en el año 1882, chocó en este lugar con un fuerte contingente de indígenas, trabándose en combate […]"* (DECRETO 11.146/43).

Destacavam-se nos decretos de tombamento a instalação dos postos militares de fronteira com o território índio, denominados *vivac* (por exemplo, os postos de Luan Lauquen, Nainco, Trenque Lauquen, Pitral Lauquen, Pampa de los Molinos, Fortín Primera División), dos quais muitas vezes apenas ficava algum sinal simples de ocupação por terem sido construções precárias ou temporárias, destinadas tão somente à ação.

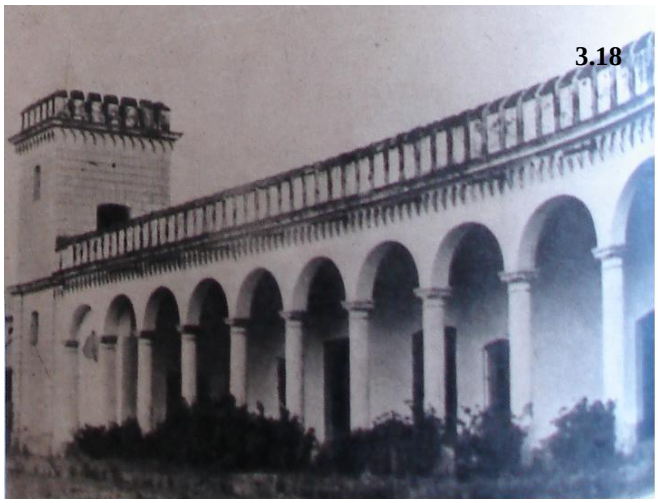
Cabe lembrar que em 1943, o presidente Castillo foi destituído por um golpe de Estado, instaurando-se um governo militar. Assim ao fato de estarem essas ações vinculadas à apropriação do território propiciada pelos governos liberais, somou-se a valorização das mesmas como ações militares.

---

[76] No século XIX houve um interesse internacional por essa parte do atual território argentino, compartilhado não apenas por várias nações européias, mas também pelo vizinho Chile. Avançado o século, a Argentina preocupou-se com seus direitos possessórios do território austral, não só por uma questão de soberania, mas também por causas econômicas: *"el crecimiento económico del país exigia la incorporación de nuevas tierras [...] permitiendo el incremento de los volúmenes de producción"* (BANDIERI, 2000, p. 128).

[77] No boletim 4 expressava-se concretamente *"la Comisión Nacional ha resuelto que la declaración de lugares históricos que se solicita al Poder ejecutivo no sea sino respecto a* ***sitios de guerra de la independencia*** *o "guerra exterior" pero no de guerras civiles"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 4, 1941, p. 27, grifo nosso).

[78] Comenta Susana Bandieri que à medida que avançava o século XIX, e devido ao crescimento da economia de exportação de matérias-primas no país, foi necessário ampliar as fronteiras produtivas. Os índios, habitantes originais do território, praticaram então o roubo organizado, ou *"malón"*, contra os novos proprietários, porque entendiam esta prática como uma forma de sobrevivência econômica diante das mudanças. Diversas expedições militares à Patagônia, às vezes financiadas pelos novos donos dos recursos, foram destinadas a submeter aos índios e conquistar esse território. As mesmas se estenderam durante as décadas de 1870 e 1880, sendo uma das mais conhecidas a *Campaña al Desierto* de 1879 (BANDIERI, p. 129-135).



Fotografias da Finca de Castañares (**Fig. 3.18**) e da Posta de Yatasto, Salta (**Fig. 3.19**). Definía-se no decreto de tombamento dos bens: "la acción del Ejército del Norte está vinculada a dos edifcios que adquieren por ello alto valor histórico; La Finca de Castañares y la Posta de Yatasto, donde se abrazaron los Generales San Martín y Belgrano" (DECRETO 95.687). Fonte: Automovilismo, sep. 1941.

3.1.2.2 Valores artísticos e arquitetônicos destacados nos Monumentos

Ao considerar o debate relativo à aprovação, no Congresso da Nação, do projeto da lei 12.665 (ver p. 56), fica claro que era usual privilegiar os elementos de caráter histórico vinculados ao patrimônio. Esse ambiente preocupado com a memória histórica, com certeza reproduziu-se também na CN, e por isso o trabalho de Buschiazzo, único arquiteto adstrito, seria importante para a consideração de outros valores.

O arquiteto comentava no V Congresso Pan-americano de Arquitetos:

> Todas las evoluciones por que pueda haber pasado un pueblo, todos los estadios por que ha atravesado su cultura, han dejado su huella en las piedras que los arquitectos levantaran contemporáneamente a cada ciclo de evolución colectiva. De ahí el inmenso valor que adquieren los monumentos con el transcurso de los siglos.

> No es ésta la única razón que abona en favor de su conservación. Tan importante, o acaso más que su vinculación con las etapas culturales, es su belleza, su mérito artístico (BUSCHIAZZO, 1940, 436).

O arquiteto adstrito parece ter apreciado cada exemplo de patrimônio de forma individual, resgatando em cada caso aspectos particulares que podiam associar-se com a sensibilidade. Por exemplo, ao referir-se à igreja de San Francisco em Salta, destacava elementos que relacionavam a obra com o entorno, explicando para esse caso:

> Podrá objetarse que dicha fachada no coincide con el cuerpo del templo, que tiene aberturas simuladas y detalles de **dudoso gusto** pero es indudable que en conjunto es un hermoso templo y que el violento cromatismo de su fachada y torre armonizan admirablemente con el verde del cerro San Bernardo que le sirve de fondo y con el azul intenso del cielo de Salta (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 5, 1942, p. 332, grifo nosso).

A **Fig. 3.20**, ao lado, mostra a igreja de San Francisco em Salta, tombada pela Comissão, da qual destacava Buschiazzo a qualidade que lhe outorgava o ambiente, ao contrastar suas cores com o azul do céu. Fonte: M. S. Uribarren, 2006.
A **Fig. 3.21** apresenta o Convento de San Bernardo, também em Salta, destacado nos boletins e no decreto de tombamento por seus valores artísticos e arquitetônicos. Em relação a estes prédios o decreto de tombamento 95.687 explicava: "son dos magníficos exponentes de nuestra arquitectura colonial del siglo XVIII". Fonte: M. S. Uribarren, 2006.

A palavra "gosto" aparece em outros escritos do arquiteto (BOLETINES DE LA CNMMYLH n. 6, p. 583-4, n. 4, p. 451-454), atestando sua preocupação em relação à estética:

> He de hacer notar que Catamarca conserva bastantes elementos de la época colonial que contribuyen a darle algún carácter dentro de la monótona

> homogeneidad de nuestras ciudades interiores. Sería de lamentar que tal cual está sucediendo en Salta, se perdiese lo poco que resta de los tiempos virreinales, para ser remplazado por una arquitectura de pésimo gusto y ningún valor nacional (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 3, 1940, p. 489).

Os valores estéticos almejados foram, geralmente, excepcionais, mas em alguns casos, como os das capelas rurais do noroeste argentino, foram considerados outros mais simples:

> Excepto una que otra en la que se ve claramente la intervención de algún arquitecto o alarife capaz, todas demuestran ser obra de simples aficionados, laicos o religiosos, sin mayores conocimientos sobre construcción pero la más de las veces dotados de **evidente gusto**, puesto que evidentemente llegaron a levantar iglesucas de emotiva belleza dentro de su tosca ingenuidad. **Como en todas las obras de origen popular, es precisamente la simplicidad lo que le da carácter y belleza** (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 3, 1940, p. 212, grifo nosso).

Em diversos textos o arquiteto adstrito realizava uma descrição arquitetônica precisa, incluindo a consideração de materiais regionais, motivos decorativos e elementos de composição (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 3, 1940, p. 212), mostrando também a capacidade de atribuir valor a edifícios em função de diferentes conceitos arquitetônicos. No caso do convento anexo à igreja de Nossa Senhora de Belém, em Buenos Aires, por exemplo, afirmava:

> […] Si algún día la actual cárcel correccional de mujeres se traslada a otro local más apropiado, sería oportunidad de restituir a la iglesia parroquial la parte netamente colonial, es decir el claustro, locales contiguos y capilla de ejercicios, con lo que se conseguiría formar un hermoso conjunto arquitectónico, en consonancia con el tradicional barrio de San Telmo que desde hace años anhela salvar lo que aun resta de típico y emotivo en sus viejas calles (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 1, 1938, p. 154).

A preocupação com a proteção dos conjuntos arquitetônicos pode ser examinada em outros casos como o do povo de Molinos, que constituía para Buschiazzo *"el lugar más interesante de los valles calchaquíes, por el valor de su capilla, edificios coloniales, belleza panorámica y, principalmente por conservar intacto todo el carácter de una población del siglo XVIII […]"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 5, 1942, p. 439-442). Tal característica levou o arquiteto a propor à CN a "salvação" de Molinos através de uma legislação que evitasse intervenções arbitrárias, e da restauração de seus edifícios principais.

Buschiazzo reconhecia o pioneirismo da França em relação à preservação de conjuntos urbanos e como ele foi seguido na América Latina:

> Entre la labor desarrollada en los últimos años por el servicio francés debe destacarse […] la clasificación de calles y de poblaciones íntegras […] Este último ha sido imitado en América pues se han declarado monumentos nacionales y colocado bajo protección oficial las ciudades de Tasco en Méjico y Ouro Preto en Brasil. En Buenos Aires debió hacerse otro tanto con la calle Humberto Primo, entre las de Defensa y Balcarce, donde se encontraba la iglesia de San Telmo y la casa de Martina Céspedes, pero la falta de legislación obstaculizó la labor de la Comisión que tuvo que asistir impasible a la demolición de la casa (entre 1939 e 1940) (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 2, 1939, p. 47).

No caso de Córdoba, a preocupação com o Conjunto da Igreja e Residência dos Padres Jesuítas fez que Buschiazzo entendesse que edifícios como o da Faculdade de Engenharia, que não podiam ser considerados monumentos devido a sua pouca antigüidade ou ao escasso valor estético, eram, porém, fundamentais para a apreciação do conjunto[79]:

> Si bien no debe incluirse el edificio de la Facultad de Ingeniería de Córdoba, entre los monumentos históricos, se impone evitar el peligro que entrañaría su reemplazo por otro que sea prolongación del nuevo que se levanta a su lado. Construir un edificio de varios pisos y grandes proporciones significaría aplastar a los viejos claustros y al Templo de la Compañía, vecinos que han sido declarados monumentos históricos y que requieren para su debido lucimiento, edificios linderos bajos o que molesten lo menos posible al conjunto monumental jesuítico (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 6, 1943, p. 583-584).

Embora Buschiazzo tenha salientado a valorização das características artísticas e arquitetônicas dos monumentos, geralmente tentou articular o que importava tanto aos historiadores quanto aos arquitetos nos seus discursos. Podemos resgatar vários comentários a esse respeito, por exemplo, na intervenção no Cabildo de Buenos Aires com a qual tentou "harmonizar" os diversos interesses:

> El propósito primordial que se ha tenido en cuenta ha sido **salvar la parte realmente histórica** del viejo edificio, al propio tiempo que **armonizar lo subsistente** con la plaza de Mayo y el marco urbano que ha de rodearlo. Se evitaría así que, invocando razones de estética mal entendidas pueda pretenderse la demolición total […] (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 2, 1939, p. 400, grifo nosso).

Na mesma linha de pensamento escreveu sobre a catedral de Salta em um informe publicado no boletim:

---

[79] Tem-se de mencionar aqui que o prédio a que se faz referência foi tombado pelo Poder Executivo da Nação em 1994, pela lei 24.414.

> Entrando al templo, a mano izquierda, se encuentra el Panteón de las Glorias del Norte, donde están depositados los restos de monseñor José Gregorio Romero y de don Facundo de Zuviría[80] […] Por esta circunstancia, **a la que se suma el valor artístico** del edificio, se declaró Monumento Nacional a la Catedral de Salta. (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 5, 1942, p. 330. grifo nosso)

E, na descrição que realizava da estância de Caroya em Córdoba, voltava a combinar valores estéticos e históricos, considerando, além do valor arquitetônico, o fato de nela ter funcionado o primeiro arsenal de armas dos exércitos libertadores (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 4, 1941, p. 584).

Ao analisar os valores atribuídos pela CN ao patrimônio percebe-se a importância da ação de Buschiazzo em prol da valorização dos valores artísticos e arquitetônicos. Só em 27 casos esses valores foram considerados separadamente dos históricos, sendo mais comum a valorização conjunta dos valores estéticos e históricos dos Monumentos.

[80] Facundo de Zuviría, advogado argentino, 1793-1861. Redigiu uma Constituição para a província de Salta, foi presidente do Congresso Constituinte que aprovou a Constituição Argentina de 1853.

3.2 O patrimônio restaurado

A análise desenvolvida à continuação pretende contribuir para a reflexão sobre a restauração de bens como ação de caráter cultural *"que se transforma em um ato crítico alicerçado na análise da relação dialética entre fatores estéticos e históricos de uma dada obra"* (KÜHL, 2003, p. 27).

Para tanto se fez necessário primeiro compreender os valores atribuídos pelos membros da Comissão, principalmente historiadores e arquitetos, para compreender, à continuação, seus pensamentos como restauradores, através da análise dos discursos elaborados pelos autores das intervenções no período estudado.

Das intervenções realizadas pela Comissão, das quais esta dissertação identificou 21[81], Buschiazzo destacou algumas, categorizando quatro tipos de trabalhos:

> He elegido cuatro ejemplos de monumentos nuestros para mostrar a ustedes los problemas técnicos y legales que su restauración ha planteado, y el proceso y técnica de los trabajos realizados. Ellos pueden sintetizarse en la simple consolidación y limpieza – caso de la misión San Ignacio –, la restauración – cabildo de Salta –, la restauración y reconstrucción parcial – cabildo de Buenos Aires –, y la reconstrucción casi total – Casa de la Independencia en Tucumán (BUSCHIAZZO, 1965, p. 86).

O texto anterior ajuda a identificar como os bens culturais foram analisados em suas particularidades com o intuito de fazer neles as intervenções que a CN acreditava eram adequadas. Em relação às executadas no Cabildo de Buenos Aires e na Casa de Tucumán, Buschiazzo explicava:

> El desconocimiento del valor educacional que tienen los monumentos y el rápido crecimiento de las ciudades argentinas hizo que a fin de siglo pasado y comienzo del actual se demolieran total o parcialmente muchos de ellos, o se los alterara pretendiendo modernizarlos, este error fue particularmente nefasto en el caso de la arquitectura religiosa […] En tales

[81] Estas foram: *Cabildo* de Buenos Aires, *Casa Histórica* de Tucumán, *Cabildo* de Salta, *Convento de San Francisco* de Salta, *Misión Jesuítica de San Ignacio* em Misiones, *Posta de Sinsacate*, *Iglesia y Residencia de la Compañía*, *Estancia de Jesús María*, *Capilla del Obispo Mercadillo* em Córdoba, *Capilla de San Ignacio* em Tucumán, *Capilla de Purmamarca* em Jujuy, *Iglesia y Convento de San Bernardo* em Salta, *Casa Natal de Sarmiento* em San Juan, Casa onde morreu Sarmiento no Paraguay, *Quinta de Pueyrredón* em Buenos Aires, *Palacio San José* em Corrientes, *Reducción de Lules* em Tucumán, *Capilla del Senhor de los Milagros* em Catamarca, *Convento de Santo Domingo* em San Juan, *Estanzuela de los Echagüe* em Santa Fé, *Capilla de Chichigasta* em Tucumán.

> condiciones, carentes dicho monumentos de todo valor artístico, disfrazados bajo un alubión de ornatos y pinturas "fin de siècle", **se imponía la restauración total**, pasando por alto los consejos de los organismos citados. El problema era más grave en el caso de los edificios que habían sido semidestruidos. Por lamentable coincidencia esto sucedió con los dos monumentos históricos de mas valor en el proceso de nuestra independencia – el cabildo de Buenos Aires y la Casa de Tucumán […] Cuando se acometió la reconstrucción de la torre del cabildo y la casa de Tucumán – de la que quedaba solo una habitación – se desató una ola de controversias y polémicas a favor y en contra del criterio adoptado, pero el tiempo ha dado su fallo. Hoy en día nadie discute el acierto y largas caravanas de visitantes, argentinos y extranjeros, desfilan diariamente por ambos edificios, devueltos a la devoción popular. (BUSCHIAZZO, 1959, p. 76-77, grifo nosso).

No texto anterior percebem-se indícios de quais foram os conceitos e idéias que podem ter norteado os trabalhos da Comissão, assim como as dificuldades que existiram para sua realização. À continuação se fará uma análise de como teorias e conceitos podem ter contribuído para a definição de um método para a intervenção.

3.2.1 Conceitos aplicados nas intervenções da CNMMyLH no patrimônio argentino

Analisando o texto *"La restauración del Cabildo de Buenos Aires"* de Buschiazzo, resgata-se o conhecimento que este tinha sobre o arquiteto, teórico e restaurador francês Viollet-le-Duc[82]:

> Aun cuando la casi total mayoría de las opiniones autorizadas del país celebró el propósito de la CN y aprobó el proyecto de restauración, no faltó quien hiciese la salvedad de que en realidad se trataba mas de una reconstrucción que de una restauración propiamente dicha. Familiarizado desde hace años con todos los problemas vinculados a la conservación de monumentos históricos, la objeción no me tomó desprevenido. Se perfectamente que ya desde hace más de medio siglo que se han desechado las prácticas establecidas por aquel genial maestro que se llamara Viollet-le-Duc, para ser reemplazadas por otras más acordes con la verdad histórica (BUSCHIAZZO, 1940, p. 434)

A verdade histórica foi um conceito apresentado quase como uma bandeira na ação da CN, o que não permitiria qualquer aproximação da teoria de Viollet-le-Duc, que afirmava:

---

[82] Os discursos de Buschiazzo demonstram conhecimento não apenas das teorias violletanas da intervenção no patrimônio cultural, já que ele menciona, por exemplo, Paul Leon, *"el más grande de los doctrinarios en materia de conservación de monumentos"* de quem resgatava a definição de três períodos na história da preservação: *"uno empírico, el de las restauraciones y paliativos; un periodo doctrinal, el de las grandes restauraciones; un periodo experimental, el de la conservación"* (BUSCHIAZZO, 1940, p. 434).

"Restauração, s. f. A palavra e o assunto são modernos. Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo num estado completo que pode não ter existido nunca num dado momento" (VIOLLET-LE-DUC, 2000, p. 29).

Mas existem traços nas intervenções que nos levam a conjecturar sobre a possível influência da teoria violletiana nos trabalhos da Comissão entre 1938 e 1946[83], não apenas dos conceitos mais polêmicos vertidos por Viollet-le-Duc, mas também daqueles que evidenciam um sentido comum valioso até os dias de hoje[84].

Explica Beatriz Kühl que, para Viollet-le-Duc, a obtenção da unidade estilística foi importante e implicava *"procurar entender profundamente um sistema [arquitetônico], concebendo então um modelo ideal e compondo a seguir, sobre a obra, o esquema idealizado"* (KÜHL, 2000, p. 18, grifo nosso). Em várias das intervenções da comissão, aparece o intuito de uma volta a um estado ideal, hipotético, de cristalização da imagem que os prédios deveriam ter em um momento histórico específico valorizado pela CN, resgatando assim o valor das *"reliquias artísticas del pasado"* (BUSCHIAZZO, 1965, p. 82).

Um exemplo importante do intuito de voltar-se ao estágio original do edifício foi o projeto do Cabildo de Buenos Aires, prédio no qual existia antes da intervenção da CN, segundo Buschiazzo, *"cuanto pudiera haber de reñido con el primitivo estilo y con la tradición del glorioso monumento"* (BUSCHIAZZO, 1940, p. 425). Definia-se que para realizar a intervenção: *"Solo quedaba la solución de restaurarlo como en el año 1810, pero suponiendo que, sin haber sufrido la mutilación de su torre y la modificación de la fachada, se le hubieran cortado tres arcos de cada lado"* (BUSCHIAZZO, 1940, p. 432), modificando, para isso, as proporções originais do prédio e eliminando setores autênticos: *"en la disyuntiva, opté por eliminarlo, en primer lugar porque el efecto de conjunto que se obtendría compensaba con creces el sacrificio [de destruir una parte del antiguo edificio]"* (BUSCHIAZZO, 1940, p. 433, grifo nosso).

Com esta intervenção ficaria o Cabildo de Buenos Aires

> […] como el más valioso de nuestros monumentos históricos, un tanto reducido en sus dimensiones, pero realzado por el ambiente que lo rodearía, destacándose aislado en el medio de la nueva plaza a formarse y restaurado con absoluta fidelidad de acuerdo al estado que tenía en el año de

[83] Estudiosos da história da arquitetura argentina, como Graciela Silvestri, também comentam que Buschiazzo em determinadas obras *"siguió las ideas de restauración interpretativa de Viollet-le-Duc"* (SILVESTRI, 2000, p. 54).

[84] Explica Beatriz Mugayar Kühl que, sobretudo abstraindo a leitura dos textos de Viollet-le-Duc de sua ação de arquiteto e restaurador, as recomendações elaboradas por ele parecem *"estranhamente sábias, ponderadas e atuais"* (KÜHL, 2000, p. 24).

> nuestra independencia (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 2, 1939, p. 400, grifo nosso).

Mostrava o texto anterior a contradição entre "reduzir suas dimensões" e a pretendida "restauração fidedigna", que passava despercebida para os membros da CN. Todavia a teoria violettana e a prática da Comissão se aproximam também em questões menos discutíveis. Às vezes o discurso de Viollet-le-Duc adquire tal sentido comum aos olhos do presente que parece fútil relacioná-lo com as ações também criteriosas da CN, mas é pertinente reconhecer ambas para atribuir valor às ações. Entre elas destacamos a sugestão do teórico francês:

> Nas restaurações, há uma condição dominante que se deve ter sempre em mente. É a de substituir toda parte retirada somente por materiais melhores e por meios mais eficazes ou mais perfeitos. É necessário que o edifício restaurado tenha no futuro, em conseqüência da operação à qual foi submetido, uma fruição mais longa do que a já decorrida (VIOLLET-LE-DUC, 2000, p. 54).

No trabalho da CN podemos distinguir o uso do concreto em obras realizadas nas províncias de San Juan, Tucumán e Misiones, com o intuito de prolongar a vida dos edifícios:

> En cuanto a la casa de Sarmiento [Provincia de San Juan] fueron tan grandes los destrozos[85], que se hubo que desarmar los techos, pieza por pieza, consolidar los muros de adobe con un esqueleto de hormigón embutido en el espesor de los mismos[86] y luego reconstruir el típico techo de cañizo y vigas de álamo, empleando el mismo y auténtico material que se había desarmado (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 7, 1944, p. 11, grifo nosso).

O concreto devia ficar oculto no corpo da construção, como, por exemplo, no caso da Casa de Tucumán, situação da que se gabava o responsável da obra:

> Este refuerzo ha sido ejecutado con extraordinaria habilidad […] de tal modo que es **prácticamente imposible distinguir donde se colocaron las columnas y vigas**, con lo que la Casa Histórica ha quedado en condiciones de soportar la intemperie por muchos años. Según informes de dicho técnico de no haberse procedido con premura a efectuar ese trabajo, la casa corría riesgo de derrumbarse, pues se encontraban todos sus muros en pésimas condiciones y los cimientos vencidos a consecuencia de las infiltraciones de agua y de los

---

[85] Faz-se se referência ao terremoto que destruiu a capital da província em 1943.

[86] Neste ponto é interessante refletir sobre uma certa semelhança com os procedimentos utilizados pelo SPHAN do Brasil no denominado "Período Heróico" do órgão brasileiro. Vários autores entendem que, no Brasil, o uso que se fez de uma estrutura independente, em concreto armado, inserida nas edificações existentes, parece refletir o espírito modernista que tinham vários dos participantes do começo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (GONÇALVES, 2004, p. 173). Porém o discurso modernista não permeou as discussões da CNMMyLH.

> últimos terremotos acaecidos (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 5, 1942, p. 440, grifo nosso).

As estruturas de concreto destinavam-se assim a reforçar setores que corriam o risco de deteriorar-se ainda mais ou de desabar, como, por exemplo, em San Ignacio Miní, obra na qual o concreto serviu não apenas para realizar reforços armados, mas para consolidar as pedras dos muros e dar estabilidade aos pisos, através de sua utilização misturado com terra, o que permitia a filtração da água.

Continuando com a linha de análise, destacamos outras palavras de Viollet-le-Duc:

> Antes de mais nada, antes de ser arqueólogo, o arquiteto encarregado de uma restauração deve ser um construtor hábil e experimentado, não somente do ponto de vista geral, mas do ponto de vista particular; isto é, deve conhecer os procedimentos de construção admitidos nas diferentes épocas de nossa arte nas diferentes escolas (VIOLLET-LE-DUC, 2000, p. 49).

Essas idéias podem ser articuladas com a ação da CN, já que tanto Buschiazzo quanto Onetto foram profissionais de ampla experiência prévia em construção civil. E à experiência de ambos somou-se a presença fundamental de artesãos, práticos em técnicas tradicionais, que trabalharam nas diversas obras da CN, como quando se reconstruíam as portas para a Casa de Tucumán:

> En los talleres de la DGA, Zona Tucumán, se están ejecutando las puertas similares a las existentes, para lo cual se utiliza madera de algarrobo, operarios traídos especialmente de zonas apartadas de la provincia y herramientas primitivas, obteniéndose así una copia absolutamente fiel en cuanto materiales y procedimientos (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 5, 1943, p. 488).

O uso das ferramentas construídas especificamente para as intervenções dos artesãos, permitia, segundo palavras vertidas no boletim da Comissão, *"obtener facsímiles perfectos"* de modelos reais, destacando-se entre os trabalhos artesanais o do operário que realizou a restauração da porta do convento de San Bernardo em Salta:

> La puerta de algarrobo estaba deteriorada precisamente en las partes de mayor riqueza decorativa. Era difícil y riesgoso pretender sacar toda la puerta con sus contramarcos esculpidos para ser llevada a taller; el arreglo debía hacerse "in situ". Varios tallistas lo intentaron, pero todos esculpían primero los trozos para luego tratar de embutirlos en el lugar correspondiente, notándose demasiado la diferencia de textura entre lo realizado por el anónimo escultor colonial y los operarios modernos. Se hizo venir entonces al mismo obrero, mestizo de raza, que había trabajado en la casa histórica de

> Tucumán. Este habilísimo artesano procedía de la selva santiagueña, no habiendo estado jamás en la ciudad; no conocía el cepillo de carpintero y se valía de herramientas primitivas, que manejaba con rara destreza. Procediendo a la inversa de los tallistas que le habían precedido, elegía cada trozo de algarrobo con la misma veta y color de la parte a restaurar, y dándole forma de cuña invertida, lo embutía ajustadamente de modo que quedase perfectamente encajado. Recién entonces procedía a tallarlo, imitando con extraordinaria habilidad los motivos originales. Actualmente, después que el tiempo ha patinado la puerta, es muy difícil reconocer las partes restauradas (BUSCHIAZZO, 1959, p. 89).

As **Figs. 3.22** e **3.23** apresentam a porta do Convento de San Bernardo em Salta. A restauração da mesma foi realizada por um artesão de Santiago del Estero, trazido especialmente para realizar o trabalho, que refez pedaços da talha com ferramentas feitas também artesanalmente. Fonte: M. S. Uribarren, 2006.

Outra possível associação com o discurso de Viollet-le-Duc foi a importância atribuída pela Comissão à designação de novas funções aos prédios restaurados. Em palavras do teórico europeu: *"Uma vez que todos os edifícios nos quais se empreende uma restauração têm uma destinação, são designados para uma função, não se pode negligenciar esse lado prático para se encerrar totalmente no papel de restaurador de antigas disposições fora de uso"* (VIOLLET-LE-DUC, 2000, p. 64).

A localização de museus em vários dos monumentos declarados patrimoniais, os projetos para estabelecer hotéis ou pousadas em edifícios que pertenciam a conjuntos históricos, ou mesmo a destinação de alguns como centros de informação turística são chaves para esta leitura.

Durante a pesquisa percebeu-se como Buschiazzo defendeu as intervenções da CN posicionando-se criticamente em relação a teorias de restauração que poderiam ser consideradas mais adequadas pelos seus contemporâneos, e demonstrando conhecimento do ambiente internacional dedicado à restauração do patrimônio:

> Si bien existe abundante literatura sobre criterios y procedimientos a seguir en materia de restauración de monumentos históricos, la mayoría de los problemas que se presentaron en nuestro país escapan a las normas corrientes. Los debates del Congreso Internacional de Historia del Arte (Paris 1921), la conferencia convocada por la Comisión Internacional de Cooperación Intelectual (Atenas, 1931), y la Carta de Atenas (Atenas 1933) coinciden en que deben tratarse de no restaurar a fondo o construirse, si no mas bien mantener los existente. Pero es indudable que todas esas prescripciones arrancan de un enfoque europeo del problema. Allí, donde los monumentos son numerosísimos y la destrucción de algunos y aún de muchos no supone la desaparición total de los ejemplos correspondientes a una época o a un estilo, puede mantenerse ese rigorismo, pero en la Argentina no solo son escasísimos los monumentos, sino que – lo que es peor aún – han sido tan alterados que han perdido gran parte de su valor artístico. Por otra parte, después de la segunda guerra mundial, hemos visto cómo en Europa se ha procedido a reconstruir íntegramente aquellos edificios de alto valor histórico que habían sido destruidos por los bombardeos, lo que quiere decir que las normas de los congresos a que me he referido han perdido valor de actualidad ante el curso de la historia (BUSCHIAZZO, 1959, p. 76)

A especificidade do caso argentino, a pobreza do seu patrimônio, justificaria segundo Buschiazzo a restauração integral dos edifícios tombados. Desse modo, ele não hesitou em recorrer a citação de outros autores europeus para apoiar as intervenções por ele feitas, ao mesmo tempo em que procurou estabelecer um pouco de distância em relação a Viollet-le-Duc:

> Transcribiré algunos párrafos del Dr. A. Lauterbach[87], conservador y director de las Colecciones de Arte de Polonia: "En teoría se admite solamente la conservación, pero en la práctica no se puede omitir la restauración. La conservación no puede ser aplicada más que en dos casos: para los edificios que nos han llegado en perfectas condiciones, o para los monumentos muertos, una ruina por ejemplo. En todos los otros casos, una restauración superficial o profunda será siempre absolutamente necesaria, aún cuando una cierta hipocresía pretenda darle actualmente el nombre de conservación. Las afinidades entre restauración y conservación son tan estrechas que con frecuencia, solo la terminología las separa. La diferencia entre restauración y conservación es más bien cuantitativa que cualitativa".
>
> Las palabras del Dr. Lauterbach parecerían escritas para justificar la posición adoptada en la restauración del histórico Cabildo de Buenos Aires.

[87] Lauterbach publicou um artigo nas atas da Conferência sobre conservação de Monumentos Artísticos e Históricos, celebrada em Atenas em 1931, por iniciativa da Sociedade das Nações.

> Sin caer en la exageración de Violet-le-Duc, cuando afirmaba que: "restaurar un edificio no es conservarlo, repararlo o rehacerlo, sino colocarlo en un estado completo que puede no haber existido jamás en un momento dado", creo que la solución adoptada es la más lógica y honesta. El tiempo dará su fallo definitivo sobre mi obra (BUSCHIAZZO, 1940, p. 435).

Convém lembrar aqui a desvalorização mundial que sofreu a ação desenvolvida por Viollet-le-Duc, explicando o mesmo Buschiazzo que a reação contra os *"ortodoxos procedimentos do teórico francês originou a prática de conservar ao invés de restaurar"*, salientada pelo teórico e restaurador italiano Camilo Boito, o qual destacava o valor documental dos monumentos. Para o italiano *"uma coisa é conservar, outra é restaurar, ou melhor, com muita freqüência uma é o contrário da outra"* (BOITO, 2003, p. 37). Já Buschiazzo resgatava no seu texto a idéia de Lauterbach de que a diferença entre conservação e restauração é quantitativa e não qualitativa.

3.2.2 Os procedimentos para a definição dos projetos de intervenção

Em relação às tarefas desenvolvidas para a obtenção dos projetos de intervenção no patrimônio, em publicação realizada pela DGA, enumeravam-se as realizadas para a Igreja e Residência da Companhia em Córdoba:

> […] relevamiento del conjunto y de los detalles; pesquisa de fuentes documentales en archivos y museos; consulta de bibliografía; documentación gráfica; planos originales; gravados y fotografías; prospección y análisis de estructuras y materiales; recopilación de datos provenientes de la tradición oral; localización cronológica y estudio comparativo del monumentos (SALÓN NACIONAL DE ARQUITECTURA, 1942).

Estes procedimentos caracterizaram o trabalho da CN, não apenas em Córdoba, mas também em outros monumentos argentinos. Assim a pesquisa em arquivos parece ter providenciado o respaldo documental necessário para tomar ou ratificar decisões de intervenção. Em palavras de Buschiazzo, o uso de diversos tipos de documentos servia para reduzir *"al mínimo toda posibilidad de caer en fantasias y falsedades"* (BUSCHIAZZO apud MARINSALDA, 1996-97, p. 118).

Este importar-se pelo aval dos documentos pode-se ler em vários textos dos boletins, que deixam também entrever o objetivo que se queria atingir com as restaurações:

> La CNMMyLH solicitará al poder ejecutivo por medio de la Dirección General de Arquitectura y bajo el control de esta Comisión Nacional y su personal técnico para todo lo relativo a la **exacta reconstrucción histórica y se reestablezca en su estado primitivo – de acuerdo con documentos e ilustraciones –**, la casa donde se juró la Independencia Argentina en Tucumán, sobre la base de todos los restos subsistentes (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n.2, 1939, p. 80, grifo nosso).

Buschiazzo chegou a demonstrar certo grau de obsessão pelos documentos ao declarar sobre a intervenção no Cabildo de Buenos Aires por ocasião do V Congresso Pan-americano de Arquitetos:

> […] aún cuando la publicación de los Acuerdos [Capitulares], admirablemente hecha por el Archivo General de la Nación, nos mereciera absoluta confianza, en los pasajes de mayor importancia recurrimos al cotejo paleográfico con los becerros[88] originales, conservados en el archivo, toda vez que es necesario "probar las pruebas" (BUSCHIAZZO, 1940, p. 427, grifo nosso).

A falta de documentos que referendassem as ações levou às vezes a posições rigorosas da CN, como a relacionada à possível reconstrução de San Ignácio Miní, sobre a qual afirmava Buschiazzo: *"[…] No creo en la posibilidad de restaurar totalmente dicha misión porque el avanzado estado de destrucción y* ***la falta de documentos imposibilitan una labor seria****"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n.2, 1939, p. 339, grifo nosso).

Caberia refletir aqui até que ponto podia pretender-se um método de trabalho totalmente definido em relação à pesquisa documental, em um momento em que a pesquisa em arquivos era uma atividade relativamente nova. Complementando o anterior podemos considerar um trabalho publicado por Onetto na Revista de Arquitetura, intitulado *"Las ruinas de San Ignacio Miní"*, no qual, poucos anos depois do comentário de Buschiazzo a respeito da falta de documentos sobre San Ignacio, Onetto apresentava valiosos e abundantes dados históricos relacionados à construção original dessa missão obtidos no *Archivo General de la Nación*, que lhe permitiram propor uma "reconstrução gráfica" de parte do conjunto com detalhes caprichados de portas, balaustres e escadas reconstruídas (ONETTO, 1944).

Outros dados levam a pensar também que, embora existissem os lineamentos de um método desejado: *"toda una labor de investigación histórica e iconográfica debía preceder a la parte proyectiva"* (BUSCHIAZZO, 1940, p. 426), tenha existido, pelo menos no caso de San Ignacio, certa flexibilidade nas atividades realizadas, permitindo determinados afastamentos para apoiar decisões prévias, às vezes não referendadas por documentos. Assim

---

[88] *Becerro*: livro no qual a igreja e outras instituições registravam suas propriedades e diversos acontecimentos vinculados a elas.

não se pode esquecer a possível influência em San Ignacio Miní, da intervenção efetuada em São Miguel das Missões pelo SPHAN, que, por ser conhecida pela CN, poderia ter servido de modelo ao trabalho argentino. Sobre o trabalho do SPHAN nas missões, a Comissão aconselhava, em sessão de 17 de outubro de 1938, ter em conta o antecedente de São Miguel para o momento de iniciar os trabalhos nas missões do lado argentino (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 1, 1938, sessão de 17/1/1938). Como contribuição para a reflexão, propomos também comparar o comentário de Lúcio Costa sobre São Miguel: *"Com efeito não se pode pensar em reconstruir São Miguel ou mesmo recompor qualquer de suas partes; os trabalhos deverão limitar-se, tão somente a* ***consolidar e conservar****"* (PESSOA, 1999, p. 25-26, grifo nosso), com o de Mario Buschiazzo sobre San Ignacio: *"debe procederse con toda premura de desbrozar el terreno y aun los propios muros subsistentes de la maleza y el bosque que todo lo invade de modo de* ***conservar el conjunto en su estado de 'ruinas en buenas condiciones'*** *aunque esto parezca una paradoja"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n.2, 1939, p. 339, grifo nosso).

Voltando à importância da análise de diferentes tipos de documentos, comentava Buschiazzo que eles permitiam abordar a intervenção com certa segurança, já que nas pesquisas apareciam dados vinculados à construção, como materiais e estruturas, orientando o arquiteto sobre o uso principalmente dos *"libros de fábrica en los que se anotaban las inversiones de materiales, entrada y salida de fondos y demás datos vinculados a la construcción del edificio"*, nos casos em que estes existissem, considerando que a pesquisa de documentação textual se devia completar *"con la documentación gráfica, acaso más fundamental que la primera"* (BUSCHIAZZO, 1940, p. 430).

Como exemplo, no caso do Cabildo de Buenos Aires, o projeto teve como ponto de referência duas aquarelas de 1829 e um daguerreótipo de 1852 que ilustravam o edifício, peças às quais se atribuiu extraordinário valor pelo fato de terem como autor uma pessoa com formação técnica, o engenheiro Carlos Enrique Pellegrini, o que conferia às obras "fidelidade documental".

Às vezes, os documentos ou não eram encontrados ou não aportavam os dados suficientes para definir completamente as intervenções, sendo necessárias, então, outras ferramentas para decidir ou apoiar as transformações. Exemplo disso foi o uso de modelos reais.

O procedimento de tomar modelos históricos como referência para a construção de novos elementos foi usual na ação da CN. Na construção da porta do Cabildo de Buenos Aires, por exemplo, seguiu-se o modelo da porta da igreja de Santo Domingo: *"que constituye*

el tipo más hermoso y más digno de puerta del siglo XVIII que hay en Buenos Aires"[89] (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n.2, 1939, p. 385-395).

No entanto, algumas representações (provenientes de recomposições feitas por estudiosos da arquitetura) que poderiam ter servido de modelo, foram deixadas de lado, por se considerar que a restauração através das mesmas poderia levar a um falso histórico. Exemplo disso foi a crítica realizada por Buschiazzo ao projeto para as obras de restauração e consolidação da igreja de San Bernardo, em Salta. O arquiteto adstrito advertia que o projeto proposto pela DGA baseava-se na aquarela que Kronfuss publicou no livro *"Arquitectura Colonial en la Argentina"*, e, pelo fato de esta peça gráfica não se basear em documentação comprovada e pela falta de resultados na pesquisa realizada por ele mesmo nos arquivos de Salta à procura de documentos textuais ou gráficos, ele entendia que *"caso de no encontrarse documentación que permita restaurar fielmente el aspecto exterior, preferible será conservar el que tiene"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 5, 1942, p. 556).

Uma aquarela realizada por Carlos Pellegrini (**Fig. 3.24**) junto a outros trabalhos do mesmo autor, foram utilizadas como modelos para a restauração empreendida pela CNMMyLH no Cabildo de Buenos Aires. Percebe-se na **Fig. 3.25**, foto da intervenção de Buschiazzo no edifício, a sacada corrida na frente, a torre, os pináculos decorativos, o relógio. A maioria dos detalhes das peças gráficas de Pellegrini foi reproduzida, sendo que a torre refez-se com proporções menores que a original. Para justificar esta intervenção Buschiazzo citava ter encontrado o levantamento realizado por Benoit no século XIX que mostrava a feição original do *cabildo* e o fato de ser Pellegrini engenheiro. Fonte: **Fig. 3.24** Goldman, 2005; **Fig. 3.25** Boletín de la CNMMyLH, 1941.

[89] No Cabildo de Buenos Aires, outros modelos foram utilizados: os azulejos da torre foram copiados dos existentes na catedral, por serem contemporâneos.

As testemunhas orais foram resgatadas também pela CN, como no caso da Casa de Tucumán, intervenção na qual Ricardo Levene lembrava que:

> Rosario de Rojas, madre de Ricardo Rojas, que vivió durante años en dicha ciudad frente a la casa histórica de la Independencia había visto la referida maqueta [de la Casa de Tucumán] manifestándose que se ajustaba exactamente a los recuerdos que ella conservaba del edificio desde su niñez. Agregó Levene que comunicaría esto a la comisión porque era testimonio de valor para juzgar la fidelidad de la maqueta (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 3, 1940, p. 625, grifo nosso).

A par das orais, tiveram importância as testemunhas materiais ou remanescentes ocultos, sendo o caso mais notório o "descobrimento" das fundações da Casa de Tucumán:

> Como detalle demostrativo de la exactitud de los planos preparados para realizar la reconstrucción [de la Casa de Tucumán], se hace notar que al efectuarse la demolición de agregados modernos, aparecieron en su integridad los cimientos primitivos, comprobándose que coinciden totalmente con los planos preparados sobre la base de la documentación histórica que existe en esta CN (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 5, 1942, p. 13-14, grifo nosso).

Marinsalda explica que as fundações não eram na verdade as da Casa de Tucumán: *"en realidad los cimientos que descubrió en ese momento, correspondían al edificio del Correo, que prácticamente coincidían con los de la antigua casa"* (MARINSALDA, 1996-97, p. 119), destacando o historiador o comentário que Buschiazzo realizara sobre a obra: *"comprendo que es una mentira piadosa, pero creo que es el resultado obtenido y los años se han encargado de justificarla"* (BUSCHIAZZO apud MARINSALDA, 1996-97, p. 119).

Do mesmo modo, destacaram-se testemunhas materiais no trabalho no Cabildo de Salta:

> En el cabildo se prosigue el destechado y arreglo de la cubierta de tejas, así como la tarea de investigar en muros, cimientos, pisos, etc. todos los rastros que permitan realizar una fiel restauración, ya que se carece de planos y documentos antiguos. En otra oportunidad informé a usted acerca del hallazgo de todo un patio rodeado con arquerías, demolido a comienzos de este siglo y cuyo hallazgo se hizo de forma casual, al encontrarse los cimientos de piedra. Planos de obras sanitarias que se encuentran en archivos de Salta, hechos en 1909, prueban que hasta dicho año subsistió dicho claustro, de modo que será fácil reconstruirlo, siguiendo el tipo de arcadas de un tramo que milagrosamente no fue demolido.
>
> Se ha puesto al descubierto la causa de la asimetría de la torre, que pudo comprobarse fue agregada después de terminado el edificio, ya que sus muros de sostenimiento están adosados a otros muros anteriores, ocupando el centro de un antiguo local que de tal modo quedó dividido en dos. (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 5, 1942, p. 441).

Houve casos, no entanto, em que Buschiazzo alertava sobre algumas testemunhas materiais que podiam levar a uma concepção errada:

> […] Frecuentemente la fecha de erección [de las capillas] está dada por inscripciones de los dinteles o vigas interiores […] Pero preciso es recordar que no siempre esas fechas corresponden precisamente a ese edificio. Así en Humahuaca hay un dintel que reza: Anno Domini 1708, pero se trata de la puerta de una capilla anterior, encontrada durante los recientes trabajos de restauración y utilizada en lugar de una puerta lateral nueva. En otros casos, la fecha está grabada en las campanas, pero esto es aun más incierto por la facilidad de utilizarlas en sucesivas reformas o reconstrucciones de edificio […]
>
> […] Esta costumbre de grabar fechas y nombres de donantes o constructores en los dinteles es frecuentísima en el norte y oeste del país, pero no así en el centro. Afortunadamente la documentación escrita es más abundante que en aquellas alejadas regiones (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 4, 1941, p. 223-226, grifo nosso).

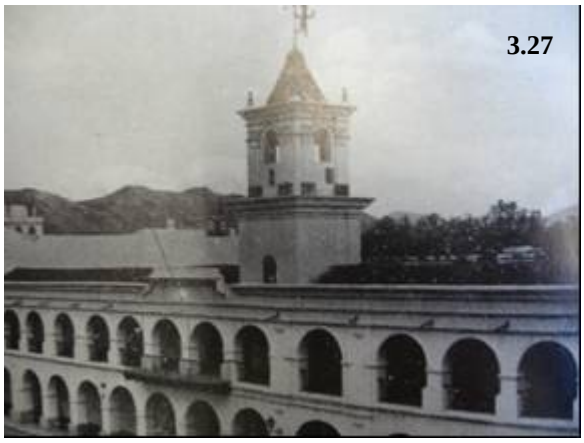


Fig. 3.26/27/28/29, fotografias do Cabildo de Salta. Em relação a esta intervenção, finalizada em 1945, explicava Buschiazzo que foi fundamental, pela ausência de documentos, fazer prospecções para obter dados que orientassem os trabalhos. Note-se a torre deslocada do eixo central do edifício. Isto devia-se, segundo o arquiteto adstrito, a que a mesma foi construída posteriormente ao resto do prédio, apoiando-se em paredes pré-existente. Fonte: Buschiazzo, 1959.

Capítulo 4

A Intervenção da CNMMyLH no Conjunto Jesuítico da Igreja da Companhia de Jesus e da Residência dos Padres na Cidade de Córdoba, Argentina, entre 1941 e 1949

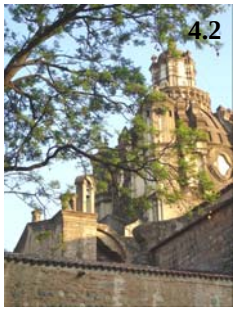
4.1 O patrimônio tombado e restaurado em Córdoba

Ricardo Levene explicava que, em viagem realizada à província de Córdoba, teve a *"oportunidad de visitar algunos lugares y monumentos históricos de singular valor"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 1, 1938, p. 223), avaliação que parece ter orientado a seleção dos bens tombados nessa província.

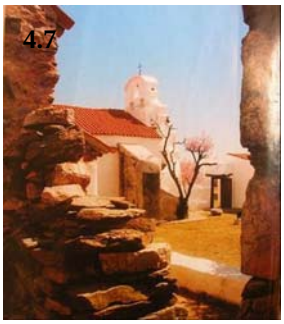
Os primeiros prédios cordoveses tombados durante a gestão de Levene foram o Colégio Nacional de Monserrat (1938) e o Conjunto Jesuítico da Igreja da Companhia de Jesus e da Residência dos Padres (1940). Posteriormente, foram declarados patrimônio, pelo decreto 90.732 de 1941, as estâncias jesuíticas de Jesús María (também chamada estância San Isidro), de Santa Catalina, de Alta Gracia e de Caroya, as moradias do Marqués de Sobremonte, do Obispo Mercadillo e de Los Allende, a catedral, o *cabildo*, a Posta de Sinsacate e a capela de Candonga.

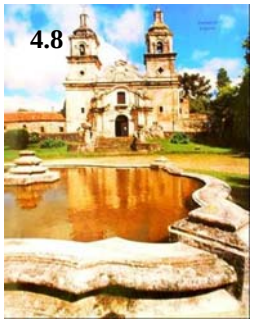
A lista de bens completa-se com o tombamento do Convento de las Teresas e da estância jesuítica de La Candelaria (DECRETO 106.845 de 1941), da capela de San Roque e do Lugar Histórico Casa de Saldán (DECRETO 104.179, de 1941), da Casa Natal de Leopoldo Lugones (DECRETO 8.350, de 1944), do sítio indígena de Cuchi Corral (DECRETO 30.836, de 1945) e da nogueira de Saldán (DECRETO 2.232, de 1946).

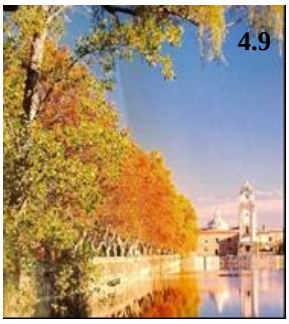
Na leitura dos decretos de tombamento antes mencionados, destacam-se a excepcionalidade dos principais valores almejados, que eram estéticos e históricos. Assim salientaram-se dados artísticos dos monumentos (tais como as *"grandes líneas arquitectónicas"* do *cabildo* e a catedral como *"joya artística de la arquitectura colonial"*), além de associá-los a seus autores (*"el célebre jesuíta Andrés Blanchi"*) ou a personagens ou

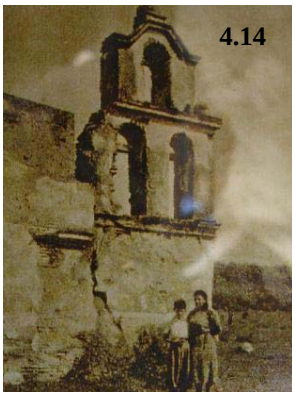


Alguns dos monumentos tombados pela CNMMyLH em Córdoba durante a gestão de Ricardo Levene. **Figs. 4.1/2/3.** A capela Obispo Mercadillo, a catedral e o *cabildo*.
Figs. 4.4/5/6. A casa do Marqués de Sobremonte, o Colégio de Monserrat e a estância jesuítica de Jesús María. **Figs. 4.7/8/9/10.** Estâncias jesuíticas de La Candelaria, Santa Catalina, Alta Gracia e Caroya. Fontes: **Figs. 4.1/2/3.** A. Uribarren, 2006; **Figs. 4.4/5/6.** M.S. Uribarren, 2006; **Figs. 4.7/8/9/10** Carlo Legnazzi, 1999.









Figs. 4.11/12/13/14. Igrejas de San Roque e de Santa Teresa, capela de Candonga e Posta de Sinsacate. Fontes: **Figs. 4.11/12/13** Lascano, 1986; **Fig. 4.14** Acervo Posta de Sinsacate.

acontecimentos históricos destacados (caso da nogueira de Saldán, ver p. 87).

Do ponto de vista histórico e tipológico, a maioria do patrimônio cordovês, tombado entre 1938 e 1946, é uma amostra dos acontecimentos, personagens e tipologias arquitetônicas valorizados pela Comissão, por exemplo, a Independência Nacional, San Martín, os *cabildos* e as moradias coloniais.

Mas, importa destacar a valorização em Córdoba, por parte da Comissão, de dois exemplos alheios aos interesses esperáveis de historiadores formados pela escola liberal, mas compreensíveis no contexto do nacionalismo já explanado, como foram o caso do tombamento das ruínas indígenas de Cuchi Corral – *"antiguo asiento de una tribu de indios cuyo cacique se menciona en documentos de la época, que fue muy frecuentado por los conquistadores del siglo XVI y misioneros jesuitas"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 8, 1945, p.17) – , e do tombamento da casa onde nasceu Leopoldo Lugones, escritor e jornalista argentino, morto em 1938. No primeiro exemplo, cabe lembrar o que foi exposto no Capítulo 1 em relação à notoriedade que os sítios arqueológicos despertaram no começo do século (ver p. 30). Em relação à propriedade de Lugones, deve-se destacar que este foi um importante defensor dos valores nacionais e autor de obras como *"Piedras Liminares"* e *"Imperio Jesuítico"* nas quais externou conceitos vinculados à valorização do patrimônio argentino.

Ganharam também relevo nessa província os tombamentos vinculados à ação dos padres jesuítas, sendo tombados nove bens relacionados à ordem, dentre eles as estâncias que serviam de suporte econômico às atividades dos padres, e o Colégio de Monserrat, instituição na qual foram educados numerosos personagens associados aos diversos tombamentos realizados em nível nacional e até o próprio Ramón J. Cárcano.

Dos 18 Monumentos tombados em Córdoba entre 1938 e 1946, apenas quatro sofreram intervenções que a Comissão destacou nos boletins publicados durante a gestão de Levene[90]: a Igreja e Residência da Companhia de Jesus, a Posta de Sinsacate, a estância de Jesús María e a capela Obispo Mercadillo.

As restaurações dos três últimos prédios podem ter estado vinculadas ao papel que os mesmos cumpriam no contexto de incentivo ao turismo que existiu no período. Além da valorização de suas características estéticas e históricas salientadas pela CN.

Com relação aos trabalhos realizados no Conjunto da Igreja e da Residência a CN considerou principalmente a valorização das características estéticas e históricas. Analisando-

[90] Outros trabalhos propostos para Córdoba, como os vinculados à conservação da Capela de Candonga ou à pintura das fachadas da Catedral, alcançaram relevo a partir do Boletim n. 11 de 1949, quando Onetto ainda pertencia à CN, mas Levene e Buschiazzo já haviam renunciado.

se as justificativas para o pedido de intervenção no Conjunto, lê-se que *"A iniciativa del ministro de justicia e instrucción pública Dr. Guillermo Rothe el arquitecto Mario Buschiazzo preparó un vasto plan de trabajos urgentes en el monumento histórico y artístico de la iglesia de la Compañía de Jesús"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 4, 1941, p. 24). Mas embora se tenha feito menção ao valor histórico do monumento, em relação a este atributo apenas se menciona o fato de pertencer o Conjunto à ordem dos jesuítas. Já os valores artísticos e arquitetônicos foram salientados em diversos textos elaborados pelos arquitetos responsáveis pelo trabalho de restauração.

A Comissão definiu o Conjunto como *"edificio viviente de positivo valor artístico y de fisonomía singular"* e teve como objetivo devolvê-lo ao seu "estado original", questão que implicava a definição desse estado e as ações necessárias para consegui-lo.

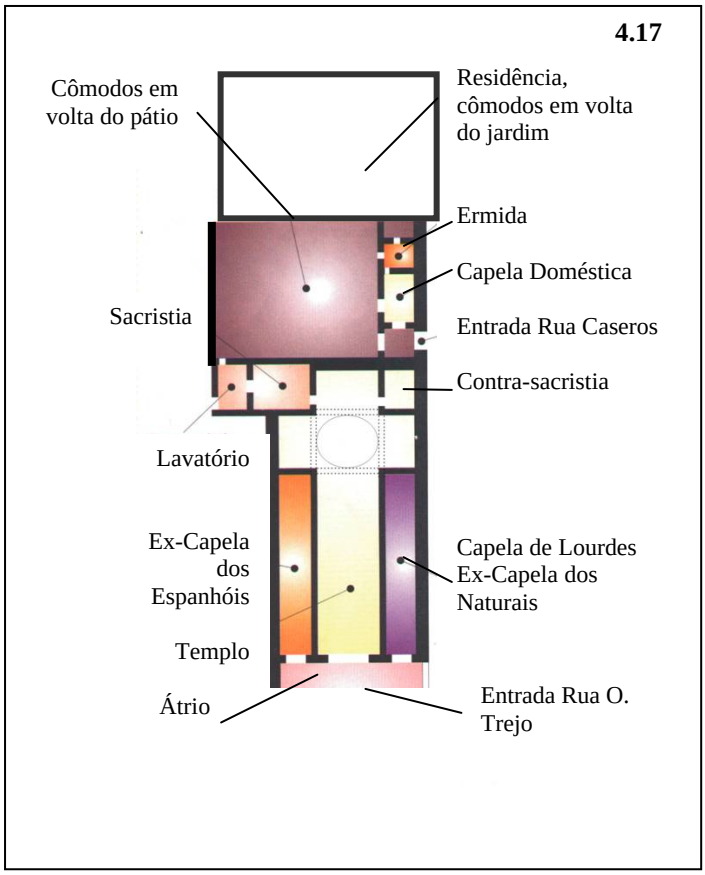
A foto superior (**Fig. 4.15**) permite observar o Quarteirão Jesuítico (quadro branco) na região central da cidade de Córdoba. No setor norte do mesmo se encontra a Igreja da Companhia de Jesus e a Residência dos Padres (quadro preto), grupo no qual a CNMMyLH dirigida por Levene interveio na década de 1940. Fonte: Gómez, 2003.

4.2 Características do Conjunto da Igreja da Companhia de Jesus e da Residência dos Padres em Córdoba

Para entender a intervenção da CNMMyLH no Conjunto da Igreja da Companhia de Jesus e da Residência dos Padres em Córdoba fez-se necessária uma análise não apenas dos documentos vinculados diretamente à obra, realizada entre 1941 e 1949, o que nos permitiria compreender o histórico da mesma e também o ambiente que rodeou os trabalhos, mas também das características da construção original, anterior à expulsão dos padres jesuítas em 1763 dos territórios espanhóis, e das modificações que sofreu o conjunto até o começo de século XX. Foi sobre essas características e intervenções que a CN realizou um juízo de valor sobre *que* e *como* restaurar.

A *Iglesia de la Compañía de Jesús* e a *Residencia de los Padres* em Córdoba localizam-se no setor norte de um grupo maior conhecido como *Manzana Jesuítica*, ou Quarteirão Jesuítico, que inclui as salas de aula da Universidade e o Colégio de Monserrat.

A **Fig. 4.16** de 2004, mostra o setor norte do Quarteirão Jesuítico, em primeiro plano a residência com os cômodos em volta do jardim, e outros em volta do pátio. No fundo a Igreja da Companhia. Fonte: Nuevo plan..., 2007.



O Conjunto da Igreja e da Residência aloja cômodos de diversas épocas que se localizam em volta de um pátio e de um jardim.

Alguns dos que se encontram em volta do pátio, destacam-se por suas valiosas características históricas e estéticas: sacristia, contra-sacristia, capela doméstica, ermida. Já os localizados em volta do jardim correspondiam, no começo da década de 1940, a locais destinados a dependências de serviços.

Fig. 4.17. Distribuição dos principais cômodos e setores do Conjunto Jesuíta da Igreja da Companhia de Jesus e da Residência dos Padres em Córdoba. Fonte: Gómez, 2003.

Segundo Kronfuss (ver p. 31), a construção da igreja e de suas capelas laterais, localizadas nos espaços limitados entre os braços e a linha de fachada, teria começado por volta de 1650, só com as medidas principais e sem projeto, o que explicaria a falta de contrafortes nos muros, necessários se os padres estivessem planejando cobrir a igreja com uma estrutura pesada.

No entanto, para Carlos Onetto, arquiteto responsável pela intervenção da CN, os próprios padres desenharam o projeto e

> por rudimentarios que fueran sus conocimientos de arquitectura no puede dudarse que sabían perfectamente que una bóveda de albañilería produce empujes que tienden a volcar los muros que lo sostienen y que hacer un cañón corrido y cúpula de crucero de 10,42 metros de diámetro era una cosa poco menos que impracticable (ONETTO, 1942-1943, p. 34).

Situação pela qual, considerava o arquiteto, *“ podemos asegurar* [...] *que desde el principio se pensó en una cubierta liviana”* (ONETTO, 1942-1943, p. 34).

O impressionante telhado desenvolvido para cobrir a Igreja da Companhia destaca-se por ser o único do seu tipo ainda existente na Antiga Província Jesuítica de Tucumán, à qual pertencia Córdoba. Esta cobertura consiste em uma abóbada de berço e uma cúpula semi-esférica, sendo a estrutura constituída em sua totalidade por ripas de madeira.

O projeto da cobertura foi realizado pelo jesuíta Phillipe Lemaire, que havia trabalhado em estaleiros no Brasil antes de chegar à Argentina, fato pelo qual o desenho é interpretado por muitos como o casco de madeira de um navio invertido. Mas estudiosos, como Carlos Page, consideram que Lemaire tenha se baseado nos dez livros *Nouvelles inventions pour bien bâtir et à petits frais* de Philibert de l' Orme, que o religioso pediu lhe trouxessem da Europa, material no qual se explicava como realizar grandes estruturas com pequenos pedaços de madeira.

O telhado da Companhia deslumbrou os estudiosos da primeira metade de século XX incluindo Carlos Onetto, que apresentou um estudo sobre ele na Revista Tecné[91].

O arquiteto descrevia nesse texto a abóbada como formada por uma sucessão de arcos distantes 95 centímetros entre si, os quais estavam construídos com segmentos, cada um deles composto por duas ripas de madeira. Os arcos eram sustentados por tábuas que formavam uma estrutura de duas águas, com 29 arcos na nave principal, seis no altar-mor e 12 nos braços da planta em forma de cruz. No interior, os espaços existentes entre os arcos foram cobertos por pranchas de cedro finas, cravadas com pregos forjados e decoradas com pinturas.

Já a cúpula era formada por 30 nervuras apoiadas sobre a base de um hexa-decágono sustentado por quatro grandes arcos de tijolos, sendo que triângulos esféricos serviam de transição para os esforços.

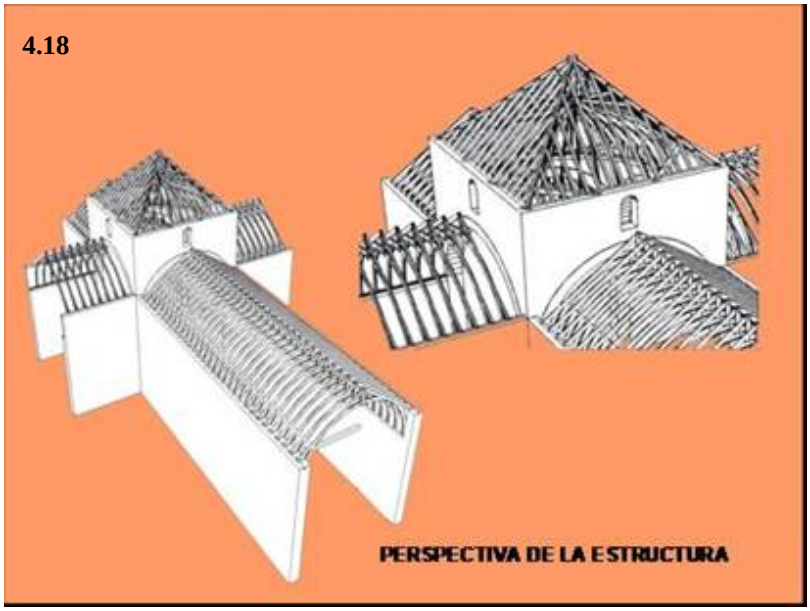
Os triângulos e a cúpula também eram de madeira, e a cobertura externa da igreja consistia em um telhado, de duas águas sobre a abóbada, e uma torre piramidal sobre a cúpula, ambos cobertos com telha espanhola e tijolo.

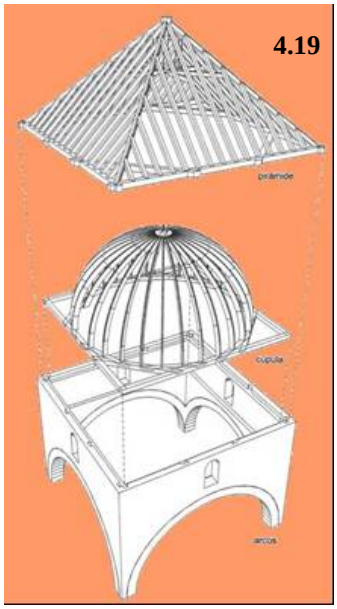
As madeiras existentes na região de Córdoba caracterizavam-se por ser muito duras, como, por exemplo, o *quebracho* e o *algarrobo*, e, como não existia nem ferramentas nem mão-de-obra especializada para trabalhá-las, considera-se que o material, junto com artesãos guaranis, tenham sido trazidos das missões para realizar o serviço[92].

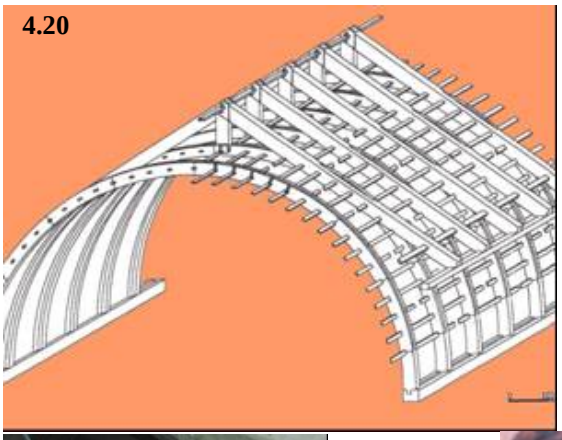
---

[91] Bóveda y cúpula de la Iglesia de la Compañía de Jesús en Córdoba. Revista Tecné, Buenos Aires, n. 2 de 1942-43.

[92] Em relação ao telhado da igreja, uma pesquisa elaborada pelo engenheiro José Luis Gómez, professor da FAU UNC, patologista responsável pelas construções históricas da UNC identificou na confecção da cobertura principal o uso de madeira de *cedro*, *guatambú* e *algarrobo*, tendo as duas primeiras sua área de dispersão natural na Região Paranaense (floresta Misionera, distante de Córdoba) e o terceiro na Região Chaqueña (que inclui Córdoba). Depois de verificar as três estruturas que compõem o telhado da igreja principal (abóbada,

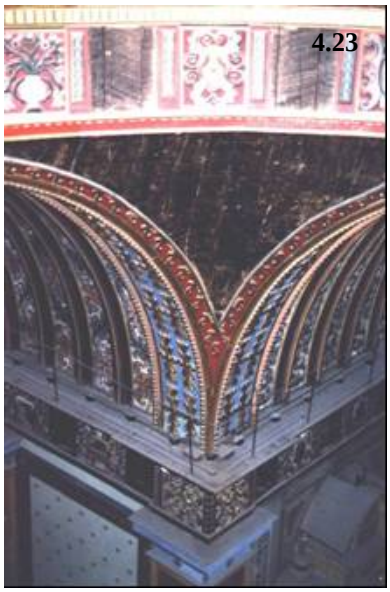


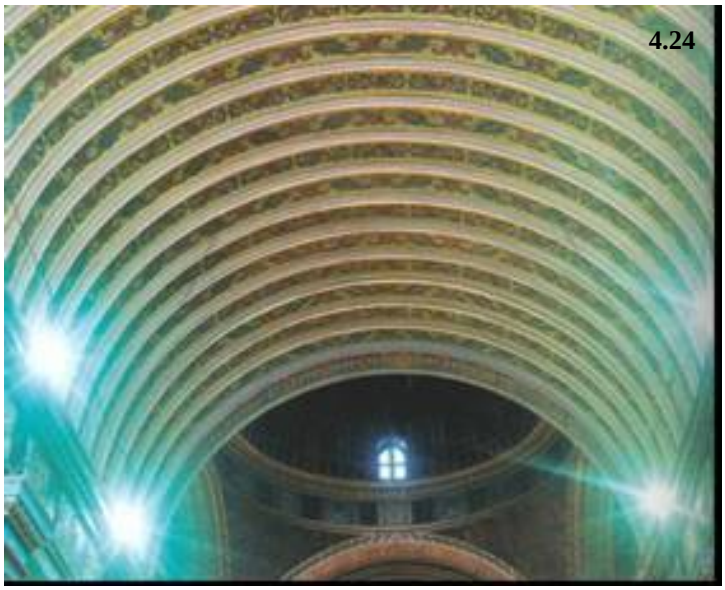




Pode se advertir nas **Figs. 4.18/19/20/21/22** a estrutura de madeira do telhado da igreja do templo da Companhia de Jesus em Córdoba, o qual está formado por uma sucessão de arcos que são suportados por caibros tangenciais que formam a inclinação da cobertura. A cúpula também está formada por arcos e por uma pirâmide de madeira.
Os arcos são feitos de pequenas ripas de madeira, e se unem com tábuas fixadas com esse mesmo material. Fonte: Gómez, 2003.

cúpula e pirâmide) e as paredes que as sustentam, a pesquisa de Gómez conclui que a obra da Igreja da Companhia de Jesus foi projetada com um conhecimento cabal do sistema estrutural utilizado, já que não existiu um superdimensionamento das peças, as quais funcionam corretamente diante dos esforços analisados. O capricho na confecção desse telhado demonstra preocupação com o desenho (Gómez, 2003).





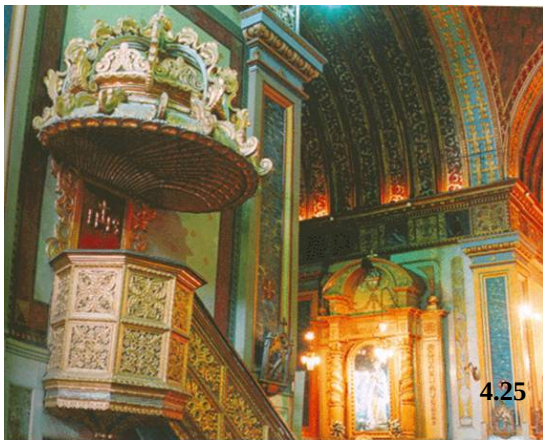
O espaço entre os arcos está preenchido com pranchas de cedro decoradas com pinturas, o que acontece também no tambor da cúpula, **Figs. 4.23/24**. Fonte: Gómez, 2003.

O teto da igreja foi decorado com pinturas[93] realizadas sobre as chapas de cedro pregadas à estrutura. A decoração permite perceber a estrutura de arcos e placas de madeira, sendo os primeiros dourados e os segundos decorados com folhas de acanto pintadas. O motivo do acanto aparece também talhado em madeira no último arco, no encontro da abóbada com os triângulos esféricos que servem de base à cúpula. Tanto esses triângulos quanto a cúpula foram pintados em sua origem, porém, depois de um incêndio em 1961, as pinturas desses setores, que representavam os evangelistas e uma composição da vida da Virgem Maria, perderam-se.

Um outro motivo decorativo que vale a pena destacar é o friso perimetral que coroa todo o interior da igreja, formado por tríglifos e métopas, alternando talhas de madeira e símbolos com pinturas de santos e patriarcas jesuítas. Os historiadores localizam a confecção das pinturas desse friso no final do século XVII e começo do XVIII, considerando que os artistas que intervieram nelas possuíam diversas origens: guaranis, limenhos, italianos, espanhóis.

---

[93] Escrevia Johannes Kronfuss que para pintar fazia-se um líquido de cola (gelatina de ossos) ao qual agregava-se cal. Essa mistura era alisada sobre a superfície de madeira que ficava pronta para ser decorada (KRONFUSS, 1998, p. 80). Uma das tintas utilizadas na pintura do teto, possivelmente tenha sido a cochonila, pigmento extraído de insetos, que segundo o padre Furlong *"no solo es grana, pero aun carmesí y hay infinita y es cosa muy rica"* (FURLONG, 1978, p. 81). Para Kronfuss, *"sobre el fondo [...] pusieron los colores puros pintando los contornos ligeramente […] podían sacar de las plantas, raíces, maderas y flores, tal diversidad de colores"* (KRONFUSS, 1998, p. 82).



Nas **Figs. 4.25/26** aparecem detalhes das decorações do teto: na primeira os arcos aparecem destacados, e na segunda observa-se o friso perimetral com quadros intercalados com outras decorações. Fonte: M. S. Uribarren, 2006.

A descrição feita pelo missionário Nicolás del Techo, sobre a feição interna que tinha a igreja em 1674 é importante para compreender a imagen que posteriormente quis restabelecer a CN na sua intervenção: *"toda la iglesia, excepto las columnas que parecían de mármol o jaspe, quedó cubierta de elegantes pinturas [...] La bóveda cubierta de oro y colores, recrea la vista; el altar es de madera dorada con delicadas tallas"* (Del Techo apud Page, 1999, p. 53).

O aspecto do templo sofreu modificações no transcurso do tempo, sendo as mais importantes derivadas tanto da deterioração e da mudança de função da igreja e de suas capelas laterais quanto da distribuição ou venda dos bens que se encontravam nelas como conseqüência da expulsão dos padres jesuítas dos territórios espanhóis em 1767[94].

A partir da saída dos jesuítas, houve uma pilhagem dos pertences da ordem e a igreja ficou praticamente em ruínas. O viajante Herman Burmeister observava em relação ao templo, em 1859, que *"sus paredes internas carecían completamente de decoración"* (PAGE, 1999, p. 155), já que os ornatos litúrgicos e outras peças como os panos de veludo, os quadros e os quatro retábulos menores que a decoravam sofreram destinos variados, sendo no melhor dos casos direcionados para outras igrejas da província, quando não captados por particulares ou funcionários da Coroa.

Podem se nomear, entre as peças re-locadas para outros templos, a impressionante porta-cancela que hoje se encontra na Catedral, a frente do altar de prata destinada ao Convento de Santo Domingo e o sacrário talhado enviado à igreja de Tulumba.

---

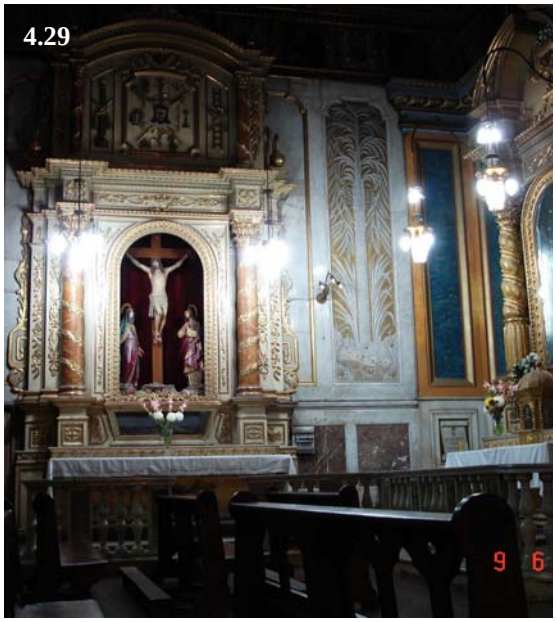
[94] A história da expulsão dos padres jesuítas de Córdoba, decretada pelo rei espanhol Carlos III para todos seus territórios, e a distribuição e venda de seus bens é descrita por Carlos Page no livro ***La manzana jesuítica de la ciudad de Córdoba***, Córdoba: Eudecor, 1999, p. 151-155.

A **Fig. 4.27** é a foto da porta-cancela que pertencia à igreja dos jesuítas e que foi transladada por motivo da expulsão dos padres à igreja Catedral de Córdoba. O projeto de Mario Buschiazzo propunha a criação de um fac-símile da mesma para trocar a colocada na igreja dos jesuítas, a qual segundo o arquiteto era "realmente horrenda". Já a **Fig. 4.28** apresenta o sacrário dos jesuítas que foi levado à igreja de Tulumba. Era intuito do arquiteto adstrito também realizar uma cópia desse original para colocá-lo no templo. Finalmente nenhuma das duas substituições foi concretizada. Fonte: **Fig. 4.27** M. S. Uribarren, 2005; **Fig. 4.28** Lascano, 1986.

Em 1860, depois do regresso dos padres jesuítas à Argentina, começou-se a obra de reparação do templo e em 1871 procedeu-se a caiar o interior da igreja e da sacristia.

Já na década de 1880, realizou-se uma série de obras que modificaram novamente sua aparência interior. Em 1882, terminou-se de construir um novo altar e uma frente de madeira dourada para o mesmo, feita pelo espanhol Antonio Font. Este artesão recebeu ainda dos padres jesuítas, em 1888, a encomenda de dourar a abóbada e pintar as paredes já que *"debido al abandono en que estuvo mucho tiempo, su belleza estaba desustada y oscurecida"* (JORNAL *EL PORVENIR* apud PAGE, 1999, p. 156). Em junho de 1889 já estavam concluídos os trabalhos de douração da cúpula e da abóbada, assim como as restaurações de numerosos quadros, trabalho em que colaborou o artista Genaro Pérez.

No final do século XIX existiu uma verdadeira euforia pelo uso do mármore (real ou imitado) que passou a cobrir as escadas, rodapés, colunas e tudo quanto era possível em um edifício. Na igreja foram feitos com esse material o comungatório (que suplantou o original de madeira pintada de vermelho, azul e dourado), os embasamentos, os retábulos laterais e quadros com legendas lapidadas, sendo que as paredes foram cobertas por relevos, ornatos e pinturas que imitavam mármore ou tecidos de veludo. Foi essa decoração a que Mario Buschiazzo propôs substituir, na década de 1940, por pedra-sabão e simples pintura branca.



Nas **Figs. 4.29/30/31/32**, podem-se enxergar os revestimentos de mármore realizados no conjunto jesuítico no século XIX. As duas primeiras imagens mostram o setor dos retábulos laterais e do comungatório e nas duas últimas a profusão desse material na capela de Lourdes. Fonte: M. S. Uribarren, 2005.

Em relação às capelas laterais, depois da expulsão, estas passaram a ser usadas como escolas e, posteriormente, começou a desmontagem dos telhados, com o objetivo de utilizar essas madeiras para as modificações iniciadas no *cabildo* da cidade em 1819 (PAGE, 1999, p.152).

Em 1843, decidiu-se que a chamada Capilla de los Españoles fosse ocupada como sala de cerimônias ou Salón de Grados da Universidade, sendo a base da torre sul destinada como dependência de serviço da Universidade.

A outra capela, De los Naturales, chegou a finais do século XIX praticamente destruída e foi reconstruída nas décadas de 1870 e 1880 passando a se chamar *Capilla de Lourdes*. Da capela original não restou nada, e o trabalho foi financiado pela prefeitura e por doações privadas. A característica principal dessa intervenção foi a construção de um volume

de altura dupla, com um telhado de uma água, sendo as paredes interiores revestidas com mármore até o começo da abóbada. O volume da capela foi rebocado externamente e apresentou diversas janelas retangulares.

Em relação à parte externa da igreja, pelo fato de não estar rebocado no seu exterior, o conjunto da Igreja e Residência transforma-se em uma verdadeira aula sobre as técnicas de construção colonial, podendo-se observar as utilizadas em sua confecção: seixos rolados, pedra rústica sem talhar, mistura de pedra e tijolo (técnica denominada de *verdugos*[95]), materiais que foram ligados com cal[96].

Ocorreram várias intervenções e inumeráveis discussões relacionadas ao exterior do conjunto. Já no século XVIII, modificou-se o coroamento da torre sul, que havia sido atingido por um raio, e foi substituído por outro, barroco, que, em 1913, serviu de modelo para refazer o coroamento norte, mesmo sendo este original e estando em bom estado.

Houve também uma discussão sobre a conveniência de terminar a fachada da igreja, que sempre foi considerada inconclusa. Essa discussão alcançou seu apogeu por volta de 1914, na comemoração do restabelecimento dos jesuítas à igreja católica.

"Compostura y renovación de la desnuda y antiestética fachada, con sujeción a un estudio armónico" (PAGE, 1999, p. 157) era o que a sociedade queria conseguir com uma possível intervenção. Surgiram diversas opiniões, tanto em defesa da demolição e da construção de uma nova fachada, quanto em oposição à reconstrução. Entre as opiniões interessantes encontra-se a do artista plástico Emilio Caraffa[97] que expressava: *"cuanto más tiempo pase, más valdrá el aspecto de este severo muro fachada y si es cambiada por un proyecto nuevo, habrá que esperar vários siglos para que tenga el valor que ahora tiene ésta"* (CARAFFA, 1913), denotando uma sensibilidade e valorização da autenticidade, não comuns para a época.

É interessante considerar a postura do doutor Ramón J. Cárcano, governador da província e futuro membro da CNMMyLH, de que: *"la obra de arte es el patrimônio de un hombre o de una época. Si queda inconclusa no puede terminarla otro hombre en otra época. Falta la misma idea, la misma inspiración, el mismo ambiente externo, el mismo momento interior […]"*. Mas, embora Cárcano pareça estar em sintonia com a postura de Caraffa, conclui: *"no hay otro médio […] que copiar o interpretar las obras de la época"* (CÁRCANO apud PAGE, 1999, p. 157).

---

[95] Johannes Kronfuss descreve esta fábrica *como "construcción mixta de piedra bola y ladrillo poniendo tres hiladas [de ladrillo] por cada cincuenta centímetros de piedra"* (KRONFUSS, 1998, p. 64, grifo nosso).
[96] A técnica conhecida como *calicanto* consiste em pedra e cal misturados com pedaços de granito rosado.
[97] Emilio Caraffa, 1863-1939, pintor argentino.

A gravura superior (**Fig. 4.33**), feita por Pallière aproximadamente em 1864, permite observar a feição das cúpulas da igreja dos jesuítas em Córdoba. Observe-se a disparidade dos coroamentos das torres: o esquerdo (sul) com a terminação barroca realizada no século XVIII para substituir o destruído por um raio e o direito (norte) ainda da primeira construção do século XVII. Fonte: <acceder.gov.ar>.

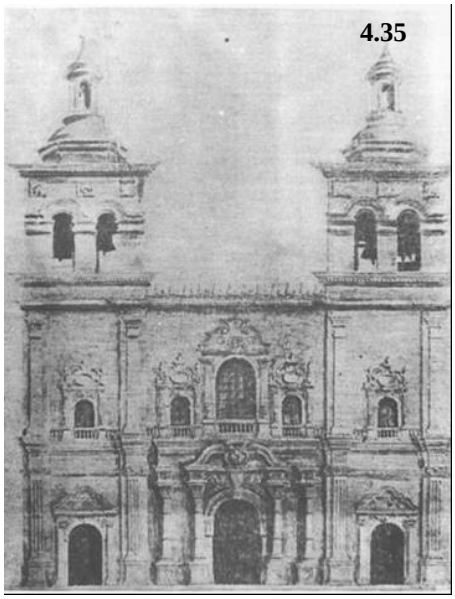
Na fotografia da década de 1930 (**Fig. 4.34**) podem se perceber as torres da Igreja da Companhia de Jesus, em Córdoba, que a CNMMyLH modificou. O coroamento da direita (norte) foi copiado do sul e substituiu o original no começo do século XX. Fonte: Lascano, 1986.

No decorrer das discussões prevaleceu a idéia de refazer a fachada, realizando-se uma encomenda de projeto a Kronfuss, mas esta não progrediu, possivelmente por uma convicção pessoal do arquiteto, que expressava no seu livro, *Arquitectura Colonial en la Argentina*,

> Voy a tocar un punto que desde hace cuatro años ha conmovido la opinión pública de Córdoba: el adorno exterior de la iglesia [...] Por carencia de materiales, caminos de comunicación para carros pesados y ausencia de profesionales y artistas, los constructores no pensaron jamás en decorar la fachada […] Así que no hay que buscar agregado alguno que no hubieren pensado a su tiempo para completarlo después (KRONFUSS, 1998, p. 82-83).

Finalmente, uma comissão examinou e aprovou o projeto do artista plástico Guido Buffo, que planejava utilizar elementos copiados das igrejas das missões e da estância de Santa Catalina, em Córdoba, para aplicá-los à fachada da Igreja da Companhia. Vale destacar que este tipo de procedimento, também solicitado por Cárcano, o qual postulava estudar obras

históricas para realizar completamentos em prédios incompletos ou deteriorados foi salientado por Viollet-le-Duc e caracterizou um período importante de intervenções mundiais.



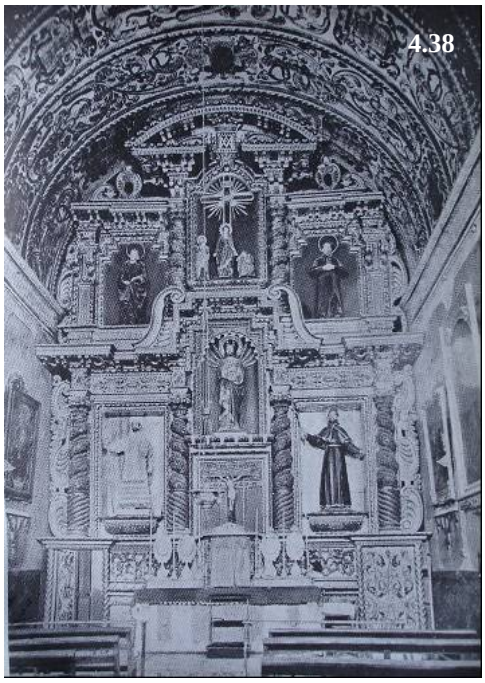
Observa-se, na **Fig. 4.35**, o projeto proposto por Guido Buffo na década de 1910 para completar a fachada da Igreja da Companhia em Córdoba. O esboço tinha sido realizado tendo como modelo elementos da arquitetura jesuítica de Santa Catalina e das missões. Notem-se os coroamentos das torres, muito parecidos com os que a igreja contava antes da intervenção da CN. Fonte: Page, 1990.

Contudo, ainda que se tivessem arrecadado donativos, estes foram suficientes apenas para demolir a cobertura da torre norte original, e refazê-la com as linhas barrocas copiadas da outra torre, para modificar os arcos das janelas e para rebocar um pedaço da fachada. No final, o projeto foi paralisado por falta de verba.

Em relação à residência sobre a qual interveio a CN na década de 1940, esta compreende várias construções de diferentes épocas. Entre elas a *Capilla Doméstica* (século XVII), a denominada ermida (chamou-se assim por ter sido considerada durante muito tempo como a construção de 1586 que albergou uma pequena capela dedicada aos mártires Tibúrcio e Valeriano), diversas habitações (como dormitórios e enfermaria) distribuídas ao redor de um pátio, e outros cômodos (tais como refeitório, cozinha e dependências de serviço) que rodeavam um jardim.

Alguns desses cômodos foram construídos, possivelmente, no começo do século XVIII pelo jesuíta Juan Krauss, mas o edifício da residência contava na época da intervenção da CN de outras divisões e locais modernos construídos para permitir novas funções, enquistados entre os cômodos coloniais. Entre eles os banheiros que ocupavam parte do jardim, diversos tabiques destinados a formar novos quartos e uma biblioteca de teto plano, localizada em cima da contra-sacristia.

Destaca-se nas **Figs. 4.36/37** o teto da Capela Doméstica com uma estrutura similar ao da cobertura da Igreja principal mas com os espaços entre os arcos preenchidos com uma estrutura de bambus amarrados com pedaços de couro. Na **Fig. 4.37** aparece um espaço onde os bambus apodreceram. Fonte: M. S. Uribarren, 2005.



A **Fig. 4.38** e a **Fig. 4.39** mostram o estado da Capela Doméstica antes da intervenção da CNMMyLH. Podem-se observar as paredes decoradas com molduras e barrados, os fios e interruptores elétricos colocados diretamente sobre o retábulo de madeira e o chão de pinho-de-riga. Fonte: Lascano, 1986.

Dos cômodos destacados, a Capela Doméstica caracteriza-se pela requintada técnica utilizada na confecção de seu telhado e pelas delicadas pinturas feitas no forro. A estrutura compõe-se de bambus amarrados com tiras de couro que dão forma à abóbada. Esta estrutura está apoiada em outros bambus transversais, com forma de arcos, os quais estão atados com tiras de couro a caibros de madeira que se ligam a arcos formados por ripas do mesmo

material. Sobre os arcos existem duas vigas tangenciais que formam a inclinação do teto de duas águas. Sobre a sucessão de arcos e tábuas tangenciais existe um tablado de *algarrobo*, sobre o qual se apóiam três camadas de telhas planas. O forro da capela[98] é profusamente decorado com lendas e imagens relacionadas à Virgem Maria.

As características que podem ter-se em conta em relação à situação em que se encontrava a *Capilla Doméstica* antes da intervenção da CN são as observadas a partir de um levantamento fotográfico realizado por Antonio Lascano González, no qual pinturas decorativas nas paredes, o chão de tabuas de madeira e elementos da instalação elétrica colocados diretamente sobre o retábulo podem ser notados.

Destaca-se na **Fig.4.40** a ermida antes da intervenção de Onetto, observam-se as paredes decoradas com barrados e molduras pintadas, as pinturas do retábulo e o chão de tijolos de diferentes tamanhos. Também se aprecia, detrás da imagem do Cristo (**Fig.4.41**), as paredes da residência pintadas imitando mármore. Fonte: **Fig.4.40** Arquivo Familia Onetto, [194-]; **Fig.4.41** Lascano, 1986.

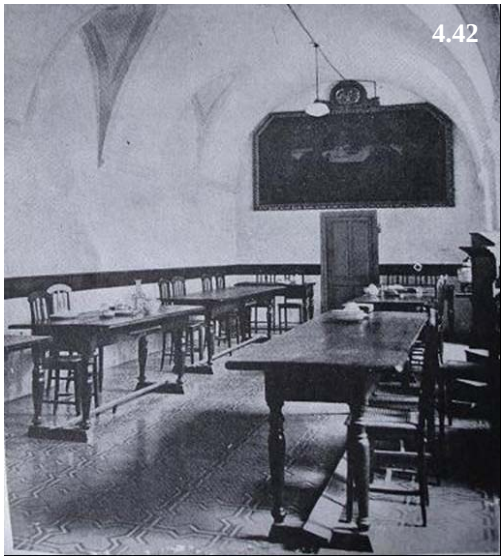
Outro cômodo da residência, a ermida, que ainda hoje possui um notável retábulo, estava dividida em duas partes por uma parede no momento da intervenção da CN. Entendia

[98] Até o começo do século XXI, acreditou-se que o forro da capela fosse de couro, mas nos trabalhos desenvolvidos pelos técnicos da Agência Córdoba Ciência, a partir de 2004, passou-se a cogitar a idéia de que os jesuítas usaram um estuque especial.

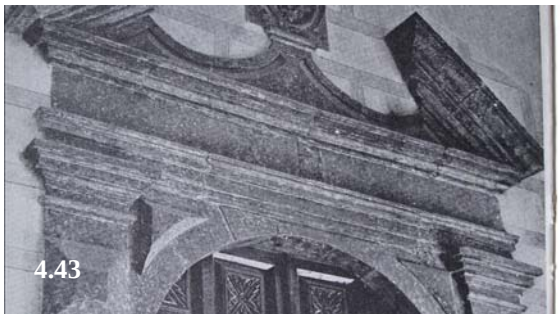
Buschiazzo que essa parede tinha sido levantada para dar suporte à abóbada que teria cedido ao *"abrirse, en tiempos pasados, una puerta de comunicación con el claustro"*.

Em cima da ermida encontra-se um cômodo com um notável telhado de madeira de duas águas, o qual foi denominado como "sala de passar roupa" na ocasião do levantamento que Onetto fez do conjunto em 1941. As paredes da ermida estavam pintadas com diferentes motivos e barrados e o mesmo acontecia com o retábulo. O chão do cômodo apresentava uma mistura de ladrilhos coloniais com tijolos pequenos.

Em relação aos outros locais da residência destacavam-se a diversidade dos pisos (de madeira, de ladrilho hidráulico, de tijolos de diferentes tamanhos e formas) e a profusão da decoração em paredes (decorações florais, imitação de mármore, imitação de pedra lavrada).



Figs. 4.42 e **4.43,** alguns detalhes dos cômodos da residência como se encontravam antes do trabalho da CN. À esquerda o refeitório com chão de ladrilho, e a direita a portada da Capela Doméstica com a parede do fundo pintada imitando pedra lavrada. Fonte: Lascano, 1986.



4.3 A intervenção da CNMMyLH no Conjunto

4.3.1 Os projetos da CNMMyLH para a restauração

À uma viagem realizada por Buschiazzo em 1939 à província de Córdoba, que derivou em informes delatores do estado precário dos prédios históricos, seguiu uma resolução com data de 24 de dezembro de 1940, na qual o presidente Castillo através do ministro de justiça e instrução pública, Guillermo Rothe determinava: *"Declarase de utilidad pública el templo y colegio de la compañía de Jesús en Córdoba que pasa a depender de la CNMMyLH, dado la índole de monumento nacional que adquiere el templo citado"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 3, 1940, p. 449).

O Ministro encomendou um projeto para a intervenção no Conjunto o qual foi elaborado pelo arquiteto adstrito e por ele publicado no Boletim n. 3 da Comissão. Também executaram-se levantamentos, finalizados em 1941, dos quais surgiu um esboço ampliando as tarefas estabelecidas na proposta inicial. Depois, novas modificações foram registradas: em uma apresentação da DGA, órgão executor dos trabalhos, publicada na *Revista de Arquitectura* de janeiro de 1942 (SALÓN NACIONAL..., 1942), e em um trabalho posterior, que se acredita ter sido elaborado no máximo em 1949[99] (PROYECTO de intervención ..., 1941).

No projeto original[100] apresentado por Buschiazzo (Ver anexo C), podemos verificar que a ação da CN concentrou-se não apenas na eliminação das notáveis intervenções sofridas pelo Conjunto Jesuítico cordovês depois da expulsão dos padres, como também nas intervenções necessárias para sanar questões graves vinculadas à falta de manutenção.

Diversas ações e obras foram definidas a fim de fazer o possível para que o mesmo *"vuelva a adquirir la belleza que debió tener en tiempos coloniales"*, sendo que o principal objetivo da intervenção parece estar diretamente vinculado à restituição do aspecto que a

---

[99] Localizaram-se durante a pesquisa, no arquivo da DGA- Córdoba, além dos planos do projeto de 1941, mais dois planos, um da planta alta da residência sem data legível (194...) e outro da planta baixa sem data, ambos assinados por Onetto, nos quais aparece uma disposição dos quartos em volta do jardim e da biblioteca diferente da encontrada no projeto de 1941. Pelo fato de esses planos apresentarem a distribuição que mostram hoje os locais, por estarem assinados por Onetto, e por compreenderem cômodos e disposições mencionados em documentos de 1950, podemos acreditar que esses planos sejam os finalmente adotados para as obras dos cômodos do setor mais novo da residência (cômodos em volta do jardim), só podendo ter sido realizados previamente à renúncia de Onetto à CN em 1949.

[100] Não foi localizado o plano correspondente ao projeto de Buschiazzo publicado no Boletim 3 (p. 451-454), mas é possível localizar a maioria dos cômodos explicados pelo arquiteto adstrito com base no Plano do levantamento realizado por Onetto em 1941, cujos dados se encontram nas plantas 1 e 2 do "Anexo C" desta dissertação.

Comissão acreditava ter o Conjunto nesses tempos. Assim, usos, funções, feição, materiais e ornamentos tinham que enquadrar-se na visão da CN sobre a imagem original do Conjunto[101].

Em relação às funções, o projeto de Buschiazzo contemplou a reintegração da base da torre sul, em poder da Universidade, à igreja para facilitar o ingresso ao coro, e também propôs estabelecer um museu que guardasse a coleção de arte pertencente ao Padre Grenón[102]. Para alojar este museu, finalmente não concretizado, planejava-se demolir setores "modernos" comentando Buschiazzo a respeito que "*el museo podría hacerse de dos plantas ocupando el local ubicado sobre la Ermita, por cuanto es sumamente antiguo, con hermoso techo de tijera, y se presta admirablemente para dicho destino"* (ver Anexo C). O projeto considerava abrir uma passagem direta para a rua Caseros, no local onde se encontrava anteriormente uma porta, para facilitar o aceso ao museu.

Também foram solicitadas várias demolições, tais como a da parede que seccionava a ermida e de uma escada de mármore localizada em proximidades do lavatório.

O projeto de Buschiazzo também destacava o valor da parte externa do Conjunto:

> La fachada sobre calle Caseros ofrece un lamentable aspecto. Parte muestra su primitiva estructura, parte está revocada. Ventanas de todas las épocas y gustos se suceden a lo largo de la cuadra. Urge, pues, devolverle su valor, picando los revoques modernos, de modo que vuelva a lucir la mampostería primitiva de piedra bola, con "rafas" de ladrillo, como asimismo sustituir las ventanas modernas por otras en consonancia con el monumento (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 3, 1940, p. 451-454).

A valorização consistia em picar os rebocos, deixando à vista as paredes de pedra e tijolo, e em uniformizar portas e janelas, contemplando o projeto a construção de novas aberturas que seriam desenhadas, baseando-se em outras existentes.

Entre essas portas destacava Buschiazzo a substituição da porta cancela por um fac-símile da trasladada à catedral por motivo da expulsão dos jesuítas. Fac-símiles também foram propostos para substituir o sacrário levado a Tulumba e o comungatório de mármore.

O mármore, real ou imitado, seria retirado das paredes e substituído, nos lambris, por pedra-sabão. No caso do altar, que tinha sido pintado imitando esse material, Buschiazzo

---

[101] Cabe aqui lembrar que Buschiazzo pretendia revisar o método de pesquisa da história da arquitetura argentina, o que nos poderia fazer refletir que as imagens de como teria sido a *arquitetura primitiva* foram elaboradas em parte por ele, como conseqüência dos seus estudos sobre a matéria.

[102] Pedro Grenón, sacerdote jesuíta que foi membro da *Academia de Historia* de Córdoba e estudioso da arquitetura jesuítica dessa província.

propunha realizar *"un trabajo delicado de suave rasqueteo"* para recuperar seu aspecto primitivo.

Obras de pintura e remoção de pisos e revestimentos, supressão de elementos que não estivessem em "consonância" com o monumento, mimetização de outros para não destoar do aspecto antigo desejado para o templo, foram definidos por Buschiazzo, destacando-se o caiado total de todas as paredes, o qual levaria ao Conjunto, se considerarmos o que se explanou na página 125, não à imagem que teria em tempos coloniais, mas à feição que o mesmo adquiriu em um momento concreto do século XIX.

Para devolver o Conjunto à sua imagem primitiva, Buschiazzo considerava *"necesario suprimir infinidad de adornos y elementos litúrgicos de dudoso gusto"*. E para substituí-los propôs incorporar ao edifício peças coloniais provenientes de outras igrejas, como o altar da *Capilla del Niño Dios*, localizada na cidade, sobre o qual o arquiteto explicava que:

> Este altar fue construido por indios mocovíes, en 1720, bajo la dirección del Padre Florián Baucke, con destino a la iglesia de los jesuitas en Santa Fe. Como dicha capilla será demolida pronto, afectada por una nueva calle, sería fácil obtener de la curia el traslado de dicho altar al templo de la Compañía (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 3, 1940, p. 451-454).

No entanto, Buschiazzo previa os inconvenientes que podia trazer a realização de outras obras, como as da capela de Lourdes, destinadas a lhe devolver sua forma original: *"Su restitución al aspecto primitivo implica eliminar una gran cantidad de objetos donados en tiempos modernos por creyentes y cofradías, por lo cual es de esperar que se tropezaría con protestas e inconvenientes"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 3, 1940, p. 451-454).

O projeto também destacou, como se alertou a princípio, a importância de realizar trabalhos destinados à manutenção do prédio. Entre estes o conserto do reboco de locais que tinham fendas ou umidade, mas também a reparação dos telhados, já que

> […] la bóveda de madera presenta dos grandes manchas de humedad, que amenazan destruir las inapreciables pinturas que la decoran, [situación que demostraba] su estado de conservación deficiente, con gran peligro para su estabilidad; que en tales circunstancias corría el riesgo de desaparecer un monumento arquitectónico cuya destrucción importaría grave pérdida para el patrimonio artístico del país (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 3, 1940, p. 449, grifo nosso).

Também se requereu a urgente substituição do sistema elétrico, tarefa à qual foi destinado um terço do orçamento original para a obra: *"entre las precauciones adoptadas*

para la conservación del edificio de la iglesia tiene importancia las nuevas instalaciones eléctricas en reemplazo de las anteriores que constituían un grave peligro" (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 4, 1941, p. 24).

Buschiazzo explicava, em relação ao assunto, que *"es ésta la parte menos lucida pero más vital de las obras a emprenderse, pues el templo está expuesto a que en la primera oportunidad estalle un pavoroso incendio que lo destruya sin salvación posible"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 3, 1940, p. 451-454), e propunha a instalação de um sistema de iluminação difusa.

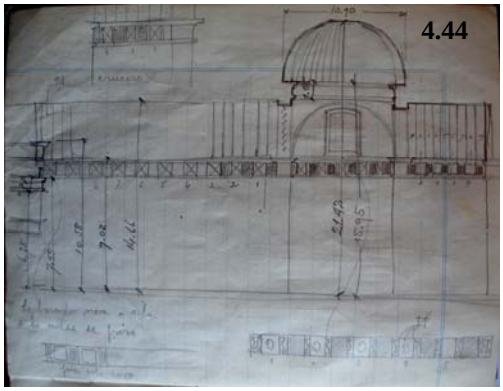
Da análise de documentos localizados nos arquivos da DGA de Córdoba e no de Carlos Onetto, pode detectar-se que o ano de 1941 foi destinado a realizar os levantamentos necessários para a elaboração de um projeto e um orçamento mais completo que o apresentado no *Boletín n. 3*.

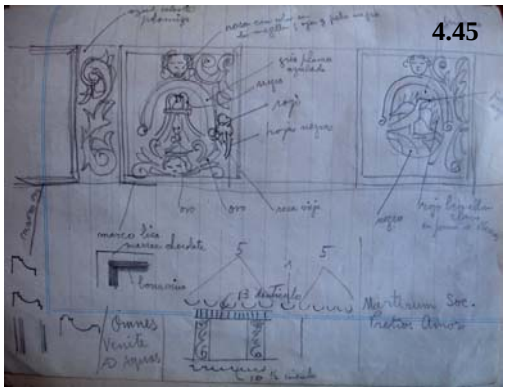
Esses trabalhos compreenderam croquis realizados por Carlos Onetto, que fez detalhados desenhos de cada cômodo, especificando dimensões, características materiais, problemas físicos e de manutenção. Esse levantamento foi complementado com a elaboração de documentação técnica: plantas de locais, fachadas, altares, balaustradas e cortes (PROYECTO de intervención..., 1941).

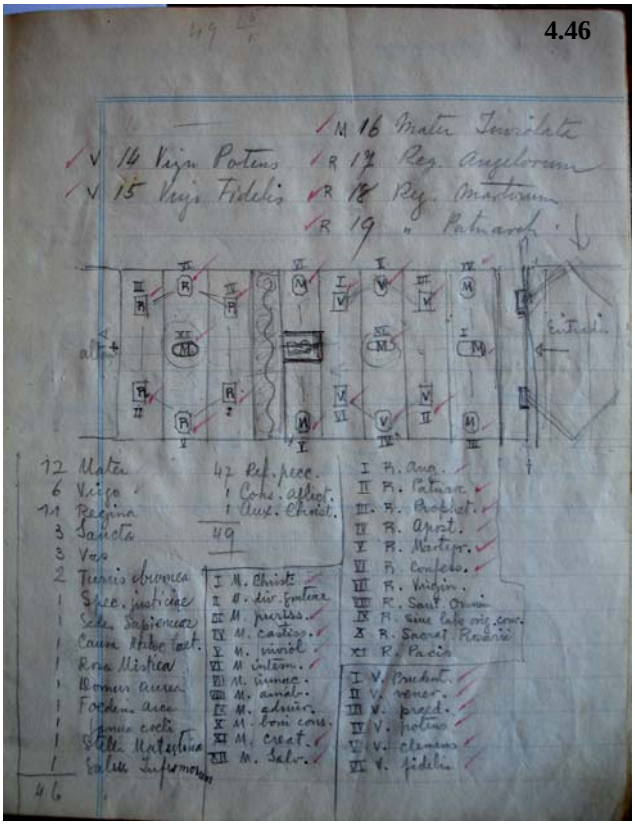
No projeto de 1941, localizado no arquivo da DGA (Ver Plantas 1, 2, 3 e 4 do Anexo C) os trabalhos propostos abrangiam a demolição de construções definidas como "modernas", tais como a capela de Lourdes, da biblioteca localizada em planta alta sobre a contra-sacristia, que seria substituída por uma localizada na planta baixa, dos banheiros que ocupavam parte do jardim e a substituição de várias portas interiores. O mesmo esboço propunha demolir todos os cômodos que formavam o setor mais novo da residência, na esquina das ruas Caseros e Vélez Sarsfield, os quais seriam substituídos por locais de serviço (sanitários e depósitos) e dormitórios.

Nesse projeto destacavam-se também desenhos de várias portas e lanternas exteriores, destinadas a substituir as existentes de diversos estilos. Entre as portas sobressaem as destinadas a substituir as exteriores da igreja que eram de metal.

No entanto, a reconstrução mais importante citada era a das torres, as quais deviam recuperar a forma que tinham no final do século XVII.





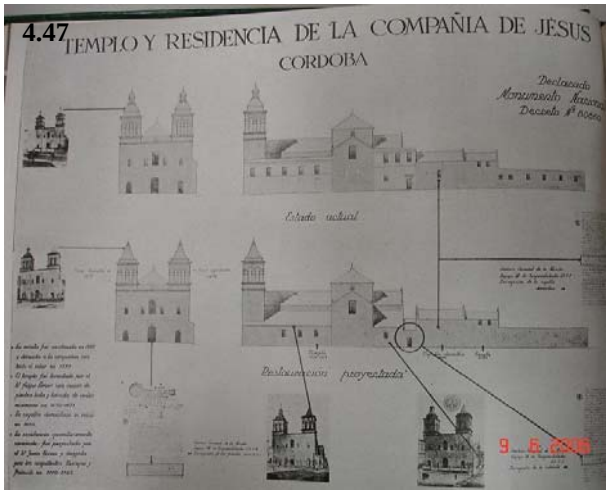


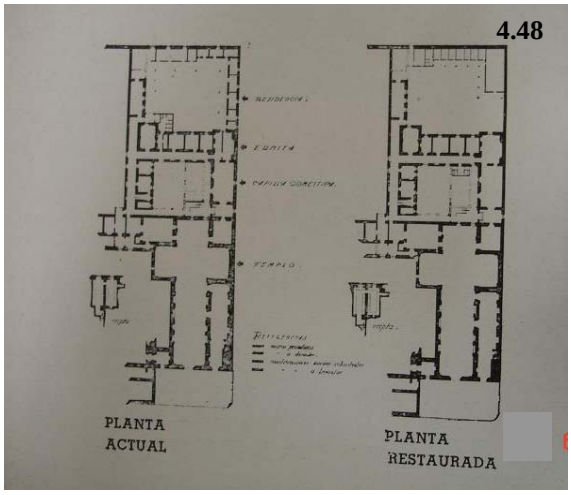
Figs. 4.44/45/46, levantamento realizado por Carlos Onetto sobre o Conjunto Jesuítico da Igreja da Companhia de Jesus e da Residência dos Padres, na Cidade de Córdoba. Observam-se nas imagens da esquerda os detalhes do registrado, como as cores dos quadros do friso perimetral da igreja. Já a figura da direita registra a disposição dos motivos decorativos do teto da Capela Doméstica. A análise desse último permitiu a Onetto perceber que o mesmo tinha sido seccionado apresentando as pinturas incompletas. Fonte: Onetto, 1941.

Em relação ao projeto publicado na *Revista de Arquitectura*, em 1942, enquanto se mantinham as demolições e a disposição de novos cômodos propostos em 1941, podem-se verificar algumas novas decisões que se somavam às anteriores: a abertura do átrio (tirando as colunas e as grades que o protegiam), a criação de três janelas no novo volume da capela de Lourdes (o qual, nesse documento, aparece mais baixo e coberto por telhado inclinado), o fechamento de uma janela existente na parede da rua Caseros à altura da *Capilla Doméstica*, e a modificação da porta de entrada da residência pela rua Caseros.

O projeto sofreu finalmente outras transformações, relacionadas às dependências mais novas da residência dos padres, em volta do jardim na esquina das ruas Caseros e Vélez Sarsfield. Essas modificações foram publicadas em planos que, embora não possam datar-se com precisão pelo estado deficiente dos mesmos (ver nota 99), foram assinados por Carlos Onetto. No citado esquema, a biblioteca, projetada para ser térrea no projeto de 1941, passava a ocupar um lugar na planta alta da ala sul, sendo o cômodo do lado designado como depósito

de livros. Várias habitações, possivelmente destinadas a quartos para noviços, passaram a ocupar, na planta baixa, a esquina noroeste do prédio.





Vê-se, nas **Figs. 4.47/48/49**, o projeto publicado na *Revista de Arquitectura* de 1942. Note-se que as decisões de projeto foram referendadas por "documentos" tais como fotografias da época (que justificavam determinadas intervenções tais como a demolição das torres, da Capela de Lourdes, o fechamento de aberturas, e a modificação das portas frontais da igreja e de ingresso na residência). Estas peças gráficas mostram a feição do Conjunto com o volume "depurado": sem os dois andares da Capela de Lourdes e da biblioteca em planta alta. Fonte: Salón Nacional de Arquitectura, 1942.

Da análise dos dados anteriores, sintetiza-se que o primeiro projeto de Buschiazzo, publicado no *Boletín n. 3*, focava-se na intervenção na igreja e no setor da residência que rodeava o primeiro pátio, que alojava cômodos antigos e valiosos como a *Capilla Doméstica* e a ermida, sendo que, a partir de 1941, se incluíram trabalhos envolvendo o setor mais novo da residência em volta do jardim. Esses últimos trabalhos sofreram sucessivas transformações, possivelmente devidas a requerimentos dos próprios padres jesuítas e a limitações econômicas à obra.

Uma descrição que o arquiteto Onetto fazia em 1946, no Boletim da CN, pode servir de orientação para a análise do trabalho proposto pela CN no Conjunto da Companhia em Córdoba: *"La restauración total del edificio ofrece serios obstáculos y mucha complejidad, por lo cual ha debido encarársela, más bien en forma parcial como obra de conservación y de depuración"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 9, 1946, p. 84).

O texto, além de permitir vislumbrar possíveis inconvenientes na realização do projeto, possibilita compreender alguns conceitos relacionados aos trabalhos de restauração.

O termo *"depuração"* parece ter implicado uma incompatibilidade entre a obra original, da época colonial, e os agregados posteriores. Em relação a isto Onetto explicava, no mesmo texto, que

> El vetusto conjunto conventual tiene en su aspecto exterior rasgos tan característicos que **no admite amalgamas con agregados que le son extraños**: en pocas construcciones coloniales se ha hecho tan notable el contraste entre lo original y lo moderno y tan imperiosa su depuración (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 9, 1946, p.71, grifo nosso).

Pode-se pensar que então se considerou o conceito de unidade estilística, fundamental na teoria violletana, promovendo uma volta do Conjunto a uma feição ideal do passado. Não se reconheceu assim a transformação temporal da obra, apresentando-se a intervenção da CN como uma amostra da cultura preservacionista do momento.

Nos discursos ligados à intervenção também resgataram-se declarações que promoviam uma repristinação:

> La detallada descripción del inventario [realizado por motivo de la expulsión de los jesuitas] permitiría hacer una reconstrucción aproximada del ambiente original si pudiera recuperarse una parte de los objetos que la ornaban […]
>
> Para restaurar la iglesia no bastaría eliminar lo moderno: sería necesario contar con estos elementos desaparecidos, o por lo menos una parte de ellos, sin los cuales no podría recobrar su aspecto original. (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 9, 1946, p. 83-85, grifo nosso).

A repristinação foi um objetivo respaldado por ações específicas de intervenção no Conjunto Jesuítico, como a demolição dos coroamentos das torres,

> El capitel[103] en sí no carecía de interés, pero no constituía un modelo digno de ser conservado a costa de la armonía del conjunto. Su demolición fue resuelta por esta razón (previo relevamiento detallado del mismo) y la fachada ha recobrado su prístino aspecto con sus sencillos remates, única terminación adecuada (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 9, 1946, p. 90).

Os coroamentos foram reconstruídos com concreto armado, rebocados e tratados de forma a recriar uma "pátina", que apoiasse o aspecto de antigüidade requerido ao Conjunto[104]:

> Los capiteles rehechos, con su enlucido nuevo, ofrecían un desagradable contraste con el resto del vetusto templo. En todos los edificios cordobeses la pátina del tiempo se acentúa con las manchas verdosas que produce el musgo que crece en la superficie del revoque o del enlucido. Después de varios ensayos, se encontró una feliz solución, consistente en arrojar a través de un cedazo de malla fina tierra vegetal sumamente desmenuzada, estando aún el enlucido fresco. Este sistema acelera el proceso vegetal, y al poco tiempo aparecen las manchas verdosas del musgo, que da una notable impresión de vejez a los paramentos (BUSCHIAZZO, 1959, p. 82-83).

Observa-se que a intervenção teve um viés criativo por estimular ações inovadoras, orientadas a obter a imagem "antiga" requerida pela Comissão, como a realização de uma maquete feita para avaliar o resultado que se obteria com a substituição dos coroamentos das torres:

> Como en la reconstrucción el objetivo era acertar con la exacta proporción que tuvieron las pirámides originales [los coronamientos de las torres], cosa difícil dada la altura a que están colocadas, fue necesario hacer un armazón, o maqueta de madera y lienzo, en tamaño natural, colocada en el propio sitio donde luego se harían las pirámides definitivas. Se obtuvo así fácilmente, una reconstrucción fiel y acertada (BUSCHIAZZO, 1959, p. 82-83, grifo nosso).

---

[103] Note-se que os arquitetos responsáveis pela intervenção falam do *"capitel"* ao se referir ao coroamento das torres. Às vezes essa palavra aparece como *"chapitel"*.

[104] Embora externamente não se perceba o concreto, uma simples inspeção interna dos coroamentos, revela o uso desse material e de abóbadas de perfis metálicos e tijolos na base dos mesmos.

Como foi especificado na página 109 do Capítulo 3, várias ações complementares foram materializadas pelos encarregados das intervenções da CN, para a definição dos projetos de restauração: levantamentos, pesquisa bibliográfica e documental, prospecção e análise de estruturas e materiais, obtenção de dados que provinham da tradição oral.

No caso do Conjunto da Igreja e da Residência de Córdoba, a partir de 1941, Onetto realizou um levantamento das características do Conjunto que ele complementou com uma pesquisa de documentos no *Archivo General de la Nación* de Buenos Aires, obtendo dados vinculados ao processo construtivo do Conjunto da Igreja e da Residência (ONETTO & SUSTERCIC, 1999, p. 267).

O levantamento realizado por este arquiteto lhe permitiu deduzir a evolução histórica do Conjunto, como foi o fato de chegar à conclusão de que a abóbada da Capela Doméstica havia sido seccionada para permitir a abertura de uma entrada pela rua Caseros. Essa conclusão foi obtida da análise que o arquiteto fez dos motivos decorativos da abóbada da capela, os quais, observou, estarem incompletos.

A pesquisa em arquivo permitiu a obtenção de dados que definiram ou apoiaram decisões de projeto, exemplo do último foi a publicação feita na *Revista de Arquitectura* das peças gráficas do projeto de 1942. Nela a maioria das modificações propostas foi apoiada com reproduções de documentos e fotografias antigas que avalizavam historicamente as tarefas a serem empreendidas. Desta maneira, justificava-se, através da cópia de parte dos *"Legajos de Temporalidades"*[105] pesquisada no *Archivo General de la Nación*, a nova feição de janelas e portas exteriores, e através de fotos, a transformação das torres e a demolição da capela de Lourdes.

O valor atribuído aos documentos para orientar as intervenções no Conjunto da Companhia em Córdoba teve seu ponto culminante na importância atribuída a certo material que o padre jesuíta Guillermo Furlong (membro da CNMMyLH a partir de 1943) forneceu a Onetto. Tal documento deu a *"prova necessária"* para a justificativa da demolição das torres da igreja. Tratava-se da cópia de uma gravura realizada por José Cipriano de Herrera e Loizaga em 1715. O documento, consignava Furlong, tinha sido localizado pelo membro da CN Emilio Ravignani e *"En dicho grabado puede verse la iglesia de la Compañía de Jesús con sus dos torres y capiteles piramidales ingenuamente trazados, pero en forma que no deja lugar a dudas al respecto, para entonces el chapitel tenía 43 años de vida"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 9, 1946, p. 88-89).

---

[105] Os *"Legajos de Temporalidades"* contêm dados sobre a liquidação e administração dos bens dos jesuítas durante o período 1767-1810.

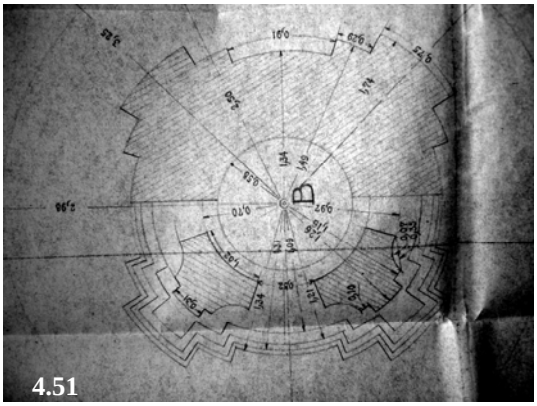
Em jornal da época que comentava a intervenção da CN mencionava-se expressamente o documento subministrado por Furlong e fazia-se questão de destacar o valor da peça gráfica:

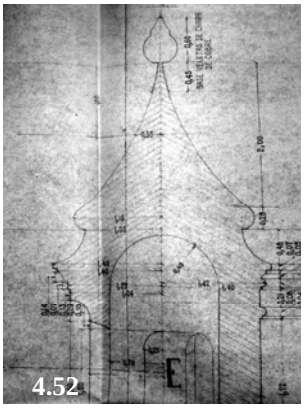
> - ¿Pero **qué valor documental encierra el grabado**?, preguntamos al proyectista y director de las obras.
>
> Y el arquitecto Onetto nos contesta:
>
> - Es sumamente valioso. Se trata de un dibujo panorámico de la ciudad de Córdoba, realizado el 2 de enero de 1715 por don José Cipriano de Herrera y Loizaga […] se conserva en el departamento de Manuscritos del Congress Library de Washington" (IMPORTANTES REFORMAS…, grifo nosso).

Na **Fig. 4.50** aparece o documento de Herrera y Loizaga citado por Onetto como justificativa para a demolição dos coroamentos das torres. Cabe refletir sobre a dificuldade para deduzir a forma dos coroamentos das torres a partir da gravura, na qual os mesmos apresentam-se, segundo nossa observação, assimétricos e não exatamente piramidais como afirmava a CN. Fonte: Page, 1999.

A importância dos documentos foi tal que, no caso da demolição das torres, se procedeu à documentação gráfica das cúpulas barrocas que seriam demolidas, vislumbrando-se assim que a CN não só valorizou os documentos como orientadores da própria obra, mas ainda disponibilizou outros, elaborados por ela, como testemunha de sua ação para o futuro.

As **Figs. 4.51/52** apresentam o levantamento feito pelo pessoal da DGA das cúpulas barrocas substituídas nas obras de restauração das torres. Fonte: Arquivo DGA, Córdoba, 1945.





Às vezes, contudo, os documentos obtidos nos arquivos não eram suficientes para definir o que fazer, como no caso da porta projetada para substituir a principal da frente da igreja, e, neste caso, Onetto explicava que

> Se inició la paciente búsqueda de datos referentes a los originales, encontrándose la siguiente descripción: "el pretil de dicha iglesia, su piso todo de cal y piedra, lo mismo que estaba al parecer antecedentemente y dos puertas grandes que corresponden a la iglesia y su nave con clavazón grande de bronce" (Archivo general de la Nación, temporalidades de Córdoba, legajo X, 23-5-2). Este tipo de puerta es muy conocido en nuestro arte colonial y su sencillez constructiva ofrecía la posibilidad de una reconstrucción, sino muy exacta, muy parecida, ya que se construían de tablas lisas sin tableros ni molduras y su único motivo decorativo lo constituían las cabezas de los clavos, que servían para aplicarlas a los bastidores o armazón. La cuestión era optar entre las existentes de tan mal gusto o bien hacer una concesión a la veracidad construyéndolas en base a la citada descripción. En este caso podían diferir de las originales en el número, disposición y detalle exacto de las cabezas de los clavos. Se tomaron como modelo los de las puertas de la catedral de Córdoba, en forma similar a éstas se construyeron. La crítica dirá si esta licencia está dispensada (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 9, 1946, p. 90).

A **Fig. 4.53** e a **Fig. 4.54** mostram a porta da Igreja Catedral e da Igreja da Companhia em Córdoba respectivamente. A primeira serviu de modelo para a construída sob encomenda da CNMMyLH para substituir a que existia na igreja dos jesuítas. Embasados nos dados obtidos da pesquisa em arquivos, que indicavam que a porta original da Companhia era "con clavazón grande de bronce", os projetistas decidiram reconstruir a porta da Companhia tomando como modelo a existente na Igreja Catedral. Fonte: M. S. Uribarren, 2005.

Dessa maneira os dados do arquivo eram completados pelo modelo real, sendo que na planta, correspondente ao projeto para a construção da porta principal da igreja, anotava-se:

> […] esta puerta en su construcción y detalles será similar a la existente en la Catedral de Córdoba. Todos los herrajes serán reproducción de los de dicha puerta, excepto los aldabones que se copiarán de los existentes en el museo Sobremonte de la Ciudad de Córdoba" (PROYECTO de intervención…, 1941).

Outros modelos reais foram utilizados para os projetos do Conjunto de Córdoba. Assim utilizou-se um pedaço de um comungatório de cedro, encontrado no *"museu do Padre Grenón"*[106], para fazer os planos da nova peça com a que se queria substituir o de mármore existente na igreja. Outros modelos mais foram obtidos com a colaboração das autoridades da Companhia, e enviados para Buenos Aires para realizar peças destinadas a substituir outras originais que estavam deterioradas *"Esta zona ha remitido a la sección suministros un cajón conteniendo las muestras de materiales que se detallan a continuación, y utilizados en la construcción de la obra del rubro [...]"* (WEISS, 19 de agosto de 1941).

Todavia, modelos elaborados por outros estudiosos da história da arquitetura não foram considerados pela Comissão por serem percebidos como não fidedignos. Nesse ponto vale a pena lembrar o silêncio que existiu por parte da mesma sobre a gravura que Kronfuss fez do Conjunto da Residência e Igreja dos jesuítas em Córdoba[107], gravura essa que apresentava, já na década de 1920, várias das mesmas modificações que depois foram propostas pela Comissão no seu projeto. Pode se pensar que tenha influenciado nessa postura o fato de Buschiazzo ser crítico à pesquisa realizada pela primeira geração de estudiosos da arquitetura argentina, à qual pertencia Kronfuss[108].

Outras orientações consideradas para o projeto foram as testemunhas orais que afirmavam a valia de determinada feição arquitetônica. Na intervenção do Conjunto da Residência e Igreja dos jesuítas em Córdoba, Onetto comentava sobre a demolição das torres:

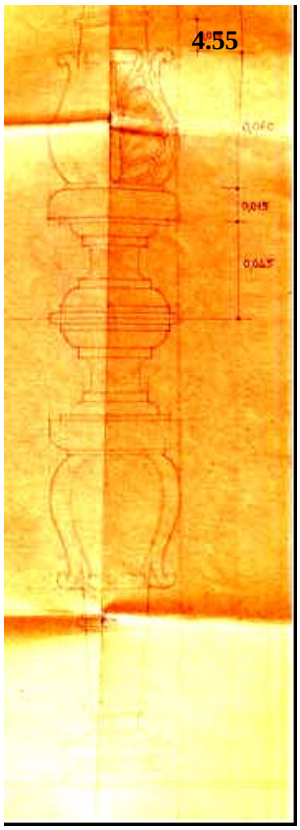
---

[106] Local da residência no qual o padre jesuíta Pedro Grenón guardava peças vinculadas à atividade da ordem no território argentino.

[107] O desenho realizado por Kronfuss sobre o Conjunto da Companhia de Jesus em Córdoba foi publicado no livro *"Arquitectura Colonial en la Argentina"*.

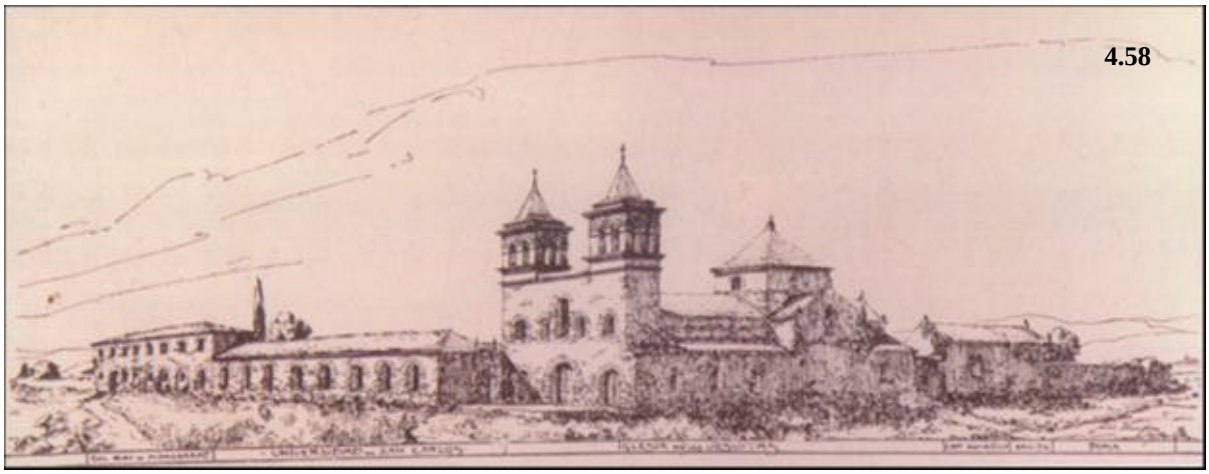
[108] Destaca Ramón Gutierrez, em estudo realizado sobre a biblioteca que pertenceu a Mario Buschiazzo, que o mesmo escrevia nos livros de sua propriedade comentando, corrigindo ou ampliando os dados e conceitos neles vertidos. Nestes escritos Buschiazzo expressava às vezes indignação, e outras vezes exigia precisão e certeza em dados que tentava verificar (GUTIÉRREZ, 1997, 132).

> Al iniciarse las obras hubo partidarios de la conservación del 'chapitel' […], pues se sostenía que era tan original como el otro y que su construcción, iniciada poco después en lineamiento completamente distinto, era el comienzo de la obra de ornamentación de la fachada. La cuestión presentaba dos aspectos distintos: primero si era un elemento original no podía ser eliminado; segundo de no ser así era auténticamente colonial y debería ser conservado aun cuando no fuera igual al otro. En contra de la hipótesis de su originalidad estaban la tradición oral y la lógica (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 9, 1946, p. 88).



A **Fig. 4.55** indica o projeto da DGA para realizar um fac-símile do comungatório de madeira original da Igreja, do qual um pedaço se encontrava no museu do Padre Grenón. Esse pedaço hoje está no museu jesuítico de Jesús María, lugar ao qual foram destinadas finalmente todas as peças do citado museu. Na **Fig. 4.56** vê-se o pedaço original do comungatório, em Jesús María, e na **Fig. 4.57** a balaustrada do coro da igreja, com o mesmo motivo. Deve-se mencionar que o projeto de substituir o comungatório de mármore não se concretizou. Fonte: **Fig. 4.55** PROJETO, Arquivo DGA, Córdoba; **Figs. 4.56, 4.57** M. S. Uribarren, 2006.

Fig. 4.58. Gravura feita por Kronfuss, mostra uma reconstrução gráfica do Conjunto da Igreja da Companhia de Jesus e da Residência dos Padres em Córdoba. Esta gravura apresentava, várias décadas antes, as principais intervenções que a CNMMyLH propôs na década de 1940, mas não foi mencionada como fonte pelos encarregados do projeto. Fonte: Kronfuss, 1998.



Também testemunhas materiais ou remanescentes ocultos, que apareciam nas obras de prospecção, foram mencionadas por Onetto, como orientadoras para a intervenção.

No Conjunto, as testemunhas materiais localizadas, segundo os depoimentos escritos por Onetto, foram a descoberta de: 1. buracos na frente do edifício durante as tarefas de limpeza do mesmo, 2. da base de uma das torres originais e 3. de uma janela correspondente à Capela Doméstica, embutida na parede da biblioteca demolida na planta alta.

Em relação aos indícios encontrados na fachada da igreja, pode-se pensar que, segundo o que projetava Buschiazzo (*"el arreglo de la parte inferior de la fachada, de modo que aparezca nuevamente la piedra bola y concuerde con el resto del edifício")*, o intuito de apresentar a fachada nua foi contemplado já desde o primeiro projeto. Assim, a descoberta dos buracos, que teriam servido no passado, segundo Onetto, para colocar peças de pedra talhada e indicariam a intenção dos padres jesuítas de completar a fachada, não parece ter decidido, mas confirmado essa primeira intenção. Carlos Onetto descrevia:

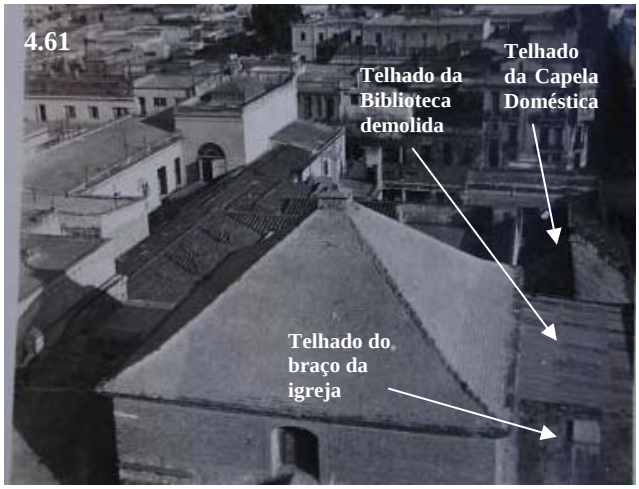
> La disputa originada sobre esta cuestión [la finalización de la fachada] ha terminado con la aparición, durante los trabajos de arreglo de la fachada, de huecos expresamente formados con regularidad, sobre la traza de posibles entablamentos y motivos alrededor de los vanos que evidencian el propósito de ornamentar aquella. Estos huecos habrían de servir para empotrar dichos elementos dándoles trabazón con el resto. Interiormente están revocados y el vacío no ha sido formado por cortes en la piedra, sino como dije, expresamente dispuestos por la colocación de aquellas en el momento de construir el muro (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 9, 1946, p. 80-82, grifo nosso).

A **Fig.4. 59** mostra a fachada da igreja antes da restauração da CNMMyLH. Na **Fig. 4.60**, à direita, depois dos trabalhos da CN, notem-se os buracos encontrados durante as obras, que Onetto acreditava tenham sido feitos para suportar elementos decorativos de pedra, e os coroamentos modificados com a intervenção da década de 1940. Fonte: Buschiazzo, 1959.

No caso da modificação dos coroamentos das torres, além dos documentos gráficos que referendavam a obra, esta também parece ter tido uma confirmação através de testemunhas materiais que apareceram durante o processo de demolição. Onetto explicava sobre as cúpulas demolidas:

> Se sabía por tradición que el capitel derecho [sur] tenía bastante antigüedad y que fue construido en lugar del original afectado por un rayo. El izquierdo [norte], en cambio data de unos 30 años y se construyó para igualar las dos torres. Numerosas fotografías muestran como era el primitivo y en base a ellas fue posible reconstruirle gráficamente con gran exactitud, pues al demoler el existente se halló parte de la base cuadrada de aquél, que solo difería en cinco centímetros con la proyectada de 5,65 m de lado (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 9, 1946, p. 86, grifo nosso).

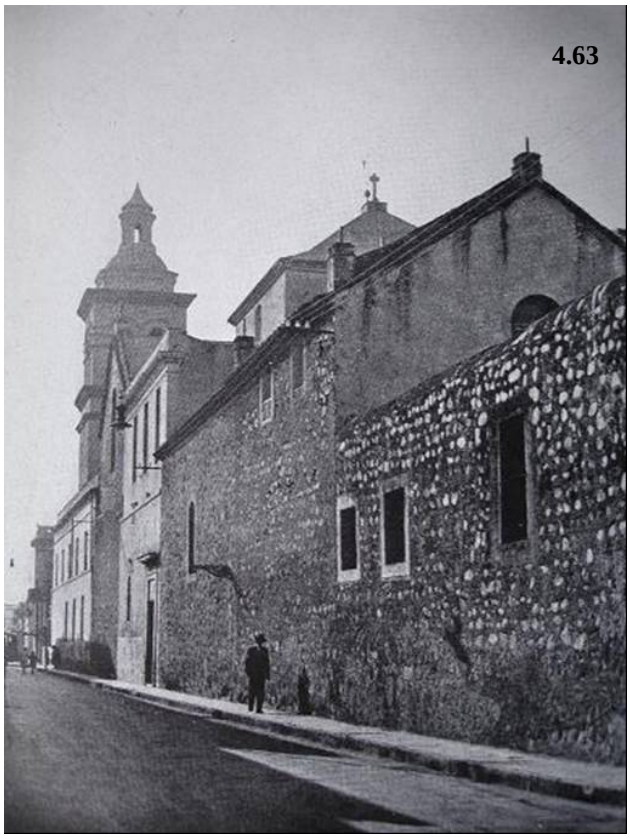
Em relação à janela descoberta na Capela Doméstica, a demolição que permitiu sua localização também aparece justificada pelo remanescente oculto: *"ha quedado al descubierto el techo abovedado de la contra sacristía y el mojinete posterior de la capilla doméstica, con un amplio ventanal descubierto durante la demolición"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 9, 1946, p. 86).

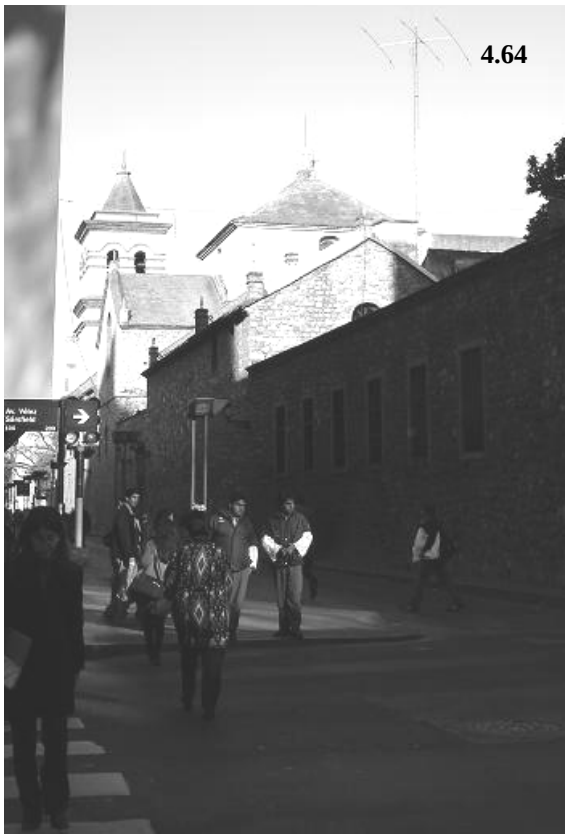


A **Fig. 4.61** permite observar as coberturas do Conjunto antes da intervenção da Comissão. No primeiro plano aparecem a pirâmide que cobre a cúpula e os telhados de duas águas dos braços da igreja. Do lado direito, imediatamente ao lado da cobertura do braço correspondente, aparece o telhado da biblioteca (note-se que estava coberto com chapas de zinco), depois aparece a cobertura da Capela Doméstica. Fonte: Arquivo Família Onetto.

Já na **Fig. 4.62** observa-se a janela da Capela Doméstica descoberta com a demolição da biblioteca. Esta foi uma das poucas tarefas de "depuração" que, junto a modificação das torres, se puderam realizar com o objetivo de devolver ao volume o estado "original". Fonte: M. S. Uribarren, 2005.

Em relação à pesquisa bibliográfica desenvolvida, podemos lembrar que a própria história da Arquitetura Argentina era um assunto novo, e, por isso mesmo, mais que consultá-la, a CN considerou necessário revisá-la de forma crítica para reelaborá-la. Pode-se destacar em relação a isto que Buschiazzo realizou em 1942 uma publicação denominada *"La iglesia de la Compañía en Córdoba"*[109], na qual verteu possivelmente dados da pesquisa realizada para intervir no Conjunto e, no mesmo ano, Onetto publicou o já mencionado artigo na Revista Tecné, fazendo menção às fontes que tinha utilizado na pesquisa e considerando com ceticismo dados que provinham de outros estudiosos da arquitetura, como os do padre jesuíta Joaquín Gracia, cuja opinião, classificava ele, como *"no suficientemente fundada"*.





As **Figs. 4.63** e **4.64** permitem comparar a fachada na Rua Caseros antes e depois da intervenção da CNMMyLH. Podemos observar como o cômodo da biblioteca, na planta alta à esquerda, foi demolido. O mesmo aconteceu com as torres, no entanto o volume da Capilla de Lourdes foi respeitado segundo pedido dos padres jesuítas. Outras modificações são as vinculadas às aberturas, uma janela da Capilla Doméstica foi fechada e as correspondentes aos quartos em volta ao jardim, uniformizadas. Na fotografia de Lascano, prévia à intervenção, também pode ser observado que a superfície de pedra e tijolo estava coberta de rebocos diferentes. Fonte: **Fig. 4.63** Lascano, 1986; **Fig. 4.64** M. S. Uribarren.

[109] *"La iglesia de la Compañía en Córdoba"*. Buenos Aires: Academia Nacional de Bellas Artes, 1942.

4.3.2 Histórico da obra no Conjunto da Igreja da Companhia de Jesus e da Residência dos Padres em Córdoba

O intuito de intervenção integral no conjunto, definido nos projetos, não foi, contudo, concretizado. A reconstrução do Histórico da Obra permite considerar os trabalhos efetivamente realizados. Este estudo foi feito através da análise dos documentos pesquisados nos arquivos – da CNMMyLH em Buenos Aires e da *Dirección General de Arquitectura - Sección Córdoba* – e dos dados obtidos dos Boletins e da inspeção dos prédios.

Segundo análise dos documentos, as obras no Conjunto começaram em 1942. No Boletim da CN correspondente a esse ano, esclarecia-se que, depois de Levene haver requerido às autoridades correspondentes, verba para a restauração, obteve a promessa dos fundos necessários para começar os trabalhos na estância de Jesús María, na capela Obispo Mercadillo, na Igreja da Companhia de Jesus e na Residência dos Padres e na Posta de Sinsacate (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 5, 1942, p. 469).

Pode ler-se, em documento de março desse ano, que já havia sido realizada uma reparação da instalação elétrica em diversos lugares do conjunto de nosso interesse, com a troca de condutores, isolantes e chaves que estavam em mau estado de funcionamento, e, em 1943, informava-se que *"[en la] Iglesia de la Compañía de Jesús, se está trabajando activamente y el costo de las obras alcanzará la suma de $200.898,09"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 6, 1943, p. 19, grifo nosso).

Já no ano de 1944, nos documentos localizados distinguem-se requerimentos dos padres jesuítas, tais como a melhora da qualidade dos materiais destinados à substituição do sistema elétrico e o pedido em relação à devolução, por parte da Universidade, da antiga Capilla de los Españoles (transformada em Salão de Atos) e da base da torre sul (utilizada como copa da Universidade). Na sessão de 7 de novembro de 1944, a CN explicava que com esse pedido:

> […] se obtendría no solo la perfecta delimitación de ambas propiedades en toda su altura, suprimiendo la interferencia actual, sino que se devolvería a los locales mencionados el destino para el que fueron construidos, o sea, acceso directo al coro por la torre y Capilla de los Españoles (ARQUIVO DGA, Córdoba, 17 de octubre de 1944).

Consta, em documento de 10 de novembro de 1944, que a CN iniciou o trâmite para a troca desses locais por outros que não eram úteis para a comunidade religiosa, mas

considerando que ditos cômodos continuam pertencendo à Universidade até hoje, percebe-se o infrutífero do pedido.

Em 1945 comunicavam-se dificuldades relacionadas a questões econômicas da obra, como problemas com provedores e mudanças nos preços cotados, que levaram a requerer a ajuda das oficinas da DGA:

> Las puertas fueron licitadas […] pero no adjudicadas […] La propuesta más baja, por importe de $4.965 sin la chapa de hierro, no puede adjudicarse ya que el proponente, Pablo Werner, ha comunicado a esta zona que no puede ejecutar el trabajo en la actualidad, porque en el tiempo transcurrido desde su oferta han cambiado los precios de los materiales. En consecuencia, conviene que sean adjudicados en Talleres de la Dirección General de Arquitectura, tal como sugiere esa Región en la providencia últimamente citada […] (FERRER, 20 de abril de 1945).

Essas informações, acrescidas do fato de que *"la situación actual del mercado no permite establecer un plazo fijo para la adquisición de estos materiales, debido a que muchas licitaciones fracasan por falta de cotización"* (FERRER, 20 de abril de 1945), permitem perceber uma situação problemática em termos econômicos, também comentada no Boletín n. 8, de 1945, o qual explicava que, em virtude do Decreto de Economia ditado pelo Poder Executivo da Nação, haviam sido suspensos quase todos os trabalhos que se realizavam nos monumentos históricos[110] (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 8, 1945, p. 48).

Um parágrafo da *Memória de Obra* de dezembro de 1947, assinada pelo engenheiro da DGA Ignacio P. Ferrer, permite entender que a má situação econômica, fator de atraso dos trabalhos, continuava nessa data: *"[Este documento] actualiza el estudio económico alterado por el encarecimiento de la mano de obra y de los materiales ocurrido desde la fecha en que se ha preparado el presupuesto aprobado (Mayo-Julio 1943)"* (FERRER, diciembre de 1947, grifo nosso).

No entanto, os problemas vinculados aos custos da obra segundo o documento também deviam-se aos imprevistos que surgiam no decorrer dos trabalhos, determinando mudanças nas tarefas:

> […] las modificaciones o imprevistos que lógicamente aparecen en esta, en la que no pueden determinarse todos los detalles constructivos que ocultos e ignorados por falta de referencia o documentación correlativa aparecen recién durante la realización de los trabajos previstos, los que deben

[110] Em 1945 teve forte inflação – quase 20% – o que provocou conseqüências como a queda do nível de atividade e dos salários reais e uma desaceleração no ritmo de criação de emprego, sobretudo do industrial (GERCHUNOFF & ANTÚNEZ, 2002, p. 128).

> agregarse para lograr totalmente los propósitos de la restauración con la fidelidad requerida por su importancia histórica y la unidad de ejecución imprescindible dentro de las características y necesidades propias de un edificio permanentemente habitado (FERRER, diciembre de 1947).

Na mesma memória, comentava-se que vários dos materiais necessários eram de difícil aquisição e que o orçamento havia sido atualizado em relação aos preços de materiais e de mão-de-obra que mudavam freqüentemente, situação que determinava a urgência para terminar as obras.

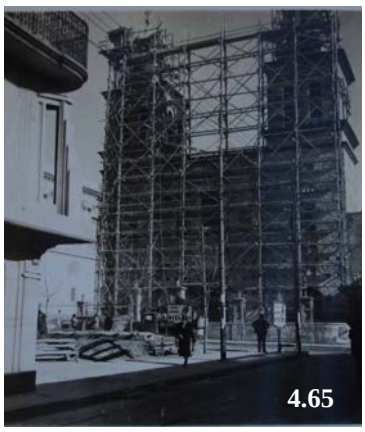
Além dos problemas econômicos, existiam os administrativos. No caso dos trabalhos previstos para a ermida (demolição da parede divisória que servia de suporte da abóbada), comentava-se que a impossibilidade de realizá-las devia-se à falta de diagnóstico que apoiasse a viabilidade da intervenção projetada, causada pela ausência de pessoal capacitado para realizar um levantamento adequado:

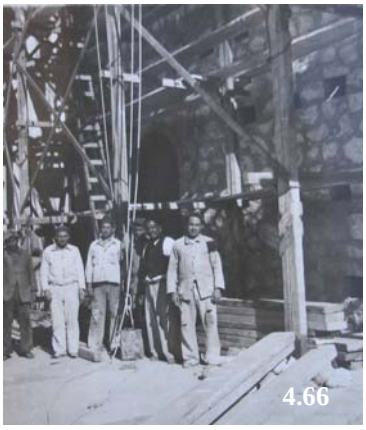
> Como la "Sección Cálculos Técnicos" no puede enviar a la obra un calculista competente para esta clase de estructuras […] que dictamine sobre la posibilidad de demolerlo sin consolidaciones previas [al muro que separaba el local en dos], esta zona está preparando el relevamiento del local a fin de que estudie la consolidación de la bóveda en esa. Las conclusiones de este estudio permitirán ejecutar los trabajos de este local, las cabriadas del techo, encima de la ermita, están parcialmente carcomidas y se acompañará el detalle en el relevamiento citado (ARQUIVO DGA, 20 de abril de 1945, grifo nosso).

A isso se tem de somar o fato de Carlos Onetto ausentar-se repetidamente por problemas pessoais ou por ter de vistoriar as outras restaurações de que estava encarregado. Uma destas ocasiões foi aproveitada por aqueles que se opunham à demolição dos coroamentos das torres, situação que foi descrita por Onetto em depoimento de 1978 ao jornal *La Nación*:

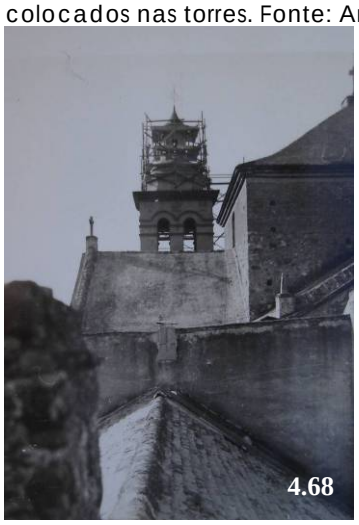
> […] estando transitoriamente ausente de la obra, me encontré al volver con una inactividad total por influencia de los que, con encomiable celo, trataban de salvar los capiteles existentes. En esa circunstancia decidí empezar personalmente la demolición del capitel derecho, y con algo más que un simbolismo tomé el pico y empecé el trabajo, que al día siguiente culminó con la aparición de la base cuadrada de ladrillos del capitel original que había sido destruido por el rayo. También pudo comprobarse que el remate en cuestión correspondía a una construcción de época posterior, porque los ladrillos que se utilizaron tenían otras dimensiones y diferentes cochuras (RESTAURACIÓN DE LA…, 1978).

A intervenção na Companhia foi criticada também por alguns meios de comunicação. O resgate de algumas publicações em jornais da época e o próprio depoimento de Onetto mostram como parte da sociedade se opôs a alguns aspetos da intervenção. *"El espíritu destructor de Levene echa outra pica en la tradición"* titulava uma das publicações, enquanto qualificava Buschiazzo como um *"Restaurador improvisado"* que *"se há mostrado rígido e implacable ante los razonamientos del único hombre que sabe algo de la ciudad de Córdoba, el padre Grenón"* (PERDERÁ SUS..., 1944, p. 5).





Figs. 4.65/66/67/68/69/70. Detalhes dos trabalhos efetuados pela DGA sob a direção de Carlos Onetto. Observe-se o andaime que cobria a fachada completamente, segundo a previsão de começar os trabalhos desde as torres para continuar nas fachadas. Contemplam-se na **Fig. 4.66** os buracos descritos por Onetto como destinados a suportar ornamentos de pedra e na **Fig. 4.67** mostram-se os arcos de tijolos correspondentes às aberturas descritos por Ferrer como imperfeitos (por seu cozimento e conservação). Nas três figuras inferiores, detalhes dos andaimes colocados nas torres. Fonte: Arquivo Família Onetto, [194-].



Voltando às tarefas realmente realizadas, em 1945, Ferrer expunha alguns outros trabalhos:

> La portada central tiene sus arcos desplazados de su primitiva posición y grandes grietas han afectado su resistencia, hallándose actualmente reforzados con hierros que será necesario extraer para dar al vano su forma original. Las portadas laterales tienen los ladrillos de los arcos incompletos y los huecos rellenos con hormigón e hierros o simplemente cascotados. En general los ladrillos están mal cocidos y no pueden quedar a la intemperie sin riesgo del rápido desgaste, pues el revoque que los recubría era para protección y ocultamiento de fallas. La solución que se adopte para este caso, conviene sea rápida ya que de ella dependerá la forma definitiva que se dará a las nuevas puertas.
>
> […] Picado de revoques en vanos varios. Este trabajo también está terminado y puede ya el proyectista determinar el tipo y forma de la carpintería a colocar.
>
> […] Construcción ventanales coro. Se inició el arreglo de los marcos existentes que se dejarán para las nuevas ventanas. Estas convendría ejecutarlas en conjunto con la carpintería del renglón anterior (FERRER, 20 de abril de 1945).

Mario Buschiazzo realizou uma inspeção nos monumentos da província de Córdoba, em junho de 1945, e, no informe apresentado, confirmava que se haviam terminado as obras de instalação elétrica e se começavam as de restauração, as quais consistiam na demolição de tabiques modernos, substituição de carpintarias e pisos, colocação dos andaimes para limpeza e conserto de fendas presentes na fachada, e que se tinha realizado a licitação dos materiais necessários para substituir os coroamentos das torres. Comentava também que a abóbada da ermida, por fim, havia sido liberada do reboco, com o propósito de consolidá-la para poder, demolir a parede que separava o cômodo em duas partes.

A demolição das torres realizou-se em 1945 e, possivelmente pela controvérsia que provocou essa tarefa na opinião pública, necessitou-se de todas as provas possíveis para legitimá-la. A CN se valeu, assim, da mídia para preparar a opinião pública para a aceitação dessa tarefa. O artigo de Jornal *"Importantes Reformas se introducirán en el templo de la Compañía de Jesús"*, introduzia o assunto especificando que a Comissão *"confió la restauración del templo a un arquitecto experto en la materia"*. O texto comentava que *"el activo e inteligente arquitecto Carlos L. Onetto, proyectista y director de las obras que se efectúan en el citado monumento, es quien nos ha anticipado la pronta demolición de aquellos elementos barrocos que desentonan y alteran la realidad histórica"*.

Em outubro de 1946, segundo um documento denominado *"Plan de Ejecución"*, esclarecia-se que o total de obras ainda faltantes ascendiam a $ 150.300 (moeda argentina), sendo que os trabalhos programados de maior volume continuavam a ser os de substituição de pisos, de carpintarias de madeira e de vidros.

Vários documentos indicam que as obras prosseguiam em 1950, ainda que a *Sección Monumentos Históricos* não contasse, a partir da renuncia de Onetto em 1949, com um

arquiteto *"experto en historia y un buen conocedor de la arquitectura colonial"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 12, 1949, p. 7). No *"Plan de Ejecución"* de 1950, apresentado por Arístides Saavedra Coria, segundo responsável da DGA, descrevia-se o plano de execução dos trabalhos previstos para esse ano. Além de especificar-se o montante das obras terminadas ($273.615, 28, em moeda argentina), descreviam-se as tarefas em andamento: demolição de telhados, galerias, alvenaria, pisos e contrapisos e a construção de fundações e cômodos; obras que parecem referir-se à materialização dos locais em volta do jardim e que corresponderiam ao último projeto realizado por Onetto para o setor.

Em nota de maio do mesmo ano, o padre superior da Companhia de Jesus, Germán Bermúdez, propunha modificações nos trabalhos programados e pedia o término de outros *"hace mucho tiempo proyectados"*. Como modificações, o padre solicitava construir mais um cômodo na rua Caseros que ocupasse parte do espaço livre planejado em frente da ermida, salientando a necessidade de obter mais locais habitáveis. Requeria, também, em relação à parede da avenida Vélez Sarsfield: *"quisiéramos se revocase con mezcla semejante a la empleada para las torres, que es la misma proyectada para el trozo de frente de Caseros en su proximidad a la iglesia. Con esto habría menos disonancia entre los frentes de una y otra calle"* (BERMÚDEZ, 27 de mayo de 1950)[111].

Com relação aos trabalhos inconclusos, o padre pedia o término das obras na biblioteca de planta alta, setor sul, e a colocação da porta no setor da clausura próximo à sala de visitas.

Das obras previstas originalmente por Buschiazzo (como as transformações projetadas para o interior da igreja, entre elas a substituição dos embasamentos, dos ornatos modernos, do comungatório e a pintura dos ambientes em cor branca) apenas se efetivou a troca do sistema elétrico e da iluminação, sendo as outras suspensas por oposição dos próprios padres jesuítas, que temiam a reação que podia ter a população ante tal trabalho, considerando que boa parte dela tinha contribuído a custear os ornatos que adornavam a igreja (BUSCHIAZZO, 1959, p. 83).

Mas podemos ter uma idéia aproximada do efeito que teria resultado da concretização da intervenção integral proposta pela CN, ao se considerar o resultado obtido na *Capilla*

---

[111] Não foram encontrados dados que falassem de um intuito de rebocar as fachadas nas várias modificações ao projeto original. Lembre-se o explicado por Buschiazzo sobre as fachadas exteriores: *"La fachada sobre calle Caseros ofrece un lamentable aspecto. Parte muestra su primitiva estructura, parte está revocada. Ventanas de todas las épocas y gustos se suceden a lo largo de la cuadra. Urge pues, devolverle su valor, picando los revoques modernos, de modo que vuelva a lucir la mampostería primitiva de piedra bola, con "rafas" de ladrillo, como asimismo sustituir las ventanas modernas por otras en consonancia con el monumento"* (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n.3, 1940, p.451-454).

Doméstica. Nesse local os pisos foram reformados de acordo com o requerido no projeto, as paredes pintadas de branco, abriu-se uma janela, fechou-se outra e substituiu-se um vitral moderno por pedra alabastro.

Observa-se nas **Figs. 4.71/72/73** a imagem atual da residência com os cômodos projetados por Onetto depois de 1942 (Ver Anexo C) Na **Fig. 4.73**, à direita, mostra-se o muro de seixo rolado e tijolo da ermida, segundo o projeto de Buschiazzo este devia apresentar-se livre de outras construções, mas um pedido dos jesuítas de 1950 determinou a construção de mais outro quarto. Fonte: M. S. Uribarren, 2005.

Observa-se nas **Figs. 4.74/75** o aspecto da Capela Doméstica com as paredes caiadas e o chão com as baldosas tipo colonial segundo a proposta de Buschiazzo. Na última imagem da direita (**Fig. 4.76**) percebe-se a janela descoberta na parede que servia de divisória com a antiga biblioteca de planta alta. Fonte: **Figs. 4.74/75** A. Uribarren, 2003; **Fig. 4.76** M. S. Uribarren, 2006.

Também não foi possível realizar uma das tarefas mais radicais, como a sugerida demolição da Capela de Lourdes, segundo testemunha Carlos Onetto:

> Las fachadas, en cambio quedarían totalmente restauradas si se pudiera sortear el único obstáculo puesto por la comunidad por respetables motivos: me refiero a la capilla de Lourdes que hizo construir el p. Carlucci y que se desea conservar. Esperemos que el avance de las obras ponga cada vez más de manifiesto este adefesio (la construcción revocada que se ve en primer plano en la fotografía) de forma que lleguen a superarse las sentimentales razones invocadas por los superiores (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n. 9, 1946, p. 71-90).

Neste ponto considera-se interessante apresentar um texto, escrito por Onetto, que parece uma reflexão ante a intervenção em situações complexas, no qual destaca fundamentalmente a importância de uma postura crítica perante qualquer intervenção:

> La restauración de monumentos históricos presenta, en la generalidad de los casos, delicados y complejos aspectos que requieren, en el que la realiza, mucha sinceridad y buen sentido. No bastará investigar pacientemente en las fuentes de información histórica y profundizar el conocimiento de los estilos arquitectónicos […] pero en último término, la equilibrada solución dependerá fundamentalmente del criterio que la informe (ONETTO, 1942 apud ONETTO & SUSTERCIC, 1999, p. 265).

Resgatamos uma afirmação de Onetto que se opunha à orientação original dos trabalhos designados para a Compañía: *"Si por restauración de una obra artística se entiende devolverla a su estado original, podemos decir que en arquitectura pocas veces cabe entenderla en ese sentido ya que solo por excepción puede o conviene realizarla"* (ONETTO, 1942 apud ONETTO & SUSTERCIC, 1999, p. 265). Se este comentário foi realizado efetivamente em 1942, contemporaneamente às obras no Conjunto, podemos deduzir que a experiência lhe permitiu refletir e questionar os principais lineamentos que orientavam os trabalhos. Segundo a análise desenvolvida, no projeto realizado pela CN e pela DGA não foram consideradas as diversas fases históricas do edifício, também não foi tida em conta a possibilidade de reverter ou distinguir as intervenções realizadas. O que permitiria confirmar o caráter direcionado da intervenção como um meio para obter a imagem que a CN considerava que o Conjunto devia ter em um momento específico. Porém, cabe destacar o fato do projeto valorizar alguns elementos destacáveis do Conjunto como a iluminação difusa acrescentada ao teto, e a limpeza da parede exterior da Igreja e da Residência. Mas esta valorização se deu em detrimento de outros aspetos que segundo nossa visão contemporânea também eram valiosos, tais como a decoração interior do século XIX, que se planejava retirar para promover o destaque das decorações do forro, ou a substituição dos coroamentos das

torres, elemento que caracterizava as intervenções sobre o patrimônio do começo do século XX .

Figs. 4.77/78, mostram o interior da torre sul. À esquerda vê-se o coroamento de concreto armado e as vigas de aço que suportam o sino. À direita a laje de abobadilha construída na década de 1940 que permite o acesso à torre. Fonte: M. S. Uribarren, 2005.

A vasta documentação da obra, pesquisada no Arquivo da DGA-Córdoba, embora apresente lacunas cujas causas não podemos definir – por exemplo, a não localização dos cadernos de obra, que bem pode se dever às dificuldades de acesso aos acervos, ou a dispersão dos documentos entre Córdoba e Buenos Aires –, retrata uma estrutura, a da DGA do MOP, acostumada a trabalhar com grandes obras, nas quais as questões administrativas dos projetos estavam orientadas por controles administrativos rigorosos. Assim entre a CNMMyLH e a DGA estabeleceu-se um projeto minucioso que contava com a definição de 395 itens de trabalho com seus respectivos cômputos métricos e orçamentos. Essa informação, contida em documento localizado no acervo da DGA- Zona Córdoba, era de 20 de julho de 1943, e contemplava, antes do início das obras mais significativas, todas as tarefas a serem realizadas, as quais seriam avaliadas periodicamente.

Mas, pelas características do Conjunto, pela localização dos documentos que podiam aportar dados sobre seu histórico construtivo (cabe destacar que até o ano 2000 os *"Legajos de Temporalidades"*, documentos muito utilizados por Onetto nas pesquisas se encontravam em Buenos Aires) e pela urgência de algumas obras que começaram em 1942 (como a substituição do sistema elétrico) não se podia pretender que não surgissem imprevistos que exigissem decisões não consideradas no projeto e no orçamento. Assim se deu a necessidade

de uma adequação às diversas contingências que apareciam. A tomada de decisões, no entanto, parece ter estado centralizada na figura de Carlos Onetto cuja ausência das obras, por estar encarregado de outras intervenções, determinou alguns inconvenientes no desenvolvimento rápido das tarefas.

As inconsistências que podem ser detectadas entre o projeto e a materialização do mesmo se devem, acreditamos, sobretudo aos imprevistos surgidos, não só daqueles próprios das características físicas do Conjunto (deficiências ocultas, por exemplo), mas também pelos requerimentos dos donos, os padres jesuítas, que promoveram mudanças nas tarefas definidas. Por outro lado somavam-se os inconvenientes apresentados em um contexto de instabilidade econômica e os derivados da realização de uma atividade que era nova, a restauração. Pode-se pensar o anterior pelo fato de que os projetos publicados até 1942 não diferiam substancialmente entre si, mas sim complementavam-se, sendo que as dificuldades maiores apareciam pela consideração da opinião dos padres e pelas dificuldades que implicava uma obra cara que se estendeu vários anos.

Finalmente podemos dizer que a intervenção dos padres, com seus requerimentos para que as transformações não magoassem os fiéis que contribuíram economicamente com a decoração, foi o limite necessário para que hoje possamos contemplar a Igreja e a Residência como um Conjunto de informações complexas que ainda podem contribuir, a partir da leitura que se faça delas, para completar a história da arquitetura e da preservação do patrimônio cultural argentino.

Considerações Finais

No decorrer da pesquisa percebeu-se a multiplicidade de questões que influenciaram o período de nosso estudo e concretamente a ação da CNMMyLH. Por isso as considerações que serão levantadas à continuação, mais que certezas ou conclusões são reflexões que buscam contribuir para uma melhor compreensão da história da preservação do patrimônio cultural na Argentina.

A identificação dos membros da CNMMyLH entre 1938 e 1946, como orientadores na busca dos elementos culturais necessários para que os habitantes do país se identificassem e se reconhecessem como "povo argentino" é a primeira característica que se quer salientar.

Assim, os membros da Comissão visaram à definição de um patrimônio cultural que promovia um sentimento coletivo de pertencimento. Esses marcos recorriam ao passado, um passado que os habitantes da República (boa parte filhos de estrangeiros familiarizados com as culturas originárias de seus pais) deviam primeiro apreender, situação pela qual, ao mesmo tempo em que o trabalho da Comissão se dirigiu a definir o patrimônio, também se promovia um processo para conseguir que este fosse aceito e entendido como propriedade coletiva. Alcançou-se tal objetivo a partir de diversas ações – que incluíram a atribuição de valores ao patrimônio, a elaboração e aplicação de uma lei para sua proteção, o desenvolvimento de procedimentos que promoveram seu conhecimento, a colaboração em algumas ações do Estado Argentino que contribuíram para sua aceitação, e ainda sua restauração.

A CNMMyLH produz uma "re-semantização" dos bens, agenciando uma ampliação do seu sistema de valores: a uma série de valores imanentes, físicos, agregou-se a atribuição de outros que permitiam a consolidação do "Caráter Nacional" do patrimônio.

Desse modo o patrimônio nacional devia ser antigo e excepcional (como antiga e excepcional se pretendia que fosse a Nação Argentina), transmissor de valores éticos (como símbolo das faculdades morais ou condutas destacáveis que deviam caracterizar o povo argentino do presente) e promotor de patriotismo e da unidade nacional[112].

[112] O último ponto pode explicar a omissão da definição de patrimônio de elementos valiosos que se vinculavam às coletividades de imigrantes, ou a outros grupos particulares, que se afastavam de forma dupla dos objetivos que se pretendiam obter com sua definição e recuperação: permitir a construção de uma "linha de tempo" que desse conta de um desenvolvimento contínuo da história desde uma época remota, identificada com as origens da Nação Argentina, até o presente, e promover o sentido de união nacional em torno de elementos considerados como propriedade de todos.

A consideração da formação dos membros da CN foi capital para a compreensão de como se atribuíram valores ao patrimônio para a identificação do mesmo com "a Nação". Profissionais tradicionais, sobretudo historiadores, mas também com a presença de um arquiteto adstrito e um museólogo no grupo, promoveram o destaque dos valores históricos e artísticos dos bens tombados.

Da análise dos discursos da CN e dos decretos de tombamento, destaca-se a menção aos eventos, temas e personagens históricos aos quais foram vinculados os Lugares, Monumentos e Sepulcros tombados a pedido da Comissão. A rememoração da Revolução de Maio, da Independência Argentina, da Formação da República, do processo de formação do território da Nação salientado pelos governos liberais, de diversos eventos vinculados à Soberania Nacional, de batalhas ocorridas no século XIX, das atividades dos jesuítas, das figuras de San Martín (o "Libertador da América"), de Urquiza (o primeiro presidente segundo a Constituição de 1853), de Mitre (o "pai da Historiografia Liberal"), de Sarmiento ("o Educador") e de Alberdi (cuja obra teve grande influência para a elaboração da Constituição Republicana de 1853) foram as lembranças mais promovidas através dos bens tombados.

Devemos assinalar que o passado foi trazido para o presente mediante uma narração que possuía a nitidez e coerência argumentativa necessárias para ser apresentada ao povo como uma certeza do que era valioso recuperar do passado. Pode-se refletir neste ponto como o patrimônio acompanhava a história nacional que era difundida nas escolas[113] (um panteão de heróis pátrios, do qual estava excluído Juan Manuel de Rosas, uma série de acontecimentos históricos que haviam sido fundamentais na formação da Nação Argentina).

A preponderância da atribuição ao patrimônio do valor histórico sobre o artístico pode ser deduzida tanto pela menção que dele se faz na maioria dos decretos de tombamento, quanto da análise do processo de aprovação da lei de preservação 12.665[114]. Assim poder-se-ia refletir que a promoção do valor artístico dos monumentos deve haver sido salientada dentro da mesma CNMMyLH, tendo Mario Buschiazzo um papel fundamental nesta tarefa.

O arquiteto adstrito foi praticamente o único que aprofundou estas questões nos boletins (no caso de Córdoba também o fez Carlos Onetto), mas ao se referir aos valores artísticos ou arquitetônicos dos edifícios considerou-os principalmente como monumentos da

---

[113] Lembrando aqui que o presidente da Comissão, Ricardo Levene, foi um dos autores de manuais de história argentina mais destacados do começo do século XX e organizador da obra *"Historia de la República Argentina"* que teve enorme divulgação em todo o território nacional e no exterior

[114] Esta lei cogitou, no princípio, apenas a valorização de bens que se destacavam por seu valor "histórico" (Artigo 3), sendo que Martín Noel promoveu a incorporação do adjetivo artístico à mesma.

história da arte, destacando o caráter único e excepcional dos mesmos, valorizando-os muitas vezes também por sua vinculação com fatos ou eventos importantes nas narrações históricas oficiais. O destaque de outros atributos, tais como o caráter singelo de algumas construções rurais – como as capelas do noroeste do país –, suas características construtivas, o valor de prédios sem importância estética ou histórica, apenas por seu valor de ambiência, embora tenha existido, não foi um critério geral de tombamento. No caso de Córdoba, por exemplo, o destaque foi o caráter singular da arquitetura tombada – seja por sua historia, seja por seus atributos estético-arquitetônicos – não tendo se realizado, por exemplo, o tombamento da maioria das capelas rurais da província. Para compreender o porquê dessa falta de homogeneidade no tombamento das capelas resgata-se um comentário do arquiteto Buschiazzo:

> Día a día se encuentran nuevas capillas perdidas entre las estribaciones andinas o en las soledades del altiplano, en regiones apartadas adonde nunca llega el turista y a las que el investigador se dirige tan solo cuando por casualidad tiene noticias de su existencia. Seguramente han de ir apareciendo nuevas capillas, a medida que los nuevos caminos nos vayan acercando a tan apartadas zonas (BOLETÍN DE LA CNMMyLH, n.4, año 1941, p. 211 grifo nosso).

Uma das características mais destacáveis da ação da Comissão foi a articulação da mesma com interesses da sociedade e do Estado, articulação essa definida por seu vínculo com projetos nacionais de infra-estrutura que promoviam o turismo. Como resultante esteve a proposta do descobrimento do país através de sua paisagem histórica, o que permitiu uma aliança entre passado e presente, vinculando as novas rodovias e infra-estruturas com as marcas do passado que a CN ia sinalizando no seu entorno.

Ao exemplificar esta articulação, constata-se que enquanto as capelas rurais cordovesas já eram suficientemente conhecidas pelos estudiosos da arquitetura e pelos turistas – pode se nomear aqui o levantamento que sobre essas capelas publicou Johannes Kronfuss no seu livro *Arquitectura Colonial en la Argentina* e o fato de Córdoba ser considerada como destino turístico já desde começo de século XX –, as capelas das províncias de Salta, Jujuy e Catamarca eram “descobertas” através da abertura das novas rodovias, que levavam os cidadãos a regiões afastadas e mal comunicadas e, por isso mesmo, pouco conhecidas. Este vínculo ajudou a promover a definição e o conhecimento do patrimônio em dimensão territorial. Continuando com esta observação, podemos notar que existiu uma demarcação não apenas do patrimônio urbano, mas do rural, promovida pelo tombamento de Lugares Históricos, geralmente localizados no interior das províncias.

Dentre os Lugares Históricos pretende-se destacar o tombamento das árvores, através das quais se lembravam acontecimentos e personagens vinculadas com a história pátria, e a importância que tiveram suas mudas e sementes (as quais foram plantadas para formar parques próximos aos monumentos históricos), às que se atribuiu a capacidade de disseminar pela República os valores que representavam.

A competência de ensinar do patrimônio também foi salientada pela CN através da administração que realizou de diversos museus localizados no país e da instalação de outros novos em vários prédios restaurados, nos quais se realizavam palestras e visitas guiadas, que promoviam e evocavam as possíveis influências positivas do passado.

A aptidão do patrimônio como ferramenta de ensino foi reforçada pelas intervenções físicas que a CN fazia nos Monumentos tombados. As intervenções arquitetônicas mais destacadas pela Comissão foram aquelas efetuadas em edifícios que possuíam uma importante carga simbólica como referentes da história argentina, como os *cabildos* de Buenos Aires e Salta e a Casa de Tucumán.

A intervenção da CNMMyLH nos Monumentos Históricos esteve aliada à questão de devolvê-los a um estado hipotético, que possivelmente nunca tenha existido, contudo não associado ao princípio de intervenção de Viollet-le-Duc de recriar um modelo arquitetônico ideal, mas sim ao de devolver aos Monumentos a feição que a CN achava que possuíam em um momento histórico específico, no qual tivesse ocorrido algum evento significativo para a história nacional. Portanto, a CN quis recriar um ambiente no qual a população pudesse impregnar-se da atmosfera em que se produziram as principais gestas patrióticas.

Nessas intervenções o objetivo era fazer uma “restauração verdadeira”, baseada em “documentos fidedignos”. Mas existiu uma contradição entre esse discurso e as ações realizadas (lembrar a “reconstrução exata” do Cabildo de Buenos Aires, embora não se guardassem suas proporções originais, ou a reconstrução da Casa de Tucumán com planos que não eram os originais). Nesta atuação deve-se reconhecer que existiu uma forte orientação para a obtenção de arquiteturas que promovessem um sentido de reverência ao passado histórico nacional.

O trabalho da CNMMyLH foi apoiado por uma importante divulgação de sua ação em meios diversos como jornais, revistas de turismo e de arquitetura, o que promoveu não só o conhecimento de seu trabalho, mas a preparação do público em geral para aceitar as intervenções no patrimônio. Mas apesar desse preparo, percebeu-se uma crítica em relação a algumas das intervenções (Cabildo de Buenos Aires, Companhia de Córdoba) sobressaindo nessas situações o conhecimento que possuía Mario Buschiazzo das teorias internacionais

contemporâneas sobre a preservação do patrimônio, o que lhe permitiu não apenas posicionar-se criticamente com relação a algumas delas, mas identificar-se com outras que davam aval a suas ações.

A intervenção da CN no conjunto da *Iglesia y Residencia de la Compañía de Jesús* em Córdoba cobra relevo por várias questões, entre elas o fato da intervenção integral proposta em 1940 por Buschiazzo, destinada a devolver-lhe o aspecto que devia ter na época colonial, ter sido barrada por solicitações dos padres jesuítas – deve-se perceber que o monumento, embora de "interesse público", pertencia à ordem. O motivo da precaução solicitada proveio de os padres considerarem que esta podia colocar em perigo a identificação afetiva que tinha a população com o monumento, concretamente com seu interior. Esta consideração foi totalmente inovadora no contexto das outras intervenções da época, nas que a Comissão foi praticamente o único agente a decidir sobre como seria feita a preservação. No caso da Companhia de Córdoba, a Comissão teve que encarar a mesma como obra de "conservação e depuração parcial", o que pode ter contribuído à percepção da necessidade de respeitar certas condicionantes não consideradas em outros trabalhos de restauração.

Essa limitação possivelmente permitiu aos responsáveis concentrarem-se em algumas tarefas destinadas a conservar e potencializar as mais valiosas características estéticas e arquitetônicas do conjunto, por exemplo: a limpeza e reparação das paredes exteriores, a recuperação das coberturas para preservar os tetos de madeira, a elaboração de um projeto de iluminação difusa para apreciar todos os detalhes do interior da igreja.

Todavia, devemos reconhecer que, ainda com os obstáculos apresentados pelos jesuítas, levou-se a cabo certa "depuração" destinada a obter uma aproximação com a imagem que se acreditava haver tido o edifício colonial. Exemplo do mesmo foi a reconstrução dos coroamentos das torres baseada em documentos gráficos, a demolição da biblioteca em planta alta, a troca de portas e pisos, o caiado de alguns cômodos, e a intervenção integral na *Capilla Doméstica*. Estas decisões nos informam que apesar do viés histórico da Comissão, que orientava a seleção dos bens tombados, a orientação arquitetônica das intervenções não respeitava a historicidade do Conjunto. E por isso mesmo as intervenções requereram soluções criativas destinadas a evitar o contraste entre o novo e o antigo – como foi a aplicação de terra sobre as superfícies que acabavam de ser rebocadas, para promover a formação de uma "pátina", ou a elaboração de maquetes em escala natural para avaliar qual seria a imagem final da reconstrução das torres.

Pode-se refletir que tanto o método para a definição do projeto quanto a pesquisa documental (um de seus componentes principais) eram atividades novas. Futuras pesquisas

poderão indicar se tal método ia sendo lapidado enquanto se aplicava, bem como se existiu aprimoramento da pesquisa em arquivos pelos próprios participantes da CN. Mas, também deve se destacar que existiu uma planificação detalhada das obras a ser realizadas, a partir de 1943, aproveitando-se a estrutura da DGA, o que permitiu absorver os imprevistos surgidos pelas próprias características do Conjunto ou por requerimentos de seus habitantes.

Durante a pesquisa, surgiu a percepção sobre a ausência de um estudo completo e aprofundado em relação ao trabalho de Carlos Onetto em nível nacional (além dos prédios mencionados em Córdoba e Misiones, ele trabalhou na Catedral de Córdoba e na Santa Casa de Ejercicios Espirituales de Buenos Aires), pesquisa que colaboraria para uma mais completa compreensão da história da preservação argentina.

A essa possível linha de estudo futura pode-se somar outra, que surge da identificação de uma preocupação em relação ao patrimônio que existiu em nível pan-americano. No final da década de 1930, a inquietação com a definição e conservação dos patrimônios nacionais configurou-se como uma questão pan-americana, não apenas pela aparição do mesmo problema em diversos países, mas pela circulação das idéias produzidas no continente em relação ao assunto. Desse modo, este trabalho permite vislumbrar (porque ainda se poderia ampliar muitíssimo mais) uma malha cultural, na qual intelectuais – além de se reconhecerem argentinos, brasileiros, mexicanos, bolivianos, norte-americanos – perceberam-se como americanos, acreditando no valor do próprio patrimônio e do intercâmbio das experiências mútuas. No período estudado, congressos, publicações, intercâmbio de profissionais e de experiências são dados que nos revelam uma inquietação continental que teve alargamentos nas décadas seguintes, e que, portanto, merecem ser estudados[115].

[115] Por exemplo, na contribuição do SPHAN com a recuperação do teto queimado da própria Igreja da Companhia de Jesus em Córdoba, na participação de Mario Buschiazzo na recuperação do centro histórico de San Juan de Puerto Rico, na formação do Instituto de Preservação do Paraguai.

Fontes e Bibliografia

1 Fontes Manuscritas

Arquivo da Família Onetto

ONETTO, Carlos L. *Cuaderno de la Compañía de Jesús en Córdoba*. San Isidro, Buenos Aires, 1941.

ONETTO, Carlos L. *Cuaderno de Jesús María*. San Isidro, Buenos Aires, 1942.

2 Fontes Impressas

2.1 Documentos

Arquivo da CNMMyLH, Buenos Aires

MARTÍNEZ PAZ, Enrique. Nota de 26 de setembro de 1938, Pasta Posta de Sinsacate.

SILVA, Francisco. Nota de 26 de dezembro de 1944, Pasta Posta de Sinsacate.

Arquivo da DGA, Córdoba

ARCHIVO DGA. *Memória de Obra*, enero de 1947.

ARCHIVO DGA. *Memória de Obra*, diciembre de 1947.

ARCHIVO DGA. 17 de octubre de 1944.

ARCHIVO DGA. 10 de noviembre de 1944.

BERMÚDEZ, Germán. *Obras ejecutadas*, 27 de mayo de 1950.

BUSCHIAZZO, Mario J. *Cuadros para ser restaurados y fotografiados*, 19 de diciembre de 1944.

FERRER, Ignacio P. *Solicitud de Presencia del Proyectista*, 20 de abril de 1945.

FERRER, Ignacio P. *Listado de trabajos y de trabajos que se suprimen del presupuesto aprobado*, octubre 1946.

LEVANTAMIENTO de la Iglesia y Residencia de los Padres Jesuitas en Córdoba, 1941.

MOP, NACIÓN. *Obras ejecutadas*, marzo de 1942.

MOP, NACIÓN. *Plan de Ejecución – obras en ejecución*, 1 de octubre de 1943.

MOP, NACIÓN. *Presupuesto de Obras*, 20 de julio de 1943.

ONETTO, Carlos, L. *Respuesta Solicitud de Presencia del Proyectista*, 10-12 mayo de 1945.

PROYECTO de intervención en la Iglesia y Residencia de los Padres Jesuitas, 1941.

SAAVEDRA CORIA, Arístides de. *Obras de 1950*, novembro de 1950.

WEISS, F. *Remisión de planos de relevamiento*, 11 de agosto de 1941.

WEISS, Federico. *Pedido de materiales originales para la restauración*, 19 julio de 1941.

WEISS, Federico. *Relevamiento*, 21 de julio de 1941.

WEISS, Federico. *Remisión de elementos para completar relevamiento*, 19 de agosto de 1941.

WEISS, Federico. *Relevamiento de ejes del edificio*, 23 de agosto de 1941.

2.2 Leis e Decretos

Ano 1938:

ARGENTINA. Ley 12.365 sancionada 14 de julio de 1938/ Prov. de Córdoba. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Ley 12.569 sancionada 30 de julio de 1938/ Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.

Ano 1939:

ARGENTINA. Ley 12.621 sancionada 30 de septiembre de 1939/ Prov. de Buenos Aires. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Ley 12.622 sancionada 30 de septiembre de 1939/ Prov. de Buenos Aires. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.

Ano 1940:

ARGENTINA. Ley 12.665 de 30 de septiembre de 1940. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 80.860 de 24 de diciembre de 1940/ Prov. de Córdoba. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Ley 12.648 sancionada 24 de septiembre de 1940/ Prov. de Santa Fe. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.

2.3 Decretos de Tombamento

Ano 1941:

ARGENTINA. Decreto 84005/41 de 7 de fevereiro de 1941. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 90.732 de 14 de mayo de 1941/ Prov. de Córdoba. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 95.687 de 14 de julio de 1941/ Prov. de Salta y Jujuy. Disponível em: < http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 98.076 de 12 de agosto de 1941/ Prov. de Catamarca y Tucumán. Disponível em: < http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 104.179 de 10 de octubre de 1941/ Prov. de Córdoba. Disponível em: < http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 104.180 de 28 de octubre de 1941/ Prov. de Buenos Aires. Disponível em: < http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 106.844 de 28 de noviembre de 1941/ Prov. de Catamarca. Disponível em: < http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 106.845 de 28 de noviembre de 1941/ Prov. de Córdoba. Disponível em: < http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 107.512 de 6 de diciembre de 1941/ Prov. de Mendoza y San Juan. Disponível em: < http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.

Ano 1942:

ARGENTINA. Decreto 112.099 de 24 de enero de 1942/ Prov. de Santiago del Estero y La Rioja. Disponível em: < http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 112.765 de 4 de febrero de 1942/ Prov. de Corrientes, Entre Ríos y Santa Fe. Disponível em: < http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 120.411 de 21 de mayo de 1942/ Prov. de Buenos Aires. Disponível em: < http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 120.412 de 21 de mayo/ Ciudad de Buenos Aires. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 122.096 de 9 de junio de 1942/ Ciudad de Buenos Aires. Disponível em: < http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 123.529 de 25 de junio de 1942/ Prov. de Santiago del Estero. Disponível em: < http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 137.845 de 10 de diciembre de 1942/ Prov. de Salta. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 137.846 de 10 de diciembre de 1942/ Prov. de Mendoza. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.

Ano 1943:
ARGENTINA. Decreto 2.478 de 13 de julio de 1943/ Prov. de Buenos Aires y Salta. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 3.369 de 25 de julio de 1943/ Prov. de Buenos Aires. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 6.115 de 20 de agosto de 1943/ Prov. de Buenos Aires. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.

ARGENTINA. Decreto 8.729 de 15 de septiembre de 1943/ Prov. de Neuquén y Rio Negro. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 11.146 de 13 de octubre de 1943/ Prov. de Buenos Aires y La Pampa. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 12.466 de 5 de noviembre de 1943/ Prov. de Santa Cruz. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 12.904 de 5 de noviembre de 1943/ Prov. de Buenos Aires. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 14.708 de 23 de noviembre de 1943/ Prov. de Salta. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 16.482 de 17 de diciembre de 1943/ Prov. de Catamarca, Chaco, Jujuy y Misiones. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 17.265 de 28 de diciembre de 1943/ Prov. de Rio Negro y Tierra del Fuego. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.

Ano 1944:

ARGENTINA. Decreto 8.350 de 10 de abril de 1944/ Prov. de Córdoba. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 14.189 de 7 de junio de 1944/ Prov. de Buenos Aires, Salta y Tucumán. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 21.483 de 12 de agosto de 1944/ Prov. de Salta. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
Decreto 26.250 de 26 de setiembre de 1944/ Prov. de Santa Fe. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.

Ano 1945:

ARGENTINA. Decreto 24.455 de 6 de octubre de 1945/ Prov. de Corrientes. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 30.825 de 10 de diciembre de 1945/ Prov. de Buenos Aires. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 30.833 de 10 de diciembre/ Prov. de Salta. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 30.834 de 10 de diciembre de 1945/ Prov. de Corrientes. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 30.835 de 10 de diciembre de 1945/ Prov. de Mendoza. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 30.836 de 10 de diciembre de 1945/ Prov. de Córdoba. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 30.837 de 10 de diciembre de 1945/ Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 30.838 de 10 de diciembre de 1945/ Prov. de Buenos Aires. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 30.839 de 10 de diciembre de 1945/ Prov. de Salta. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 31.453 de 10 de diciembre de 1945/ Prov. de Misiones. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.

Ano 1946:

ARGENTINA. Decreto 2.232 de 4 de julio de 1946/ Prov. de Buenos Aires, Córdoba, La Rioja, Mendoza y Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 2.233 de 4 de julio de 1946/ Prov. de Salta. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 2.236 de 31 de enero de 1946/ Prov. Corrientes, Entre Ríos, La Pampa, La Rioja, Mendoza, Salta, Santa Fe, Tucumán y Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 3.038 de 30 de enero de 1946/ Prov. de Buenos Aires y Santa Fe. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 3.039 de 31 de enero de 1946/ Prov. de Córdoba y Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 3.430 de 17 de julio de 1946/ Prov. de Corrientes. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.
ARGENTINA. Decreto 12.806 de 2 de octubre de 1946/ Prov. de Catamarca, Córdoba, San Juan, Santiago del Estero y Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Disponível em: <http://www.monumentosysitios.gov.ar/>. Acesso em: 12 ago. 2006.

2.4 Outras Fontes

AUTOMÓVIL CLUB ARGENTINO. *Guia de Viaje (Zona Sur).* Buenos Aires: Guillermo Kraft, 1943.

BOLETINES DE LA CNMMYLH. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad de Buenos Aires, n. 1- 8, 1938-45.

BOLETINES DE LA CNMMYLH. Buenos Aires: Ferrari Hermanos, n. 9, 12; 1946, 1952.

BUSCHIAZZO, Mario J. *Argentina:* monumentos históricos y arqueológicos. México: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1959.

_____ . La conservación de monumentos históricos y artísticos en América. In: V CONGRESO PANAMERICANO DE ARQUITECTOS, 1940, Montevideo. *Publicación Oficial*. Montevideo: Talleres Gráficos Urta y Corbelo, 1940. p. 436-441.

_____ . La destrucción de nuestros monumentos históricos. In: INSTITUTO DE ARTE AMERICANO E INVESTIGACIONES ESTÉTICAS MARIO J. BUSCHIAZZO, n. 31-32, 1996-1997, Buenos Aires. *Anales del…* Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1997. p. 73-78.

_____ . La restauración de monumentos históricos en la República Argentina. *Boletín de la Academia de Historia*, Buenos Aires, n. 37, p. 81-95, jul. 1965.

_____ . La restauración del Cabildo de Buenos Aires. In: V CONGRESO PANAMERICANO DE ARQUITECTOS, 1940, Montevideo. *Publicación Oficial*. Montevideo: Talleres Gráficos Urta y Corbelo, 1940. p. 425-435.

_____ . Prólogo. In: NADAL MORA, Vicente. *Estética de la arquitectura colonial y postcolonial argentina*. Buenos Aires: El Ateneo, 1946. p. VII-XIII.

CNMMyLH. Mapas de Ubicación de Monumentos Históricos. *Revista de Arquitectura*, Buenos Aires, n. 2, p. 159-165, abr. 1943.

IMPORTANTES reformas se introducirán en el templo de la Compañía. Córdoba (AR.), [matéria localizada no arquivo de Carlos Onetto].

LEVENE, Ricardo. *Historia de la Nación Argentina*. Tomo I. Buenos Aires: J. Lajouane & Cia. Editores, 1937.

_____ . *La cultura histórica y el sentimiento de Nacionalidad*. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1942.

ONETTO, Carlos L. Bóveda y cúpula de la Iglesia de la Compañía de Jesús en Córdoba. *Tecné*, Buenos Aires, n. 2, p. 33-34, 1942-1943.

_____ . Las ruinas de San Ignacio Miní. *Revista de Arquitectura*, Buenos Aires, p. 33-34, jul. 1944.

_____ . Restauración de la Iglesia de la Compañía de Jesús. *La Nación*, Buenos Aires, 2 ago. 1978. 2da. Sección, p. 1-2.

PERDERÁ sus vetustas líneas el convento de los jesuitas. *La Nación*, Buenos Aires, p. 5, 6 nov. 1944.

SALÓN NACIONAL de Arquitectura. *Revista de Arquitectura*, Buenos Aires, n. 2, p. 33-34, jan. 1942.

2.5 Fontes Iconográficas

ACERVO DA PREFEITURA DA CIDADE DE SALDÁN, Córdoba, Argentina.

ACERVO POSTA DE SINSACATE, Sinsacate, Córdoba.

ARQUIVO DA CNMMyLH, Cidade de Buenos Aires, Pasta Posta de Sinsacate.

ARQUIVO DA FAMÍLIA ONETTO, San Isidro, Buenos Aires.

AUTOMOVILISMO. Buenos Aires: Automóvil Club Argentino, n. 242, año XX, feb. 1940.

AUTOMOVILISMO. Buenos Aires: Automóvil Club Argentino, n. 245, año XX, mayo 1940.

AUTOMOVILISMO. Buenos Aires: Automóvil Club Argentino, n. 247, año XXI, jul. 1940.

AUTOMOVILISMO. Buenos Aires: Automóvil Club Argentino, n. 251, año XXI, nov. 1940.

AUTOMOVILISMO. Buenos Aires: Automóvil Club Argentino, n. 255, año XXI, marzo 1941.

AUTOMOVILISMO. Buenos Aires: Automóvil Club Argentino, n. 261, año XXI, sept. 1941

BOLETIN DE LA CNMMYLH. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad de Buenos Aires, n. 3, año 1940.

BOLETIN DE LA CNMMYLH. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad de Buenos Aires, n. 4, año 1941.

BUSCHIAZZO, Mario J. *Argentina:* monumentos históricos y arqueológicos. México: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1959.

CATTARUZZA, Alejandro. Descifrando pasados: debates y representaciones de la historia nacional. In: CATTARUZZA, Alejandro (dirección de tomo). *Crisis Económica, Avance del Estado e Incertidumbre Política (1930-1943)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2001. (Nueva Historia Argentina, t. VII).

GOBIERNO DE LA CIUDAD AUTONOMA DE BUENOS AIRES. *Árboles históricos y notables de la ciudad de Buenos Aires*. Buenos Aires: Digigraf, 2001.

GOLDMAN, Noemí (dirección de tomo). *Revolución, República, Confederación (1806-1852)*. 2. ed. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2005. (Nueva Historia Argentina, t. III).

GÓMEZ, José Luís. *Comportamiento estructural de la Iglesia de la Compañía de Jesús*. Córdoba (AR.): [s.n.], 2003. 1 CD-ROM.

GORELIK, Adrián. *La Grilla y el Parque:* espacio público y cultura urbana en Buenos Aires. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2004a.

GORELIK, Adrián & BALLENT, Anahí . País urbano o país rural: La modernización territorial y su crisis. In: CATTARUZZA, Alejandro (dirección de tomo). *Crisis Económica, Avance del Estado e Incertidumbre Política (1930-1943)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2001. (Nueva Historia Argentina, t. VII).

GUTMAN, Margarita. Noel ese desconocido. In: INSTITUTO DE ARTE AMERICANO E INVESTIGACIONES ESTÉTICAS MARIO J. BUSCHIAZZO, n. 25, 1987, Buenos Aires. Anales del... Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1987.

IERARDO, Esteban. *Pino de San Lorenzo* [200?]. Disponível em: <http://www.temakel.com/aipinoslorenzo.htm>. Acesso em: 25 ago. 2007.

KRONFUSS, Johannes. *Arquitectura colonial en la Argentina*. Córdoba (AR.): Ediciones Nuevo Siglo, 1998.

LASCANO GONZÁLEZ, Antonio. *Monumentos coloniales de Córdoba Colonial*. Córdoba (AR.): Era, 1986.

LEGNAZZI, Carlo. In: PAGE, Carlos. *El camino de las Estancias*. 3. ed. Córdoba (AR.): Comisión del Proyecto, 2002.

NICOLINI, Alberto. Angel Guido y las teorías estéticas de la fusión hispano-indígena. In: AMARAL, Aracy. *Arquitectura neocolonial:* América Latina, Caribe, Estados Unidos. São Paulo: Memorial/Fondo de Cultura Económica, 1994.

NUEVO PLAN para revalorizar el área central. *La Voz del Interior*, Córdoba, p. 13, 30 dic. 2007.

ONETTO, Carlos L. *Cuaderno de la Compañía de Jesús en Córdoba*. ARQUIVO DA FAMÍLIA ONETTO. San Isidro, Buenos Aires. 1941.

ONETTO, Carlos L. *Cuaderno de Jesús María*. ARQUIVO DA FAMÍLIA ONETTO. San Isidro, Buenos Aires. 1942.

PALLIÈRE, León. *Catedral de Córdoba*. 1864. 1 gravura litográfica. Disponível em: <http://www.acceder.gov.ar/es/1782286>. Acesso em: 25 ago. 2007.

PROYECTO de intervención en la Iglesia y Residencia de los Padres Jesuitas, 1941. DGA.

SALÓN NACIONAL DE ARQUITECTURA. *Revista de Arquitectura*, Buenos Aires, n. 2, jan. 1942.

<saldan-cordoba.com.ar>

URIBARREN, Alberto Julio.

URIBARREN, María Sabina.

3 Referências Bibliográficas

ALEXANDER, Ricardo J. Mario J. Buschiazzo: la audacia de un compromiso con América. In: INSTITUTO DE ARTE AMERICANO E INVESTIGACIONES ESTÉTICAS MARIO J. BUSCHIAZZO, n. 31-32, 1996-1997, Buenos Aires. *Anales del...* Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1997. p. 79-86.

ALONSO, Paula. La Unión Cívica Radical: fundación, oposición y triunfo (1890-1916). In: LOBATO, Mirta Zaida (dirección de tomo). *El progreso, la modernización y sus límites (1880-1916)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000. p. 209-260. (Nueva Historia Argentina, t. V).

AUTOMOVILISMO. Buenos Aires: Automóvil Club Argentino, n. 242, año XX, feb. 1940.

AUTOMOVILISMO. Buenos Aires: Automóvil Club Argentino, n. 255, año XXI, marzo 1941.

BANDIERI, Susana. Ampliando las fronteras: la ocupación de la Patagonia. In: LOBATO, Mirta Zaida (dirección de tomo). *El progreso, la modernización y sus límites (1880-1916)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000. p. 119-178. (Nueva Historia Argentina, t. V).

BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem*: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945). São Paulo: História Social USP / Loyola, 1999.

BOITO, Camillo. *Os Restauradores*. 2. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.

BOSCH, Beatriz. Ramón J. Cárcano: historiador y estadista. *Boletín de la Academia de Historia*, Buenos Aires, n. 68-69, p. 197- 206. 1995-1996.

BUCHRUCKER, Cristián. *Nacionalismo y peronismo*: la Argentina en la crisis ideológica mundial (1927-1955). Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1987. (Historia y Cultura).

CÁRCANO, Ramón J. *Mis primeros 80 años*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1944.

CARAFFA, Emilio. La Fachada de la Compañía de Jesús. *Diario Los Principios*, Córdoba (AR.), 3 abr. 1913.

CATTARUZZA, Alejandro. Descifrando pasados: debates y representaciones de la historia nacional. In: CATTARUZZA, Alejandro (dirección de tomo). *Crisis Económica, Avance del Estado e Incertidumbre Política (1930-1943)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2001. p. 429-476. (Nueva Historia Argentina, t. VII).

DE PAULA, Alberto. Bio-bibliografía del Arquitecto Mario J. Buschiazzo. In: INSTITUTO DE ARTE AMERICANO E INVESTIGACIONES ESTÉTICAS MARIO J. BUSCHIAZZO, n. 31-32, 1996-1997, Buenos Aires. *Anales del*... Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1997. p. 43-71.

_____ . Historia de la preservación en Argentina. *DANA*, Buenos Aires, n. 19, p. 70-78, 1984.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC/IPHAN, 2005.

FRANCO, Stella Maris Scatena. *Luzes e sombras na construção da Nação Argentina*: os manuais de História Nacional (1868-1912). 2000. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FURLONG, Guillermo. *Las industrias en el Río de la Plata desde la colonización hasta 1778*. Buenos Aires: Academia Nacional de Historia, 1978.

GAMA E ABREU, Jayme Cunha da. *Relatório dos sucessos mais importantes verificados no IV Congresso Pan-americano de Arquitetos*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1930.

GANDIA, Enrique de. La Academia Nacional de la Historia: breve noticia histórica. In: LEVENE, Ricardo (Director general). *Historia de la Nación Argentina*. Buenos Aires: El Ateneo. 1961. p. XLVII- LXXXV. v. 1.

GERCHUNOFF, Pablo & ANTÚNEZ, Damián. De la bonanza peronista a la crisis del desarrollo. In: TORRE, Juan Carlos (dirección de tomo). *Los años peronista (1943-1955)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2002. p. 125-205. (Nueva Historia Argentina, t. VIII).

GOLDMAN, Noemí (dirección de tomo). *Revolución, República, Confederación (1806-1852)*. 2. ed. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2005. p. 103-123. (Nueva Historia Argentina, t. III).

GÓMEZ, José Luís. *Comportamiento estructural de la Iglesia de la Compañía de Jesús*. Córdoba (AR.): [s.n.], 2003. 1 CD-ROM.

GONÇALVES, Cristiane Souza. *Metodologia para a restauração arquitetônica:* a experiência do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em São Paulo, 1937–1975. 2004. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

GORELIK, Adrián. *La Grilla y el Parque*: espacio público y cultura urbana en Buenos Aires. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2004a.

_____ . El comparatismo como problema: una introducción. *Prismas*. *Revista de historia intelectual*, Buenos Aires, Universidad Nacional de Quilmes, 8, [no paginada], 2004b.

GORELIK, Adrián & BALLENT, Anahí. País urbano o país rural: la modernización territorial y su crisis. In: CATTARUZZA, Alejandro (dirección de tomo). *Crisis Económica, Avance del Estado e Incertidumbre Política (1930-1943)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2001. p. 143-200. (Nueva Historia Argentina, t. VII).

GRAMUGLIO, María Teresa. La persistencia del nacionalismo. *Punto de Vista*, Buenos Aires, Año XVII, n. 50, p. 23-27, 1994.

GUTIÉRREZ, Ramón. El universo de las bibliotecas y la personalidad de Mario J. Buschiazzo. In: INSTITUTO DE ARTE AMERICANO E INVESTIGACIONES ESTÉTICAS MARIO J. BUSCHIAZZO, n. 31-32, 1996-1997, Buenos Aires. *Anales del...* Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1997. p. 127-134.

GUTIÉRREZ, Ramón. La polémica Noel Buschiazzo. In: JUNTA DE ANDALUCIA. *El arquitecto Martín Noel, su tiempo, su obra.* Sevilla: Consejería de Cultura, 1995. p. 239.

_____ . *Arquitectura y urbanismo en Iberoamérica*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1983.

GUTIÉRREZ, Ramón & PAGE, Carlos A. *La Catedral de Córdoba*. Córdoba (AR.): Fundación Centro, 1999.

GUTMAN, Margarita. Noel ese desconocido. In: INSTITUTO DE ARTE AMERICANO E INVESTIGACIONES ESTÉTICAS MARIO J. BUSCHIAZZO, n. 25, 1987, Buenos Aires. *Anales del...* Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1987. p. 48-58.

HERAS, Carlos. Homenaje a Ricardo Levene, Presidente de la CNMMyLH. *Boletín de la Academia de Historia Nacional*. [matéria localizada no arquivo da *Junta de Historia de Córdoba*].

KRONFUSS, Johannes. *Arquitectura colonial en la Argentina*. Córdoba (AR.): Ediciones Nuevo Siglo, 1998.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Viollet-le-Duc e o verbete "Restauração". In: VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2000. p. 9-24.

LASCANO GONZÁLEZ, Antonio. *Monumentos coloniales de Córdoba Colonial*. Córdoba (AR.): Era, 1986.

LOBATO, Mirta Zaida. Introducción. In: LOBATO, Mirta Zaida (dirección de tomo). *El progreso, la modernización y sus límites (1880-1916)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000a. p. 11-13. (Nueva Historia Argentina, t. V).

_____ . Estado, gobierno y política en el Régimen Conservador. In: LOBATO, Mirta Zaida (dirección de tomo). *El progreso, la modernización y sus límites (1880-1916)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000b. p. 179-207. (Nueva Historia Argentina, t. V).

_____ . Los trabajadores en la era del progreso. In: LOBATO, Mirta Zaida (dirección de tomo). *El progreso, la modernización y sus límites (1880-1916)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000c. p. 465-505. (Nueva Historia Argentina, t. V).

MARINSALDA, Juan Carlos. La casa histórica de la independencia de 1816 y la reconstrucción de Mario J. Buschiazzo. In: INSTITUTO DE ARTE AMERICANO E INVESTIGACIONES ESTÉTICAS MARIO J. BUSCHIAZZO, n. 31-32, 1996-1997, Buenos Aires. *Anales del...* Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1997. p. 107-125.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A História, cativa da memória?: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 34, p. 9-24, 1992.

_____ . Identidade Cultural e Arqueologia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico* Nacional, Rio de janeiro, n. 20, p. 33-36, 1984.

_____ . Palestra. *Primeira Jornada CICOP Brasil*, São Paulo, set. 2007.

ONETTO, María & SUSTERCIC, Darko B. Trascendencia de las restauraciones del arquitecto Carlos Onetto en Córdoba y en las Misiones. In: CONGRESO INTERNACIONAL JESUITAS 400 AÑOS EN CÓRDOBA, 1999, Córdoba (AR.): Universidad Nacional de Córdoba, 1999, t. 3. p. 265-283.

OTAVIO, Rodrigo. Cárcano y Brasil. In: GOBIERNO DE LA PROVINCIA DE CÓRDOBA. *Aproximaciones al gobernador Cárcano*. Colección Gobernadores de Córdoba. Córdoba

(AR.): Editorial Dirección de Difusión Secretaria General Gobierno de la Provincia, 1999. p. 79-89.

PAGE, Carlos A. La fachada de la Compañía de Jesús (Córdoba). *DANA*, Buenos Aires, n. 28/29, p. 40-43, 1990.

_____ . *La Manzana Jesuítica de la Ciudad de Córdoba*. Córdoba (AR.): Talleres Gráficos Eudecor, 1999.

PESSOA, José (Org.). *Lucio Costa*: documentos de trabalho. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

PRIVITELLIO, Luciano de. La política bajo el signo de la crisis. In: CATTARUZZA, Alejandro (dirección de tomo). *Crisis Económica, Avance del Estado e Incertidumbre Política (1930-1943)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2001. p. 97-142. (Nueva Historia Argentina, t. VII).

RICOEUR, Paul. *Ideologia e utopia*. Lisboa: Edições 70, 1991.

_____ . *La memoria, la historia, el olvido*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2004.

SALVATORE, Ricardo. Consolidación del régimen rosista (1935-1952). In: GOLDMAN, Noemí (dirección de tomo). *Revolución, República, Confederación (1806-1852)*. 2. ed. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2005. p. 323-380. (Nueva Historia Argentina, t. III).

SIGAL, Silvia. Intelectuales y peronismo. In: TORRE, Juan Carlos (dirección de tomo). *Los años peronista (1943-1955)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2002. p. 481-521. (Nueva Historia Argentina, t. VIII).

SILVESTRI, Graciela. Postales Argentinas. In: ALTAMIRANO, Carlos. *La Argentina en el siglo XX*. Buenos Aires: Ariel, 1999. p. 111-135.

_____ . Patrimonio. In: *Diccionario de Arquitectura en la Argentina*. Buenos Aires: Clarín, 2004. p. 50-59.

SVAMPA, Maristella. *El dilema argentino*: civilización o barbarie. De Sarmiento al revisionismo peronista. Buenos Aires: Imago Mundi, 1994.

V CONGRESO PANAMERICANO DE ARQUITECTOS, 1940, Montevideo. *Publicación Oficial.* Montevideo: Talleres Gráficos Urta y Corbelo, 1940.

VIOLET LE DUC, Eugene. *Restauração.* Cotia: Ateliê Editorial, 2000.

4 Entrevistas

GORELIK, Adrián. Entrevista dada a M. Sabina Uribarren, em novembro de 2006.

GÓMEZ, José Luís. Entrevista dada a M. Sabina Uribarren, em dezembro de 2005.

NORES, José Luís. Entrevista dada a M. Sabina Uribarren, em dezembro de 2005.

5 Bibliografia Consultada

ACOSTA, María Martina. Imaginários da modernidade: arquitetura em Santa Fé, 1930-1950. 2003. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2003.

AMARAL, Aracy. *A hispanidade em São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1980.

_____ . *Arquitectura neocolonial:* América Latina, Caribe, Estados Unidos. São Paulo: Memorial/Fondo de Cultura Económica, 1994.

ANDRADE, Antonio Luiz Dias de. *Um estado completo que pode jamais ter existido.* 1993. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

ARANTES, Antonio Augusto. *Produzindo o passado:* estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

BRESSAN PINHEIRO, Maria Lúcia. *O Neocolonial e suas relações com o modernismo e com a preservação do patrimônio no Brasil.* 2004. Relatório Final da Pesquisa – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BUSCHIAZZO, Mario J. La Iglesia de la Compañía de Jesús. In: *Cuadernos de Arte Argentino. Cuaderno XII*. Buenos Aires: Academia Nacional de Bellas Artes, 1942.

CARCANO, Ramón J. *Páginas Errantes.* Buenos Aires: Ediciones de la Facultad, 1924.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Cidadania Cultural*: o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____ . *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CHOAY, Françoise. Sete Proposições Sobre o Conceito de Autenticidade e o seu Uso nas Práticas do Patrimônio Histórico (*Sept propositions sur le concept d'authenticité et son usage dans les practiques du patrimoine historique*). In: Conference de Nara sur l'Authenticité. Paris: Unesco, 1995.

DICCIONARIO DE ARQUITECTURA EN LA ARGENTINA. Buenos Aires: Ediciones Clarín, 2004.

DICCIONARIO ILUSTRADO LAROUSSE. Santa Fe de Bogotá: Printer Colombiana, 1994.

DUTARI RODRÍGUEZ, S. La Fachada de la Compañía de Jesús. *Diario Los Principios*, Córdoba (AR.), 6 abr. 1913.

DUTARI, Luis S. Vuelve Rosas? *Diario La Nación*, Buenos Aires, 14 ene. 1986.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Empleo de madera para vivienda. Disponível em: http://www.fao.org/documents/show_cdr.asp?url_file=/docrep/c3848s/c3848s06.htm. Acesso em: 4 nov. 2005.

GORELIK, Adrián. *Das vanguardas a Brasília:* cultura urbana e arquitetura na América Latina. Tradução Maria Antonieta Pereira. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Gualcira Lopes Louro. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HARY, Pablo. Apuntes Arquitectónicos sobre las bóvedas de madera. *Revista de Arquitectura*, Buenos Aires, p. 25-29, ago.1917.

HOBSBAWM, Eric (Org.) & RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1964.

INSPECCIONARON los daños en la Compañía de Jesús. *Diario La Voz del Interior*, Córdoba (AR.), 23 nov. 2003.

JOKILEHTO, Jukka. *A History of Architectural Conservation*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1999.

LA FACHADA de la Compañía de Jesús. [asamblea popular], *Diario Los Principios*, Córdoba (AR.), 3 abr. 1913.

LA FACHADA de la Compañía de Jesús. [opinión anónima], *Diario Los Principios*, Córdoba (AR.), 4 abr. 1913.

LERIDA, Felipe. Reformas de la Iglesia del Salvador. *Revista de Arquitectura*, Buenos Aires, p. 299-306, jul. 1944.

LO VIEJO y lo nuevo. *Diario La Nación*, Buenos Aires, 9 abr. 1913.

LUGON, Clovis. *A república comunista cristã dos Guaranis, 1610-1768*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MAEDER, Ernesto & GUTIÉRREZ, Ramón. La imaginería jesuítica en las Misiones del Paraguay. In: *Anales del Instituto de Arte Americano e Investigaciones Estéticas*. Buenos Aires, 1970.

MEDRANO, Ricardo Hernán. *São Paulo e Buenos Aires: urbanismo e arquitetura (1870-1915)*. 2003. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MELLAFE, Ronaldo. *Negro Slavery in Latin America.* Berkeley: University of California Press, 1975.

MOYANO LÓPEZ, R. La fachada de la Compañía de Jesús. *Diario Los principios*, Córdoba (AR.), 2 abr. 1913.

ONETTO, Carlos. *San Ignacio Miní*: un testimonio que debe perdurar. Buenos Aires: Dirección Nacional de Arquitectura Gráfica Valero, 1999.

ONETTO, Carlos L. Policromía en la Catedral de Córdoba. *Diario La Nación*, Buenos Aires, 2 jan. 1986.

_____ . Vuelve Rosas? *Diario La Nación*, Buenos Aires, 15 fev. 1986.

PAGE, Carlos A. *Educación y evangelización, la experiencia de un mundo mejor*. Córdoba (AR.): Universidad Católica de Córdoba y Agencia Nacional de Promoción Científica y Tecnológica, 2005.

_____ . *El camino de las Estancias*. 3. ed. Córdoba (AR.): Comisión del Proyecto, 2002.

_____ . El legado jesuítico en Córdoba (Argentina). Aciertos y extravíos en la experiencia de un siglo de intervenciones arquitectónicas. *Contratiempo*, Buenos Aires, año 2, n. 5, primavera 2002. Disponível em: <http://www.revistacontratiempo.com.ar/page.htm>. Acesso em: 27 de fev. de 2006.

_____ . *La Estancia Jesuítica de Alta Gracia*. Córdoba (AR.): Ediciones Eudecor, 2000.

PASTRANA, Ernesto J. La Capilla del Plumerillo, el edificio actual y el edificio histórico. *Revista de Arquitectura*, Buenos Aires, jul. 1945.

PAUQUE, Florián. *Hacia allá y para acá*: una estada entre los indios mocobies, 1749-1767. Buenos Aires: Universidad Nacional de Tucumán, 1942.

PRADO, Maria Lígia Coelho. Repensando a História Comparada da América Latina. *Revista de História do Departamento de História da USP*, São Paulo, n. 153, p. 11-33, segundo semestre 2005.

PROCURAN reparar la Capilla Doméstica. *Diario La Voz del Interior*, Córdoba (AR.), 9 Jul. 2005. Disponível em: http://www.lavozdelinterior.com.ar/defaultak.asp?edicion=/05/11/27/. Acesso em: 27 nov. 2005.

RICOEUR, Paul. *História e Verdade*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

ROMERO, José Luis. *Breve Historia de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997.

SARLO, Beatriz. *A paixão e a Exceção*. Tradução Rosa Freire d'Agiar et al. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

_____ . *Tempo Pasado*: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução Rosa Freire d'Agiar. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
_____ . *Una modernidad periférica*: Buenos Aires, 1920 y 1930. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1988.

SIGUEN las obras en la Capilla Doméstica. *Diario La Voz del Interior*, Córdoba (AR.), 16 ago. 2005. Disponível em: http://www.lavozdelinterior.com.ar/defaultak.asp?edicion=/05/11/27/. Acesso em: 27 nov. 2005.

TERAN, Oscar. La tradición liberal. *Revista Punto de Vista*, Buenos Aires, Año XVII, n. 50, p. 28-31, 1994.

TORRE, Juan Carlos. Introducción a los años peronistas. In: TORRE, Juan Carlos (dirección de tomo). *Los años peronistas (1943-1955)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2002. p. 11-77. (Nueva Historia Argentina, t. VIII).

TRABAJOS PREMIADOS: "UNA POSTA". *Revista de Arquitectura*, Buenos Aires, p. 45-48, fev. 1943.

UN TESORO expuesto al desastre. *Diario La Voz del Interior*, Córdoba (AR.), 14 jul. 2005. Disponível em: http://www.lavozdelinterior.com.ar/defaultak.asp?edicion=/05/11/27/. Acesso em: 27 nov. 2005.

WAISMAN, Marina. *La estructura histórica del entorno*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1985.

Pesquisa realizada em Instituições

Argentina

Arquivos

Arquivo *Carlos Onetto* – San Isidro, Buenos Aires.
Arquivo da *Comisión Nacional de Museos, Monumentos y Lugares Históricos* – Buenos Aires.
Arquivo da *Dirección General de Arquitectura* – Córdoba.

Bibliotecas

Biblioteca da Ciudad de Córdoba – Córdoba.
Biblioteca da Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño da Universidad Nacional de Córdoba
Biblioteca da Junta de História de Córdoba – Córdoba.
Biblioteca da Legislatura de Córdoba –Córdoba.
Biblioteca da Sociedad Central de Arquitectos – Buenos Aires.
Biblioteca do Automóvil Club Argentino – Buenos Aires.

Brasil

Bibliotecas

Biblioteca da FAU-USP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
Biblioteca da FAU-Maranhão – Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
Biblioteca da FFLCH-USP – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Biblioteca do IEB-USP – Institutos de Estudos Brasileiros.
Biblioteca da FD-USP – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.
Biblioteca do MAE-USP – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.
Biblioteca do MP-USP – Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

Lista de Figuras

Capítulo 1

Figura	Título	Página
1.1	Casa de Tucumán, previamente a sua demolição	**28**
1.2	Casa de Ricardo Rojas	**28**
1.3	Cabildo de Buenos Aires, aproximadamente 1910	**29**
1.4	Cabildo de Buenos Aires, década de 1930	**29**
1.5	Cômodo que subsistiu da Casa de Tucumán original, década de 1930	**30**
1.6	Edifício que protegia o cômodo que subsistiu da Casa de Tucumán, década de 1930	**30**
1.7	Inauguração das obras de restauração do Cabildo de Luján, Buenos Aires	**33**
1.8	Cerimônia realizada no Museu Histórico Nacional	**37**
1.9	Rascunho feito por Ramón J. Cárcano para a placa comemorativa de Sinsacate	**45**
1.10	Capela da *posta* de Sinsacate	**45**
1.11	Catedral de Córdoba, década de 1930	**46**
1.12	Desenhos de Mario Buschiazzo sobre as capelas rurais argentinas	**48**
1.13	Desenhos de Mario Buschiazzo sobre as capelas rurais argentinas	**48**
1.14	Croquis de Carlos Onetto sobre a estância jesuítica de *Jesús María*	**50**
1.15	Croquis de Carlos Onetto sobre a estância jesuítica de Jesús María	**50**
1.16	Catedral de Córdoba durante a intervenção de Onetto em 1948	**50**

Capítulo 2

Figura	Título	Página
2.1	Casa de los Otero, desenhada por J. Kronfuss	**55**
2.2	Casa de los Allende, desenhada por J. Kronfuss	**55**
2.3	Rodovia em Salta	**60**
2.4	Capa da Revista *El Hogar*	**60**
2.5	Revista *Automovilismo*, novembro de 1940	**64**
2.6	Guia de Viagem do ACA, Região Noroeste	**64**
2.7	Revista *Automovilismo*, fevereiro de 1940	**66**
2.8	Revista *Automovilismo*, março de 1941	**67**
2.9	Museu de Jesús María	**71**
2.10	Museu da *Posta de Sinsacate*	**71**
2.11	Escola de *San Francisco del Monte de Oro*	**72**
2.12	Capa do Boletim da CNMMyLH, 1942	**74**
2.13	Placa de homenagem a Belgrano	**74**
2.14	Reconstrução gráfica feita por Carlos Onetto sobre a Missão de *San Ignácio Miní*	**76**
2.15	Plano com a localização de bens tombados ou próximos a sê-lo na Argentina, 1943	**76**
2.16	Plano com os monumentos tombados na cidade de Buenos Aires, 1943	**77**
2.17	Plano com os monumentos tombados na cidade de Córdoba, 1943	**77**

Capítulo 3

Figura	Título	Página
3.1	O pinheiro de *San Lorenzo*, Santa Fé	**81**
3.2	O *aguaribay* do Perito Moreno, Cidade de Buenos Aires	**81**
3.3	A magnólia de Avellaneda, Cidade de Buenos Aires	**81**
3.4	O *pacará* de Segurola, Cidade de Buenos Aires	**81**
3.5	A nogueira de San Martín, em Saldán, década de 1940, Córdoba	**82**
3.6	A nogueira de San Martín, em Saldán, década de 1990, Córdoba	**82**
3.7	A nogueira de San Martín, em Saldán, galho localizado na prefeitura de Saldán, Córdoba	**82**
3.8	Sepulcro de Frei Mamerto Esquiú, Córdoba	**83**
3.9	Capela de Chamical, Salta	**89**
3.10	Panteão das Glorias do Norte, Salta	**89**
3.11	Patrimônio cordovês publicado na Revista *Automovilismo*	**90**
3.12	*Bóvedas de Uspallata*, Mendoza	**90**
3.13	*Paso Picheuta*, Mendoza	**90**
3.14	Campo de adestramento do *Plumerillo*, Mendoza	**90**
3.15	Convento de San Carlos, Santa Fé	**90**
3.16	Palácio *San José*, Entre Ríos	**92**
3.17	Honorável Senado da Nação, Entre Ríos	**92**
3.18	Finca de Castañares, Salta	**97**
3.19	Posta de Yatasto, Salta	**97**
3.20	Igreja de San Francisco, em Salta	**98**
3.21	Convento de San Bernardo, em Salta	**98**

3.22	Porta do convento de San Bernardo, em Salta	**107**
3.23	Detalhe da porta do convento de San Bernardo, em Salta	**107**
3.24	Aquarela sobre o *cabildo* de Buenos Aires	**112**
3.25	*Cabildo* de Buenos Aires, depois da restauração da CNMMyLH	**112**
3.26	*Cabildo* de Salta, antes da restauração da CNMMyLH	**114**
3.27	*Cabildo* de Salta, depois da restauração da CNMMyLH	**114**
3.28	*Cabildo* de Salta, durante a restauração da CNMMyLH	**114**
3.29	*Cabildo* de Salta, durante a restauração da CNMMyLH	**114**

Capítulo 4

Figura	**Título**	**Página**
4.1	Capela do Obispo Mercadillo	**116**
4.2	Catedral de Córdoba	**116**
4.3	Cabido de Córdoba	**116**
4.4	Casa do Marqués de Sobremonte	**116**
4.5	Colégio Nacional de Monserrat	**116**
4.6	Estância jesuítica de Jesús María	**116**
4.7	Estância jesuítica de La Candelaria	**116**
4.8	Estância jesuítica de Santa Catalina	**116**
4.9	Estância jesuítica de Alta Gracia	**116**
4.10	Estância jesuítica de Caroya	**116**
4.11	Igreja de San Roque	**116**

4.12	Igreja de Las Teresas	**116**
4.13	Capela de Candonga	**116**
4.14	Capela da *posta* de Sinsacate	**116**
4.15	Fotografia aérea do centro da Cidade de Córdoba	**118**
4.16	Fotografia aérea do Conjunto da Igreja da Companhia e da Residência dos Padres, em Córdoba	**119**
4.17	Planta do Conjunto da Igreja da Companhia e da Residência dos Padres, em Córdoba	**120**
4.18	Estrutura da cobertura da igreja da Companhia, na cidade de Córdoba	**122**
4.19	Estrutura da cúpula da igreja da Companhia, na cidade de Córdoba	**122**
4.20	Detalhe da estrutura da abóbada da igreja da Companhia, na cidade de Córdoba	**122**
4.21	Detalhe da abóbada da igreja da Companhia, na cidade de Córdoba	**122**
4.22	Detalhe da abóbada da igreja da Companhia, na cidade de Córdoba	**122**
4.23	Detalhe da cúpula da igreja da Companhia, na cidade de Córdoba	**123**
4.24	Detalhe da abóbada da igreja da Companhia, na cidade de Córdoba	**123**
4.25	Detalhe do forro da igreja da Companhia, na cidade de Córdoba	**124**
4.26	Detalhe do friso perimetral da igreja da Companhia, na cidade de Córdoba	**124**
4.27	Porta cancela da igreja da Companhia, hoje localizada na Catedral de Córdoba	**125**
4.28	Sacrário da igreja da Companhia, hoje na igreja de Tulumba	**125**
4.29	Revestimento em mármore, interior da igreja da Companhia, na cidade de Córdoba	**126**
4.30	Revestimento em mármore, interior da igreja da Companhia, na cidade de Córdoba	**126**
4.31	Revestimento em mármore, interior da igreja da Companhia, na cidade de Córdoba	**126**
4.32	Revestimento em mármore, interior da igreja da Companhia, na cidade de Córdoba	**126**
4.33	Gravura de Pallière, aproximadamente 1864	**128**
4.34	Torres da Companhia em Córdoba, década de 1930	**128**

4.35	Projeto de Guido Buffo para a fachada da Companhia de Córdoba	**129**
4.36	Detalhe do telhado da Capela Doméstica, Córdoba	**130**
4.37	Detalhe do telhado da Capela Doméstica, Córdoba	**130**
4.38	Retábulo da Capela Doméstica	**130**
4.39	Interior da Capela Doméstica	**130**
4.40	Ermida da Residência dos Padres Jesuítas, em Córdoba	**131**
4.41	Decoração de parede, na Residência	**131**
4.42	Refeitório da Residência	**132**
4.43	Portada da Capela Doméstica	**132**
4.44	Croquis de Carlos Oneto, interior da Companhia de Córdoba	**137**
4.45	Levantamento feito por Carlos Onetto, friso perimetral da Companhia	**137**
4.46	Levantamento feito por Carlos Onetto, forro da Capela Doméstica	**137**
4.47	Projeto da intervenção no Conjunto de Córdoba, *Revista de Arquitecura*, 1942	**138**
4.48	Projeto da intervenção no Conjunto de Córdoba, *Revista de Arquitecura*, 1942	**138**
4.49	Projeto da intervenção no Conjunto de Córdoba, *Revista de Arquitecura*, 1942	**138**
4.50	Gravura de Herrera y Loizaga, 1715	**142**
4.51	Levantamento feito pela DGA das cúpulas barrocas das torres	**142**
4.52	Levantamento feito pela DGA das cúpulas barrocas das torres	**142**
4.53	Porta da Igreja Catedral de Córdoba	**143**
4.54	Porta da Igreja da Companhia de Jesus em Córdoba	**143**
4.55	Projeto feito pela DGA para substituir o comungatório de mármore	**145**
4.56	Comungatório de madeira que serviu de modelo para o projeto	**145**
4.57	Balaustrada do coro da Igreja da Companhia em Córdoba	**145**

4.58	Gravura do Conjunto feita por Kronfuss	**145**
4.59	Fachada da Companhia antes da intervenção da CNMMyLH	**146**
4.60	Fachada da Companhia depois da intervenção da CNMMyLH	**146**
4.61	Telhados do Conjunto da Igreja da Companhia e da Residência dos Padres	**147**
4.62	Janela descoberta durante a demolição da biblioteca em planta alta	**147**
4.63	Fachada lateral do Conjunto, Rua Caseros, antes da intervenção da CN	**148**
4.64	Fachada lateral do Conjunto, Rua Caseros, depois da intervenção da CN	**148**
4.65	Andaimes que cobriam a fachada da igreja da Companhia	**153**
4.66	Equipe de trabalho que participou nas obras do Conjunto	**153**
4.67	Trabalhos de recuperação da fachada	**153**
4.68	Trabalhos no coroamento da torre norte	**153**
4.69	Trabalhos no coroamento da torre norte	**153**
4.70	Trabalhos no coroamento da torre norte	**153**
4.71	Cômodos em volta do jardim dos Padres	**155**
4.72	Jardim da Residência dos Padres	**155**
4.73	Parede da ermida da Residência dos Padres	**155**
4.74	Interior da Capela Doméstica	**156**
4.75	Chão de tijolo colonial da Capela Doméstica	**156**
4.76	Interior da Capela Doméstica, janela descoberta durante os trabalhos da CN	**156**
4.77	Interior do coroamento piramidal da torre sul.	**157**
4.78	Abobadilha na base do coroamento da torre sul.	**157**

Anexo A - Lista de Bens Tombados pela CNMMyLH entre 1938 e 1946

Referências:

L.H.: Lugar Histórico
M.H.: Monumento Histórico
A: Valor Artístico
Â: Valor Arquitetônico
Ä: Valor de Antigüidade - Excepcionalidade
T: Importância para o turismo
E: Valor Educativo
N: Valor de Nacionalidade
H: Valor Histórico
S.D.: Sem dados
Dto.: Decreto

	Província	Bem protegido	Declaratória	Atributo	Valor	Ano
1	Cdad. Buenos Aires	*Sede del Congreso de 1880*	M.H. Lei 12.569	República	H	1938
2	Córdoba	*Colegio Nacional de Monserrat (Manzana Jesuítica)*	M.H. Lei 12.365		S.D.	1938
3	Buenos Aires	*Pirámide de los Libres del Sur*	M.H. Lei 12.621	Oposição a Rosas	H	1939
4	Buenos Aires	*Mausoleo de los Caídos en la batalla de Chascomús*	L.H. Lei 12.622		H	1939
5	Santa Fe	*Convento de San Carlos Borromeo y Campo de la Gloria*	M.H. Lei 12.648	San Martín Combate de San Lorenzo	H	1940
6	Córdoba	*Iglesia y Colegio de la Compañía de Jesús (Manzana Jesuítica)*	M.H. Dto. 80.860	Extraordinário valor artístico e histórico	H/A	1940
7	Jujuy	*Iglesia de la Asunción, Casabindo*	M.H. Dto. 95.687	Tesouros em pinturas e talhas coloniais	A	1941
8	Jujuy	*Capilla de Huacalera*	M.H. Dto. 95.687	Lavalle Alto valor H/A	H/A	1941
9	Jujuy	*Iglesia de Ntra. Sra. dela Candelaria y San Antonio (Humahuaca)*	M.H. Dto. 95.687	Alto valor histórico e artístico	H/A	1941
10	Jujuy	*Iglesia de Santa Rosa*	M.H. Dto. 95.687	Independência	H/A	1941

	Província	Bem protegido	Declaratória	Atributo	Valor	Ano
11	Jujuy	*Cabildo de San Salvador de Jujuy*	M.H. Dto. 95.687	Independência	H	1941
12	Jujuy	*Capilla de Santa Bárbara*	M.H. Dto. 95.687		Â	1941
13	Jujuy	*Casa donde fue muerto el Gral. Lavalle*	M.H. Dto.95.687	Oposição a Rosas	H	1941
14	Jujuy	*Iglesia de Nuestra Señora del Rosario (Tilcara)*	M.H. Dto. 95.687		H/A	1941
15	Jujuy	*Iglesia de Ntra. Sra. de los Dolores (Tumbaya)*	M.H. Dto. 95.687		H/A	1941
16	Jujuy	*Iglesia de San Francisco de Paula y la Santa Cruz de Uquía*	M.H. Dto. 95.687	Padre Lozano Alto Valor H/A	H/A	1941
17	Jujuy	*Iglesia de Ntra. Sra. Del Rosario y San Francisco (Yavi)*	M.H. Dto. 95.687	Pintura e Talha colonial	A	1941
18	Mendoza	*Capilla del Plumerillo (Antiguo Oratorio de los Segura)*	M.H. Dto. 107.512	Pío IX	H	1941
19	Mendoza	*Ruinas del Templo de San Francisco*	M.H. Dto. 107.512	San Martín	T	1941
20	Mendoza	*Campo del Plumerillo*	L.H. Dto. 107.512	San Martín	H	1941
21	Mendoza	*Chacra San Martín*	L.H. Dto. 107.512	San Martín	H	1941
22	Mendoza	*Solar de San Martín*	L.H. Dto. 107.512	San Martín	H	1941
23	Salta	*Finca del Gral. Güemes en La Cruz*	M.H. Dto. 95.687	Güemes Independência	H	1941
24	Salta	*Catedral de la Ciudad de Salta*	M.H. Dto. 95.687	Güemes Independência	Â/H	1941
25	Salta	*Iglesia y Convento de San Bernardo*	M.H. Dto. 95.687		Â	1941
26	Salta	*Iglesia de San Francisco*	M.H. Dto. 95.687	Valor ambiental	Â	1941
27	Salta	*Finca de Castañares*	M.H. Dto. 95.687	San Martín Belgrano	H	1941
28	Salta	*Posta de Yatasto*	M.H. Dto. 95.687	San Martín Belgrano	H	1941
29	Salta	*Campo de batalla de Salta*	L.H. Dto. 95.687	Belgrano Independência	H	1941
30	San Juan	*Colegio de Pensionistas de Santa Rosa*	M.H. Dto.107.512	República F. J.Santa Maria de Oro	H/Â	1941

	Província	Bem protegido	Declaratória	Atributo	Valor	Ano
31	San Juan	*Baños del Zonda*	L.H. Dto. 107.512	Sarmiento: *"las ideas no se matan"*	H	1941
32	San Luis	*Aguada de Pueyrredón*	L.H. Dto. 107.512	Pueyrredón	H	1941
33	San Luis	*Campamento de las Chacras*	L.H. Dto. 107.512	San Martín	H	1941
34	San Luis	*Escuela de San Fco. del Monte de Oro*	L.H. Dto. 107.512	Sarmiento	H	1941
35	Tucumán	*Capilla de Ntra. Sra. De la Candelaria*	M.H. Dto. 98.076	Antiguidade	H/Â/Ä	1941
36	Tucumán	*Capilla de San Ignacio*	M.H. Dto. 98.076	Jesuítas, antiguidade, mérito artístico	H/A/Â Ä	1941
37	Tucumán	*Casa de la Independencia*	M.H. Dto. 98.076	Independência, antiguidade, mérito artístico	H	1941
38	Tucumán	*Casa Natal de Nicolás Avellaneda*	M.H. Dto. 98.076	República Liberalismo	H	1941
39	Tucumán	*Casa del Obispo Colombres*	M.H. Dto. 98.076	Produção, exemplo de casa colonial	H/Â	1941
40	Tucumán	*Catedral de San Miguel de Tucumán*	M.H. Dto. 98.076	Imagens Sacras	A	1941
41	Tucumán	*Campo de las Carreras (Batalla de Tucumán)*	L.H. Dto. 98.076	Independência Belgrano	H	1941
42	Buenos Aires	*Quinta Pueyrredón*	M.H. Dto. 104.180	Independência San Martín/Pueyrredón Exemplo de arq. colonial	H/Â	1941
43	Cdad. B.Aires	*Iglesia de Ntra. Sra. De la Merced*	M.H. Dto. 120.412	Arqs. Blanqui e Prímoli	Â	1941
44	Cdad. B. Aires	*Dársena Norte (Combate Naval de Los Pozos)*	L.H. Dto. 120.412	Guerra contra o Brasil Soberania	H	1941
45	Catamarca	*Iglesia de San Pedro de Fiambalá*	M.H. Dto. 106.844	Jóia do mais puro Estilo colonial	Â	1941
46	Catamarca	*Capilla Ntra. Sra. del Rosario en Piedra Blanca*	M.H. Dto. 98.076		Â	1941
47	Catamarca	*Capilla del Señor de los Milagros*	M.H. Dto. 98.076	Esquiú	H/Â	1941
48	Catamarca	*Catedral de Nuestra Señora del Valle*	M.H. Dto. 98.076	Santuário Nacional	A/N	1941
49	Catamarca	*Iglesia y Convento de San Francisco*	M.H. Dto. 98.076	Escola de homens notaveis	H/A	1941
50	Córdoba	*Estancia Jesuítica de Alta Gracia y Museo del Virrey Liniers*	M.H. Dto. 90.732	Estância jesuítica Arq. Blanqui, templo muito original	Â	1941

	Província	Bem protegido	Declaratória	Atributo	Valor	Ano
51	Córdoba	*Estancia Jesuítica de Santa Catalina*	M.H. Dto. 90.732	Fachada barroca, produção dos jesuítas	Â	1941
52	Córdoba	*Cabildo de la Ciudad de Córdoba*	M.H. Dto. 90.732	De grandes linhas arquitetônicas, independência	Â/H	1941
53	Córdoba	*Sector Casa del Obispo Mercadillo*	M.H. Dto. 90.732	Localização	T	1941
54	Córdoba	*Capilla de San Roque*	M.H. Dto.104.179	Independência Batalhas Tablada e Oncativo	Â/T/H	1941
55	Córdoba	*Casa del Virrey Sobre Monte*	M.H. Dto. 90.732	Exemplo de arq. Civil Museu Colonial	Â	1941
56	Córdoba	*Catedral de la ciudad de Córdoba*	M.H. Dto. 90.732	Arq. Blanqui, jóia artística da arquitetura colonial	A/Â	1941
57	Córdoba	*Convento e Iglesia de Santa Teresa*	M.H. Dto. 106.845	Exemplo de Arte Colonial	A/Â	1941
58	Córdoba	*Estancia Jesuítica de la Candelaria*	M.H. Dto. 106.845	Jesuíta, produção	A/H	1941
59	Córdoba	*Estancia Jesuítica de Caroya*	M.H. Dto. 90.732	Primeira fábrica de armas, jesuítas	H	1941
60	Córdoba	*Ig. y Convento de Jesús Maria (San Isidro)*	M.H. Dto. 90.732	Jesuítas, construção e motivos ornamentais	H/Â/T	1941
61	Córdoba	*Capilla del Rosario de Candonga*	M.H. Dto. 90.732	Jesuítas, construção de abóbada	H/Â	1941
62	Córdoba	*Posta de Sinsacate*	M.H. Dto. 90.732	Edifício colonial Cárcano lembra F. Quiroga	H/T/A	1941
63	Córdoba	*Finca de Saldán*	L.H. Dto. 104.179	San Martín	H	1941
64	La Rioja	*Tapiales de Las Pardecitas*	L.H. Dto. 112.099	Catequese índio	H	1942
65	Salta	*Iglesia de San Pedro Nolasco de los Molinos*	M.H. Dto. 137.845	Ambiente Arquitetura do Cuzco	H/Â/T	1942
66	Salta	*Iglesia de San Carlos Borromeo*	M.H. Dto. 137.845	Independência /Arq. com influência indígena	H/A/Â	1942
67	Santa Fe	*Casa de Estanislao López.*	M.H. Dto.112.765	Caudilho República	H	1942
68	Santa Fe	*Casa de los Aldao*	M.H. Dto.112.765	Exemplo de arquitetura colonial santafesina	Â	1942
69	Santa Fe	*Catedral de Santa Fe*	M.H. Dto.112.765	Edifício de 1834. Sepulturas de Amenabar e Iriondo	H	1942
70	Santa Fe	*Estanzuela de Echagüe*	M.H. Dto.112.765	Casa de campo, grande valor arquitetônico, residência de P. Echagüe	H/Â	1942

	Província	Bem protegido	Declaratória	Atributo	Valor	Ano
71	Santa Fe	*Templo y Convento de San Francisco*	M.H. Dto.112.765	República, cruz dos constituintes de 1853 Estanislao López	H	1942
72	Santa Fe	*Batería "Independencia"*	L.H. Dto. 112.765	Bandeira	H	1942
73	Santa Fe	*Fuerte de S. Spiritu en Río Carcarañá*	L.H. Dto. 112.765	Fundação Espanhola	H	1942
74	Santiago del Estero	*Celda - Capilla de S. Francisco Solano (Convento de San Fco)*	M.H. Dto. 123.529	Francisco Solano	H/N	1942
75	Santiago del Estero	*Iglesia de Ntra. Sra. de la Merced*	M.H. Dto. 112.099	Antiguidade	Â/Ä/ H	1942
76	Santiago del Estero	*Reducción Jesuítica de Petacas*	L.H. Dto. 112.099	Missão Jesuítas Valor ambiental	H	1942
77	Santiago del Estero	*Vinara*	L.H. Dto. 112.099	Tratado de paz entre Santiago e Tucumán (1821)	H	1942
78	B. Aires	*Torre de la Capilla del Fuerte del Carmen*	M.H. Dto.120.411	Guerra com o Brasil (1827)	H	1942
79	B. Aires	*Fuerte de Barragán*	M.H. Dto.120.411	Forte Espanhol	H	1942
80	B. Aires	*Chacra de Los Tapiales*	M.H. Dto.120.411	Edifício colonial s. XVIII Martín Altolaguirre	H/Â	1942
81	B.Aires	*Cabildo de Luján*	M.H. Dto.120.411	Independência	H/Â	1942
82	B. Aires	*Estancia del Virrey del Pino*	M.H. Dto.120.411	Residência Vice-rei Arq. colonial	H/Â/	1942
83	B. Aires	*Casa del Virrey Sobre Monte*	M.H. Dto.120.411	Residência Vice-rei	H/Â	1942
84	B. Aires	*Palomar de Caseros*	M.H. Dto.120.411	Rosas	H	1942
85	B. Aires	*Campo de Caseros*	L.H. Dto.120.411	Rosas	H	1942
86	B. Aires	*Chacra de Perdriel*	L.H. Dto.120.411	Independência (iv. Inglesas, 1806)	H	1942
87	B. Aires	*Playa de Quilmes*	L.H. Dto.120.411	Independ.(inv.Inglesas,1806) Guerra Brasil (1827)	H	1942
88	B. Aires	*Plaza del Pilar*	L.H. Dto.120.411	República/ Constituição.	H	1942
89	B. Aires	*Vuelta de Obligado*	L.H. Dto.120.411	Defesa de Mansilla (1845)	H	1942
90	C. B. Aires	*Basílica Ntra. Sra. del Pilar*	M.H. Dto. 120.412	Blanqui e Prímoli	Â	1942

	Província	Bem protegido	Declaratória	Atributo	Valor	Ano
91	Cdad. B.Aires	*Casa de Esteban de Luca*	M.H. Dto. 120.412	Independência Membro da 1ra. Junta	H/Â	1942
92	Cdad. B. Aires	*Casa de Gobierno (Casa Rosada)*	M.H. Dto. 120.412	República	H	1942
93	Cdad. B. Aires	*Casa de Liniers*	M.H. Dto. 120.412	Invasões Inglesas Independência	Â/H	1942
94	Cdad. B.Aires	*Casa que habitó el Gral.B. Mitre*	M.H. Dto. 120.412	República, responsável de reorganização e pacificação nacional	H	1942
95	Cdad. B.Aires	*Catedral Metropolitana*	M.H. Dto. 120.412	San Martín	H/Â	1942
96	Cdad. B.Aires	*Iglesia de Santa Catalina de Siena*	M.H. Dto. 120.412	Arq. Prímoli	Â	1942
97	Cdad. Buenos Aires	*Iglesia de N. Sra. Rosario y Convento S. Domingo*	M.H. Dto. 120.412	Independência Museu de Ciências, observatório astronômico	H/E	1942
98	Cdad. B.Aires	*Iglesia de San Francisco*	M.H. Dto. 120.412	Arq. Blanqui	Â	1942
99	Cdad. B.Aires	*Capilla de San Roque*	M.H. Dto. 120.412		Â	1942
100	Cdad. B.Aires	*Iglesia de San Juan*	M.H. Dto. 120.412	Igreja de Índios	H	1942
101	Cdad. B. Aires	*Iglesia de San Pedro Telmo*	M.H. Dto. 120.412	Arq. Prímoli e Blanqui	Â	1942
102	Cdad. B.Aires	*Pirámide de Mayo*	M.H. Dto. 120.412	Independência	H	1942
103	Cdad. Buenos Aires	*Sala de la Junta Representantes (Manzana de las Luces)*	M.H. Dto. 120.412	República Congresso General constituinte de 1827	H	1942
104	Cdad. B.Aires	*Recinto Congreso Nacional*	M.H. Dto. 120.412	República	H	1942
105	Cdad. B.Aires	*Santa Casa de Ejercicios Espirituales*	M.H. Dto. 120.412	Beata Maria de San José. Arquitetura característica	H/Â	1942
106	Cdad. B.Aires	*Plaza de Mayo*	L.H. Dto.122.096	Fundação da cidade Independência(1806,1810)	H	1942
107	Cdad. B.Aires	*Plaza San Martín*	L.H. Dto.122.096	2da. Invasão Inglesa /Quartel San Martín	H	1942
108	Cdad. B.Aires	*Templo de San Ignacio*	M.H. Dto. 120.412	Independência Universidade. Arq. Krauss	H/E/ Â	1942
109	Corrientes	*Templo Santuario Cruz del Milagro*	L.H. Dto. 112.765	Cruz antiga	H	1942

	Província	Bem protegido	Declaratória	Atributo	Valor	Ano
110	Corrientes	*Iglesia de Santa Lucía*	M.H. Dto. 112.765	Missão Franciscana	H	1942
111	Corrientes	*Barranca de las Cuevas.*	L.H. Dto. 112.765	Guerra da T. Aliança	H	1942
112	Corrientes	*Curuzú Cuatiá*	L.H. Dto. 112.765	Belgrano	H	1942
113	Corrientes	*Misión Jesuítica de Apóstoles (señalamiento)*	L.H. Dec. 112.765		S.D.	1942
114	Corrientes	*Misión Jesuítica de Corrientes(señalamiento)*	L.H. Decreto 112.765		S.D.	1942
115	Corrientes	*Misión Jesuítica de LaCruz (señalamiento)*	L.H. Decreto 112.765		S.D.	1942
116	Corrientes	*Misión Jesuítica de San Carlos (señalamiento)*	L.H. Decreto 112.765		S.D.	1942
117	Corrientes	*Misión Jesuítica de Santo Tomé (señalamiento)*	L.H. Decreto 112.765		S.D.	1942
118	Corrientes	*Misión Jesuítica de Yapeyú (señalamiento)*	L.H. Decreto 112.765		S.D.	1942
119	Corrientes	*Riachuelo entre los Departamentos de Itatí y San Luis*	L.H. Dto. 112.765	Guerra da T. Aliança	H	1942
120	Corrientes	*Yatay (arroyo)*	L.H. Dto. 112.765	Guerra da T. Aliança	H	1942
121	Entre Rios	*Colegio Nacional*	M.H. Dto. 112.765	Urquiza	H/E	1942
122	Entre Rios	*Iglesia Parroquial de Concepción del Uruguay*	M.H. Dto. 112.765	Urquiza (restos mortais)	H	1942
123	Entre Rios	*Catedral de Paraná*	M.H. Dto. 112.765	República(primeiro congresso nacional)	H/Â	1942
124	Entre Rios	*Senado de la Confederación*	M.H. Dto. 112.765	República	H	1942
125	Entre Rios	*Entrada del Arroyo de la China sobre el Río Uruguay*	L.H. Dto. 112.765	Batalha (1814)	H	1942
126	Entre Rios	*Punta Gorda*	L.H. Dto. 112.765	Urquiza e Lavalle	H	1942
127	Jujuy	*Iglesia de Nuestra Señora de Belén*	M.H. Dto. 16.482		A/Â	1943
128	La Pampa	*Campamento de Trenque Lauquen (El Carancho)*	L.H. Dto. 11.146	Expedição Militar Patagônia (1879)	H	1943
129	La Pampa	*Combate entre Cuchilloco y Curaco*	L.H. Dto. 11.146	Expedição Militar Patagônia (1882)	H	1943

	Província	Bem protegido	Declaratória	Atributo	Valor	Ano
130	La Pampa	*Vivac de Luan Lauquen (Laguna del Guanaco)*	L.H. Dto. 11.146	Expedição Militar Patagônia (1879)	H	1943
131	La Pampa	*Vivac de Nainco*	L.H. Dto. 11.146	Expedição Militar Patagônia (1879)	H	1943
132	La Pampa	*Vivac de Pitral Lauquen (Zona de Poitahue)*	L.H. Dto. 11.146	Expedição Militar Patagônia (1879)	H	1943
133	Misiones	*Conjunto Jesuítico San Ignacio Miní*	M.H. Dto. 16.482	História	H/Â/T	1943
134	Misiones	*Misión Jesuítica de Concepción(señalamiento)*	L.H. Dto. 16.482	Missão jesuítica	S.D.	1943
135	Misiones	*Misión Jesuítica de San Apóstoles*	L.H. Dto. 16.482	Missão jesuítica	S.D.	1943
136	Misiones	*Misión Jesuítica de San Javier (señalamiento)*	L.H. Dto. 16.482	Missão jesuítica	S.D.	1943
137	Misiones	*Misión Jesuítica de San José (señalamiento)*	L.H. Dto. 16.482	Missão jesuítica	S.D.	1943
138	Neuquén	*Cerro de la Artillería*	L.H. Dto. 8.729	Expedição Militar Patagônia	H	1943
139	Neuquén	*Combate de Chimehuin*	L.H. Dto. 8.729	Expedição Militar Patagônia	H	1943
140	Neuquén	*Combate de La Trinchera*	L.H. Dto. 8.729	Expedição Militar Patagônia	H	1943
141	Neuquén	*Combate de Pulmari*	L.H. Dto. 8.729	Expedição Militar Patagônia	H	1943
142	Neuquén	*Fortín Chacabuco*	L.H. Dto. 8.729	Expedição Militar Patagônia	H	1943
143	Neuquén	*Fortín de la IV División*	L.H. Dto. 8.729	Expedição Militar Patagônia (1879)	H	1943
144	Neuquén	*Fortín Guanacos*	L.H. Dto. 8.729	Expedição Militar Patagônia (1879)	H	1943
145	Neuquén	*Fortín Huichu Lauquen*	L.H. Dto. 8.729	Expedição Militar Patagônia	H	1943
146	Neuquén	*Fortín Mamuy Malal*	L.H. Dto. 8.729	Expedição Militar Patagônia	H	1943
147	Neuquén	*Sitio de la fundación de Junín de los Andes*	L.H. Dto. 8.729	Expedição Militar Patagônia (1883)	H	1943
148	Neuquén	*Misión Jesuítica N.Huapi*	L.H. Dto. 8.729	Jesuítas	H	1943
149	Neuquén	*Sitio de la fundación de San Martín de los Andes*	L.H. Dto. 8.729	Expedição Militar Patagônia	H	1943

	Província	Bem protegido	Declaratória	Atributo	Valor	Ano
150	Rio Negro	*Combate de Fortín 1a. División*	L.H. Dto.17.265	Expedição Militar Patagônia (1881)	H	1943
151	Rio Negro	*Misión Jesuítica Bariloche*	L.H. Dto. 8.729	Missão Jesuítas	H	1943
152	Rio Negro	*Pasaje del Río Colorado*	L.H. Dto.17.265	Expedição Militar Patagônia (1879)	H	1943
153	Rio Negro	*Paso Fotheringham*	L.H. Dto.17.265	Expedição Militar Patagônia (1879)	H	1943
154	Rio Negro	*Vivac Ejercito Expedicionario Desierto Pampa de los Molinos*	L.H. Dto.17.265	Expedição Militar Patagônia (1879)	H	1943
155	Salta	*Casa de los Uriburu*	M.H. Dto. 14.708	Independência República(José E. Uriburu)	H	1943
156	Salta	*El Carmen de Güemes*	M.H. Dto. 2.478	Independência Güemes	H	1943
157	Santa Cruz	*Fuerte Puerto Deseado*	L.H. Dto. 12.466	Forte Espanhol (1788)	H	1943
158	Santa Cruz	*Puerto de Santa Cruz*	L.H. Dto. 12.466	Exercício Soberania Bandeira Nacional	H/S	1943
159	Santa Cruz	*Puerto San Julián*	L.H. Dto. 12.466	(1520) Primeira missa e batizo em território nacional	H/S	1943
160	Santa Cruz	*Rio Gallegos (desembocadura)*	L.H. Dto. 12.466	(1526) Reconhecimento por Loayza	H/S	1943
161	Tierra del Fuego	*Sitio donde por primera vez el Alte. Lasserre izó la Bandera Nacional*	L.H. Dto.17.265	Bandeira nacional	H/S	1943
162	Chaco	*Ntra.Sra. Concepción del Bermejo*	L.H. Dto. 16.482	Dados de localização geográfica	G	1943
163	Chaco	*Reducción Ntra. Sra. de Dolores y S. de Mocobí*	L.H. Dto. 16.482	Dados de localização geográfica	G	1943
164	Chaco	*Reducción de San Bernardo el Vértiz*	L.H. Dto. 16.482	(1780) fundação	H/G	1943
165	Chaco	*Timbo*	L.H. Dto. 16.482	(1884) Luta contra o índio	H	1943
166	Buenos Aires	*Combate de San Carlos*	L.H. Dto.2.478	Luta contra o índio	H	1943
167	Cdad. Buenos Aires	*Aguaribay (árbol) del Perito Moreno*	L.H. Dto. 3.369	Perito Moreno Soberania, ciência	H	1943
168	Buenos Aires	*Paso Pacheco*	L.H. Dto.11.146	(1833) Luta contra o índio	H	1943
169	Buenos Aires	*Sitio de la partida de los 33 Orientales*	L.H. Dto.6.115	(1825) Guerra contra o Brasil	H	1943

	Província	Bem protegido	Declaratória	Atributo	Valor	Ano
170	Cdad. Buenos Aires	*Colegio Nacional Buenos Aires*	L.H. Dto.12.904	Educação Ciência	E/C	1943
171	Catamarca	*Ruinas de "Incahuasi"*	M.H. Dto.16.482	Ruínas indígenas	H	1943
172	Salta	*Ruinas de Tolombón*	M.H. Dto.21.483	Ruínas Indígenas	H/Â	1944
173	Salta	*Capilla del Chamical*	M.H. Dto.14.119	Güemes Independência Características da fachada	H/Â	1944
174	Santa Fe	*Mirador del Fortín de Melincué*	M.H. Dto. 26.250	Luta contra os índios		1944
175	Tucumán	*Capilla de San José de Lules*	M.H. Dto.14.119	Produção (s. XVIII)	H/P	1944
176	Buenos Aires	*Fortín Cuatreros*	M.H. Dto. 14.119	Luta contra o índio	H	1944
177	Mendoza	*Bóvedas de San Martín en Uspallata*	M.H. Dto.	San Martín	H	1945
178	Misiones	*Conjunto Jesuítico Santa María la Mayor*	M.H. Dto. 31.453	Missão Jesuíta	S.D.	1945
179	Salta	*Iglesia de San José de Cachi*	M.H. Dto. 30.839	Antiguidade Arquitetura	Â Ä	1945
180	Salta	*Fuerte de Cobos*	M.H. Dto. 95.687	Independência Construção defensiva	H/Â	1941
181	Salta	*Incahuasi ("Casa del Inca")*	L.H. Dto. 30.833	Ruínas Indígenas	Â	1945
182	Buenos Aires	*Quinta de Santa Coloma*	M.H. Dto. 30.838	Antiguidade Características arquitetônicas	Â/Ä	1945
183	Buenos Aires	*Combate de Pigüe*	L.H. Dto.30.825	Luta contra o índio (1858)	H	1945
184	Buenos Aires	*Combate de Tapalque y Tapalque Viejo*	L.H. Dto.30.825	Luta contra o índio (1839)	H	1945
185	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Aristóbulo del Valle*	Sepulcro Decreto 30.837	Orador, democrata, constitucionalista	H	1945
186	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura del Gral. Miguel E.Soler*	Sepulcro Decreto30.837	Independência	H	1945
187	Córdoba	*Cuchi Corral*	L.H. Dto. 30.836	Assentamento indígena/ Jesuítas/ Estância colonial	H/Â	1945
188	Corrientes	*Columna fundación de Corrientes*	M.H. Dto.30.834	Coluna de 1828	H	1945
189	Corrientes	*Pueblo de Yapeyú*	L.H. Dto. 24.455	San Martín	H/T/N	1945

	Província	Bem protegido	Declaratória	Atributo	Valor	Ano
190	La Pampa	*Pirámide de los Héroes de Cochi-Co en la Plaza Victoria*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
191	La Rioja	*Olivo (árbol) de Arauco*	L.H. Dto. 2.232	Produção Antiguidade, expressão do passado	:A/P	1946
192	La Rioja	*Sepultura de Francisco A.Ortiz Ocampo*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
193	La Rioja	*Sepultura de Nicolás Dávila*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
194	La Rioja	*Sepultura de Pedro Ignacio Castro Barros*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
195	Mendoza	*Ruinas del Fuerte de San Rafael*	M.H. Dto.137.846	Luta contra Índio Defesa de fronteira	H	1946
196	Mendoza	*Sepultura del Cnel. Antonio L. de Beruti*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
197	Mendoza	*Sepulcro del Gral. Gerónimo Espejo*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
198	Mendoza	*Sepultura de José Vicente Zapata*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
199	Mendoza	*Sepultura de Juan Gualberto Godoy*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
200	Mendoza	*Sepultura de Tomás Godoy Cruz*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
201	Mendoza	*Sauce (árbol) en el Campo del Plumerillo*	L.H. Dto. 2.232	San Martín	H	1946
202	Salta	*Casa del Gral. Félix Arias Rengel*	M.H. Dto.2.233	Luta contra o Índio (1740)	H/Â	1946
203	Salta	*Sepultura de Facundo Zuviría*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
204	Salta	*Sepultura del Gral. Martín Miguel de Güemes*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
205	Salta	*Sepultura del Gral. Rudecindo Alvarado*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
206	San Juan	*Sepultura de Pedro Echagüe*	Sepulcro Dto.12.806		H	1946
207	San Juan	*Sepultura de Paula Albarracín de Sarmiento*	Sepulcro Dto.12.806		H	1946
208	San Juan	*Sepultura de Fray Justo Santa María de Oro*	Sepulcro Dto.12.806		H	1946
209	San Juan	*Sepultura de Antonino Aberastain*	Sepulcro Dto.12.806		H	1946

	Província	Bem protegido	Declaratória	Atributo	Valor	Ano
210	Santa Fe	*Pino (árbol) huerto del Convento de San Lorenzo*	L.H. Dto. 3.038	San Martín	H	1946
211	Santa Fe	*Sepultura del Cnel. José María Aguirre*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
212	Santa Fe	*Sepultura de Domingo Crespo*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
213	Santa Fe	*Sepultura de Domingo Cullen*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
214	Santa Fe	*Sepultura de Francisco Candioti*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
215	Santa Fe	*Sepulcro de José de Amenabar*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
216	Santa Fe	*Sepultura de Pedro de Bustamante*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
217	Santa Fe	*Sepultura de Simón de Iriondo*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
218	Santa Fe	*Sepultura del Tte. Cnel. Juan Apóstol Martínez*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
219	Santa Fe	*Sepultura de Urbano de Iriondo*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
220	Santiago del Estero	*Sepulcro de Absalón Rojas*	Sepulcro Dto. 12.806		H	1946
221	Tucumán	*Sepulcro Fray José M. Pérez*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
222	Tucumán	*Sepultura Gral. Gregorio Araoz de Lamadrid*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
223	Tucumán	*Sepultura de José E. Colombres*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
224	Buenos Aires	*Algarrobo (árbol) en las Barrancas de San Isidro*	L.H. Dto. 2.232	Independência San Martín/ Pueyrredón	H	1946
225	Buenos Aires	*Ombú (árbol) en el Campo de Caseros*	L.H. Dto. 3.038	Rosas	H	1946
226	Cdad. Buenos Aires	*Magnolia (árbol) en el Parque 3 de Febrero*	L.H. Dto. 2.232	Sarmiento/ Avellaneda	H/L	1946
227	Cdad. Buenos Aires	*Pacará (árbol) en el Parque Chacabuco*	L.H. Dto. 2.232	Progresso	P	1946
228	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Adolfo Alsina*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
229	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura del Alte. Guillermo Brown*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946

	Província	Bem protegido	Declaratória	Atributo	Valor	Ano
230	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Amadeo Jacques*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
231	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Antonio Sáenz*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
232	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Bernardino Rivadavia*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
233	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Bernardo de Monteagudo*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
234	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura del Canónigo Diego Estanislao Zavaleta*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
235	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura del Canónigo José Eusebio de Aguero*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
236	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura del Canónigo Julián Segundo Aguero*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
237	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura del Cnel. Federico Brandsen*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
238	Cdad. Buenos Aires	*Sepulcro del Cnel. Hilario Ascasubi*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
239	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura del Cnel. Ignacio Alvarez Thomas*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
240	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura del Cnel. Isidoro Suárez*	Sepulcro Dto.12.806		H	1946
241	Cdad. Buenos Aires	*Sepulcro del Cnel. José de Olavarría*	Sepulcro Dto.12.806		H	1946
242	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura del Cnel. Manuel Dorrego*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
243	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura del Cnel. Pedro José Díaz*	Sepulcro Dto.12.806		H	1946
244	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Cornelio Saavedra*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
245	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura del Deán Saturnino Segurola*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
246	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Delfina Vedia de Mitre*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
247	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Domingo Faustino Sarmiento*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
248	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Domingo Matheu*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
249	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Estanislao del Campo*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946

	Província	Bem protegido	Declaratória	Atributo	Valor	Ano
250	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Eustaquio Díaz Vélez*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
251	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Feliciano Antonio Chiclana*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
252	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Francisco de Escalada*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
253	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Francisco Javier Muñiz*	Sepulcro Dto.12.806		H	1946
254	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura del Gral. Antonio González Balcarce*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
255	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura del Gral. Bartolomé Mitre*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
256	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura del Gral. Carlos de Alvear*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
257	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura del Gral. Emilio Mitre*	Sepulcro Dto.12.806		H	1946
258	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura del Gral. José de San Martín*	Sepulcro Dto. 3.039	San Martín	H	1946
259	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura del Gral. José M. Pirán*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
260	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura del Gral. José Matías Zapiola*	Sepulcro Dto.12.806		H	1946
261	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura del Gral. Juan A. Gelly y Obes*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
262	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura del Gral. Juan Florencio Terrada*	Sepulcro Dto.12.806		H	1946
263	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura del Gral. Juan José Viamonte*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
264	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura del Gral. Juan Lavalle*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
265	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura del Gral. Juan O´Brien*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
266	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura del Gral. Julio Argentino Roca*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
267	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura del Gral. Lucio Mansilla*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
268	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura del Gral. Manuel Belgrano*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
269	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura del Gral. Manuel Guillermo Pinto*	Sepulcro Dto.12.806		H	1946

	Província	**Bem protegido**	**Declaratória**	**Atributo**	**Valor**	**Ano**
270	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura del Gral. Tomás Guido*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
271	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura del Gral. Wenceslao Paunero*	Sepulcro Dto.12.806		H	1946
272	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Guillermo Rawson*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
273	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de José Hernández*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
274	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de José Manuel de Estrada*	Sepulcro Dto.12.806		H	1946
275	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Juan Bautista Alberdi*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
276	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Juan Cruz Varela*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
277	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Juan José Castelli*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
278	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Juan José Paso*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
279	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Juan María Gutierrez*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
280	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Gral. Juan Martín de Pueyrredón*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
281	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Juan Pujol*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
282	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Juan Ramón González Balcarce*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
283	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Lucio V. López*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
284	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Marcos Avellaneda*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
285	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Marcos Balcarce*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
286	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de María Sánchez de Mendeville*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
287	Cdad. Buenos Aires	*Sepulcro de Mariano Moreno*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
288	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Martín Rodríguez*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
289	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Miguel de Azcuénaga*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946

	Província	Bem protegido	Declaratória	Atributo	Valor	Ano
290	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Nicolás Avellaneda*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
291	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Nicolás Rodríguez Peña*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
292	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura del Obispo Manuel Azamor y Ramírez*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
293	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Olegario V. Andrade*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
294	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Remedios de Escalada*	Sepulcro Dto. 3.039	San Martín	H	1946
295	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Ricardo Gutierrez*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
296	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Valentín Alsina*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
297	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Vicente Fidel López*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
298	Cdad. Buenos Aires	*Sepultura de Vicente López y Planes*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
299	Buenos Aires	*Sepultura de Pedro Ferré*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
300	Catamarca	*Sepultura del Gral. Octaviano Navarro*	Sepulcro Dto.12.806		H	1946
301	Córdoba	*Nogal (árbol) en la Finca de Saldán*	L.H. Dto. 2.232	San Martín Antiguidade	H/Ä	1946
302	Córdoba	*Sepultura de Dalmacio Vélez Sarsfield*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
303	Córdoba	*Sepultura del Deán Gregorio Funes*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
304	Córdoba	*Sepultura de Fray Mamerto Esquiú*	Sepulcro Dto.12.806		H	1946
305	Córdoba	*Sepultura del Gral. José María Paz y su esposa*	Sepulcro Dto. 3.039		H	1946
306	Córdoba	*Sepultura del Obispo Mariano A. Moscoso*	Sepulcro Dto.12.806		H	1946
307	Corrientes	*Sepultura de Amado Bonpland*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
308	Corrientes	*Sepultura de Fray José de la Quintana*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
309	Corrientes	*Sepultura de Genaron Berón de Astrada*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
310	Corrientes	*Sepultura de Joaquín de Madariaga*	Sepulcro Dto. 2.236		H	1946
311	Corrientes	*Sepultura del Dr.*	Sepulcro			1946

		José Ramón Vidal	Dto. 2.236			
312	Entre Rios	*Sepultura del Brig. Gral. Justo José de Urquiza*	Sepulcro Dto. 2.236	Urquiza		1946
313	Entre Rios	*Sepultura del Gral. José M. Galán*	Sepulcro Dto. 2.236			1946
314	Entre Rios	*Sepultura de Manuel Leiva*	Sepulcro Dto. 2.236			1946

Completamento da Lista depois de comparação com decretos

	Província	**Bem protegido**	**Declaratória**	**Atributo**	**Valor**	**Ano**
315	Córdoba	*Casa de los Allende*	M.H. Dto. 90.732	Destruída	Â	1941
316	Mendoza	*Ruinas de San Agustín*	M.H. Dto.107.512	Ruiz Hidobro Invações inglesas Independência	H	1941
317	Salta	*Casa de la Compañía de Jesús*	M.H. Dto. 95.687	Destruída Construção senhorial	Â	1941
318	San Juan	*Catedral*	M.H. Dto.107.512	Frei Santa Maria de Oro/República Jesuítas	H	1941
319	San Juan	*Convento Dominico*	M.H. Dto.107.512	San Martín	H	1941
320	Santiago del Estero	*Loreto Viejo*	M.H. Dto. 112.099	Belgrano	H	1942
321	Santiago del Estero	*Abipones*	M.H. Dto. 112.099	Jesuítas, lutas pela autonomia provincial	H	1942
322	Santa Fe	*Casa de Iriondo*	M.H. Dto.112.765	Destruída. Onde nasceu S. de Iriondo. Moradia típica	H/Â	1942
323	Santa Fe	*La Merced o Imaculada*	M.H. Dto.112.765	República, locais ocupados pelos constituintes. Prédio mais antigo de Santa Fe, pintura mais antiga	H/Ä	1942
324	Santa Fe	*Cayastá*	L.H. Dto.112.765	Fundação de S. Fe	H	1942
325	C. de B. Aires	*Casa de Antonio González Balcarce*	M.H. Dto. 120.412	Local no qual nasceram o vencedor de Suipacha e o poeta F. Balcarce	H	1942

326	Misiones	*Candelaria*	L.H. Dto.16.482	Belgrano	H	1943
327	Misiones	*Mártires*	L.H. Dto.16.482	Missão Jesuítica	S.D.	1943
328	Misiones	*Santa Ana*	L.H. Dto.16.482	Missão Jesuítica	S.D.	1943
329	Misiones	*Corpus*	L.H. Dto.16.482	Missão Jesuítica	S.D.	1943
330	Misiones	*Loreto*	L.H. Dto.16.482	Missão Jesuítica	S.D.	1943
331	Córdoba	*Casa de Leopoldo Lugones*	L.H. Dto. 8350	Local no qual nasceu o poeta, proposta de organizar um museu	H	1944
332	Corrientes	*Casa de los Martínez*	M.H. Dto.3.430	Último vestígio da cidade colonial	H/Â	1946
333	Salta	*Casa Zorrilla*	M.H. Dto. 2.233	Atributos arquitetônicos de valores coloniais	H/Â	1946
334	Salta	*Casa Otero*	M.H. Dto. 2.233	Atributos arquitetônicos de valores coloniais	H/Â	1946

CATEGORIA MONUMENTOS: 237 bens
Tombamentos vinculados à Igreja Católica: 66
Tombamentos vinculados aos jesuítas: 21
Tombamentos de prédios de governos: 8
Tombamento de moradias: 29
Tombamentos de Monumentos Comemorativos: 3
Tombamentos de prédios defensivos: 6 (outros fortins foram tombados como Lugares)
Tombamentos de Monumentos vinculados à luta contra os índios: 4
Tombamentos de Postas: 2
Tombamentos de Colégios: 2 (o Colégio Nacional de Monserrat não se considera por estar incluído nos monumentos vinculados aos jesuítas)
Tombamentos de Ruínas: 2 (Incahuasi-Catamarca e Tolombón, Incahuasi-Salta foi tombada como Lugar Histórico)
Tombamentos de Construções utilitárias: 2
Tombamentos de Sepulcros: 117
Tombamentos vinculados à Independência: 26
Tombamentos vinculados a San Martín: 21

CATEGORIA LUGARES HISTÓRICOS: 97 bens

Árvores tombadas: 9
Tombamentos de Lugares vinculados às Expedições Militares à Patagônia: 20
Tombamentos de Lugares vinculados às lutas contra os índios: 5
Tombamento de Missões Religiosas: 10

Anexo B – Legislação

Lei 12.665

CREACIÓN DE LA COMISIÓN NACIONAL DE MUSEOS Y DE MONUMENTOS Y LUGARES HISTÓRICOS

El Senado y Cámara de Diputados de la Nación Argentina, reunidos en Congreso, etc., sancionan con fuerza de ley

ARTÍCULO 1.- Créase la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos, dependiente del Ministerio de Justicia e Instrucción Pública, integrada por un presidente y diez vocales, que ejercerán sus funciones con carácter honorario y serán designados por períodos de seis años, pudiendo ser reelectos.

La Comisión tendrá la superintendencia inmediata sobre los museos, monumentos y lugares históricos nacionales y en concurrencia con las respectivas autoridades de las instituciones que se acojan a la presente ley, cuando se trate de museos, monumentos y lugares históricos provinciales o municipales.

ARTÍCULO 2.- Los bienes históricos y artísticos, lugares, monumentos, inmuebles propiedad de la Nación, de las Provincias, de las Municipalidades o instituciones públicas, quedan sometidos por esta Ley a la custodia y conservación del gobierno federal, y en su caso, en concurrencia con las autoridades respectivas.

ARTÍCULO 3.- El Poder Ejecutivo a propuesta de la Comisión Nacional, declarará de utilidad pública los lugares, monumentos, inmuebles y documentos de propiedad de particulares que se consideren de interés histórico o histórico - artístico a los efectos de la expropiación; o se acordará con el respectivo propietario el modo de asegurar los fines patrióticos de esta ley. Si la conservación del lugar o monumento implicase una limitación al dominio, el Poder Ejecutivo indemnizará al propietario en su caso.

ARTÍCULO 4.- La Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos, hará la clasificación y formulará la lista de monumentos históricos del país, ampliándola en las oportunidades convenientes con la aprobación del Poder Ejecutivo. Los inmuebles históricos no podrán ser sometidos a reparaciones o restauraciones, ni destruidos en todo o en parte, transferidos, gravados o enajenados sin aprobación o intervención de la Comisión Nacional. En el caso de que los inmuebles históricos sean propiedad de las provincias, municipalidades o instituciones públicas, la Comisión Nacional cooperará en los gastos que demande la conservación, reparación o restauración de los mismos.

ARTÍCULO 5.- Ningún objeto mueble o documento históricos podrá salir del país, ni ser vendido ni gravado sin dar intervención a la Comisión Nacional y ésta hará las gestiones para su adquisición cuando sea de propiedad de particulares y considere conveniente tales gestiones por razones de interés público.

ARTÍCULO 6.- Los inmuebles comprendidos en la lista y clasificación oficial de la Comisión Nacional, estarán libres de toda carga impositiva.

ARTÍCULO 7.- La Comisión Nacional está facultada para aceptar herencias, legados y donaciones, con las formalidades de la ley.

ARTÍCULO 8.- Las personas que infringieran la presente ley mediante ocultamiento, destrucción, transferencias ilegales o exportación de documentos históricos, serán penadas con multas de $ 1000 a $ 10000 moneda nacional siempre que el hecho no se hallare previsto por el artículo 184, inciso 5º. del Código Penal.

ARTÍCULO 9.- El Poder Ejecutivo dictará el decreto reglamentario, estableciendo las funciones de la Comisión Nacional ; la superintendencia de los museos históricos, de carácter cultural, docente y administrativo; mención de las publicaciones a su cargo; provisión de ilustraciones a los institutos secundarios para los gabinetes de historia argentina y americana; designación de delegados locales con residencia en los lugares respectivos, pertenecientes a los museos

históricos u otras instituciones; formación de sociedades o patronatos para la cultura de conservación y restauración de los lugares y monumentos históricos.

ARTÍCULO 10.- Comuníquese al Poder Ejecutivo.

Dada en la Sala de Sesiones del Congreso Argentino, en Buenos Aires, a 30 de setiembre de 1940.

R. PATRÓN COSTAS	CARLOS M. NÖEL
Gustavo Figueroa	L. Zavalla Carbó
Secretario del Senado	Secretario de la C. de DD.

Departamento de Instrucción Pública. Buenos Aires, 8 de octubre de 1940. Téngase por ley de la Nación, cúmplase, comuníquese, publíquese, dése al Registro Nacional.

Castillo
Guillermo Rothe

Decretos e Leis de Tombamento de bens em Córdoba

1. Ley 12.365

Declárase monumento histórico nacional al Colegio Nacional de Monserrat, anexo a la Universidad de Córdoba.

Sancionada: Julio 14 de 1938.

Promulgada de Hecho: Julio 25 de 1938.

L E Y

Artículo 1º.- Declárase monumento histórico nacional al Colegio Nacional de Monserrat, anexo a la Universidad de Córdoba.

Artículo 2º.- Comuníquese al Poder Ejecutivo.

Dada en la Sala de Sesiones del Congreso Argentino en Buenos Aires, a catorce días del mes de julio de mil novecientos treinta y ocho.

Ramón S. Castillo Juan J. Kaiser

Gustavo Figueroa L. Zavalla Carbó

Registrada bajo el Nº 12.365

Departamento de Instrucción Pública. Buenos Aires, 25 de julio de 1938. P. 512

Téngase por Ley de la Nación, comuníquese, publíquese y dése al Registro Nacional.

ORTIZ. Jorge Eduardo Coll

2. Decreto 80.860/40

Declárase monumento histórico nacional al Templo de la Compañía de Jesús, en la Provincia de Córdoba

Buenos Aires, 24/12/1940

Visto la nota que antecede, en la cual la Comisión Nacional de Museos y Monumentos y Lugares Históricos solicita se declare monumento nacional, entre otros, el Templo de la Compañía de Jesús, en Córdoba, y

CONSIDERANDO:

Que según lo manifiesta precedentemente la Comisión recurrente, dicho templo erigido en 1646 es de un extraordinario valor artístico e histórico;

Que su estado de conservación es deficiente, con grave peligro para su estabilidad;

Que en tales circunstancias corre el riesgo de desaparecer un monumento arquitectónico cuya destrucción importaría grave pérdida para el patrimonio artístico del

país;
Que el artículo 3º de la Ley Nº 12.665 establece que el Poder Ejecutivo, a propuesta de la Comisión Nacional de Museos y Monumentos y Lugares Históricos, declarará de utilidad pública los lugares, monumentos, inmuebles y documentos de propiedad de particulares, que se consideren de interés histórico o histórico-artístico a los efectos de expropiación; o se acordará con el respectivo propietario el modo de asegurar los fines patrióticos de la ley, previéndose también que si la conservación del lugar o monumento implicase una limitación al dominio el Poder Ejecutivo indemnizará a su propietario en su caso;
Por ello,
EL VICEPRESIDENTE DE LA NACIÓN ARGENTINA
EN EJERCICIO DEL PODER EJECUTIVO
DECRETA:
Artículo 1º — A mérito de la autorización conferida por el artículo 3º de la Ley Nº 12.665 declárase de utilidad pública el Templo y Colegio de la Compañía de Jesús, en Córdoba, que pasa a depender de la Comisión Nacional de Museos y Monumentos y Lugares Históricos, dado la índole de Monumento Nacional que adquiere el Templo citado.
Artículo 2º — Comuníquese, publíquese, dése al Registro Nacional, tómese nota y cumplido, archívese.
CASTILLO — Guillermo Rothe
DECRETO Nº 80.860

3. Decreto 90.732/41
Decláranse monumento histórico nacional diversos inmuebles algunos del dominio provincial y otros pertenecientes a la Iglesia y a particulares de la Provincia de Córdoba.
Departamento de I. Pública. Buenos Aires, 14 de mayo de 1941.
Vista la nota que antecede, en la que la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos solicita la declaración en este carácter de diversos inmuebles, algunos del dominio provincial y otros pertenecientes a la Iglesia y a particulares; y,
CONSIDERANDO:
Que el plan de la Comisión Nacional consiste en proponer tales declaraciones por provincias, comenzando por la de Córdoba;

Que los referidos inmuebles son de un evidente valor histórico o artístico, según resulta de las siguientes referencias:

Catedral de Córdoba: monumento comenzado en 1680, cuya estructura definitiva se debe al célebre jesuita Andrés Blanqui, inaugurada en 1758 y considerada una de las joyas artísticas de la arquitectura colonial de América.

Casa del Virrey Sobremonte: construida en el año 1700, ejemplar típico de la arquitectura civil colonial, donde funciona el Museo Histórico Colonial de Córdoba.

Capilla del Obispo Mercadillo: ubicada sobre la antigua Plaza Mayor de San Martín.

Edificio del Cabildo de Córdoba: del siglo XVIII, de grandes líneas arquitectónicas.

Posta de Sinsacate: edificio característico de las antiguas postas destinadas al relevo de los caballos y reposo de los viajeros que data del año 1709, tiene Capilla con restos de púlpito y de las pinturas que lo ornaban.

Reducción de Santa Catalina: la más importante de las estancias que poseían los jesuitas en Córdoba, que conserva el templo de fachada barroca, cementerio anexo, claustro principal, talleres, viviendas para indígenas, noviciado y tajamar, cuya construcción se terminó en el año 1726.

Iglesia y Convento de San Isidro en la localidad de Jesús María, antigua reducción jesuítica de mediados del siglo XVIII, con vasto y hermoso conjunto de edificación colonial, por su construcción y los motivos ornamentales que revelan la intervención de artesanos indígenas.

Reducción de Alta Gracia: estancia jesuítica de Córdoba, con colegio y templo, este último de gran originalidad, en cuya construcción intervino el arquitecto Hermano Blanqui, que se concluyó en 1726.

Capilla de Candonga: oratorio de una estancia jesuítica, que data de 1730. Pequeña construcción de techo de bóveda, única que presenta esa característica entre las capillas coloniales.

Estancia Caroya: en Jesús María, edificada en el siglo XVII, primera fábrica de armas de la Nación.

Casa de los Allende: en la ciudad de Córdoba, calle Alvear 70, construcción señorial del siglo XVIII..

Que algunos de estos inmuebles se encuentran en mal estado de conservación y, en tales circunstancias, pueden deteriorarse y su destrucción importaría grave pérdida para el patrimonio moral del país.

Que igualmente es necesario que estos inmuebles históricos no sean sometidos

a reparaciones o restauraciones sin la intervención de la Comisión Nacional. Que como lo dispone la Ley Nº 12.665 en su artículo 3º el Poder Ejecutivo a propuesta de la Comisión Nacional debe establecer los casos en que corresponda la declaración de Monumento Histórico, a fin de acordar con el respectivo propietario el modo de asegurar la conservación de esos bienes a los fines patrióticos de la Ley.
Que por Decreto, de fecha 24 de diciembre de 1940, Nº 80.860 fue ya declarado de utilidad pública a mérito de la autorización conferida en el artículo 3º de la Ley Nº 12.665 el Templo y Colegio de la Compañía de Jesús en Córdoba.
Por ello;
EL VICEPRESIDENTE DE LA NACIÓN ARGENTINA
EN EJERCICIO DEL PODER EJECUTIVO
DECRETA:
Artículo 1º.- A mérito de lo dispuesto por la Ley Nº 12.665, primer apartado, segundo parágrafo, decláranse Monumentos Históricos los siguientes inmuebles, situados en la Provincia de Córdoba: Catedral de Córdoba, Casa del Virrey Sobremonte, Casa del Obispo Mercadillo, Edificio del Cabildo de Córdoba, Posta de Sinsacate, Reducción de Santa Catalina, Iglesia y Convento de San Isidro en Jesús María, Reducción de Alta Gracia, Capilla de Candonga, Estancia Caroya en Jesús María, Casa de los Allende.
Artículo 2º.- Autorízase a la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos para que acuerde con los propietarios de los referidos inmuebles el modo de asegurar su conservación y el cumplimiento de los fines establecidos por el artículo 10 del decreto reglamentario de la Ley, de conformidad a lo dispuesto en el artículo 8º del mismo.
Artículo 3º.- Comuníquese, publíquese, anótese, dése al Registro Nacional y, cumplido, archívese.
CASTILLO
Guillermo Rothe

4. Decreto 104.179/41
Declárase monumento histórico nacional la Capilla de San Roque y lugar histórico la casa quinta donde se encuentra ubicado el "Nogal de Saldán".
Departamento de I. Pública. Buenos Aires, 28/10/1941
Visto la nota del señor Presidente de la Comisión Nacional de Museos y Monumentos y Lugares Históricos por la que da cuenta que la referida Comisión Nacional, en sesión de fecha 1º del corriente, ha resuelto solicitar del Poder Ejecutivo se declare

Monumento Histórico la Capilla de San Roque y Lugar Histórico la casa quinta donde se encuentra ubicado el “Nogal de Saldán”, y

CONSIDERANDO:

Que la Capilla de San Roque, iniciada en 1762 y terminada en 1765 es de gran valor artístico y tiene uno de los púlpitos más hermosos del país. Forma parte del antiguo Hospital de Bethlemitas donde se atendieron todos los soldados de la Independencia, de los combates de La Tablada y Oncativo, etc. Fue Hospital Militar desde 1800 hasta 1905.

Que el Nogal de Saldán a cuya sombra descansara San Martín se encuentra en la finca que habitó el Libertador en 1814 cuando afectado por una dolencia tuvo que declinar el mando del Ejército del Norte.

Por ello y de conformidad con lo dispuesto por los artículos 1º (apartado 2º) 3º y 4º de la Ley Nº 12.665,

EL VICEPRESIDENTE DE LA NACIÓN ARGENTINA

EN EJERCICIO DEL PODER EJECUTIVO

DECRETA:

Artículo 1º.- A mérito de lo dispuesto por la Ley Nº 12.665, primer apartado, segundo parágrafo, declárase Monumento Histórico la Capilla de San Roque (Córdoba) y Lugar Histórico la casa quinta donde se encuentra el Nogal de Saldán (Córdoba).

Artículo 2º.- Autorízase a la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos Históricos para que acuerde con los propietarios de los mismos el modo de asegurar su conservación y el cumplimiento de los fines establecidos por el artículo 10 del decreto reglamentario de la Ley, de conformidad con lo dispuesto por el artículo 8º de la misma.

Artículo 3º.- Comuníquese, publíquese, anótese, dése al Registro Nacional y archívese.

CASTILLO — Guillermo Rothe

DECRETO Nº 104.179/41

5. Decreto 106.845/41

Declárase monumentos históricos el Convento de Santa Teresa y la Estancia Jesuítica de la Candelaria, Provincia de Córdoba.

Departamento de I. Pública. Buenos Aires, 28/11/1941

Visto la nota del señor Presidente de la Comisión Nacional de Museos y Monumentos y Lugares Históricos por la que da cuenta que esa Comisión, en sesión de fecha 22 de octubre último, ha resuelto solicitar del Poder Ejecutivo se incluya en la lista de Monumentos Históricos de la Provincia de Córdoba el Convento de Santa Teresa y la

Estancia Jesuítica de la Candelaria, y

CONSIDERANDO:

Que el Convento de Santa Teresa, situado en la ciudad de Córdoba, fundado por voluntad y donación del Capitán D. Juan de Tejada y Mirabal en 1622, es un ejemplo de Arte Colonial por su Iglesia y la portada del Convento terminada en 1770.

Que la Estancia Jesuítica de la Candelaria fue conjuntamente con las de Santa Catalina, Jesús María y Alta Gracia uno de los más grandes establecimientos agrícolaganaderos que poseían los jesuitas en Córdoba. La parte más antigua del edificio data de 1693, según lo certifica una inscripción grabada en un dintel.

Por ello y de conformidad con lo dispuesto por los artículos 1º (apartado 2º) 3º y 4º de la Ley Nº 12.665,

EL VICEPRESIDENTE DE LA NACIÓN ARGENTINA

EN EJERCICIO DEL PODER EJECUTIVO

DECRETA:

Artículo 1º.- A mérito de lo dispuesto por la Ley Nº 12.665, primer apartado, segundo parágrafo, inclúyese entre los monumentos de Córdoba, en el carácter de Monumentos Históricos el Convento de Santa Teresa y la Estancia Jesuítica de la Candelaria.

Artículo 2º.- Autorízase a la referida Comisión Nacional para que acuerde con los propietarios de los citados inmuebles, el modo de asegurar su conservación y el cumplimiento de los fines establecidos por el artículo 10 del decreto reglamentario de la Ley, de conformidad con lo dispuesto por el artículo 8º del mismo.

Artículo 3º.- Comuníquese, publíquese, anótese, dése al Registro Nacional y archívese.

CASTILLO — Guillermo Rothe

6. Decreto 8.350/44

Declárase monumento histórico la casa donde nació el poeta argentino Leopoldo Lugones, en Río Seco (Provincia de Córdoba).

Departamento de I. Pública. Buenos Aires, 10 de abril de 1944.

Vista la nota de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos, en la que solicita que sea declarado lugar histórico la casa situada en Río Seco (Provincia de Córdoba), de acuerdo con las disposiciones de la Ley Nº 12.665, y

CONSIDERANDO:

Que de las referencias aportadas por la referida Comisión Nacional resulta que

en dicha casa nació el egregio poeta argentino Leopoldo Lugones, y su transformación en museo destinado a evocar la personalidad del escritor constituirá un justiciero homenaje de la Nación a tan alta figura de las letras argentinas.

Por ello y de conformidad con lo establecido por los artículos 1º (apartado 2º), 3º y 4º de la Ley Nº 12.665;

EL PRESIDENTE DE LA NACIÓN ARGENTINA

DECRETA:

Artículo 1º.- A mérito de lo dispuesto por la Ley Nº 12.665, primer apartado, segundo parágrafo, declárase Lugar Histórico la casa situada en Río Seco (Provincia de Córdoba) donde nació el poeta argentino Leopoldo Lugones.

Artículo 2º.- Autorízase a la referida Comisión Nacional para convenir con los propietarios de la finca el modo de asegurar su conservación y el cumplimiento de los fines establecidos por el artículo 10 del decreto reglamentario de la Ley, de conformidad a lo dispuesto por el artículo 8º de la misma.

Artículo 3º.- Comuníquese, publíquese, anótese, dése al Registro Nacional y, cumplido, archívese.

FARRELL - J. Honorio Silgueira

7. Decreto 30.836/45

Declárase lugar histórico el paraje denominado Cuchi-Corral, en el Deaprtamento Punilla de la Provincia de Córdoba.

Buenos Aires, 10 de diciembre de 1945.

Vista la nota de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos, por la que solicita se declare lugar histórico el paraje denominado Cuchi-Corral, en el Departamento Punilla de la Provincia de Córdoba, de acuerdo con las disposiciones de la Ley Nº 12.665, y

CONSIDERANDO:

Que este lugar, antiguo asiento de una tribu de indios cuyo cacique se menciona en documentos de la época, fue muy frecuentado por los conquistadores del siglo XVI y misioneros jesuitas, tanto que según expresión del historiador Monseñor Cabrera fue: “para los soldados de España y los misioneros de Cristo, algo así como la localidad de Chicoana a las puertas del Valle Calchaquí”.

Que subsisten aún en buen estado construcciones típicas de las estancias de la época colonial, entre ellas una capilla de arquitectura interesante y nogales de

extraordinaria corpulencia y belleza.
Que el paisaje cuadra a la historicidad del lugar y se vincula al recuerdo del Canónigo Dr. Miguel Calixto del Corro, que allí pasaba su verano pues su familia fue dueña del inmueble durante los primeros años del siglo XIX.
Por ello y de conformidad con lo establecido por los artículos 1º (apartado 2º), 3º y 4º de la Ley Nº 12.665;
EL PRESIDENTE DE LA NACIÓN ARGENTINA
DECRETA:
Artículo 1º.- A mérito de lo dispuesto por la Ley Nº 12.665, primer apartado, segundo parágrafo, declárase Lugar Histórico el paraje denominado Cuchi-Corral, en el Departamento de Punilla de la Provincia de Córdoba.
Artículo 2º.- Autorízase a la referida Comisión Nacional para que acuerde con los propietarios el modo de asegurar su conservación y el cumplimiento de los fines establecidos por el artículo 10 del decreto reglamentario de la Ley, de conformidad a lo dispuesto por el artículo 8º del mismo.
Artículo 3º.- Comuníquese, publíquese, anótese, dése al Registro Nacional y, cumplido, archívese.
FARRELL
José M. Astigueta

8. Decreto 2.232/46
Decláranse árboles históricos la magnolia de Avellaneda, el Pacará de Segurola, el algarrobo de Pueyrredón, el nogal de Saldán, el sauce del Plumerillo y el Olivo de Arauco.
Buenos Aires, 4 de julio de 1946.
Vistas las actuaciones producidas en este expediente, por las cuales, en cumplimiento del artículo 4º de la Ley Nº 12.665, la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos, solicita se declaren árboles históricos la Magnolia de Avellaneda, el Pacará de Segurola, el algarrobo de Pueyrredón, el Nogal de Saldán, el sauce del Plumerillo y el Olivo de Arauco, y
CONSIDERANDO:
Que el Algarrobo de Pueyrredón, el Nogal de Saldán y el Sauce del Plumerillo, a cuya sombra se realizaron entrevistas y conferencias en las que se decidieron hechos históricos o como en el caso del Pacará de Segurola bajo su copa se aplicaron las primeras

vacunas.
Que la Magnolia de Avellaneda fue plantada personalmente a invitación de Sarmiento por el gran Presidente; el Olivo de Arauco es el único ejemplar salvado de la destrucción del antiguo olivar existente en el pueblo del mismo nombre de La Rioja.
Que tanto el Nogal de Saldán como el Olivo de Arauco son del siglo XVII y deben conservarse como expresiones del pasado.
Por tanto,
EL PRESIDENTE DE LA NACIÓN ARGENTINA
DECRETA:
Artículo 1º.- Decláranse árboles históricos según lo dispuesto por el artículo 4º de la Ley Nº 12.665, **LA MAGNOLIA** existente en la primera sección del Parque 3 de febrero, plantada por el Presidente Avellaneda y que ostenta una placa recordatoria colocada en 1916, en presencia del Presidente de la Plaza; **EL PACARÁ**, que hoy se levanta en la plazoleta construida en la intersección de las calles Puán y Gregorio de Laferrere (Parque Chacabuco); **EL ALGARROBO**, situado en el monumento histórico de las Barrancas de San Isidro y lleva desde 1815 una placa que consigna el dato de que a su pie mantuvieron larga entrevista los generales San Martín y Pueyrredón; **EL SAUCE**, del Campo del Plumerillo que tiene colocado desde 1814 una placa de la Sociedad Forestal Argentina con la inscripción: Sauce histórico que dio sombra en los años 1814-17 a los generales San Martín y O'Higgins; y **EL OLIVO DE ARAUCO**, sobre el límite de Catamarca, en la Provincia de La Rioja, que posee una placa de la Sociedad Forestal Argentina que lo identifica.
Artículo 2º.- Autorízase a la referida Comisión Nacional para que acuerde con los propietarios de los referidos árboles, el modo de asegurar su conservación de conformidad con el artículo 8º del Decreto Reglamentario de la Ley Nº 12.665.
Artículo 3º.- Comuníquese, publíquese, anótese, dése al Registro Nacional y archívese.
PERÓN
Belisario GACHE PIRAN

9. Decreto 12.806/46

Departamento de I. Pública. Buenos Aires, 2 de octubre de 1946.
VISTAS las actuaciones producidas en este expediente por las cuales, en cumplimiento del artículo 4º de la Ley Nº 12.665, la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos, solicita se declaren monumentos históricos los sepulcros

de personalidades argentinas, y

CONSIDERANDO:

Que es deber ineludible del pueblo argentino demostrar su agradecimiento a quienes por su actividad pública o privada hicieron posible la grandeza actual de la Nación.

Que estas circunstancias se realizan en las vidas de los próceres porpuestos por la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos y por tanto obliga al Estado a velar por la conservación y custodia de los sepulcros donde se guardan sus despojos.

Por tanto,

EL PRESIDENTE DE LA NACIÓN ARGENTINA

DECRETA:

Artículo 1º.- Decláranse monumentos históricos, según lo dispuesto por el artículo 4º de la Ley Nº 12.665, los sepulcros donde se guardan los restos o memoria de las personalidades que a continuación se detallan:

EN CAPITAL FEDERAL

General José Matías ZAPIOLA, en el Convento de Santo Domingo.

General Manuel Guillermo PINTO, en la Catedral de Buenos Aires.

Coronel Pedro José DÍAZ, General Wenceslao PAUNERO, General Emilio MITRE, Coronel José de OLAVARRÍA, Coronel Isidoro SUÁREZ, Doctor Francisco Javier MUÑIZ, José Manuel ESTRADA, General Juan Florencio TERRADA, en el Cementerio del Norte.

EN LA PROVINCIA DE CÓRDOBA

Obispo Mariano Angel MOSCOSO, Fray Mamerto ESQUIÚ, en el Panteón de la Catedral de Córdoba.

EN LA PROVINCIA DE SAN JUAN

Paula ALBARRACIN de SARMIENTO, Fray Justo SANTA MARÍA DE ORO, Don Pedro

ECHAGÜE, en el Cementerio de San Juan**; Antonino ABERASTAIN.**

EN LA PROVINCIA DE CATAMARCA

General Octaviano NAVARRO, en el Cementerio de Catamarca.

EN LA PROVINCIA DE SANTIAGO DEL ESTERO

Absalón ROJAS, en el Cementerio de Santiago del Estero.

Artículo 2º.- Autorízase a la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos para que acuerde con los propietarios de los referidos sepulcros, el modo de

asegurar su conservación de conformidad con el artículo 8º del Decreto Reglamentario de la Ley Nº 12.665.

Artículo 3º.- Comuníquese, publíquese, anótese, dése al Registro Nacional y archívese.

PERÓN

B. GACHE PIRAN

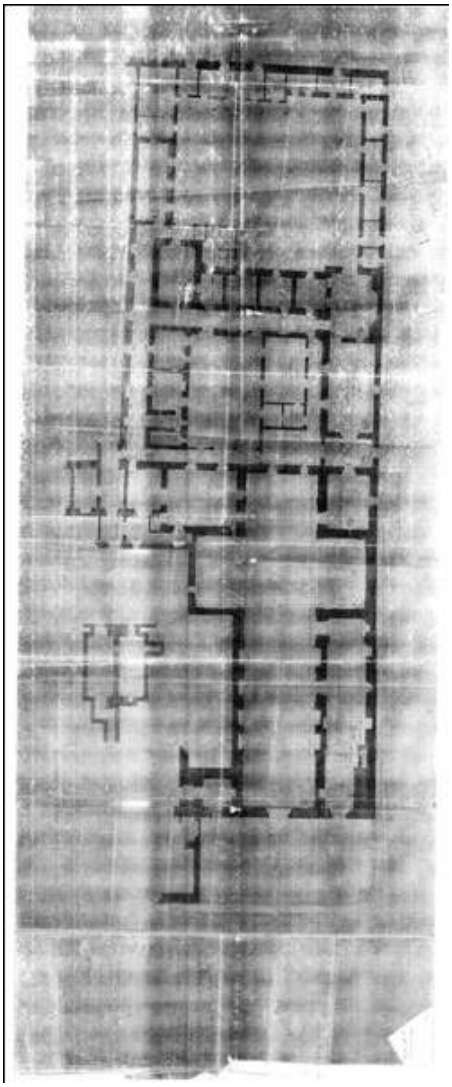
Anexo C – Projetos da CNMMyLH para o Conjunto da Igreja da Companhia de Jesus e da Residência dos Padres, 1941-1949

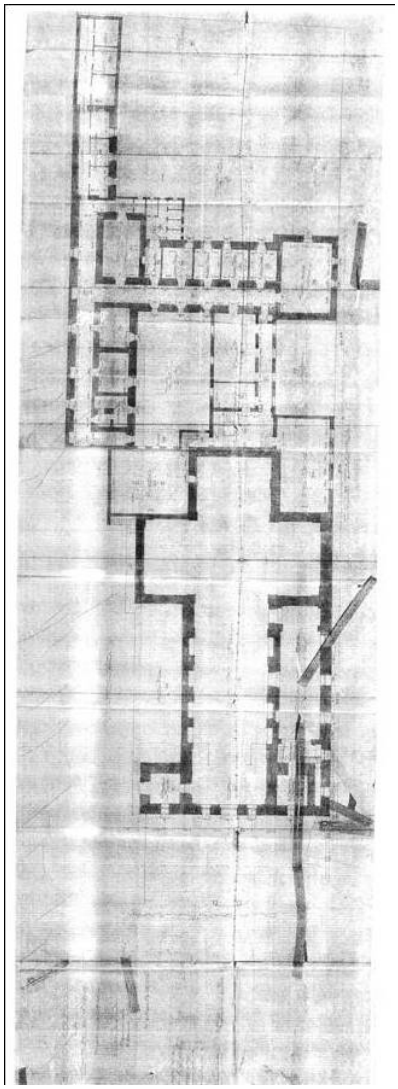
1. Memoria descriptiva y presupuesto aproximado de las obras de restauración a efectuarse en el templo y colegio de la Compañía de Jesús en Córdoba. Boletín de la CNMMyLH. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad de Buenos Aires, n. 3, 1940. p. 451-454.

"El número de locales se refiere al plan de relevamiento adjunto.
Local 1. Atrio. Cambio de Solado actual, nivelación del piso y colocación del mosaico tipo colonial. Sustitución de las tres puertas actuales del templo por otras de madera, de tipo colonial. Arreglo de la parte inferior de la fachada, de modo que aparezca nuevamente la piedra bola y concuerde con el resto del edificio. $ 6400
Local 2. Torre izquierda: Este local se encuentra ocupado actualmente por la Universidad que tiene instalada allí una cafetería. Corresponde gestionar su devolución, por ser parte fundamental del templo, y necesaria además para instalar la escalera de acceso al coro. En la actualidad, dado que las niñas no pueden subir al coro, han instalado un armonium dentro de un recinto de madera, en pleno templo, que desaparecería una vez facilitado el acceso al verdadero coro, $2000.
Local 3. Templo: Es evidentemente la parte que más atención requiere. El piso debe sustituirse por grandes ladrillones de tipo colonial. La bóveda de madera presenta dos grandes manchas de humedad, que amenazan destruir las inapreciables pinturas que la decoran. El tambor de entrada, realmente horrendo, debe reemplazarse por un facsímile del que se encuentra actualmente en la Catedral, que fue llevado a este templo después de la expulsión de los jesuitas, a cuyo templo perteneció. Extracción de toda la marmolería moderna de revestimientos y escalones. Los muros deben quedar enjalbegados a la cal y las bases de las pilastras y el zócalo deben hacerse de piedra sapo. Las puertas de comunicación con la capilla de Lourdes se harán coloniales, como también las que comunican con la sacristía y el salón de visitas. Para estas últimas convendría repetir el tipo de las existentes en el local N. 10.
A fin de que el templo vuelva a adquirir la belleza que debió tener en tiempos coloniales, es de todo punto de vista necesario suprimir infinidad de adornos y elementos litúrgicos de dudoso gusto. Así por ejemplo las balaustradas y **comulgatorios de mármol**, que pueden o deben sustituirse por otras de madera, facsimilares a las auténticas que se conservan en el pequeño museo jesuítico del padre Grenón. **Los altares laterales deben reemplazarse por otros en consonancia con el edificio**. Uno de ellos podría ser fácilmente el que hoy en día se encuentra en la capilla del Niño Dios, en la misma ciudad. Este altar fue construido por indios mocovíes, en 1720, bajo la dirección del Padre Florián "Baucke", con destino a la iglesia de los jesuitas en Santa Fe. Como dicha capilla será demolida pronto afectada por una nueva calle, sería fácil obtener de la curia el traslado de dicho altar al templo de la Compañía.
El altar mayor ha sido bárbaramente pintado, imitando mármol, pero es probables que debajo de dicha pintura se encuentre el dorado primitivo, de modo que con un trabajo delicado de suave rasqueteo podría recuperar su primitivo aspecto.
Los dos ventanales del crucero, con vitrales modernos, deben ser reemplazaos por piedras traslúcidas, llamadas berenguelas, así como las cuatro ventanas de la cúpula.
El sagrario del altar mayor fue llevado hacia 1806 a la iglesia parroquial de Tulumba. Como es imposible lograr que se lo restituya a sus originales poseedores, queda el recurso de hacer un facsímile del mismo.

La iluminación moderna debe suprimirse totalmente, dejando tan sólo luz difusa escondida en la cornisa, tambor de la cúpula y altares, y aquellos artefactos y candelabros que la liturgia exige, **cuidando en este caso de darles toda la apariencia de antigüedad necesaria para no desentonar con el resto del templo**.
Aproximadamente pueden calcularse estos trabajos, no incluyendo la instalación eléctrica, que es presupuestada aparte, en la suma de $35.000.
Local 5. Capilla de Lourdes. Ha perdido totalmente su primitivo aspecto, bajo una avalancha de mármoles y estucos. Su **restitución al aspecto primitivo implica eliminar una gran cantidad de objetos donados en tiempos modernos** por creyentes y cofradías, por lo cual es de esperar que se tropezaría con protestas e inconvenientes. El costo de su restauración lo estimo aproximadamente en unos $10.000.
Local 6. Sala de Visitas puede quedar como está.
Local 7. Sacristía. Blanqueo general. Barnizado de una tela valiosa del cielorraso. $200.
Locales 8,9,10,11. Blanqueo de muros y barnizado de las puertas. $400.
Local 12. Caja de escalera: Hay que recolocar ladrillones de la escalera, manteniendo las narices o mampernales de madera que son primitivos. Al llegar al segundo piso se encuentra una horrorosa escalera de mármol reconstituido, que debe suprimirse, construyéndose en su lugar una similar al resto. $1500.
Local 13. Arreglo de los nichos de la galería, quitando las puertas con vidrio que impiden apreciar debidamente las imágenes. Embutido de los cables eléctricos. $100.
Locales 14 al 18. Habitaciones totalmente modernas, imposibles de armonizar con el resto del edificio. Por tratarse de una parte privada, a la que difícilmente tendrían acceso los visitantes, puede por ahora permanecer como está.
Local 19. Entrada al convento. Hay que rasquetear los muros, bóveda y jambas de la puerta de la Capilla Doméstica, para poder luego blanquear. Cambiar el piso, suprimir una pequeña escalinata moderna y reemplazar las puertas de la Sala de Visitas por otra colonial. $1200.
Local 20. Capilla doméstica, una de las joyas del monumento, afortunadamente en discreto estado de conservación. Habría que cambiar una puerta y una ventana modernas, un vitral reemplazarlo por piedras berenguela y cambiar el piso. $2500.
Local 21. Ermita, el edificio más antiguo del país y acaso el único del siglo XVI que se conserva. Al abrirse, en tiempos pasados una puerta de comunicación con el claustro, cedió en parte la bóveda, agrietándose, por lo que se colocó un tabique a lo largo. Cerrando nuevamente esa puerta- innecesaria después del plan de conjunto que proyecto- y colocando algunas llaves de fierro en la bóveda, puede eliminarse dicho tabique, devolviendo a la ermita de los Santos Tiburcio y Valeriano su antiguo aspecto. Cambio de piso y puertas, $3000
Local 22. Biblioteca. Blanqueo del local, arreglo de piso y cambio de carpintería. $1000.
Local 23. Refectorio. Blanqueo del local, cambio de la carpintería, barnizado de una tela antigua valiosa. $1000.
Local 24. Futuro Museo, a construirse en la parte rayada en el plano. Actualmente se encuentran allí varios locales modernos que pueden ser eliminados sin grave perjuicio para la comunidad. En cambio, ubicando allí el local del Museo, el público tendría fácil acceso por una puerta a abrirse en la calle Caseros, de tal modo que sin penetrar en la parte del convento con clausura, podría visitar el museo, la ermita y la Capilla Doméstica ubicadas una a continuación de la otra. El museo podría hacerse de dos plantas ocupando el local ubicado sobre la Ermita, por cuanto es sumamente antiguo, con hermoso techo de tijera, y se presta admirablemente para dicho destino. La puerta de acceso sobre Caseros se haría exactamente donde anteriormente hubo una tapiada. El aspecto exterior del museo seguiría en lo posible al de la Ermita, es decir, muros de piedra bola, techo de tejas, ventanas con piedras traslúcidas y motivos de puertas, pináculos, etc. en piedra sapo.

Fachadas exteriores. La fachada sobre calle Caseros ofrece un lamentable aspecto. Parte muestra su primitiva estructura, parte está revocada. Ventanas de todas las épocas y gustos se suceden a lo largo de la cuadra. Urge, pues, devolverle su valor, picando los revoques modernos, de modo que vuelva a lucir la mampostería primitiva de piedra bola, con "rafas" de ladrillo, como asimismo sustituir las ventanas modernas por otras en consonancia con el monumento, $2000.
Techos y Azoteas. Renglón sumamente importante toda vez que ya acusan en los artesonados del templo las huellas de goteras. Las enormes vigas de cedro que sostienen la bóveda de madera necesitan repasarse con prolijidad, especialmente en la parte que penetran en los muros. Otro tanto deberá hacerse con las armaduras de la cúpula. $4.700.
Instalación eléctrica. Como lo dejó consignado en la nota de elevación al señor ministro, es ésta la parte menos lucida pero más vital de las obras a emprenderse, pues el templo está expuesto a que en la primera oportunidad estalle un pavoroso incendio que lo destruya sin salvación posible, $9000.
Total de las obras de restauración $100.000".





Plantas do levantamento realizado em 1941. ACERVO: DGA, Córdoba.